



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA-PGEDA
DOUTORADO EM ASSOCIAÇÃO EM REDE - EDUCANORTE POLO SANTARÉM

RAIMUNDO JORGE DA CRUZ COUTO

**A AÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA DAS FREIRAS FRANCISCANAS EM JURUTI-
PA (1970 – 1992)**

Santarém/PA
2024

RAIMUNDO JORGE DA CRUZ COUTO

**A AÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA DAS FREIRAS FRANCISCANAS EM JURUTI-
PA (1970 – 1992)**

Tese apresentada para a banca de defesa de Tese de Doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Amazônia – PGEDA – Polo Santarém - Universidade Federal do Oeste do Pará.

Linha de Pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares

Santarém/PA
2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/Ufopa

- C871a Couto, Raimundo Jorge da Cruz
 A ação político-educativo das freiras franciscanas em Juruti-PA (1970-1992)./
Raimundo Jorge da Cruz Couto. – Santarém, 2025.
 317 p. : il.
 Inclui bibliografias.
- Tese defendida em 2024 e depositada em 2025.
- Orientador: Anselmo Alencar Colares.
 Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró- Reitoria de Pesquisa,
 Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Instituto de Ciências da Educação, Programa de
 Pós Graduação em Educação na Amazônia - PGEDA, Doutorado em Associação em Rede
 (EDUCANORTE) - Polo Santarém.
1. Cultura alemã. 2. Serviços de saúde. 3. Artesanato. I. Colares, Anselmo Alencar, *ori-
 ent.* II. Título.

CDD: 23 ed. 370.71098115

Bibliotecária - Documentalista: Renata Ferreira – CRB/2 1440



Universidade Federal do Oeste do Pará
 Instituto de Ciências da Educação
 Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia-PGEDA
 Doutorado em Associação em Rede - Educantor
 Polo Santarém (Ufopa - Unir)









ATA

Nº 18

Ata da Comissão Examinadora de Defesa de Tese do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia – PGEDA, Doutorado em Associação Plena em Rede, apresentada pelo discente Raimundo Jorge da Cruz Couto, orientado pelo Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares, da Linha de Pesquisa “Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação”, do Polo Santarém..

No dia seis de dezembro de dois mil e vinte e quatro, às 09h00, por meio de videoconferência através do link: <https://meet.google.com/cuy-gkxm-wsg>, reuniu-se a Comissão Examinadora para avaliar o discente **Raimundo Jorge da Cruz Couto**, pela apresentação da sua **Tese intitulada: A ação político-educativa das freiras franciscanas em Juruti-PA (1970 – 1992)**. A Comissão Examinadora foi composta, segundo o que determina o Regimento do PGEDA, pelos docentes: Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares (Presidente), Prof. Dra. Maria Cristina dos Santos (UFSCar, membro avaliador externo); Prof. Dr. Jorge Fernando Hermida Aveiro (UFPB, membro avaliador externo); Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto (UFSCar, membro avaliador externo), Prof. Dra. Sinara Almeida da Costa (PGEDA/Ufopa, membro avaliador interno) e Profa. Dra. Maria Lilia Imbiriba Sousa Colares (PGEDA/Ufopa, suplente membro interno). Após a apresentação pelo discente foi dada a palavra aos Examinadores para arguição, tendo o candidato respondido às perguntas formuladas. Logo após, reuniu-se a Comissão Examinadora para proceder ao processo de avaliação, sendo atribuído o seguinte parecer: APROVADO. Ficou estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para a entrega da versão com as correções mandatórias. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Banca Examinadora deu por encerrados os trabalhos, sendo lavrada a presente Ata, devidamente assinada pelo Presidente, examinadores e discente.

 <p>Documento assinado digitalmente MARIA CRISTINA DOS SANTOS Data: 06/12/2024 11:35:10-0300 Verifique em https://validar.j5.gov.br</p>	 <p>Documento assinado digitalmente ANSELMO ALENCAR COLARES Data: 06/12/2024 09:02:27-0300 Verifique em https://validar.j5.gov.br</p> <p>Prof. Dr. (Orientador - Presidente)</p>	 <p>Documento assinado digitalmente JORGE FERNANDO HERMIDA AVEIRO Data: 06/12/2024 11:48:49-0300 Verifique em https://validar.j5.gov.br</p>
<p>Prof. Dra. Maria Cristina dos Santos (UFSCar, membro avaliador externo)</p>  <p>Documento assinado digitalmente LUIZ BEZERRA NETO Data: 06/12/2024 11:31:33-0300 Verifique em https://validar.j5.gov.br</p>	<p>Prof. Dr. Jorge Fernando Hermida Aveiro (UFPB, membro avaliador externo)</p>  <p>Documento assinado digitalmente SINARA ALMEIDA DA COSTA Data: 06/12/2024 20:58:34-0300 Verifique em https://validar.j5.gov.br</p>	
<p>Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto (UFSCar, membro avaliador externo)</p>	<p>Prof. Dra. Sinara Almeida da Costa (Ufopa, membro avaliador interno)</p>	
 <p>Documento assinado digitalmente RAIMUNDO JORGE DA CRUZ COUTO Data: 06/12/2024 21:42:30-0300 Verifique em https://validar.j5.gov.br</p>		
<p>Raimundo Jorge da Cruz Couto (PGEDA - Discente) Santarém-PA, 06 de dezembro de 2024.</p>		



AGRADECIMENTOS

À Nossa Senhora Sant'Ana e Santa Maria.

À Irmã Brunhilde Henneberger (*in memoriam*), exemplo de mulher obstinada, a quem tinha profunda admiração por tudo que representou defendendo o ser humano da Amazônia. Nossas longas conversas sobre filosofia, teologia, política e atualidades moldaram minha visão de mundo. A freira Brunhilde tinha sagacidade de interpretar a realidade e expressava isso através de seu humor inteligente, ácido e profundamente necessário.

Ao meu orientador, Anselmo Colares, que, com toda sua sabedoria e paciência, ensinou-me o quanto é importante a humanidade. Como orientador, tanto do mestrado como do doutorado, jamais impôs suas ideias. Sua sutileza, digna dos grandes educadores, mostrou os caminhos, deixando-me inteiramente livre para escolher aquilo que mais se adequava à pesquisa. Sempre me surpreendia com a rapidez que identificava as contradições no meu trabalho. Nesses seis anos de convivência, minha admiração, que já era grande, só aumentou. Nos últimos anos, o professor Anselmo se mostrou um apaixonado pela Amazônia. Sua contribuição com a formação de professores ajuda na ampliação da consciência na defesa da floresta e de seus povos originários. Tenho grande respeito e, ao mesmo tempo, orgulho de contar com a orientação de um educador tão importante para a defesa de nossa sofrida e explorada região amazônica.

À professora Lília Colares, minha co-orientadora (não oficial), que me ajudou demais na melhoria e na qualidade dos meus textos e na indicação das melhores revistas científicas para publicação dos artigos. Tive a honra de, nas bancas de seleção de mestrado e doutorado, contar com a competência didática da professora Lília. Sua condução serena dos trabalhos foi um bálsamo para aliviar toda a tensão do momento, algo que, para mim, tinha sido uma grande barreira até então.

Aos membros da banca de qualificação e da defesa do doutorado, professores(as) Maria Cristina, Sinara Almeida, Juracy Pacífico, Jorge Fernando, Luiz Bezerra e Lília Colares pela avaliação minuciosa da minha pesquisa e por indicaram os melhores caminhos para concluir esse levantamento histórico dos trabalhos desenvolvidos pelas freiras franciscanas na Amazônia.

Aos professores(as), tanto do mestrado quanto do doutorado. Com eles, percebi o quanto o aprimoramento científico é fundamental para a melhoria educacional no Baixo Amazonas.

Eles me ajudaram a melhorar consideravelmente as minhas técnicas de investigação através de um olhar mais humano e focado nas peculiaridades amazônicas.

À Capes, por todo apoio financeiro ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia.

À minha querida e adorada esposa Núbia Maria, companheira de todas as horas. Ela foi meu suporte nos momentos mais difíceis, principalmente no início do mestrado. Só foi possível enfrentar os mares revoltos porque tinha a certeza de que no retorno de Santarém para Juruti havia sempre um porto seguro à minha espera.

À minha filha Ana Luiza, que, com seu jeito carinhoso e “tagarela”, faz a nossa vida muito mais leve. A ela todo o meu amor. Seu abraço e beijo em minha cabeça calva é meu combustível da alma.

Aos meus pais, João e Arlena, pois, com todo sacrifício, saíram da região da várzea obidense com intenção de dar um pouco mais de estudo para os seus filhos. Em meio a dolorosas perdas e muitas privações, principalmente financeiras, conseguiram sobreviver. Com eles aprendi o valor da resiliência e de quem está perto, tanto nas alegrias como nas dificuldades.

À minha irmã Alessandra, pelo incentivo e por acreditar que tinha condições de produzir “alguma coisa”. Ela foi a responsável de eu chegar até o doutorado. Porque, lá atrás, nos anos 2000, quando já tinha desanimado em prosseguir os estudos, ela, por conta própria, pagou minha inscrição no antigo vestibular e me ajudou em tudo que estava ao seu alcance. Em nome dela, agradeço o apoio de seu esposo Claudio Moura e de minha sobrinha e afilhada Carla Beatriz.

À minha sogra Nazaré Nascimento, que sempre me acolheu com carinho em sua casa em Santarém, tanto no mestrado como no doutorado. Dona Nazaré é uma grande mulher, sempre cultivou a leveza na vida e a gentileza nos gestos. De conversa agradável, suas histórias são verdadeiras aulas sobre o universo cultural de Santarém e Aveiro, local onde nasceu. Em nome de dona Nazaré, agradeço também a gentileza e a boa vontade de meus cunhados, cunhada e de seus filhos, que nunca mediram esforços no acolhimento.

À minha amiga Márcia. Um dos melhores presentes que recebi na pós-graduação foi a amizade da Márcia. Ela é um ser humano de primeira grandeza, daqueles que você pode contar nos momentos de alegria e de dificuldades. As palavras mais reconfortantes de incentivo encontrei nos diálogos com minha amiga, que considero irmã de caminhada. Seu altruísmo e sua imensa inteligência são expressos na preocupação com o desenvolvimento das pessoas que estão ao seu redor. Tenho uma grandiosa dívida de gratidão com ela. E, em nome dela, agradeço

também a amizade com seu esposo Washington e do seu filho querido Bruno, que são seres igualmente maravilhosos.

Ao meu grupo de pesquisa Histedbr Ufopa, em especial a Eli, Bruna, Ledyane, Juliana, Adrielle, Valdenira, que sempre estavam dispostas a ajudar no que fosse possível. Foi através do grupo de pesquisa que aprendi a admirar a capacidade de síntese dos membros e, também, a entender um pouco mais sobre a Pedagogia Histórico Crítica e sobre o Materialismo Histórico-Dialético e toda sua importância para a educação do país.

Ao meu querido avô Manoel Silva Cruz (Velho Caripé, *in memoriam*). Meu avô era um exímio contador de história. Com ele, aprendi que os nativos da Amazônia são corpo, alma e natureza (tudo junto mesmo, sem distinção). Também aprendi a importância da retidão. Ele não tinha o conhecimento das letras, mas aprendeu a importância de ser correto com recursos financeiros e justo com os amigos. O Velho Caripé não levava “desaforo” para casa, principalmente quando tomava umas “cachacinhas”.

Aos meus colegas do mestrado e doutorado, pelas riquezas das experiências educacionais compartilhadas.

À Universidade Federal do Oeste do Pará que possibilitou aos profissionais da região o acesso às vagas para o doutorado, através da parceria com outras universidades da região Norte (PGEDA – Educanorte).

Ao Campus Universitário de Juruti, que permitiu que me dedicasse exclusivamente a concluir este doutorado.

Aos membros da Paróquia Católica Nossa Senhora da Saúde, principalmente, pela gentileza e boa vontade da Eliana Pereira (secretária da paróquia), que sempre me atendeu com todo carinho e presteza, mesmo com seus infinitos afazeres na secretaria.

Aos membros da coordenação dos Casulos, especialmente a Rita Betânia e a Jader Batista, aos quais mantenho uma relação de amizade que já ultrapassa os trinta anos. Os dois são profissionais de primeira linha. Extremamente organizados em tudo que se comprometem fazer. Jader, Rita e todo corpo docente do Casulo são os educadores que mais contribuíram nos últimos 25 anos com o desenvolvimento da educação infantil no município de Juruti.

Em nome de Irmã Deca, agradeço à Congregação Franciscana de Maristella por toda informação repassada, tantos os registros históricos (escritos e fotográficos) como pelos valiosos diálogos.

Agradeço ao padre Alfonso Blumenfield e ao padre Fernando Bee por me admitirem na Paróquia de Juruti em um momento difícil da minha vida. Padre Alfonso e padre Fernando são intelectuais do mais alto nível. Percebia que os dois tinham ojeriza pela superficialidade, fruto

de uma formação rigorosa dos seminários germânicos. Para compreender determinado assunto, eles “devoravam” dezenas de livros e indagavam bastante sobre a cultura brasileira. Percebia também o enorme esforço dos dois em não demonstrar arrogância. Esse exemplo de obstinação pelo conhecimento acabou contribuindo com a minha formação.

À Maria das Graças Lima (*in memoriam*), pela generosidade de me ensinar os segredos da administração dos Casulos. Trabalhamos juntos por mais de 10 anos e, com ela, entendi a importância da responsabilidade, da formação para melhor entender o trabalho, da sinceridade e urbanidade no trato com as pessoas e da honestidade com o bem alheio.

À Raimunda Gato, pelas preciosas informações sobre a história do artesanato em Juruti, e também pelas boas memórias do tempo em que trabalhou próxima dos padres e das freiras na paróquia. Essas informações acabaram enriquecendo a pesquisa.

Ao Raimundo Pimentel, que, por muitos anos, foi o braço direito da freira Brunhilde nos trabalhos de construções de casas populares, roças, aberturas de estradas e construções de pontes na zona rural. Suas memórias desse tempo foram fundamentais para compreender a relevância do trabalho social e político das freiras.

À comunitária Luzia Silva, que, por muitos anos, trabalhou na catequese católica para crianças, juntamente às freiras. A conversa com dona Luzia me fez entender melhor a abrangência dos trabalhos das freiras nas famílias, como a importância dos poços artesianos, das casas populares, da assistência médica e nutricional às crianças, do aprendizado do artesanato e de toda a engrenagem que era feita para envolver as famílias nas atividades sociais e religiosas.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção desta pesquisa, seja pela indicação de alguma importante fonte oral, livro, documento ou, até mesmo, um incentivo.

“Não vou fugir e nem abandonar a luta desses agricultores que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor numa terra onde possam viver e produzir com dignidade sem devastar.” Dorothy Stang (Beto, 2015, p. 1).

RESUMO

A pesquisa trata da ação político-educativa desenvolvida pelas freiras franciscanas de Maristella, no município de Juruti, tendo como recorte histórico o período de 1970 a 1992. Vindas do Nordeste brasileiro e do Sul da Alemanha, chegaram a Juruti com a intenção de melhorar a caótica situação de educação e saúde. Com formação profissional em Pedagogia, Saúde e Assistência Social, elas logo perceberam que, além da miséria e analfabetismo da população, teriam de enfrentar a oligarquia política que se mostrava indiferente diante dos graves problemas sociais. Como não daria para modificar aquela situação de forma imediata, elas elaboraram, com os padres, um planejamento estratégico desafiador. Em curto prazo, desenvolveriam as atividades educacionais, de saúde e de assistência social; em longo prazo, promoveram a educação política aos envolvidos nas ações, através de cursos de formação de lideranças populares, objetivando a democratização dos recursos públicos de maneira que fossem usados em prol da maioria da população. Podemos inferir que estava presente, mesmo de forma indireta, o que encontramos nos escritos de Marx (2013), Gramsci (1999), Lukács (2010) e Saviani (1999), qual seja: a luta pela melhoria social articulada com o direito à educação com técnicas apropriadas e à valorização da ciência, assim como a compreensão crítica da história. Dessa forma, assumiram a principal escola do município, o atendimento à saúde, iniciaram as construções de casas populares através de regime de mutirão, consolidaram o artesanato e firmaram um convênio com a extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA) para a construção e manutenção de creches e de pré-escolas na zona urbana e na rural do município, algo inédito na região até então. O serviço educacional e social, e religioso através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), espalhou-se pelo município e, aos poucos, produziu lideranças que fortaleceram o sindicato dos trabalhadores rurais. Essas lideranças fundaram o partido político que começou a incomodar os ricos que se revezavam no poder. Os membros do sindicato conseguiram, a partir dos anos de 1980, eleger vereadores e regularizar terras dos pequenos lavradores que antes pertenciam aos latifundiários, e isso atçou a ira dos mandatários do município que se contrapuseram aos padres e às freiras acusando-os de comunistas e ameaçando-os de morte. O receio de uma tragédia acabou influenciando a saída em 1992. Dessa forma, a pesquisa busca responder como um projeto baseado na educação infantil, no atendimento à saúde, na construção de casas populares, na geração de renda através de artesanato e nos preceitos religiosos conseguiu contribuir para a formação política de pequenos lavradores ao ponto de influenciarem nos rumos políticos do município de Juruti. O objetivo foi analisar os serviços sociais, de saúde e educacionais desenvolvidos pelas freiras franciscanas em Juruti (1970-1992) em consonância com a organização política dos pequenos lavradores. O método utilizado foi o materialismo histórico-dialético. A metodologia consistiu na análise documental dos arquivos da Paróquia Católica de Juruti, Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Juruti, Associação dos Artesãos de Juruti e Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti, além de entrevistas.

Palavras-Chave: Cultura Alemã; Serviços de Saúde; Artesanato; Educação Infantil; Conflitos.

ABSTRACT

The research deals with the political and educational action developed by the Franciscan nuns of Maristella, in the municipality of Juruti, taking as a historical context the period from 1970 to 1992. Coming from the Brazilian Northeast and the South of Germany, they arrived in Juruti with the intention of improving the chaotic situation of education and health. With professional training in Pedagogy, Health and Social Assistance, they soon realized that, in addition to the poverty and illiteracy of the population, they would have to face the political oligarchy that showed itself indifferent to the serious social problems. Since it was not possible to change that situation immediately, they developed, with the priests, a challenging strategic plan. In the short term, they would develop educational, health and social assistance activities; in the long term, they promoted political education for those involved in the actions, through training courses for popular leaders, aiming at the democratization of public resources so that they could be used for the benefit of the majority of the population. We can infer that what we find in the writings of Marx (2013), Gramsci (1999), Lukács (2010) and Saviani (1999) was present, even if indirectly, namely: the struggle for social improvement articulated with the right to education with appropriate techniques and the valorization of science, as well as the critical understanding of history. In this way, they took over the main school in the municipality, the health service, began the construction of popular housing through a collective effort, consolidated the crafts and signed an agreement with the extinct Brazilian Assistance Legion (LBA) for the construction and maintenance of daycare centers and preschools in the urban and rural areas of the municipality, something unprecedented in the region until then. The educational, social and religious service through the Base Ecclesiastical Communities (CEBs) spread throughout the municipality and, little by little, produced leaders who strengthened the rural workers' union. These leaders founded a political party that began to bother the wealthy who took turns in power. From the 1980s onwards, the union members managed to elect city council members and regularize the lands of small farmers that had previously belonged to large landowners. This angered the city's leaders, who opposed the priests and nuns, accusing them of being communists and threatening them with death. The fear of a tragedy ended up influencing their departure in 1992. Thus, the research seeks to answer how a project based on early childhood education, health care, the construction of affordable housing, income generation through crafts and religious precepts managed to contribute to the political formation of small farmers to the point of influencing the political direction of the city of Juruti. The objective was to analyze the social, health and educational services developed by the Franciscan nuns in Juruti (1970-1992) in line with the political organization of small farmers. The method used was historical-dialectical materialism. The methodology consisted of documentary analysis of the archives of the Catholic Parish of Juruti, the Rural Workers' Union of Juruti, the Association of Artisans of Juruti and the Association of Friends of Children and Adolescents of Juruti, in addition to interviews.

Keywords: German Culture; Health Services; Crafts; Early Childhood Education; Conflicts.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização geográfica do município de Juruti com destaque aos grandes lagos...	33
Mapa 2 - Locais onde foram ativados os casulos em Juruti	37
Mapa 3 - Localização dos casulos com destaque para unidades da zona rural	174
Mapa 4 - Localização geográfica do Casulo Bom Pastor – área urbana	185
Mapa 5 - Localização do Casulo Bom Pastor.....	185
Mapa 6 - Localização geográfica via satélite do Casulo Alegria	193
Mapa 7 - Localização do Casulo Alegria	193
Mapa 8 - Localização do Casulo Maracanã.....	204
Mapa 9 - Local onde antes funcionava o Casulo Terra Preta – hoje, na área, funciona o porto da empresa mineradora Alcoa	209
Mapa 10 - Localização do Casulo João e Maria.....	249
Mapa 11 - Localização por satélite do Casulo João e Maria	252
Mapa 12 - Área urbana de Juruti - localização do Casulo São Francisco	254

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista aérea de Juruti – à esquerda, anos de 1970, e à direita, anos 2010	32
Figura 2 - Encontro de lideranças comunitárias – Óbidos 1979	38
Figura 3 – Freiras de Maristella com vestimentas tradicionais à esquerda e com vestes seculares à direita.....	60
Figura 4 - Construção do ambulatório e residência das freiras em 1965 - Casa Samaritana ..	71
Figura 5 - Atendimento ambulatorial realizado pelas freiras franciscanas de Maristella	72
Figura 6 - Freira Ávila visitando família de recém-nascido.....	74
Figura 7 - Casas de palha da rua Joaquim Gomes do Amaral.....	78
Figura 8 - Casa de taipa da rua Joaquim Gomes, ano 2000	79
Figura 9 - Forma e tijolo de barro adobe.....	79
Figura 10 - Caderneta de anotações de materiais para construção de casas populares	80
Figura 11 - Casa popular de tijolo de adobe.....	81
Figura 12 - Carteira de sócio da Associação dos Moradores de Juruti	82
Figura 13 - Anotações da caderneta sobre a forma de pagamentos das casas.....	82
Figura 14 - Residência jurutiense confeccionada com palha branca.....	89
Figura 15 - Alunas do artesanato junto à irmã Gertrud	91
Figura 16 - Coleção particular de cerâmica indígena de Juruti	92
Figura 17 - Cerâmicas pré-históricas de Juruti.....	92
Figura 18 - Lição de bordado	93
Figura 19 - Pequeno bazar em uma residência em Augsburg, Alemanha, com artesanato de Juruti.....	94
Figura 20 – Exposição de cestos, revestimentos de jarros e abajures de cipó em 1982.....	95
Figura 21 - Irmã Gertrud orientando os trabalhos na olaria	96
Figura 22 – Carta solicitando estágio em uma olaria de Icoaraci - PA	97
Figura 23 - Desenhos geométricos para ornamentação de cerâmica cedido por ateliê de Icoaraci - PA.....	97
Figura 24 - Interligação das atividades sociais da Igreja Católica de Juruti nas décadas de 1970 – 1980	100
Figura 25 – Trecho da cartilha das CEBs 1980 – Lição: o que não fazer	105

Figura 26 - Pichação na Igreja Matriz acusando os religiosos(as) de comunistas e ameaçando os padres de morte	107
Figura 27 - Trecho de cartilha das CEBs entre os anos de 1970 - 1980.....	110
Figura 28 - Trecho de cartilha das CEBs das décadas de 1990-2000	110
Figura 29 - Trecho de cartilha das CEBs de Juruti.....	113
Figura 30 - Trecho de cartilha de CEBS de Juruti.....	113
Figura 31 - Trecho de cartilha das CEBs de Juruti feita por Alfonso e Gertrud	114
Figura 32 - A dinâmica das CEBs	115
Figura 33 - Histórico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juruti.....	118
Figura 34 - Histórico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juruti.....	119
Figura 35 - Irmã Brunhilde em atividades com as crianças	126
Figura 36 - Bancos, mesas, quadro negro e enfeites da sala adequados à altura das crianças – década de 1990	134
Figura 37 - Semana da criança - alusão ao circo - década de 1990.....	135
Figura 38 - Primeiro convênio entre a LBA e a paróquia católica - folha 1	139
Figura 39 - Primeiro convênio entre a LBA e a paróquia católica - folha 2	140
Figura 40 - Primeiro convênio entre a LBA e a paróquia católica - folha 3	141
Figura 41 - Espaço físico em 1988.....	146
Figura 42 - Crianças à sombra das árvores no Casulo Ingrácia	148
Figura 43 - Casulo da comunidade Terra Preta do Salé em 2021	148
Figura 44 - Ofício da LBA, de 18.01.1978, informando sobre treinamento de orientadores de recreação em Santarém.....	150
Figura 45 - Treinamento de monitores	151
Figura 46 - Cartilha mimeografada utilizada para explicar o desenvolvimento integral da criança – P.1	154
Figura 47 - Cartilha mimeografada utilizada para explicar o desenvolvimento integral da criança – P.2	155
Figura 48 - Cartilha mimeografada utilizada para explicar o desenvolvimento integral da criança com descrição ao lado – P.3.....	156
Figura 49 - Cartilha mimeografada utilizada para explicar o desenvolvimento integral da criança com descrição ao lado – P.4.....	157
Figura 50 - Cartilha utilizada para reunião com pais e com mães para o entendimento sobre o Casulo – P.1	165

Figura 51 - Cartilha utilizada para reunião com pais e com mães para o entendimento sobre o Casulo – P.2.....	166
Figura 52 - Cartilha utilizada para reunião com pais e com mães para o entendimento sobre o Casulo – P.3.....	167
Figura 53 - Cartilha utilizada para reunião com pais e com mães para o entendimento sobre o Casulo – P.4.....	168
Figura 54 - Cartilha utilizada para reunião com pais e com mães para o entendimento sobre o Casulo – P.5.....	169
Figura 55 - Aluna do Casulo Ingrácia declamando poesia em visita da coordenação	176
Figura 56 - Alunos do Casulo Ingrácia com brinquedos produzidos por.....	177
Figura 57 - Praias das comunidades Maravilha e Surval	180
Figura 58 - Crianças, professor e coordenadora em visita ao Casulo Maravilha	180
Figura 59 - Colheita de jerimuns e melancias no terreno do Casulo Bom Pastor	186
Figura 60 - Crianças brincando de faz de conta	202
Figura 61 - Terra preta de indígena com cacos de cerâmica	210
Figura 62 - Visão panorâmica do porto de embarque da bauxita.....	211
Figura 63 - Protesto contra a implantação da mineradora Alcoa em 2005	214
Figura 64 - Professor Zelito com alunos do Casulo Menino Deus de Tabatinga.....	217
Figura 65 - Vila Muirapinima à esquerda e a localização do Casulo Esperança	222
Figura 66 - Balsa de madeira interdita pelos comunitários de Muirapinima.....	226
Figura 67 - Freira Brunhilde (de blusa azul-claro) junto a comunitários dialogando	226
Figura 68 - Alunos, professores e coordenação - visita ao Casulo Capitão	228
Figura 69 - Turma de 1999 do Casulo Diamantino.....	231
Figura 70 - Dança de capoeira - programação cultural dos casulos	232
Figura 71 - Dança do fado - programação cultural dos casulos	232
Figura 72 - Festival das Tribos em Juruti - PA	233
Figura 73 - Escadaria da Comunidade Capelinha	245
Figura 74 - Casulo Capelinha após reforma com instalação de placa solar	248
Figura 75 - Construção de uma sala no Casulo João e Maria	251
Figura 76 - Visão panorâmica do Casulo João e Maria.....	253
Figura 77 - Construção de uma sala no Casulo João e Maria	253

Figura 78 - Doação de R\$ 10.000,00 pelo Instituto Alcoa à Comunidade Jauari – Região do Juruti Velho	256
Figura 79 - Barracão reformado com recursos do Instituto Alcoa	258
Figura 80 - Casulo São Francisco recebendo acabamento de reconstrução com recursos próprios.....	259
Figura 81 - Alunos do Casulo Pompom recepcionando a coordenação.....	260
Figura 82 - Professores dos casulos em curso de capacitação.....	261
Figura 83 - Cheia de rio em comunidade ribeirinha na Amazônia.....	264
Figura 84 - Fenômeno amazônico das terras caídas.....	265
Figura 85 - Hora do lanche no Casulo Santa Rita	265
Figura 86 - Visita pedagógica ao Casulo São José.....	266
Figura 87 - Alunos do Casulo Açaí tomando banho de rio antes do almoço	269
Figura 88 - Crianças se divertem no banho coletivo	270
Figura 89 - Alunos e professor Jader Batista em atuação pedagógica no Casulo Santa Terezinha	272
Figura 90 - Alunos dos casulos próximos ao Igarapé Paraíso em aula sobre profissões	273
Figura 91 - Cozinha do Casulo Nossa Senhora da Paz na década 1990.....	275
Figura 92 - Reivindicações sociais	277

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Proximidades entre a Teologia da Libertação e a teoria marxista	51
Quadro 2 - Escolas confessionais no Baixo Amazonas fundadas pelos franciscanos	65
Quadro 3 - Lista dos casulos do município de Juruti	173
Quadro 4 - Períodos administrativos dos casulos.....	205

LISTA DE SIGLAS

AA	Alcoólicos Anônimos
ACA	Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti
ACORJUVE	Associação das comunidades reunidas de Juruti Velho
ALCOA	Aluminum Company of America
AMJUR	Associação dos Artesãos e Artesãs do Município de Juruti
APRAPANE	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Nova Esperança
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEFEM	Compensação Financeira por Empreendimentos Minerais
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNEC	Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EIA	Estudos de Impactos Ambientais
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBAMA	Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEC	Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MEC	Ministério da Educação
ONGs	Organizações Não Governamentais
PGEDA	Programa de Pós-Graduação em educação na Amazônia
PMJ	Prefeitura Municipal de Juruti
PPC	Pastoral de Conjunto
RIMA	Relatório de Impactos Ambientais

SEDUC – PA	Secretaria de Educação do Estado do Pará
SETEPS	Secretária Executiva da Secretaria do Trabalho e Promoção Social do Estado do Pará
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UEPA	Universidade Estadual do Pará
UERN	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNICEF	United Nations Children’s Fund (Fundação das Nações Unidas para a Infância)
USAID	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
1 A COMPREENSÃO DA DINÂMICA AMAZÔNICA	31
1.1 As primeiras impressões do município de Juruti na década de 1970.....	31
1.2 Caminhos tortuosos e tempestuosos: o percurso metodológico	38
1.3 Da Alemanha ao Brasil: a chegada da Congregação Franciscana de Maristella do Brasil a Juruti.....	53
1.4 A Escola de Ensino Fundamental Nossa Senhora da Saúde	62
2 DESENVOLVENDO ATIVIDADES QUE ATINGIAM A ZONA URBANA E A RURAL DO MUNICÍPIO	71
2.1 Ambulatório de saúde Casa Samaritana	71
2.2 Educação popular e atenção básica à saúde.....	74
2.3 Projeto União e Progresso para construção de casas populares	76
2.4 O artesanato: projeto de renda para as famílias	86
2.4.1 A dimensão educativa do artesanato na Amazônia	88
2.4.2 Corte, costura, bordado e crochê	93
2.4.3 Tecelagem	94
2.4.4 Cerâmica	96
2.4.5 Fim de um ciclo.....	98
2.5 As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)	100
2.5.1 Da Guerra Fria ao contexto das CEBs em Juruti	101
2.5.2 O perigo das ameaças	105
2.5.3 Uma nova postura política: do apogeu ao enfraquecimento das Comunidades Eclesiais de Base	108
2.5.4 A pedagogia popular	110
2.5.5 Criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juruti	116
2.5.6 Pleiteando cargos eletivos	121
2.5.7 De joelhos ao grande capital.....	123
3 O CASULO: O PIONEIRISMO EM EDUCAÇÃO INFANTIL NO INTERIOR DA AMAZÔNIA NAS DÉCADAS DE 1970 A 1990	125
3.1 Legião Brasileira de Assistência (LBA)	128
3.2 Assistência x assistencialismo	130
3.3 O Projeto Casulo da LBA.....	135
3.4 O ambiente.....	146
3.5 Formação dos monitores.....	149

3.6 Atividades educacionais	152
3.6.1 A cultura alemã presente nos casulos de Juruti	160
3.7 Relacionamento com pais e mães	164
3.8 Desenvolvimento do Casulo no município.....	170
3.8.2 Casulo Maravilha	179
3.8.3 Casulo Bom Pastor	185
3.8.4 Casulo Alegria.....	193
3.8.5 Casulo Maracanã.....	204
3.8.6 Casulo Terra Preta – Zona Urbana – desativado.....	209
3.8.7 Casulo Menino Deus	216
3.8.9 Casulo Capitão	227
3.8.10 Casulo Diamantino	231
3.8.11 Casulo São Benedito	237
3.8.12 Casulos Castanhal e São Domingos.....	242
3.8.14 Casulo João e Maria	249
3.8.15 Casulo São Francisco	254
3.8.16 Casulo Pompom	259
3.8.17 Casulos Santa Rita e Canuto.....	263
3.8.18 Casulos São José Curumucuri e São Benedito Salmoura.....	266
3.8.19 Casulo Açaí.....	268
3.8.20 Casulos Santa Terezinha, Café Torrado, São Paulo, Santa Rosa, Paraíso, Nossa Senhora da Paz, São Raimundo e Terra Preta do Salé	271
4 ANÁLISES E RESULTADOS	276
4.1 Gratidão?	283
4.2 O legado educacional.....	286
4.3 O legado político	291
CONSIDERAÇÕES FINAIS	295
REFERÊNCIAS.....	304
ANEXOS.....	318

INTRODUÇÃO

A minha relação com o tema deste estudo inicia em 1993, quando cheguei ao município de Juruti, estado do Pará, para trabalhar na parte administrativa da Igreja Católica. Os padres alemães que atuavam na paróquia me contrataram porque precisavam de alguém para organizar a parte burocrática dos funcionários, dos prédios, dos veículos e demais atividades, enquanto exerciam a função do ministério sacerdotal. Uma das referências para a minha contratação veio do padre Alfonso Blumenfeld, reitor do Seminário São Gaspar, em Belém do Pará, onde estudei por três anos e, por lá, também contribuía na organização das atividades que envolviam recursos financeiros dessa instituição. Padre Alfonso foi vigário por muitos anos em Juruti, antes de ir para Belém cuidar da formação de novos padres. Minha ideia era ficar no máximo um ano em Juruti, juntar umas economias e ir embora para tentar a sorte de trabalhar e de estudar na cidade de Manaus, estado do Amazonas, como fazia qualquer jovem da minha época, mas acabei ficando mais de 15 anos como funcionário da paróquia e, definitivamente, em Juruti.

Ao final de 1993, conheci a freira franciscana Brunhilde (personalidade central desta pesquisa), por quem construí amizade e respeito, além de uma extensa relação profissional, pois acabei enveredando pela parte administrativa das escolas de educação infantil conduzidas pelas freiras da Congregação Franciscana de Maristella. Foi nesse tempo, em que dediquei minha vida à paróquia e às escolas de educação infantil, que comecei a perceber e a descobrir que a percepção das contradições da sociedade jurutiense, miséria econômica e social de um lado e opulência dos ricos de outra, obrigou os padres e freiras a desenvolverem junto a essa população vulnerável a consciência social e política da realidade.

A história das Irmãs Franciscanas de Maristella do Brasil em Juruti-PA inicia no começo dos anos de 1970. Vindas de Recife-PE, apesar de conter Brasil no nome da congregação, boa parte das irmãs eram europeias, mais especificamente da região da Baviera, na Alemanha. As freiras eram especializadas nas áreas de educação, de saúde e de assistência social. Administravam escolas do ensino fundamental e trabalhavam nas mais diversas atividades em comunidades periféricas do Nordeste brasileiro. Adeptas à Teologia da Libertação¹, as religiosas ajudavam as comunidades pobres a lutarem por seus direitos, enfrentando a opressão das famílias ricas e, conseqüentemente, gerando tensões e aversão dos poderosos a suas atividades. Uma das religiosas destacada para trabalhar em Juruti, chamada

¹ Movimento eclesial ocorrido na Igreja Católica a partir dos anos de 1960 em que se abordavam os ensinamentos bíblicos em perspectiva social emancipatória.

Brunhilde Henneberger, terá papel de destaque na pesquisa por desenvolver um projeto pioneiro de educação infantil. Iniciado na segunda metade de 1970, o projeto consistia em dar prioridade total às necessidades educacionais das crianças. Na dinâmica educacional com a criança, havia integração da família e das comunidades nas atividades da escola.

Assim que chegaram, iniciaram um trabalho de força tarefa para equacionar os problemas graves de saúde e de educação do município e, conseqüentemente, notaram que atuação dos políticos (prefeito e vereadores) era voltada aos seus próprios interesses financeiros. Dessa forma, não seria eficiente resolver somente os problemas emergenciais do município, seria necessário atacar o problema na raiz, mesmo que isso fosse, no futuro, gerar tensões e ameaças físicas. Tanto os padres como as freiras compreenderam que, para melhorar a estrutura de serviços de Juruti, era preciso fortalecer os pequenos lavradores como classe política, pois, somente assim, enfrentariam os ‘jogos’ de interesses dos eternos mandatários que pouco ou nada resolviam a situação de penúria em que vivia a população. Saviani reflete sobre a superação da opressão através da superação da barreira da ignorância. “Só assim seria possível transformar os súditos em cidadãos, isto é, em indivíduos livres porque esclarecidos, ilustrados” (Saviani, 1999, p. 17-18).

Um dos principais problemas era a má gestão dos recursos públicos. Tal situação contribuía para a precariedade no atendimento dos serviços básicos, principalmente nas áreas da saúde, da educação e do saneamento. Era urgente e necessária a reversão dessa situação: ou o pequeno lavrador tomava para si a responsabilidade com os rumos do município ou ficava eternamente subserviente a quem lhe oprimia e renegava por décadas. Seguindo o princípio de Gramsci (1999), a educação das massas, em perspectiva revolucionária, era a via principal para tirá-las da servidão.

Era necessário oferecer um serviço educacional e de saúde, que englobasse de maneira integral tanto as crianças quanto seus pais, suas mães e demais membros da comunidade em que estavam inseridos, ou seja, era preciso pensar no município de maneira geral, e era exatamente nesse ponto que residiam os desafios: as dimensões geográficas eram imensas; a população era essencialmente rural e espalhada pelo território, dificultando o acesso e não havia recursos financeiros suficientes para bancar a empreitada.

Depois de alguns meses de trabalho em Juruti, foi possível elaborar uma diagnose do município e, a partir disso, iniciar um planejamento de curto e de longo prazo. O planejamento de curto prazo atacaria de imediato os problemas sérios de saúde pública e da precariedade educacional, principalmente, a inexistência de educação infantil. As freiras especializadas em saúde perceberam que a gravidade das doenças estava ligada a uma série de fatores básico,

como: falta de estrutura sanitária nas residências das famílias, água potável de péssima qualidade, alimentação insuficiente e pobre em nutrientes, falta de oferta educacional para as crianças em idade pré-escolar e falta de uma renda mínima para as famílias. Diante disso, preparar-se-ia as famílias para um programa de geração de renda através de curso de artesanato, melhoria da parte habitacional através da construção de casas populares e perfuração de poços artesianos, e iniciaria a efetivação das primeiras unidades de pré-escolas. O projeto de longo prazo estaria essencialmente ligado à formação de lideranças populares para que, no futuro, assumissem os rumos políticos do município. Essas lideranças sairiam dessas atividades desenvolvidas com os comunitários, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da ajuda primordial dos padres em suas atividades pelas comunidades.

Diante de grandes desafios, surgem os questionamentos: como concretizar um projeto tão ambicioso em um local tão pobre financeiramente como Juruti nas décadas de 1970-80? Como ensinar com responsabilidade seguindo o princípio da equidade na zona urbana e na rural se não havia profissionais capacitados para exercer a profissão do magistério? Com que recursos construir os prédios para os empreendimentos? A resposta estava em Lukács (2010), era preciso enfatizar a luta pelas melhorias sociais sem deixar de valorizar a ciência e a história. Tratar o ser amazônico em toda sua essência, sem considerá-lo, em uma visão verticalizada, mero objeto determinado pelas razões econômicas, mas sim um indivíduo que interage na busca de superar as adversidades.

Era necessário unir forças para concretizar o projeto. Como não havia dinheiro suficiente para a construção dos prédios para as escolas, perfuração de poços artesianos, construção de pontes e manutenção de estradas que beneficiariam a todos, era preciso fazê-lo em regime de mutirão ou, como se diz na Amazônia, realizar um “puxirum”, que é um termo originário do vocabulário tupi-guarani e que significa “juntar a todos para fazer casa, festa, caçar, pescar, plantar, colher”. Os trabalhos comunitários foram aos poucos aproximando as religiosas da população e gerando cumplicidade. Freire (1987) salienta o quão necessário o surgimento de lideranças que se identificam com as lutas do povo e que, ao mesmo tempo, estejam dispostas a enfrentar as dificuldades próprias da causa libertadora. “Afirma -se, o que é uma verdade, que esta transformação não pode ser feita pelos que vivem de tal realidade, mas pelos esmagados, com uma lúcida liderança. Que seja esta, pois, uma afirmação radicalmente consequente, isto é, que se torne existenciada pela liderança na sua comunhão com o povo”. (Freire, 1987, p. 80).

Seguindo o pensamento do educador Paulo Freire, ao discutir as deficiências estruturais do município, apontava-se os responsáveis e buscavam-se alternativas. E, assim, presumia-se

que, para mudar a situação de abandono em que a cidade se encontrava, era preciso que surgissem lideranças políticas que entendessem a real situação do município e canalizassem os recursos para a melhoria dos serviços básicos. E, por mais que fosse tarefa difícil formar lideranças, não havia uma alternativa que não significasse arriscar no progresso dessas pessoas, mesmo entendendo que a maioria não vingaria por ser algo muito complexo, que exigiria carisma, esforço e honestidade. Aludindo à sabedoria popular: era necessário plantar uma infinidade de sementes para que algumas nascessem e crescessem viçosas. Paulo Freire (1987) diria que, mesmo germinando, ainda não seria sinal de transformação: “daí que, se todo desenvolvimento é transformação, nem toda transformação é desenvolvimento. A transformação que se processa no ser de uma semente que, em condições favoráveis, germina e nasce, não é desenvolvimento”. O mais importante seria cuidar bem das que cresceram e não se decepcionar com aquelas que não frutificaram.

A filosofia imbuída em todas as atividades era a de ofertar serviços com criatividade utilizando os recursos disponíveis naquele momento, acrescentando-se o elemento fundamental da educação popular e da emancipação política, que consistia no aproveitamento das centenas de reuniões realizadas para organizar os trabalhos para desenvolver o senso crítico e os elementos da cidadania, por exemplo: na elaboração de um trabalho prático, como abrir ou consertar uma ponte ou uma estrada, os comunitários iam percebendo o quanto era revoltante a ausência de políticas públicas que facilitassem o escoamento de sua produção agrícola e ficar somente “resmungando” não levaria a mudanças significativas, era preciso tomar as rédeas da história política do município.

A atuação profissional das irmãs franciscanas era baseada nos pilares: educação, saúde, construção de habitações populares e artesanato para geração de renda. Dentre todos os serviços, o educacional teve maior abrangência por atender diariamente milhares de crianças em idade pré-escolar. Nesse aspecto, deu dignidade a uma população historicamente negligenciada pelas políticas educacionais: as crianças de 3 a 6 anos de idade. E, além da novidade para região na década de 1970, destaca-se a oferta de educação exclusiva para as crianças da zona rural, algo que, até o presente, segundo dados do Censo Escolar dos últimos anos, é raridade constatar nas políticas educacionais dos municípios da Amazônia.

A partir de 1976, as escolas de educação infantil foram se espalhando por todo o município de Juruti. Conforme as comunidades solicitavam as creches e as pré-escolas, logo havia o esforço para a construção desses espaços, sempre em regime de mutirão. Em um período de 20 anos, já eram mais de 20 unidades em todo o município, isso significava que pelo menos 60% das crianças em idade pré-escolar estavam sendo atendidas pelas creches.

Diferentemente do restante do país, em que esse contingente não chegava nem a 5%, na década de 1970, como afirma Kramer: ‘O Diagnóstico Preliminar da Educação Pré-Escolar no Brasil (Brasil, 1975), primeiro documento oficial a dimensionar o tamanho do nosso problema, indicava que 3,51% das então 21 milhões de crianças de 0 a 6 anos frequentavam creches e pré-escolas, incluindo-se aqui a rede privada’ (Kramer, 2006, p. 7).

Kramer (2020) ainda reforça que, apesar dos avanços, principalmente depois da Constituição de 1988, da Lei 8.069/90 e da Lei 9394/96, ainda é preocupante observar pelo país a falta de cobertura para educação infantil nas redes de ensino. Segundo suas pesquisas, as crianças de famílias pobres são as mais negligenciadas pelas políticas públicas dos municípios.

Em Juruti, a realidade da educação infantil será impulsionada pela experiência pedagógica adquirida pelas freiras na Alemanha. A primeira escola de educação infantil foi inaugurada em 1976 e, em 1977, foi firmado um convênio com a antiga Legião Brasileira de Assistência (LBA). O objetivo dos programas de assistência social do governo militar na época era garantir a segurança nacional. Segundo Rosemberg (2016), na cabeça dos militares, girava a convicção de que dando alimento aos miseráveis e um pouco de assistência, as ameaças de insurgências se resolveriam. Aproveitando-se dos recursos que eram disponibilizados pelo governo e por outras fontes, como entidades filantrópicas nacionais e internacionais, parentes e amigos da Alemanha e muita criatividade, as freiras remodelaram o conceito de assistência às crianças e imprimiram outra função relacionada à educação, o desenvolvimento integral das crianças.

Com início das atividades e com toda a estrutura voltada ao atendimento da criança, a freira Brunhilde acaba desenvolvendo as técnicas educacionais que aprendeu no período em que exerceu a profissão do magistério infantil na Alemanha. Ficava explícito, em sua dedicação, o seu entusiasmo com as crianças. Boa parte de sua vida foi exclusivamente dedicada aos Casulos de Juruti.

O trabalho desenvolvido pelas freiras nos setores que eram de responsabilidade do poder público, a princípio, causou boa impressão nos eternos mandatários, mas, à medida que esses serviços começaram a interferir em suas finanças e a ameaçar o poder político, essa relação começou estremecer, ganhando contornos de ódio e sérias ameaças de violência. Por conta dessa relação conflituosa e, para compreender a dimensão político pedagógica das atividades desenvolvidas em Juruti pelas freiras franciscanas, recorreremos ao materialismo histórico-dialético, não somente por se tratar de relações humanas conduzidas pela partilha de conhecimento adquiridos historicamente, mas também por severos conflitos por delimitações

de poder. Conforme Pires (1997, p. 88), a “dialética permite e exige o movimento do pensamento, a materialidade histórica diz respeito à forma de organização dos homens em sociedade através da história [...] este movimento contraditório humanização/alienação interessa muito à educação”.

A controvérsia se torna a essência dessa pesquisa por razões conceituais. Karl Marx e Friedrich Engels (2007) enfatizaram que as relações de poder geram os conflitos que ocorrem no decurso da história, e Feuerbach (2013) expressa que as relações com o sagrado não passam de imitação da realidade e suas consequências afetam objetivamente a vida das pessoas e, portanto, possuem uma finalidade objetiva que impacta a história.

As freiras eram religiosas ligadas a uma congregação e, por conseguinte, essa instituição legalmente era atrelada ao Vaticano, portanto, não haveria qualquer possibilidade de ser atribuída para a congregação o estigma do socialismo defendido pelos marxistas. Mesmo que houvesse simpatia das freiras pela corrente comunista, não seria conveniente para elas se autointitularem como tal devido à forte objeção do marxismo pela religiosidade como realidade objetiva. Contudo, suas ações sociais as aproximavam aos ideais do marxismo porque a espiral dos serviços prestados convergia para a defesa e proteção da criança, do homem e da mulher que estavam à margem do sistema capitalista; para a luta, a fim de vencer a ganância, o acúmulo de riquezas, o individualismo e a falsa sensação de bem-estar imposta pelo consumo desenfreado que beneficia alguns e massacra outros. A ideia geral da Teologia da Libertação, seguida pelas freiras, era a de que concentrar esforço somente nas rezas não resolveria o problema crucial da miséria dos pobres, precisava de uma ação contundente e alicerçada na realidade, e elas não temeram o poder vigente, haja vista que foram combativas à cultura da corrupção durante sua permanência no município. Como reflete Saviani (1999), a manutenção do estado burguês é facilitada pela passividade da maioria, mas, na medida que o proletariado toma consciência de sua situação de exploração e reage, a liberdade se torna uma realidade.

A pesquisa trata dos serviços sociais, educacionais e políticos desenvolvidos pelas freiras, para isso, contará com a contribuição dos registros documentais e fotográficos gentilmente fornecidos pela Paróquia Nossa Senhora da Saúde, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Juruti, Associação dos Artesãos de Juruti e pela Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti (ACA), atual entidade que administra as creches e as pré-escolas. Será utilizado o termo “casulo” para designar as pré-escolas, pois, desde a assinatura do convênio entre Igreja Católica e LBA, em 1977, até a presente data, é assim que essas entidades são conhecidas no município.

Mesmo considerando a educação infantil como um dos elementos mais importantes da pesquisa (são mais de 150 laudas dedicadas a pré-escola), a análise não se furtará em tratar das demais atividades desenvolvidas pelas freiras nas áreas de assistência social, saúde e infraestrutura. Foi através desse conjunto de atividades que foi-se trabalhando o desenvolvimento político dos pequenos lavradores, não como objetivo principal das freiras, mas como necessidade em mudar os rumos da história em favor da classe trabalhadora. Isso se evidencia através do primeiro e do segundo capítulos da pesquisa onde será abordado o processo de aproximação junto aos comunitários, através dos serviços de saúde, de geração de renda pelo artesanato, de construção de casas populares em regime de mutirão e do desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ligadas ao fortalecimento do sindicato dos trabalhadores rurais e à criação do Partido dos Trabalhadores no município. O ponto de convergência de todas essas atividades era a identificação com uma pedagogia de caráter popular, em que o cidadão recebia o serviço, mas era, também, convidado a ser voz e presença ativa nas assembleias que, aos poucos, avolumavam-se e que tratavam de assuntos espinhosos, como corrupção, desemprego, infraestrutura e, conseqüentemente, política. Paulo Freire (2000, p. 44) reflete que o estar da humanidade no mundo é naturalmente um ato político: Não é possível estar no mundo, enquanto ser humano, sem estar com ele e estar com o mundo e com os outros é fazer política. Fazer política é assim a forma natural de os seres humanos estarem no mundo e com ele. Saber que é possível mudar o mundo é conhecimento tão indispensável a quem faz política quanto o é para quem estuda Marx saber a importância no seu pensamento do conceito de práxis.

A pesquisa se apoia em documentos históricos, em fotografias e em bibliografias voltadas à compreensão dos movimentos populares dentro de uma concepção de transformação da realidade social. Também são utilizadas as falas de alguns sujeitos que conviveram com as freiras. Nesse sentido, a tese que será defendida no decurso desta pesquisa será: As atividades educacionais, de saúde e de assistência social, desenvolvidas pelas freiras Franciscanas de Maristella, a partir de 1970, na cidade de Juruti Pará, contribuíram para a redução da mortalidade de crianças e adultos, melhorou o acesso a bens e a serviços das pessoas pobres e promoveu uma revolução educacional no município através do acesso da criança nas 30 unidades de pré-escolas inauguradas na zona urbana e rural do município onde era oferecido educação integral, além disso, o serviço desenvolvido contribuiu com a formação de lideranças populares com intuito de ocupar o espaço político do município, o que gerou revolta da oligarquia, ocasionando na saída das irmãs de Juruti. Mesmo com a saída abrupta das freiras,

os 22 anos de serviços foram importantes para o fortalecimento da organização política dos pequenos lavradores do município de Juruti-PA.

O problema apresentado no transcurso desta pesquisa foi: como um projeto baseado na educação infantil, no atendimento à saúde, na construção de casas populares, na geração de renda através de artesanato e preceitos religiosos conseguiu contribuir para formação política de pequenos lavradores ao ponto de influenciarem nos rumos políticos do município de Juruti?

O objetivo geral foi analisar os serviços sociais, de saúde e educacionais desenvolvidos pelas freiras franciscanas em Juruti (1970-1992) em consonância com a organização política dos pequenos lavradores. E os objetivos específicos são: identificar os serviços desenvolvidos pelas freiras franciscanas e sua relevância para sociedade jurutiense; relatar a história da educação infantil em Juruti a partir de 1976 e o que isso significou para o desenvolvimento da criança jurutiense; comparar o serviço de saúde e de infraestrutura (construção de poços artesianos e casas populares) antes e depois da chegada das freiras e o que isso representou para a vida das pessoas; entender como se deu a organização do artesanato como um importante instrumento de geração de renda para as famílias pobres; compreender a relação do movimento religioso chamado Comunidades Eclesiais de Base e a Educação Popular para fins de emancipação política; compreender as razões do combate e da violência exercidas pelos mandatários e empresários do município ao trabalho desenvolvido pelas freiras; entender as contradições expressas nas relações das freiras com os comunitários as quais culminaram na saída da congregação da sede do município em 1992; e perceber minimamente as relações históricas e antropológicas do município a partir das pré-escolas.

As freiras que iniciaram as atividades em Juruti foram: Brunhilde Henneberger (Alemanha); Germana Custódia de Lucena (Recife-PE); Gertrud Kalistchek (Alemanha); Ávila Goppert (Alemanha) e Julieta (Recife-PE).

Esta tese se divide em três partes. A primeira apresentará o município de Juruti e algumas de suas peculiaridades e, logo em seguida, tratará sobre o percurso metodológico em que se fará a justificativa da opção pelo materialismo histórico-dialético como fundamento de pesquisa. Depois será feito um breve relato sobre a história da congregação religiosa franciscana de Maristella, iniciando na Alemanha até a chegada ao Brasil e o início de suas atividades na Amazônia. Nesse tópico, entra a breve experiência das freiras com a administração de escolas do ensino fundamental, com a de Nossa Senhora da Saúde.

A segunda parte abordará sobre as atividades desenvolvidas pelas freiras ao longo da permanência delas em Juruti. Desse modo, realizar-se-á um relato sobre as atividades desenvolvidas na área da saúde, entre elas, a construção de casas populares em regime de

mutirão; far-se-á, também, um apanhado sobre a inauguração do artesanato como forma de geração de renda e de respeito à natureza e à cultura (esse item gerou um artigo que foi publicado na “Revista Científica Cocar”, da Universidade Estadual do Pará); outro assunto abordado foi a divulgação de um movimento religioso chamado Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em que as freiras e os padres ligavam os ensinamentos bíblicos à realidade social e política do município e instigavam os participantes a lutar por melhorias nas políticas públicas desenvolvidas por quem estava nos cargos públicos (esse assunto gerou um outro artigo científico que foi publicado na “Revista Educação Popular”, da Universidade Federal de Uberlândia).

A terceira parte, que é a mais robusta da pesquisa deste doutorado, fará um apanhado geral e específico das escolas de educação infantil desenvolvidas pelas freiras franciscanas (esse item também gerou um artigo que foi publicado pela “Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar- RECEP”, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte). Como o Projeto Casulo é parte central para se entender a inserção política nas comunidades, será feito o levantamento histórico desde a implantação em parceria com a LBA até as especificidades de cada Casulo. A partir de 1976, as crianças de Juruti puderam desfrutar de um serviço educacional com avançadas técnicas de aprendizagem infantil, centradas no desenvolvimento e bem-estar da criança. Em princípio, gerando certa desconfiança dos pais e das mães, mas que, logo em seguida, foi compreendido e apoiado. O ambiente era pensado no pleno desenvolvimento da criança com espaços de no mínimo 1.500m², arborizados, gramados e com parquinho em madeira; as aulas seguiam um planejamento em que eram incluídos os aspectos culturais das comunidades, brincadeiras, cantos, teatros diversificados; foi construído uma carpintaria para confecção de brinquedos e boa parte das produções do artesanato era de brinquedos como bonecas de pano. À medida em que for relatada a efetividade dos casulos, será, também, tratado sobre alguns personagens importantes que caracterizaram esses educandários.

Nas considerações finais, são apresentados os resultados da pesquisa os quais são expressos os legados políticos-educacionais deixados pelas freiras franciscanas no período de 1970 a 1992 ao desenvolvimento do homem e da mulher deste pequeno pedaço da Amazônia brasileira, que é o município de Juruti.

As principais fontes desta pesquisa foram documentos datilografados, digitados, digitalizados, manuscritos e fotografias da: Paróquia Católica Nossa Senhora da Saúde de Juruti, Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti, Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Juruti, Associação dos Artesãos de Juruti, Associação Franciscana

de Maristella. As principais entrevistas: Raimundo Pimentel (um dos principais funcionários da freira Brunhilde), Raimunda Gato (coordenadora do Artesanato por muitos anos), Jader Batista (professor desde a época em que freiras coordenavam os casulos e por vários anos assumiu o cargo de coordenador), Rita Betânia (professora e coordenadora pedagógica desde a época da administração das freiras), o casal Leomar e Expedito Silva que conviveram próximos dos padres e freiras (Expedito foi por 20 anos funcionário da Paróquia) . Convivência por cerca de 15 anos: freira Brunhilde e Maria das Graças Pereira Lima (*in memoriam*). Maria das Graças foi secretária geral dos casulos por 20 anos. Entrevista disponível por meio eletrônico da freira Brunhilde para a Organização Museu da Pessoa.

1 A COMPREENSÃO DA DINÂMICA AMAZÔNICA

1.1 As primeiras impressões do município de Juruti na década de 1970

Juruti é uma cidade paraense situada à margem direita do rio Amazonas, extremo oeste do estado. Sua economia sempre foi baseada na agricultura de subsistência e, nos últimos anos, acrescentou-se a exploração do minério de bauxita. Segundo Demeda (2020), a origem do município se dá em um local chamado Muirapinima, às margens do lago Juruti Velho, no início do século XIX. Depois, a sede foi transferida para a margem do rio Amazonas, facilitando o acesso de embarcações maiores. Os primeiros relatos da localidade datam de 1818, quando o padre Antonio Manoel Sanches chega ao município a mando do Estado português, acumulando as funções religiosas e administrativas. O local era habitado, em sua maioria, pelos indígenas da etnia Munduruku e seus descendentes.

O nome do município é originário de um pássaro da família das aves *Columbidae*, parentes das pombas e rolas. Em outras regiões do país, esse pássaro é conhecido pelo nome de Juriti ou Jeruti, mas, devido à frequência vocal regional de dois ou mais “us” nas palavras herdadas dos indígenas e dos africanos, como uirapuru, mutum, pirarucu, urucubaca, tutu, tucupi, curumim etc., característico das variações linguísticas do fenômeno chamado metaplasmo², a pronúncia manteve-se com mais um “u”: Juruti. Na linguagem Tupi, pronunciava-se foneticamente *yuru'ti*.

Outra característica histórica peculiar é o próprio nome que se originou de um elemento físico da região, diferente de outras cidades circunvizinhas que possuem nomes importados da Europa, como: Óbidos, Santarém, Monte Alegre, Faro e Alenquer. Juruti teve a boa sorte de não ter seu nome alterado por Mendonça Furtado no séc. XVIII, em virtude de ser um minúsculo povoado indígena naquele período e, também, ser atrelado juridicamente à cidade de Faro. Outras localidades perderam os topônimos indígenas, a saber: Óbidos que era Pauxi; Santarém, Tapajó; Faro, Nhamundá³; e Alenquer, chamada de Surubiú, anteriormente. Tais mudanças ocorreram em virtude da política do Marquês de Pombal em impor a cultura lusitana em todas as áreas da colônia portuguesa no Brasil, incluindo a mudança de topônimos indígenas por portugueses.

² Alteração na composição fonética da palavra ao longo de sua existência, como a palavra você, que antigamente se pronunciava vossa mercê, depois vosmecê, em seguida, você e, hoje, em algumas regiões do Brasil, já se pronuncia somente o “sê” (“Sê faz isso para...”).

³ A parte do estado do Amazonas que faz fronteira com a cidade de Faro no Pará preservou seu topônimo indígena e, em 1956, elevou-se à categoria de cidade com o nome de Nhamundá.

Figura 1 - Vista aérea de Juruti – à esquerda, anos de 1970, e à direita, anos 2010

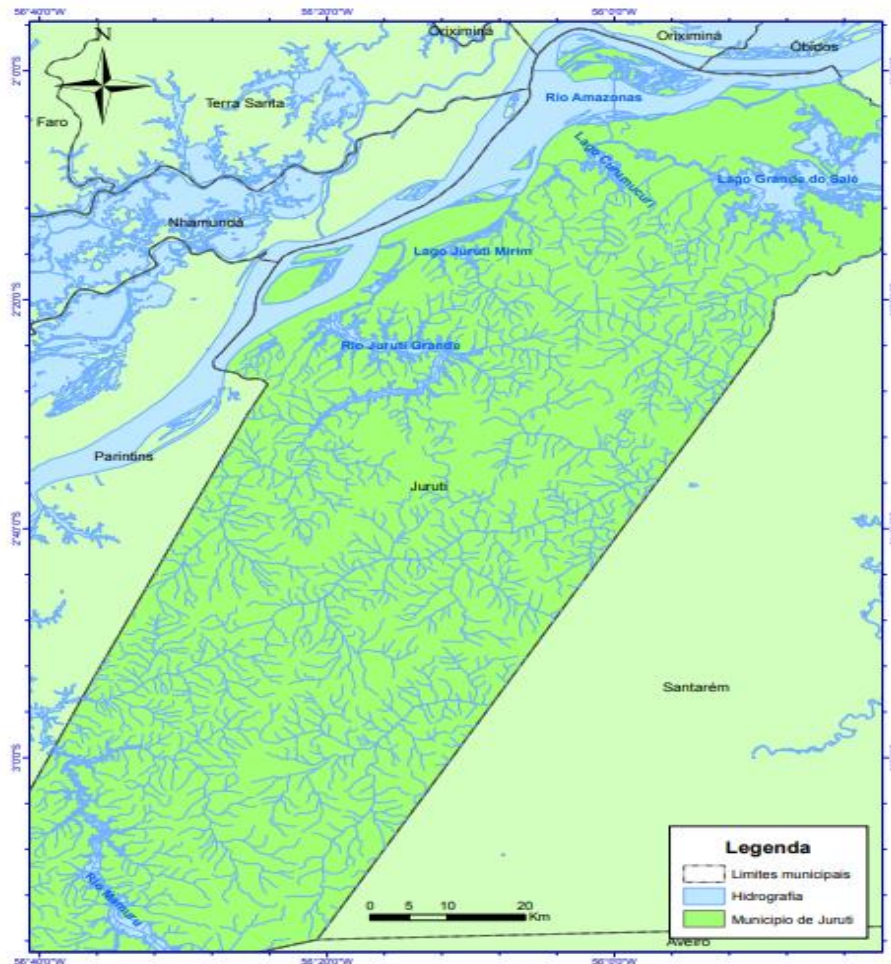


Fonte: Acervo digital da Paróquia Nossa Senhora da Saúde de Juruti.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Juruti na década de 1970, período em que as freiras franciscanas chegaram, possuía uma população de 18.684 pessoas, apenas 19% viviam na zona urbana e 81% moravam na zona rural. Apesar de haver, na atualidade, um aumento do número de habitantes da zona urbana para 35%, ainda há de se considerar Juruti um município essencialmente rural. Ressalta-se, também, que o aumento da população urbana está relacionado ao empreendimento de exploração da mineração de bauxita pela empresa multinacional Alcoa, que atraiu trabalhadores de outros municípios paraenses e, também, de outras partes do país e do mundo. Na figura 1, pelo lado esquerdo, está a área urbana no período em que as franciscanas chegaram. Era um pequeno povoado com pouco mais de 3 mil habitantes. Ao lado direito, está a cidade já com o projeto de mineração instalado. De acordo com dados do IBGE de 2010, a área urbana contava com mais de 16 mil habitantes e com estimativa de mais de 20 mil para 2022. O círculo na cor azul do lado direito da figura 1 era o espaço demográfico ocupado no período em que os religiosos chegaram. Eram, aproximadamente, seis ruas e seis travessas que compunham a paisagem urbana.

A principal explicação para uma área rural tão densamente povoada está na concentração demográfica em cinco regiões onde estão localizados, como estão expressos no mapa 1, grandes lagos e um rio: Lago do Poção Grande ou Salé; Lago Grande Juruti Velho; Lago Curumucuri; Lago Miri; rio Mamuru. Ressalta-se que, no período em que as freiras trabalharam na sede do município de Juruti, a região do rio Mamuru estava sob a jurisdição do município de Parintins, somente a partir de 2005, com a confirmação das delimitações geográficas do município, foi que a administração pública passou a atender essa região.

Mapa 1 – Localização geográfica do município de Juruti com destaque aos grandes lagos



Fonte: Acervo cartográfico digital do geógrafo Junio Vasques.

Ainda, segundo os dados do IBGE de 1970, a situação de Juruti era preocupante em vários sentidos, principalmente na área de educação e de saúde. No ano de 1969, por exemplo, nasceram 717 crianças, no entanto, 128 morreram ou nasceram já mortas, o que gerava um percentual de aproximadamente 18% de perdas logo no nascimento. Também era significativo o número de mães que morriam no parto. A entrevistada Leomar Silva relatou que era comum em seu círculo de amizade da primeira infância haver várias crianças órfãs de mães, cuja causa da morte estava relacionada a um parto malsucedido.

A situação educacional também era precária. De acordo com dados do IBGE, na década de 1970, o índice de analfabetismo era muito alto no município. Praticamente 80% da população não passava das séries iniciais. Quando o vigário padre Paulo Suess e o padre Pedro Meyer chegaram, na segunda metade da década de 1960, ficaram penalizados com a situação do município e tentaram logo, com o bispo Floriano Loewenau, dar uma resposta àquela situação social de calamidade. Foi por esse motivo que solicitaram, para várias partes do país,

congregações religiosas femininas que tivessem como atribuições a experiência com serviço de educação e de saúde. A escolha da Congregação Franciscana de Maristella obedeceu a esses critérios de experiência e, além do mais, contavam como base de apoio a Alemanha, que era o país de origem dos padres, o que facilitava o rápido entrosamento devido à questão cultural. Antes da chegada das freiras, os padres e os comunitários ergueram um local de morada para elas e que, também, serviria de atendimento ambulatorial. A escola já existia, mas tanto a parte educacional como a estrutural eram precárias. Ao aceitarem o desafio de trabalhar como missionárias na Amazônia, as freiras já sabiam que os trabalhos não seriam poucos e muito menos fáceis.

Assim que as religiosas chegaram, iniciaram imediatamente os serviços de assistência à saúde e à educação. O trabalho, no início, era praticamente emergencial. Havia um problema grave de mortalidade no parto e de desnutrição infantil; existia, também, um número elevado de pessoas portadoras de hanseníase que precisavam de amparo e cuidados urgentes, enfim, o município estava bem doente. A escola, que pertencia à igreja, era outro grande desafio. A estrutura precisava de infinitos reparos, mas o pior estava no ensino ofertado às crianças, ainda baseado em métodos arcaicos e professores com pouquíssima formação.

Em dois anos de intensos trabalhos, houve significativos avanços tanto na saúde quanto na área da educação. Ocorreu severa redução da mortalidade infantil e melhoria nas condições de saúde da maioria da população. Na educação, foi reestruturada a Escola Nossa Senhora da Saúde e intensificado o trabalho de formação dos professores dentro de uma nova perspectiva pedagógica (tanto a saúde como a educação serão tratadas com mais relevância nos itens posteriores). Contudo, as freiras perceberam que somente desenvolvendo atividades na escola, na saúde, nos cursos de artesanato e arte culinária não resolveriam os problemas graves do município, era preciso ir além. Havia um problema estrutural de má gestão dos recursos públicos que comprometia qualquer possibilidade de melhorias para as pessoas mais simples, principalmente na zona rural, onde os agricultores tinham imensas dificuldades de escoarem seus produtos por conta da precariedade da infraestrutura, sem contar as demais dificuldades relacionadas às doenças e à falta total de escolas.

É nesse momento de reflexão que as freiras reelaboram suas atividades no município dentro de uma perspectiva de longo prazo e, para isso, estipulam um período de 20 anos para que os trabalhadores comecem a tomar as rédeas de seu destino em Juruti. E, como reflete Martins e Neves (2013), não há como relegar a importância da educação dentro desse processo de desenvolvimento histórico.

Para compreender o processo hegemônico precisa-se considerar que as classes fazem e refazem sua cultura a partir de experiências vividas por elas. No embate entre as classes, num determinado contexto social e histórico, são criados valores, normas e princípios que entram em confronto, e os dominantes, mediante diferentes estratégias e mecanismos, vão consolidando a hegemonia. Desta forma, a cultura tem um papel preponderante para compreender os mecanismos de manutenção ou não de uma hegemonia, e a educação é parte inerente da instituição da cultura (Martins; Neves, 2013, p. 345).

A primeira providência foi entregar a administração da escola de ensino fundamental Nossa Senhora da Saúde aos professores. Mesmo considerando a educação um fator preponderante para a mudança dos rumos do município, não era produtora de prosseguir depositando esforços nas atividades da escola por um fator determinante: o município era essencialmente rural. Era preciso pensar em projetos que abrangessem tanto a zona rural quanto a urbana se quisessem mudar o panorama político a longo prazo. Levar os serviços da escola adiante era um limitador, porque, além do excesso de trabalho que se exigia de uma escola de ensino fundamental, existiam os limites de aproximação com as famílias do município. A escola era situada no centro da cidade e o círculo de abrangência era limitado a uma pequena parte da área urbana. Na avaliação das freiras, seria muito melhor entregar a administração da escola aos educadores mais experientes e fazer o acompanhamento quando fosse necessário, assim, dispor-se-ia de mais tempo para a efetivação de atividades que atingissem a maior quantidade de pessoas do município e que estivessem mais ligadas à sua formação profissional. Martins e Neves (2013), ao analisar Gramsci e Williams, refletem que a mudança cultural depende de estratégias de superação:

Nessa aprendizagem de estratégias de superação do antagonismo de classes e de criação de uma cultura em comum, estar-se-ia superando de forma radical o velho problema das relações entre interesses específicos e o interesse geral. Uma revolução cultural teria como principal impulso a educação política dos vários grupos necessários para dar-lhe substância e torná-la possível. Sem se referir à formação de intelectuais, como diria Gramsci, Williams propõe, como estratégia revolucionária, a formação de organizadores da nova cultura. A revolução cultural, portanto, deveria ser orientada para a apropriação geral de todas as forças reais de produção incluindo agora, sobretudo, as forças intelectuais de conhecimento e de tomada de decisão consciente como meios necessários para revolucionar as relações sociais [...] (Martins; Neves, 2013, p. 352).

Por mais que as religiosas considerassem a importância do ensino fundamental, suas habilidades profissionais estavam ligadas à educação infantil. As freiras Brunhilde e Gertrud tinham boa experiência em educação infantil adquiridas nas pré-escolas alemãs onde a congregação Maristella desenvolvia atividades educacionais. E a freira Brunhilde tinha apego pessoal para a função do magistério infantil. Somados aos aspectos educacionais, as freiras,

adquiriram conhecimento da cultura opressiva dos ricos sobre os pobres vivida na periferia de Recife, em Pernambuco, onde a congregação atuava. Dessa forma, elas já compreendiam que, no Brasil, para melhorar a condição de vida das pessoas à margem da sociedade, era necessário entrar em choque com o poder estabelecido.

Quando chegaram em 1970, as primeiras impressões percebidas serão o alto índice de mortalidade infantil, pouca infraestrutura sanitária e ausência de atendimento educacional à criança em idade pré-escolar. Aliás, a ausência de atendimento educacional no município se dava em todos os níveis, mas a habilidade a qual foram formadas na Alemanha se dava nesse nível educacional da pré-escola, portanto, o esforço, segundo suas avaliações, deveria se dar nesse nível de ensino.

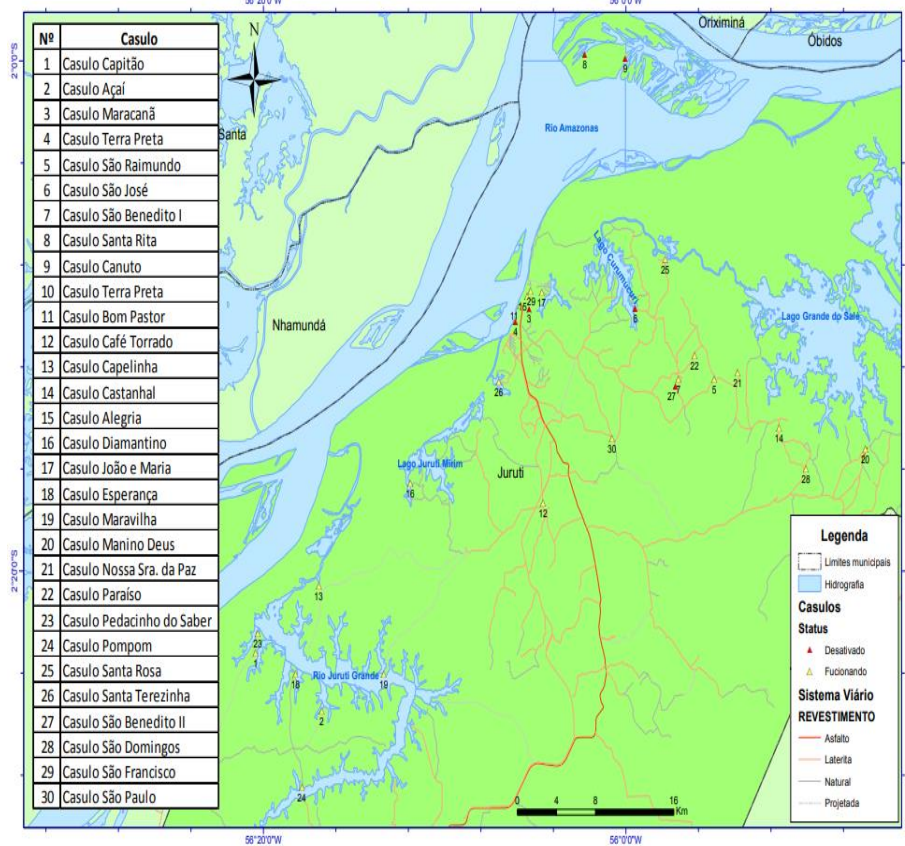
Como a maioria vinha da cultura europeia, em que a modalidade de ensino da educação infantil já era uma realidade consolidada em praticamente todos os países desde o início do século XX, logo entenderam a necessidade de fazer algo com urgência para amenizar esse problema educacional que afetava em grande medida o futuro das crianças. Dessa forma, em 1976, inauguram as primeiras unidades de pré-escola na cidade e, em 1977, firmam convênio com governo federal através da Autarquia Legião Brasileira de Assistência. A partir daí o projeto expandiu tanto para zona urbana como rural. Os comunitários perceberam que as crianças se desenvolviam rapidamente tanto no aspecto educacional como no nutricional. A contar de 1976, a história da criança jurutiense ganharia um novo capítulo: o Casulo. Dentro desse ambiente, a criança podia livremente correr, cantar, atuar, brincar, desenhar e receber 3 refeições diversificadas. Era um novo universo de possibilidades educacionais que jamais teriam se não fosse o empenho das religiosas.

Com a efetivação de várias unidades em praticamente todas as áreas povoadas de Juruti, a pedido dos próprios comunitários (houve caravanas de comunidades para solicitar a abertura de escolas de educação para a paróquia), o projeto educacional acabou contribuindo para a efetivação do projeto político de longo prazo devido à aproximação com lideranças das comunidades que se reuniam com os padres e as freiras com intuito de efetivarem a implantação de um casulo. O início da expansão para a zona rural se dá na região de Juruti Velho no ano de 1978, na comunidade chamada Ingrácia. A partir daí, as escolas foram se espalhando pelo município e, assim, as freiras foram compreendendo melhor as dimensões sociais e políticas de cada parte do município.

Tanto a educação infantil como todos os serviços que elas desenvolviam em Juruti, a dimensão da responsabilidade com a dignidade da pessoa humana era o que as conduzia ao aprimoramento de cada atividade e, na medida que elas observavam que o poder público era o

maior obstáculo para melhorar as atividades, convenceram-se de que deveria haver uma ruptura política no município partindo dos próprios comunitários, com intuito de romper as bases da oligarquia que há dezenas de anos se mostrava ineficiente diante dos desafios estruturais do município.

Mapa 2 - Locais onde foram ativados os casulos em Juruti



Fonte: Acervo cartográfico digital do geógrafo Junio Vasques.

Conforme demonstra o mapa 2, do ponto de vista estratégico, com o serviço desenvolvido na educação infantil, as freiras conseguiram acesso às mais longínquas localidades do município e, com isso, puderam estimular o senso de cidadania dos comunitários e logo observavam quem se destacava como liderança. À medida que iam surgindo essas lideranças, elas eram encaminhadas aos centros de formação da Prelazia de Óbidos ou a movimentos sociais localizados em Santarém. Nesses centros, as pessoas participavam de cursos ou semanas de treinamentos em que se misturavam conhecimentos religiosos com estímulo ao associativismo e demais conhecimentos sociais.

Figura 2 - Encontro de lideranças comunitárias – Óbidos 1979



Fonte: Acervo da secretaria da paróquia de Juruti.

Os encontros promovidos pela Igreja Católica nas décadas de 1970 e 1980 (figura 2) foram importantes para o desenvolvimento dos movimentos sindicais e sociais. Foi com a ajuda e com a reflexão a partir dessas jornadas que começaram a fortalecer o sindicato dos trabalhadores e o surgimento dos partidos políticos com viés de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores. No entanto, por mais que tivessem o interesse em mudar a sociedade e priorizar a classe trabalhadora, esses cursos, jornadas e demais encontros tinham, também, a finalidade de fomentar a doutrina religiosa cristã. Fazer esse paralelo entre fé e realidade histórica será um exercício importante de compreensão do caminho metodológico para que não se corra o risco de cair em um sectarismo de considerar que a função dos religiosos seria somente o tratamento da alma e que os elementos do materialismo histórico-dialético somente traçariam seus argumentos em cima da realidade sem considerar a influência dos elementos da metafísica.

Por conta dessas reflexões, o item a seguir traçará os argumentos sobre as bases metodológicas na tentativa de encaixar a dialética marxista aos serviços que foram desenvolvidos pelas freiras franciscanas em Juruti.

1.2 Caminhos tortuosos e tempestuosos: o percurso metodológico

O serviço educacional dispensados às crianças de Juruti foi um marco por várias razões: foi uma experiência de educação infantil que priorizava a zona rural (até hoje os municípios circunvizinhos pouco ou nada realizam para a população que habita fora da área urbana) por entender que era onde estavam as maiores deficiências educacionais e nutricionais das crianças

do município; mudou o eixo direcional, enquanto as outras creches espalhadas pelo país, que eram financiadas pela LBA, priorizavam o lado assistencialista de vigiar e alimentar as crianças, as unidades de Juruti priorizavam o lado educacional, sem deixar de enfatizar a proteção e a boa alimentação; estimulou os pais e as mães das crianças a tornarem-se membros ativos de associações com intuito de fortalecer a relação entre as comunidades através da troca de informações sobre legislação e melhorias da produção agrícola.

A parte questionável está no tratamento religioso que as creches recebiam. Por mais que fizessem o esforço de tratar os alunos e seus pais com igualdade, principalmente os que eram membros de outros cultos, a prioridade no planejamento era para o calendário católico, o qual girava em torno das festas dos padroeiros das comunidades. Mesmo que soasse inocente o professor participar de atividades religiosas de sua comunidade e sugerir que as crianças apresentassem um versinho ou teatrinho, ali estavam embutidos elementos ideológicos contraditórios para o desenvolvimento integral da criança.

O conceito de liberdade fica comprometido quando se induz ou se direciona a uma determinada prática em que os valores dependem de crença no sobrenatural. Contudo, a história dos movimentos sociais, partindo das comunidades, não seria a mesma em Juruti se não fosse esse serviço de cunho educacional e religioso desenvolvido pelas freiras, sem considerar religião, mas enfatizando o sentido comunitário. Karl Marx e Friedrich Engels (2007), na obra “A Ideologia Alemã”, traçam argumentação importante sobre esses núcleos de indivíduos em que se aprimora o sentido de liberdade.

[...] é somente em comunidade [com outros que cada] indivíduo tem os meios necessários para desenvolver as suas faculdades em todos os sentidos; a liberdade pessoal só é, portanto, possível na comunidade. Nos sucedâneos de comunidades que até agora existiram, no Estado etc., a liberdade pessoal só existia para os indivíduos que se tinham desenvolvido nas condições da classe dominante e somente na medida em que eram indivíduos dessa classe. A comunidade aparente, anteriormente constituída pelos indivíduos, adquire sempre perante eles uma existência independente e, simultaneamente, porque significa a união de uma classe face a uma outra, representa não apenas uma comunidade ilusória para a classe dominada, mas também uma nova cadeia. Na comunidade real, os indivíduos adquirem a sua liberdade simultaneamente com a sua associação, graças a esta associação e dentro dela (Marx; Engels, 2007, p. 64).

Nesse sentido, não será tarefa fácil relacionar o materialismo histórico-dialético à temática com elementos religiosos, os quais nos propomos investigar nesta pesquisa, mas não há outro caminho que não seja tentar desvendar as contradições históricas presentes nos trabalhos desenvolvidos pelas freiras franciscanas de Maristella no município de Juruti e suas

ligações aos princípios marxistas, mesmo que sejam indiretas, para efeito de compreensão e análise.

O princípio da contradição está no fato de Karl Marx (2013), em sua obra, tornar relevante questionar os preceitos religiosos e, principalmente, responsabilizar seus condutores pela opressão imposta pelo capitalismo à classe trabalhadora. Se a religião não age diretamente, sua omissão revela sua hipocrisia diante da realidade concreta.

Mesmo toda história da religião que abstrai dessa base material é acrítica. De fato, é muito mais fácil encontrar, por meio da análise, o núcleo terreno das nebulosas representações religiosas do que, inversamente, desenvolver, a partir das condições reais de vida de cada momento, suas correspondentes formas celestrializadas. Este é o único método materialista e, portanto, científico (Marx, 2013, p. 1294-1295).

A mesma hostilidade é vista por parte da Igreja Católica ao pensamento marxista. Em março de 1937, o papa Pio XI publica a polêmica encíclica “Divini Redemptoris” (“Divina Redenção”, em tradução livre) em que faz severas críticas à doutrina comunista, chamando-a de falsária. O conteúdo da carta condena a forma como os burocratas russos tratam seus operários nas explorações dos recursos naturais e mencionam o hostil tratamento aos trabalhadores e o baixo salário. Para Pio XI, a prática humanista, expressa nas linhas escritas por Marx, está muito distante da verdadeira realidade comunista.

A doutrina comunista que em nossos dias se apregoa, de modo muito mais acentuado que outros sistemas semelhantes do passado, apresenta-se sob a máscara de redenção dos humildes. E um pseudo-ideal de justiça, de igualdade e de fraternidade universal no trabalho de tal modo impregna toda a sua doutrina e toda a sua atividade dum misticismo hipócrita, que as multidões seduzidas por promessas falazes e como que estimuladas por um contágio violentíssimo lhes comunica um ardor e entusiasmo irreprimível, o que é muito mais fácil em nossos dias, em que a pouca equitativa repartição dos bens deste mundo dá como consequência a miséria anormal de muitos.[...] Ora, a doutrina que os *comunistas* em nossos dias espalham, proposta muitas vezes sob aparências capciosas e sedutoras, funda-se de fato nos princípios do *materialismo* chamado dialético e histórico, ensinado por Karl Marx, de que os teóricos do bolchevismo se gloriam de possuir a única interpretação genuína. Essa doutrina proclama que não há mais que uma só realidade universal, a matéria, formada por forças cegas e ocultas, que, através da sua evolução natural, se vai transformando em planta, em animal, em homem. Do mesmo modo, a sociedade humana, dizem, não é outra coisa mais do que uma aparência ou forma da matéria, que vai evoluindo, como fica dito, e por uma necessidade inelutável e um perpétuo conflito de forças, vai pendendo para a síntese final: uma sociedade sem classes. É, pois, evidente que neste sistema não há lugar sequer para a ideia de Deus (Pio XI, 1937, p. 3).

No restante da encíclica, papa Pio XI conclama os “verdadeiros fiéis católicos” a não se deixarem seduzir pelo discurso ateu dos comunistas e pede para continuarem propagando a doutrina religiosa deixada por Jesus Cristo. O papa deixa transparecer que seu desejo era

convocar o povo cristão a uma nova cruzada, dessa vez contra o inimigo “ateu” chamado comunismo.

Depois de termos focado os erros e os processos sedutores e violentos do comunismo bolchevista e ateu, é já tempo, Veneráveis Irmãos, de opor-lhe sumariamente a verdadeira noção da “Cidade humana”, que é tal como perfeitamente sabeis, qual nela ensinam a razão humana e a revelação Divina, por intermédio da Igreja, *Mestra dos povos*.[...] Tal é, Veneráveis Irmãos, a doutrina da Igreja, a única que, como em qualquer outro campo, assim também no campo social, pode projetar verdadeira luz, a única doutrina de salvação em face da ideologia comunista (Pio XI, 1937, p. 5).

De forma geral, a encíclica de Pio XI é contraditória por princípio, pois reconhece que o liberalismo econômico é causa de massacre e de exploração dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, defende a propriedade privada como sinal de liberdade e esforço humano. Ora, se a reflexão centrasse esforço justificando a perversão do acúmulo de riquezas nas mãos de poucos afortunados, incluindo a própria Igreja, a carta teria maior impacto na sociedade, o que, de certa feita, deixou a impressão da defesa de interesses particulares.

Essa batalha pelo poder político mundial e hegemonia antecede o advento do pensamento marxista. Durante séculos, a Igreja Católica lutou em defesa de seus princípios filosóficos e religiosos com intuito de demarcar território na política mundial. Santo Agostinho e São Tomás de Aquino foram os principais expoentes do pensamento cristão na Idade Média. Em sua grande obra chamada “A Cidade de Deus”, Santo Agostinho (2003) retoma a tradição filosófica platônica ao confortar os cristãos que cultivavam um sentimento de orfandade pela queda do Império Romano no séc. IV. E, também, atribui a existência do mal à ausência de Deus, nega os deuses gregos e romanos pagãos e conclama os devotos à purificação da alma objetivando a perfeição da morada eterna.

Não há dúvidas que esse livro seja uma das principais obras da humanidade, principalmente pela primazia da escrita e pela profunda reflexão sobre o sentido da humanidade e a busca de respostas pela sua existência, todavia, a forma como foi secularmente interpretada e manipulada propiciou o acúmulo de riquezas pela Igreja de maneira nefasta. O princípio do pecado original está expresso nesse livro. Nele, relata-se que a humanidade, por ser descendente de Adão e Eva, herda o pecado da luxúria desde o momento em que Eva deixou-se levar pelas tentações da serpente e, assim, todo ser humano terá que viver em purificação desse pecado para merecer uma vida digna na eternidade, nem que, para isso, tivesse que se despojar de seus bens. Com pavor de ir para o inferno, parte da população europeia foi entregando seus bens para a Igreja, pois acreditavam que a instituição seria a ponte que levava suas almas ao paraíso. Isso fez com que a Igreja acumulasse terras, fortunas e poder. O cinismo foi tão grande ao ponto

de venderem indulgências simples e plenárias (simonia⁴) gerando, por fim, a cisão na periferia do clero e abalando toda a estrutura da Igreja com o advento do protestantismo no séc. XVI.

São Tomás de Aquino (2016), com sua obra “Suma Teológica”, retoma a tradição clássica aristotélica em que busca, através da racionalidade, dar significado temporal à existência de Deus. Ao interpretar a famosa reflexão de Aristóteles sobre essência, existência e ato, o padre arrebatava dizendo que o Ato nada mais é que o Deus em absoluto. Tanto Tomás de Aquino quanto Santo Agostinho afirmavam que a fé não interferia na racionalidade humana, mas se completavam.

A filosofia tomista acabou sendo fundamental para a consolidação da dogmática, cujo princípio se baseava na crença do absoluto/inquestionável, como a existência de Deus e de sua presença em cada ser criado. Essa ideia do dogma como algo inquestionável propiciou o entendimento de que Jesus Cristo era em absoluto o filho de Deus; Maria, sua mãe, foi imaculada (elevou-se virgem aos céus); os sacramentos seriam indissolúveis; e o papa seria infalível em suas decisões.

Ao longo da história, foram aprovados 49 dogmas que deveriam ser seguidos pelo cristianismo, e quem duvidasse disso era considerado herege⁵. Aquele que se contrapusesse aos princípios dogmáticos da Igreja Católica poderia ter como destino uma fogueira para ser queimado vivo. Um exemplo importante desse período foi o rei Henrique VIII que, por não concordar com o dogma sacramental do matrimônio, foi excomungado pelo papa Clemente VII que, por sua vez, acabou se contrapondo à estrutura católica e, com isso, possibilitou a fundação da Igreja Anglicana.

A ciência, como hoje é entendida, com toda sua racionalidade, rigor metódico e universalidade, já foi severamente combatida pela Igreja justamente quando esbarrou nos dogmas. Vários nomes relevantes na história da filosofia e da ciência foram perseguidos por defenderem suas ideias, demonstrando, através de árdua pesquisa, que vários conceitos físicos e biológicos expressos na bíblia deveriam ser revistos e atualizados. Nomes grandiosos da história do conhecimento tiveram de fugir, mentir e até entregar sua própria vida por causa da intolerância religiosa diante da proibição da diversidade de pensamento e das descobertas científicas. Vejamos alguns desses relevantes exemplos:

- Giordano Bruno (1548-1600) foi um importante filósofo, matemático, professor universitário. Mesmo sendo um frade dominicano, foi morto na fogueira da

⁴ Venda ilícita de favores espirituais, como: sacramentos, bênçãos, promessas de salvação, entre outros.

⁵ Aquele que professa uma doutrina contrária ao estabelecido pela Igreja Católica e seus dogmas.

inquisição por discordar, em seus livros, de vários princípios teológicos, como a virgindade de Maria, transubstanciação (mudança de pão e vinho em corpo de Cristo), entre outros. Também concordava com Copérnico sobre a teoria heliocêntrica e afirmava que o universo era infinito. É considerado o mártir da ciência;

- Johannes Kepler (1571-1630) foi um importante astrônomo e matemático Alemão. Suas leis sobre as órbitas planetárias revolucionaram a ciência e facilitaram a compreensão sobre o espaço estelar. Foi perseguido pela Igreja por aperfeiçoar a teoria heliocêntrica. Seus livros entraram na lista do Index⁶, sua família foi acusada de bruxaria e teve a casa queimada;
- René Descartes (1596-1650) é considerado um dos maiores pensadores da humanidade. Sua obra “Discurso do Método” é um marco para a ciência, pois, através dela, Descartes instituiu o rigor metódico da pesquisa e sua comprovação minuciosa através dos cuidados matemáticos. Foi perseguido pela Igreja por levantar dúvidas sobre a existência metafísica⁷ em seu livro “Meditações Sobre a Filosofia Primeira”. Foi obrigado a fugir para não ser condenado;
- Galileu Galilei (1564-1642), famoso astrônomo, matemático, físico e engenheiro, elaborou os cálculos matemáticos sobre as órbitas planetárias e defendeu a teoria heliocêntrica de Copérnico. Foi perseguido e condenado pela inquisição e, para fugir da morte, foi obrigado a negar parte do seu conhecimento;
- Charles Darwin (1809 – 1882) foi revolucionário no ramo da biologia evolutiva, o geólogo e naturalista estremeceu as bases religiosas com a publicação dos livros “A Origem da Espécies” e “A Origem do Homem e a Seleção Sexual”, em que sustentava a evolução e seleção natural de todas as espécies vivas. Sua teoria se contrapunha à visão bíblica de que o homem era descendente de Adão e Eva. Sua pesquisa dividiu a igreja de seu país, o anglicanismo, e foi evidentemente muito criticada pela Igreja Católica.

Mesmo depois de Immanuel Kant (1724-1804) colocar evidências filosóficas e científicas sobre a metafísica, afirmando que não havia argumento plausível que a sustentasse, ainda assim, a Igreja continuou perseguindo quem atentasse contra suas verdades etéreas. Kant

⁶O “Index Liborum Prohibitorum” é uma lista de livros proibidos pela Igreja Católica na Idade Média. Medida tomada pela cúpula da igreja em contraposição à reforma protestante iniciada por Martinho Lutero.

⁷O que além da experiência sensível. Para Aristóteles, a metafísica era o fundamento de todas as ciências. Uma espécie de motor gerador de tudo.

foi categórico ao afirmar que a base da ciência estava calcada pela evidência. No postulado científico, poder-se-ia supor e levantar hipóteses sobre algo ou determinado objeto e a investigação, somadas a elementos da matemática, comprovariam ou refutariam a hipótese. Na metafísica, pode-se levantar as hipóteses e os argumentos, mas é impossível comprová-las porque não há por onde começar as investigações e não há possibilidade de fazer os cálculos. Portanto, os argumentos metafísicos são severamente inconsistentes para julgá-los como ciência, porque lhe falta o essencial.

Os argumentos de Kant, por mais consistentes que fossem, não intimidou a Igreja Católica em cessar suas investidas contra quem questionasse os princípios metafísicos como absoluto. Do ponto de vista do materialismo histórico, isso poderia ser justificado como uma forma intransigente da Igreja em lutar pela preservação do seu poderio econômico e político administrado com todo rigor durante a Idade Média, pois, como defende Marx: “[...]o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral – tudo isso seria correto para o mundo atual, onde dominam os interesses materiais, mas não seria válido nem para a Idade Média, onde dominava o catolicismo.” (Marx, 2013, p. 1493).

Percebe-se que, objetivamente, a linha que divide o bom senso da razão está na luta pelo poder e, nesse embate, vale a utilização das mais variadas armas, inclusive o expediente da meia culpa. Por exemplo, em 1990, o papa João Paulo II admitiu que a teoria de Galileu estava correta sobre o heliocentrismo, mas não se desculpou sobre as humilhações impostas ao cientista, e a mesma falta de reconhecimento ocorreu com centenas de outros pensadores e pesquisadores que foram considerados hereges pela Igreja e que foram condenados injustamente. A justificativa da Igreja sempre cairá nas dificuldades de julgar os interesses sociais e políticos de outros tempos.

No começo do século XX, o teólogo e paleontólogo francês Pierre Teilhard de Shardin tentou ligar a fé católica ao pensamento científico. Sua teoria consistia em afirmar que em toda obra universal, das micropartículas ao desenvolvimento dos seres, estavam impressas a marca de Deus e da Santíssima Trindade. O problema, para Shardin, seria como provar dentro da rigorosidade da investigação científica a existência da metafísica. Mesmo com todo o esforço metódico, o alemão Emmanuel Kant não encontrou saída para esse problema, é algo que até o momento não se tem resposta. A teoria de Shardin foi recebida pela comunidade científica com desprezo, ironia e algumas severas críticas. Seria como dizer: “fique em seu lugar”, ciência e religião são polos contrários, e qualquer faísca pode gerar “incêndio”. Suas ideias foram também criticadas pelos membros da Igreja. Nesse caso, a disputa passou do plano da investigação para o plano pessoal e de delimitações políticas.

A crítica à religiosidade expressa no materialismo histórico-dialético está muito ligada à obra “Sobre Filosofia e Cristianismo”, de Ludwig Andreas Feuerbach (2013). Essa publicação influenciou profundamente o pensamento de Karl Marx e, conseqüentemente, toda a sua obra. Feuerbach viveu no mesmo período que Marx, até correspondências trocaram. Havia entre eles um respeito mútuo. Feuerbach deu importante impulso para a antropologia ao afirmar que os motivos pelos quais foram criadas as religiões não estão ligados à natureza divina, mas à própria natureza humana. Segundo seu pensamento, a finitude humana deu vida, através da crença, a seres com características antropológicas, mas com superpoderes. Esses seres poderosos têm vontade infinita, inteligência infinita, vida infinita. São características desejadas, projetadas nos deuses, que o ser humano jamais poderia alcançar. De acordo com Feuerbach, por essa razão, o homem não busca o deus metafísico, mas busca a si mesmo.

Para Sigmund Freud, seria a busca eterna pela mãe que lhe protegia quando criança de todas as adversidades do mundo. O precedente perigoso, teorizado por São Tomás de Aquino, nessa busca incessante pela infinitude, foi a criação do absoluto e inquestionável (dogmas) no espectro religioso, o que tem levado os seres humanos a guerras absurdas como “As Cruzadas”, na Idade Média, e diversos outros conflitos entre os cristãos e muçumanos que afetam os nossos dias. Nesse caso, a simbologia envolta na defesa de um deus representa os limites do poder exatamente no tempo e no espaço, ou como diria Marx, na própria história.

Se for seguir a linha antirreligiosa impressa no racionalismo do materialismo dialético, não se poderia prosseguir com este estudo, pois as freiras, por mais que tivessem boa vontade com a população, seu objetivo primeiro era evangelizar, propagar as normas da Igreja Católica, incluindo todos os seus dogmas, o que, de qualquer forma, contrapõe-se ao princípio da cientificidade. Então, nesse sentido, poder-se-ia questionar: onde poderá haver confluência neste estudo sobre as freiras franciscanas de Maristella? A resposta está na própria dialética.

Os principais nomes do materialismo histórico-dialético sempre valorizaram o conhecimento científico, mas sempre criticaram a soberba de quem se utiliza de altos estudos em benefício próprio. Por trás da ciência, também existe o jogo de interesses, a busca de reconhecimento e a ambição pela fortuna. Gramsci (1999), por exemplo, irrita-se com a tentativa de soberanizar o conhecimento dito científico.

A questão está estreitamente ligada, o que é compreensível, à questão do valor das ciências chamadas exatas ou físicas, bem como à posição que elas têm assumido no quadro da filosofia da práxis, posição de um quase fetichismo ou, melhor, de única e verdadeira filosofia ou conhecimento do mundo (Gramsci, 1999, p. 131).

Prosseguindo o seu desconforto, Gramsci reclama que o desenvolvimento científico só chegou a esse patamar em virtude do desenvolvimento da filosofia e da própria história.

“Científico.” O que é “científico”? O equívoco em torno dos termos “ciência” e “científico” nasceu do fato de que eles assumiram seu significado a partir de um grupo determinado de ciências, precisamente das ciências naturais e físicas. Chamou-se de “científico” todo método que fosse análogo ao método de pesquisa e de exame das ciências naturais, transformadas em ciências por excelência, as ciências-fetiche. Não existem ciências por excelência e não existe um método por excelência, “um método em si”. Toda pesquisa científica cria para si um método adequado, uma lógica própria, cuja generalidade e universalidade consiste apenas em ser “conforme ao fim”. A metodologia mais genérica e universal é tão somente a lógica formal ou matemática, isto é, o conjunto daqueles mecanismos abstratos do pensamento que foram sendo descobertos, depurados, refinados através da história da filosofia e da cultura (Gramsci, 1999, p. 235).

Lukács é outro autor marxiano que não se deixa levar pelo absolutismo científico e muito menos pelo fascínio literário. Assim como questionou as intenções burguesas nas obras de consagrados autores, como Miguel de Cervantes e até do quase inquestionável Franz Kafka, assim também questiona o valor da ciência e suas intencionalidades.

Se, pois, o marxismo coloca essa questão no centro de sua visão da história, isto é, da essência de sua teoria, ele está em oposição flagrante, quanto à metodologia científica, à maioria de todas as descrições anteriores, mas ao mesmo tempo é, em continuidade do problema objetivamente condicionado pelo ser, o continuador mais coerente de todos os esforços legítimos que tentaram compreender esses complexos de problemas durante a história da humanidade até os nossos dias. E aqui está o motivo – do qual já falamos – de que a superação de todo esforço utópico sempre esteve no centro do trabalho do pensamento de Marx (Lukács, 2010, p. 126).

O pensamento de Lukács se torna importante para o prosseguimento deste estudo porque coloca no centro aquilo que realmente importa: o ser. O ser ontológico, que também é profundamente expresso nas obras de Heidegger, Sartre e Foucault. Busca dar sentido àquilo que é verdadeiramente humano e a toda sua história. A ciência, a indústria, o mercado e toda ordem tecnológica não podem ser superiores à humanidade. Defender o ser ontológico é defender a essência humana e suas variáveis, portanto, toda integridade da pessoa. Nesse sentido, a escala seria completamente substituída por uma régua em que a infância pudesse ser respeitada, a mulher valorizada, o deficiente bem assistido, o idoso plenamente integrado, as minorias com seus direitos inteiramente garantidos e assim por diante. A essência do marxismo e, conseqüentemente, da Teologia da Libertação, seguida pelas freiras franciscanas, está no cuidado, na resistência, na possibilidade em dar ressonância à voz dos trabalhadores diante das

injustiças do grande capital. Marx (2013, p. 1018) exprime sua revolta quando exclama: “a massa da humanidade expropriou a si mesma para a glória da acumulação do capital”.

Nesse sentido, chegamos próximo daquilo que poderá confluir entre o trabalho das freiras e o materialismo histórico-dialético: a defesa da humanidade, principalmente, daqueles trabalhadores humilhados pela força repressora do poder econômico. Contudo, ainda temos que compreender como o materialismo histórico irá contribuir para o estudo como método de pesquisa. E a pergunta que segue: onde iremos encontrar a base epistemológica que sustentará este estudo, tendo a educação infantil e a educação de caráter popular como ponto central? Para essa empreitada, contaremos com a preciosa contribuição de Gramsci (1999), Marx (2013), Chagas (2011), Rodrigues (2014), Saviani (1999) e Lukács (2010).

Chagas (2011) bebe na fonte quando analisa e compara a dialética de Hegel e Marx. Para o autor, a dialética hegeliana apresenta os elementos da análise, como a investigação e a exposição, o que pode confundir o pesquisador, contudo, essa análise não consegue ultrapassar os limites da movimentação histórica. Marx percebeu a perfeição do pensamento de Hegel ao analisar os movimentos e as contradições que ocorriam dentro da própria história, mas faltou a dinâmica para o além disso. Ele esperava que a dialética hegeliana desse uma resposta para o imediato e, a partir daí, ocorresse a transformação da realidade em uma perspectiva de intenso movimento. Nesse sentido, não ocorre uma oposição sistemática ao pensamento hegeliano, o que se apresenta como solução ao método de Hegel será o elemento do embate dentro do processo. A fim de que o processo histórico avance ou modifique seu curso, não há como prescindir do choque ou do conflito.

Chagas (2011) também reflete que o elemento investigativo é como um ato de garimpagem e suas variáveis. O investigador trabalha com possibilidades reais concretas e logo percebe que nem tudo que reluz é ouro e nem tudo que brilha é diamante. Se quiser obter resultado, é preciso muito esforço e sacrifícios, é preciso ir além das aparências. Assim como as pedras brutas escondem sua beleza, da mesma forma ocorre com a informação captada na pesquisa. Sua beleza está no passado e, ao mesmo tempo, no presente. A dinâmica histórica nos diz que o objeto investigado contém os elementos objetivos e subjetivos e que, para serem postos à luz da ciência, necessita contar com a visão aguçada e com a experiência metódica do pesquisador. Assim como o garimpeiro, que pela experiência não deixa passar despercebida uma pepita ou uma pedra preciosa, ocorre também com o pesquisador. Sem a experiência e sem a percepção aprimorada, tanto o pesquisador e quanto o garimpeiro irão à falência.

A realidade é pulsante e a história é um organismo vivo. Um exemplo clássico de como a história é um movimento contraditório é o episódio da relação da Igreja Católica com a

escravidão africana no Brasil. Tanto os jesuítas quanto os franciscanos, os carmelitas e as demais congregações religiosas negociavam escravos para as suas fazendas no período do Brasil Colônia. Essas informações são recentes e resultado de intensa pesquisa científica (Pereira, 2018, p. 5), então se pergunta: por que não há divulgação das congregações que também foram cúmplices de crimes contra a humanidade? Veja como a história é dinâmica, processual e não aparente. As glórias terão de ser divulgadas aos quatro cantos do mundo, mas as aberrações terão que ser jogadas para debaixo do tapete. É exatamente esse “lixo” que está debaixo do tapete que é o diamante do pesquisador.

A fim de se chegar ao objetivo esperado, o bom garimpeiro faz todo o estudo prévio, mesmo de forma intuitiva, em atenção a suas reais possibilidades de obter retorno. Há de se usar as ferramentas adequadas e todo um planejamento em que compete não correr riscos desnecessários e nem impactar severamente o meio ambiente e as pessoas que estão direta ou indiretamente ligadas a esse empreendimento. Nota-se que quaisquer atividades podem gerar consequências desastrosas a outrem. É preciso respeitar limites legais, ou seja, é preciso ter ética⁸. Assim também ocorre com a pesquisa científica, é preciso tratar com dignidade as fontes e respeitar as informações sem manipulá-las com a intenção de somente justificar os caprichos do pesquisador. O que se quer demonstrar com a comparação entre a garimpagem e a investigação científica é que ambos se dinamizaram no decorrer do tempo e, para que isso ocorra, é necessário que se façam constantes adequações. Da mesma forma ocorre com a investigação na perspectiva dialética: parte-se do real e todas as suas possibilidades, incluindo as falhas e as revisões, para se chegar ao objeto. Chagas (2011) fala que a pérola não sai sozinha da ostra, é preciso esforço para se chegar ao núcleo do problema:

“a pérola não sai sozinha da ostra”. Neste sentido, o método dialético de Marx não é um instrumento, uma técnica de intervenção externa do pensamento ao objeto, como que um caminho pelo qual o pensamento manipula, a partir de hipóteses exteriores, o objeto. O pensamento tem, na verdade, que se livrar de opiniões pré-concebidas, de conceitos externos ao objeto, de hipóteses que pairam acima dele, para nele mergulhar e penetrá-lo, considerando apenas o seu movimento, para trazer à consciência este trabalho da própria lógica específica do objeto específico (Chagas, 2011, p. 3).

Repare que a centralidade dialética não está no objeto em si, mas no próprio movimento. A realidade não tem um fim em si mesma, ela é movimento contínuo e, ao mesmo tempo,

⁸No Brasil, grande parte da atividade de mineração não respeita as leis ambientais e o uso da utilização do solo, o que geram consequências nefastas ao meio ambiente e à população em geral que utiliza a água contaminada dos rios e se alimenta dos peixes com alto teor de mercúrio.

contraditório. Gramsci (1999) ilustra perfeitamente esse movimento ao criticar a dialética hegeliana quando diz:

Existe uma exigência real em distinguir os opostos dos distintos, mas existe também uma contradição em termos, já que só se tem dialética dos opostos. Ver as objeções não verbalistas apresentadas pelos gentilianos a esta teoria crociana e retornar a Hegel? [...] Mas isto não significou um passo atrás com relação a Hegel? Hegel não pode ser pensado sem a Revolução Francesa e sem Napoleão e suas guerras, isto é, sem as experiências vitais e imediatas de um período histórico intensíssimo de lutas, de misérias, no qual o mundo exterior esmaga o indivíduo e o faz tocar a terra, nivelando com a terra, no qual todas as filosofias passadas foram criticadas pela realidade de uma maneira tão peremptória (Gramsci, 1999, p. 385).

Gramsci, nesse pequeno trecho, acaba contradizendo a dialética de Hegel⁹ ao sugerir que ela não teria sentido de existência se não fosse pela própria história e suas contradições (guerras napoleônicas), ou seja, diferentemente de seu postulado, as tensões e todos os movimentos partem da realidade e não o contrário.

Seria ilusão acreditar que a história da humanidade seguisse um curso retilíneo, que os grandes benfeitores, pensadores, governantes e religiosos fossem dotados dos poderes supra-humanos da infalibilidade. Essa realidade só é possível nos clássicos literários e demais ofícios do entretenimento, porque, na história, as mudanças na natureza e o jogo de interesses políticos e econômicos são os que ditam as regras da humanidade. Chagas (2011) nos orienta que, para seguir o método dialético em Marx, é preciso ter a sagacidade de chegar ao entendimento na própria dinâmica do tempo e nas próprias contradições. É por aí que se pode encontrar o “caroço” racional.

[...]em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir o caroço racional dentro do invólucro místico.” Portanto, pelo que ora foi exposto, é perceptível a noção de que o método de Marx é um valioso procedimento de investigação e exposição crítica [...] ele é, na qualidade de conhecimento da realidade social em sua totalidade, como crítica às contradições internas da totalidade da sociedade burguesa, marcada pelo antagonismo entre as forças de produção e as relações de produção, entre o capital e o trabalho, um método emancipatório, um veículo necessário à transformação dessa totalidade (tanto político, quanto civil), como condição fundamental para a edificação de uma outra forma de sociabilidade humana, determinada, sim, pelas diferenças, mas não pelas desigualdades econômico-sociais entre os homens (Chagas, 2011, p. 17).

Partindo do princípio de que a história é permeada de contradições, poderíamos alegar que as freiras defenderam os pobres e devotaram sua vida para que eles tivessem plena

⁹ Na obra de Marx, não se vê contraposição a dialética hegeliana, mas um complemento metódico. Seus seguidores, como Gramsci, fizeram questão de pontuar algum tipo de oposição.

dignidade, mas moravam em uma casa confortável, com funcionários, possuíam acesso à tecnologia da época, escutavam boa música e usufruíam de boa comida e bebida. Ora, seria mesquinho criticar o mínimo de conforto diante da enorme relevância de seus trabalhos para a sociedade jurutiense, contudo, no âmbito da dialética, esse questionamento é válido, pois, se for seguir à risca o exemplo do patrono fundador, o próprio Francisco de Assis, haveria controvérsia. Francisco deixou sua vida de rico e foi viver com os doentes miseráveis e sobrevivia de esmolas. Essa atitude de Francisco significava um profundo resgate da dignidade humana e proteção à natureza. Era uma importante ação política em dar notoriedade aos miseráveis. E todo esse legado acabou sendo uma forma de questionar a instituição católica que vivia completamente fora da realidade de seus fiéis, ou seja, entre o poder e a riqueza. Apesar de viver em outra época, a vida de Francisco de Assis, ainda hoje, é o principal exemplo para seus seguidores. A humildade e despojamento não são uma simples orientação, são uma diretriz a ser seguida por todas as ramificações religiosas que se originaram a partir do legado franciscano.

Desde o início, ser franciscano é submeter-se ao despojamento, como as freiras de Maristella poderiam se defender do contraditório? A justificativa mais plausível seria que, quando chegaram em 1970, a estrutura para recebê-las já estava pronta e não fazia parte de seus princípios desobedecer às diretrizes da prelazia que as acolhia. Quando receberam a ordem religiosa para serem freiras, elas confirmaram que, além de viverem como pobres e celibatárias, seriam obedientes à Santa Sé. Veja o paradoxo da vida religiosa: teriam que viver pobres e obedientes, não há meio termo. Para contribuir com a argumentação a seu favor, elas poderiam justificar que essa estrutura, naquele momento, era novidade para elas.

A realidade da região nordestina, onde concentrava a maior parte da missão de Maristella, era de um ambiente em que a maioria das pessoas eram pobres financeiramente e suas residências eram tão simples quanto das famílias que lá moravam. Apesar do acolhimento recebido das famílias que atendiam, não podiam ignorar os altos índices de violência em locais com pouca assistência do poder público. Em 1997, por exemplo, na favela Chão de Estrelas, em Recife-PE, uma das freiras da congregação foi vítima brutal de latrocínio. Foi um crime que abalou a região, mas, o que poderia ser um motivo para declinar do trabalho em comunidades pobres, acabou sendo combustível para ampliação dos trabalhos e da defesa dos mais necessitados.

Em Juruti, as religiosas foram inúmeras vezes ameaçadas de morte por defenderem os pequenos lavradores. Nesse sentido, mesmo em meio às contradições, as freiras de Maristella tomaram partido dos pobres e sofreram as consequências. Mesmo não admitindo seguir os

princípios do materialismo histórico-dialético, elas perceberam, desde quando chegaram, que não era possível lutar por dignidade para os mais empobrecidos se não entrassem em choque com o poder constituído no município. E, diante de várias derrotas e vitórias na luta contra os mandatários de Juruti, as comunidades foram aos poucos absorvendo um aprendizado: nada, absolutamente nada de benefícios, é conseguido sem que haja sacrifícios. Ninguém entrega nada de graça a outrem, tudo exige esforço, muita resiliência e, ao mesmo tempo, confronto.

A Teologia da Libertação, seguida pelas freiras em Juruti, possuía muita proximidade com a reflexão marxista, contudo, as religiosas jamais admitiram seguir uma doutrina filosófica e política tendo como princípio o ateísmo. O quadro 1 mostra relativa semelhança entre aquilo que defende a Teologia da Libertação e o pensamento marxista.

Quadro 1 - Proximidades entre a Teologia da Libertação e a teoria marxista

Teologia da libertação	Teoria marxista
<ul style="list-style-type: none"> • Interpreta os conceitos religiosos a partir da história da humanidade; • Centraliza sua reflexão na defesa do homem, da mulher e da natureza; • Estimula a consciência crítica da realidade; • Critica fortemente a exclusão social pelo capitalismo; • Combate toda forma de agressão aos direitos humanos; • Incentiva o cooperativismo e a política em benefícios de todos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Defende a igualdade de condições para todas as pessoas; • Condena o capitalismo monopolista de exploração da força de trabalho; • Amplia o nível de consciência crítica das massas populares; • Estimula a classe trabalhadora a fortalecer a unidade; • Promove a cooperação com intuito de combater com maior vigor a opressão imposta pelo capitalismo; • Condena o capitalismo por explorar sem escrúpulos os recursos ambientais.

Fonte: Produção do próprio autor.

Segundo Camilo (2011), o desenvolvimento da Teologia da Libertação só foi possível devido ao contexto de autoritarismo político por parte dos militares em vários países latino-americanos e, também, à conseqüente perseguição e morte de vários missionários católicos. Contudo, essa tolerância demorou pouco tempo, até porque o Vaticano jamais admitiria que o catolicismo seguisse uma doutrina que foge de seus princípios.

O longo papado de João Paulo II teve conseqüências importantes para amortizar os interesses dos apoiadores da Teologia da Libertação. A estratégia política da Igreja foi nomear um número máximo de bispos de perfil conservador com a clara intenção de minar o crescimento da Teologia da Libertação na América Latina. Com os bispos conservadores no poder, os centros de formação presbiteral, que tinham como base a teologia progressista, foram substituídos pela linha reacionária do Vaticano.

As freiras franciscanas que chegaram em Juruti em 1970 eram simpatizantes da Teologia da Libertação e tinham uma forte razão para ser. A base da Congregação Franciscana

de Maristella no país estava situada em Recife, Pernambuco, e sua atuação se espalhava pelo interior do nordeste, como Timbaúba, Limoeiro e Zona da Mata. O bispo de Olinda e Recife, na época em que as freiras vieram para Juruti, era dom Helder Câmara, considerado um dos bispos mais aguerridos e combativos diante das barbaridades impostas pela ditadura militar no Brasil. Dom Helder iniciou suas atividades sociais no Nordeste apoiando o integralismo de Plínio Salgado, mas logo rompeu com o movimento devido seu caráter elitista.

Dom Helder deixou um importante legado na luta pelos direitos humanos e, como homenagem, até hoje configura como seu patrono nacional. Sua Diocese era o espelho de sua atuação com centenas de Comunidades Eclesiais de Base, em que a reflexão religiosa era pautada na solução dos graves problemas sociais, como a violência e abandono político das periferias. Sua atuação teve também importante reflexo na educação, através de extensivo apoio e defesa das ideias do educador Anísio Teixeira e da criação do Movimento Eclesial de Base, que objetivava a alfabetização dos cidadãos camponeses através das frequências do rádio (Condini, 2016, p. 7).

As freiras de Maristella eram jovens e chegaram ao Brasil no auge do movimento nacional de contraposição ao regime militar e, em Juruti, encontraram um lugar favorável para aplicar aquilo que aprenderam trabalhando no Nordeste brasileiro sob a influência de Helder Câmara e demais padres e freiras que seguiam os ensinamentos dos teólogos progressistas, como Frei Beto e Leonardo Boff. Os padres que estavam em Juruti também eram jovens e promissores intelectuais e estavam sedentos por inovação. A Prelazia de Óbidos, que as acolhia, da qual Juruti era membro, dispunha de uma estrutura episcopal permissiva a novidades. Durante os 22 anos em que permaneceram na sede do município, as freiras franciscanas fizeram de Juruti um laboratório de teorias controversas, mas o resultado foi um legado educacional e político muito importante usufruído pela população até os dias atuais.

Para compreender o legado educacional deixado pelas freiras franciscanas, partiremos das origens da congregação na Alemanha. Essa abordagem se faz necessária muito mais pela compreensão do sentido humano. A história das freiras franciscanas de Maristella é marcada por episódios de serviços à Igreja, de bondade e de alteridade, contudo, há também o lado obscuro da congregação na relação com o regime nazista. O que não se quer neste item é fazer um tribunal inquisitório, mas mostrar que o ser humano, por mais bem-intencionado que esteja, está sujeito a cometer falhas e/ou equívocos em suas ações.

1.3 Da Alemanha ao Brasil: a chegada da Congregação Franciscana de Maristella do Brasil a Juruti

A Congregação Franciscana de Maristella é uma das irmandades religiosas femininas mais antigas da ordem franciscana. Nasceu em 1258, em Augsburg, Alemanha, com intuito de ajudar os franciscanos, sob a liderança de frei Davi, que tinham recém-fundado uma casa chamada Casa dos Descalços. A ordem recebeu o nome de estrela, porque, no portal da casa onde iniciaram as atividades, havia um escudo com uma estrela ao centro que fora deixada pelos antigos moradores¹⁰. Com o desenvolvimento da ordem e a devoção das freiras pela personagem bíblica Maria, mãe de Jesus, decidiram oficializar o nome da congregação com o nome de Maria sem deixar o original Estrela, então ficou Maria Estrela (“Maria Stern”, na Alemanha), no Brasil, juntaram em uma só pronúncia: Maristella.

Segundo Costa (2003), as atividades das freiras, na primeira fase da congregação, estavam ligadas à vida contemplativa, à ajuda aos pobres e a serviços artesanais para a igreja, como confecção de paramentos para os padres e demais toalhas para os altares. Boa parte de suas vidas era dedicada aos teares. Depois da Revolução Francesa, houve uma drástica redução do número de freiras no convento. Em 1828, por ordem do rei Luís I, ficou decidido que as religiosas deveriam aceitar escolas católicas para desenvolverem o serviço do magistério. Foi então que as primeiras freiras iniciaram os estudos de formação pedagógica e, depois de habilitadas para sala de aula, começaram a trabalhar em escolas para crianças. Desde então, a missão das irmãs da estrela se concentrou no exercício do magistério e na administração de escolas dos primeiros anos.

Com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as religiosas ampliaram o aspecto missionário e contribuíram como auxiliares de enfermagem na frente de batalha. Após a guerra, as freiras de Maristella espalharam casas na Alemanha sempre enfatizando a missão educacional. Outro aspecto comum nos conventos das religiosas era o artesanato e a agricultura, inclusive com criação de vacas leiteiras. Na missão em Juruti, as irmãs de Maristella tentaram, em parte, efetivar todas as ações relacionadas à histórica missão da congregação.

A partir de 1937, as freiras iniciaram um processo de emigração para continuar a missão em outros países, incluindo o Brasil. Esse é um período de acirrado conflito entre as nações europeias. Segundo Costa (2003), não há clara oposição das religiosas de Maristella ao regime nazista. E esse período acaba sendo muito obscuro na história dessas irmãs, pois não há documentos que indiquem o apoio ao novo governo, mas há evidências de vantagens recebidas.

¹⁰Era comum, na época, as famílias anexarem no portal das casas algum símbolo que as identificassem.

Outras congregações religiosas femininas germânicas, por exemplo, que se opuseram firmemente às atrocidades de Hitler, acabaram perseguidas e algumas tiveram as atividades encerradas, já as freiras de Maristella mantiveram suas casas em funcionamento. Essa atitude controversa fez com que até aumentasse o número de religiosas na congregação no período da guerra. Outra situação que historicamente levanta dúvidas sobre o apoio das freiras de Maristella ao regime nazista era o passe livre que tinham para sair do país. Para as congregações opositoras, esses passes eram negados.

Um outro ponto intrigante que levanta mais suspeitas sobre a relação das freiras de Maristella com o regime nazista era o vínculo das religiosas com o abade da Congregação Beneditina de Recife, dom Bonifácio Jansen, o qual era de nacionalidade alemã e possuía trânsito livre com o regime alemão, segundo Costa (2003), isso facilitou a chegada das freiras franciscanas de Maristella a Pernambuco. Esse fato acabou levantando suspeitas, na época, sobre uma infiltração de agentes nazistas no país, principalmente depois da descoberta da criação de um partido com inclinações fascistas em Recife, mas que logo foi dissolvido.

Essa situação, somada à presença de vários alemães no país, inclusive na Amazônia, acabou alimentando boatos na imprensa internacional de que a Alemanha mantinha interesses estratégicos na América do Sul no período da guerra. Em reportagem para a revista “Diretriz de 1942”, o repórter americano, Julius Epstein, afirmou que as infiltrações nazistas em todo o território da América do Sul eram uma ameaça a todo o hemisfério ocidental. A partir de agosto de 1942, quando o governo de Getúlio Vargas decide se contrapor ao regime nazista, todos os locais onde havia alemães no Brasil começaram a ser investigados como lugares possíveis de espionagens, inclusive as freiras em Pernambuco (Costa, 2003, p. 69).

Para Gasparetto Junior (2013), a questão religiosa na Alemanha, no regime nazista, era complexa. Adolf Hitler e Joseph Goebbels, principais nomes do nazismo, eram de origem católica, mas já haviam abandonado todos os princípios cristãos de preservação da vida, principalmente pelo incentivo ao antissemitismo e a todas as demais minorias que eram consideradas inferiores, como negros, homossexuais, ciganos e deficientes. A tese defendida por Hitler não era a de subjugar-los ou escravizá-los, mas de exterminá-los. Por conta disso, boa parte dos religiosos católicos e protestantes decidiram se rebelar contra o regime e foram duramente perseguidos e até levados a campos de concentração. A maioria dos monastérios foram ocupados pelo regime e transformados em base militar. O grande desejo de Hitler era pôr fim ao cristianismo, mas precisava tolerar para não entrar em choque com a maioria da população que o apoiava e que era religiosa. As congregações que ficaram quietas, por pavor

de morrer, acabaram contribuindo com a função de acalantar a população e não foram tão perseguidas.

As freiras de Maristella começaram a chegar a partir de 1938 e intensificaram sua vinda a partir de 1939 quando pioraram os conflitos da Segunda Guerra Mundial. Assim que chegaram, foram distribuídas para os municípios de Timbaúba, Triunfo e Limoeiro. Em Timbaúba, fundaram o Colégio Santa Maria, que até o presente continua em funcionamento; em Limoeiro, iniciaram o Colégio Regina Coeli, que ainda está em atividade; e, em Triunfo, o Colégio Estella Maris, fechado em 2018.

Assim que dominaram o idioma português, iniciaram as atividades pedagógicas e logo tentaram impor um estilo duro de aprendizado às crianças. De acordo com Costa (2003), a impressão que algumas alunas tinham dos colégios era a de um quartel militar. As freiras eram rígidas, exigentes, sérias, mas, com o tempo, foram enternecendo o coração devido à amabilidade das brasileiras. Perceberam que poderiam prosseguir com a exigência, todavia um pouco mais maleável com o excesso de disciplina.

Logo que acabou a guerra, as freiras franciscanas tiveram mais liberdade de atuar em território brasileiro e iniciaram um processo de expansão pelo país, iniciando pelo Nordeste. Além das três cidades onde já estavam instaladas com atividades escolares, iniciaram, também, trabalhos em Recife, em Mossoró-RN e em Amarante-MA. A partir de 1970, começaram as atividades na Amazônia, justamente por Juruti, e depois expandiram para Santarém e Belém. De 1970 a 1972, chegaram a Juruti as religiosas Brunhilde, Germana, Gertrud, Julieta e Ávila. Das cinco freiras, falaremos por último de Brunhilde pelo fato de ter um volume considerável de informações sobre ela. Nesse sentido, o que se sabe da vida das outras freiras - Gertrud, Germana, Julieta e Ávila - são relatos de quem trabalhou com elas, como a artesã R. G., a doméstica L. S. e alguns fragmentos de documentos que deixaram pela Paróquia de Nossa Senhora da Saúde, como o livro de registro de empregados.

A primeira irmã que falaremos será Gertrud Kalistchek. Gertrud terminou o colegial e logo ingressou no pedagógico, completado em dois anos. Paralelo aos estudos pedagógicos, estudou artesanato manuais, como pinturas e demais trabalhos com tecidos. Em Juruti, desenvolveu um grandioso trabalho com artesanato, que será destacado no subtópico 2.3. Além do desenvolvimento de trabalhos burocráticos na secretaria da paróquia, também contribuiu na elaboração dos estudos das CEBs, com o padre Alfonso Blumenfeld, criavam as cartilhas e as reproduziam em mimeógrafo.

Já a freira Germana Lucena nasceu em Pernambuco. Assim como as outras, terá várias funções em Juruti. Sua atividade principal era técnica de laboratório. Com um microscópio,

conseguia identificar as doenças básicas da população, como verminoses e anemias. Através desses exames, poderia avaliar se a situação dava para resolver em Juruti ou se necessitava encaminhar para um tratamento mais especializado. Irmã Germana deixou os traços da cultura nordestina na paisagem do município. Foi sua a ideia de construir casas com argila endurecida artesanalmente, que ficou conhecida como “casa de adobe”. Essa novidade, ela trouxe da experiência de sua terra natal. Esse assunto será abordado com mais detalhes no item 2.2.

Outra freira franciscana foi Ávila Goppert, chegou a Juruti em 1972 e era enfermeira de formação. Como veio praticamente direto da Alemanha para cá, teve muita dificuldade, logo de início, de se adaptar à língua. De todas as freiras que chegaram, era a que possuía um grande círculo de amizade na Alemanha, tanto de pessoas próximas como de parentes. Isso ajudou muito na consolidação de projetos devido às ajudas financeiras que conseguia.

Das quatro freiras que chegaram, Julieta foi a que demorou menos tempo. Suas atividades foram concentradas na catequese para as crianças e ajudando nas atividades do ambulatório, principalmente, auxiliando a freira Germana. Em 1972, voltou para o Nordeste onde se matriculou no curso de técnica em enfermagem e laboratório. Em 1976, voltou para a Amazônia, mas para trabalhar na cidade vizinha, Terra Santa.

A razão de ter mais informações da freira Brunhilde está no tempo e nas diversas atividades que assumiu no período em que esteve na região. Ela ficou 22 anos na sede do município e depois fixou residência no distrito de Muirapinima (Juruti Velho) até ser transferida em definitivo para casa de repouso em Recife. A religiosa desenvolveu várias atividades importantes nas áreas de educação, serviços sociais e, ligados a isso, o fomento ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município; fez oposição severa à implantação da mineradora Alcoa em Juruti Velho; e concedeu importante entrevista ao Museu da Pessoa antes de encerrar suas atividades e relatou as peculiaridades de sua vida na Alemanha e no Brasil.

Seu nome de nascimento era Gertrud Marie Henneberg e, depois que se tornou freira, mudou para Brunhilde, pois era comum as freiras mudarem de nome quando recebiam os votos. Nasceu na região da Baviera, em uma aldeia, no período da Segunda Guerra, no ano de 1940; e, segundo conta, em entrevista ao Museu da Pessoa (2013), em 1944, seu pai foi obrigado a entrar no exército alemão e foi destacado para lutar contra os russos. Terminada a guerra, por muito pouco ele não morreu, mas seu destino foi penoso. Teve que trabalhar pesado como prisioneiro de guerra para Rússia. Como possuía habilidades com metais, ferro e cobre, foi destacado nos serviços de abertura de estradas de ferro pelo país. Depois lhe mandaram para a Sibéria, onde também sofreu pelos árduos serviços nas minas. Somente em 1956 (11 anos depois) recebeu a liberdade e voltou para casa. Tinha 48 anos, mas, segundo ela, a aparência

era de um homem muito velho. Assim que ele chegou, ofereceram-lhe serviços, mas não aceitou porque suas condições físicas não suportavam mais trabalhos. A única atividade que ainda conseguia fazer era inspecionar suas videiras. Depois de breves anos, acabou morrendo repentinamente de infarto. Os prisioneiros de guerra eram explorados à exaustão e, depois de doentes, eram liberados.

É muito delicado para o povo alemão falar sobre a Segunda Guerra Mundial, pois ainda há muitas situações controversas para serem compreendidas. Segundo Soutello (2015), a temática da guerra é obrigatoriamente repetida em todo o currículo de ensino no país e será assim por muito tempo. O objetivo dessa insistência é para que nunca mais se repita algo tão cruel que macule a dignidade da pessoa humana.

O que se relata constantemente é que, depois da guerra, quando acabou a manipulação imposta pela propaganda nazista, a maioria da população ficou envergonhada com as atrocidades de Hitler, todavia, de acordo com Araújo (2011), há muitas contradições no que se difundiu no pós-guerra. Grande parte do povo alemão sabia e até apoiava o que acontecia nos campos de concentração com judeus e minorias que eram consideradas inferiores, pois havia farto material jornalístico que era distribuído em todas as regiões, inclusive nas pequenas aldeias. Hitler soube como ninguém estimular o espírito nacionalista na população. Sua postura de grande líder e protetor criou a falsa sensação de segurança e normalidade, e esse sentimento aumentou quando sua política econômica conseguiu arrefecer a inflação que corroía a renda desde o fim da Primeira Guerra Mundial e, também, reduziu o desemprego. Hitler, com seu culto ao personalismo, fazia parecer que seu idealismo totalitário colocaria a população alemã na vanguarda da humanidade. Esse sentimento de superioridade da raça ariana foi um dos pilares do apoio populacional ao seu governo.

Apesar da tenra idade, esse período da guerra foi impactante na vida da freira Brunhilde e teve influência nos serviços que desenvolveu no município de Juruti. Com o pai na guerra, a família passou severas privações, mas conseguiram não perecer devido à contribuição da aldeia em que viviam na Baviera. A família, sob a liderança da mãe, produzia uva e batatas. A batata se consumia diariamente na casa como principal fonte de proteínas, e a uva era destinada à cooperativa para fazer vinhos. As lideranças da cooperativa eram responsáveis para conseguir o melhor preço. Não era muito dinheiro que conseguiam, mas era o suficiente para sobreviverem. Nesse período, nada era adquirido além da comida e algumas poucas vestimentas. Segundo seu relato, seus brinquedos eram todos feitos em casa porque era impossível comprá-los. Ela trouxe consigo da Alemanha essa noção da importância do

cooperativismo e tentou, de alguma maneira, desenvolver essa prática no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juruti.

Outro aspecto trazido por Brunhilde e Gertrud da Alemanha para Juruti foi o pedagógico, principalmente para educação infantil, e isso se tornou um diferencial no trabalho delas no município e na região. Antes de chegarem da Alemanha em 1962, as freiras cursaram magistério pedagógico por um período de dois anos nas escolas da própria congregação na Alemanha. Nesse tempo, tiveram contato com as técnicas de aprendizagem germânica de educação infantil, sobretudo do teórico pedagogo Friedrich Frobel, da médica Maria Montessori e de Johann Pestalozzi.

O educador alemão Friedrich Wilhelm August Frobel (1782-1852) revolucionou para sempre a educação infantil. Foi o primeiro a montar uma escola destinada ao atendimento da criança na tenra idade e foi, também, um dos primeiros a considerar o brinquedo como parte integrante e essencial para o desenvolvimento motor e da linguagem da criança. Sobre ele, falaremos no item que trata sobre a educação infantil em Juruti.

A freira Brunhilde, além do conhecimento pedagógico trazido da Alemanha, ainda complementou os estudos em Recife e trabalhou nas escolas da congregação em Limoeiro e Recife. Em 1964, prestou vestibular para Serviço Social na Universidade de Pernambuco e passou. Esse curso lhe proporcionou o conhecimento da realidade brasileira, principalmente, a miséria. Também se inteirou sobre a legislação social da época e todos os caminhos burocráticos que deveria percorrer. O mais importante nesse curso foram as amizades de algumas colegas de turma que acabaram entrando em departamentos da burocracia estatal e ensinaram-lhe o melhor caminho para a efetivação de projetos assistenciais.

O convite para que as freiras chegassem a Juruti partiu da Prelazia de Óbidos, na pessoa do bispo Floriano Loewenau e do vigário da paróquia de Juruti, padre Paulo Suess. Tanto o bispo quanto o padre vigário eram de origem alemã. Ademais, o padre vigário e seu auxiliar, padre Pedro Meyer, eram da mesma diocese de Augsburg onde estava estabelecida a administração das freiras de Maristella, chamada “Casa Mãe”. Portanto, já se conheciam de trabalhos realizados no sul da Alemanha. Era uma situação consideravelmente adequada para o vigário que intencionava melhorar as condições de atendimento educacional da escola da paróquia, e nada melhor do que a congregação de Maristella que já possuía larga experiência em administrar escolas do ensino básico.

Segundo Couto (2019), essa relação da Igreja Católica com a Alemanha é muito antiga, remete a 1907, quando dom Amando Bahlmann assumiu o governo prelatício de toda a região. Em 1958, foi criada a Prelazia de Óbidos, e o primeiro bispo foi justamente Floriano Loewenau

e, desde então, seus sucessores sempre foram de origem alemã, como o bispo atual, dom Bernardo Bahlmann. A língua e a proximidade cultural ajudaram na chegada das freiras de Maristella que, em 1970, era uma congregação composta por muitas freiras alemãs. Atualmente, a realidade se reverte. Há mais freiras brasileiras que alemãs.

É importante também, neste estudo, fazer um breve comentário sobre a grande quantidade de estrangeiros, sobretudo europeus e americanos, que se dedicam a trabalhos missionários na região desde o início do século XX. A Prelazia de Óbidos foi fundada em 1958, contudo, nunca teve um bispo de origem brasileira, todos germânicos. Qual seria a explicação para esse fenômeno? Certa vez, quando estudava em um seminário em Belém-PA, indaguei a um bispo alemão sobre a insistência da cúpula católica em selecionar muitos bispos estrangeiros para região amazônica, e a resposta foi seca: “dinheiro”. Um bispo alemão pode conseguir muito mais dinheiro para as obras da igreja do que um bispo brasileiro. A igreja na Alemanha, por ser mais rica, tem um peso político muito grande no Vaticano. Por mais que os padres brasileiros apresentem boa formação, a questão financeira ainda pesa na escolha. Há várias entidades filantrópicas europeias que financiam obras sociais pelo mundo inteiro, como a Adveniat, Misericordiae, Caritas, e a língua e os costumes contribuem para a aprovação dos projetos. O problema, na atualidade, recai na acentuada diminuição de ordenações de padres europeus e a conseqüente diminuição da atuação missionária dessas nações nos países latinos. Além do mais, o papa atual, ultimamente, priorizou a sagração de bispos da própria nacionalidade.

Assim que chegaram, as freiras tiveram que enfrentar um longo processo de adaptação. O padre Paulo Suess era metódico, desta feita, antes mesmo das irmãs chegarem, ele já havia planejado a moradia e todas as atividades que deveriam desenvolver. A freira Brunhilde deveria ficar com responsabilidade da escola de ensino fundamental da paróquia; Gertrud com secretaria da paróquia e cursos de artesanato; Germana deveria ajudar a enfermeira Martha¹¹ que iniciara o atendimento no ambulatório; e Julieta ajudaria Martha e Germana no laboratório e, também, deveria contribuir com a catequese das crianças. Na realidade, todas eram convidadas a contribuir com a formação catequética de crianças e jovens.

Outro problema que deveriam resolver era o das vestimentas. O hábito da congregação era inapropriado para as atividades que começavam a desenvolver na Amazônia. A razão principal era que a vestimenta era demasiada quente. Observe no lado esquerdo da figura 3 as freiras vestidas com o hábito tradicional e, ao lado direito, com roupas comuns. As roupas do

¹¹Martha era uma enfermeira alemã que chegou como voluntária para iniciar os trabalhos no ambulatório, assim que freira Ávila começou a assumir a saúde, ficou alguns meses e depois retornou para sua terra natal.

lado esquerdo cobriam todo o corpo, era necessário muito pano para confeccioná-las. Esses longos vestidos, mais os paramentos para a cabeça, eram desconfortáveis para o serviço a que estavam destinadas a fazer. Segundo breve relato das atividades, as roupas atrapalhavam a subida e a descida de barcos e canoas em viagens para as comunidades ribeirinhas. Além do mais, caminhar longas distâncias sob sol escaldante da Amazônia com roupa pesada era tarefa difícil, o que poderia ser amenizada com roupas mais confortáveis. Diante do apelo das freiras, a congregação permitiu o uso de vestimentas seculares para as atividades na Amazônia e depois todo o grupo adotou a prática, sendo facultado para quem quisesse continuar a utilizar o hábito tradicional diariamente.

Figura 3 – Freiras de Maristella com vestimentas tradicionais à esquerda e com vestes seculares à direita



Fonte: Acervo fotográfico da Paróquia Nossa Senhora da Saúde – Juruti.

É importante destacar que as vestes religiosas fazem parte da simbologia da Igreja Católica. O princípio básico dos paramentos dos religiosos católicos é o de externar sua vida devotada exclusivamente ao universo do sagrado metafísico. Segundo as freiras da Congregação Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, o hábito “não é privilégio, nem status. É compromisso, sinal de pertença a Cristo!”. Contudo, as freiras com vestes simples também devotavam sua vida a Cristo. Nesse ponto, abre-se uma discussão sobre o valor que a sociedade atribui à aparência. Não é raro se deparar com alguém dando preferência em alguma fila a quem esteja paramentado com vestes religiosas, o que caracteriza um privilégio indevido, caso o religioso aceite a “gentileza”. Então há pesos e medidas que necessitam ser avaliados para não incorrer em julgamentos injustificados.

De acordo com O’Meara (2013), os paramentos religiosos católicos ganharam muita importância a partir do início dos séculos XVII e XVIII, quando algumas vestimentas

determinavam a posição hierárquica dentro da Igreja, e isso é algo marcante até hoje. Dessa forma, o que não servia para agregar, servia para distinguir. As críticas às vestes e aos paramentos iniciam com o próprio fundador do cristianismo, Jesus Cristo, e se estenderam pela história. Na passagem do livro de Mateus, capítulo 23, Jesus reclama dos fariseus e escribas que usam faixas na testa, roupas longas e preferiam os lugares de destaque no templo. Ele dizia que eram como sepulcros caiados, belos por fora, mas podres por dentro.

O papa Paulo VI desejou que a vestimenta dos membros da Igreja fosse o mais simples possível (até vendeu as tiaras papais) e que o destaque não fosse a aparência, mas o testemunho de vida servindo as pessoas. Contudo, Madre Teresa de Calcutá, Irmã Dulce e Santa Terezinha usaram hábitos e paramentos durante a vida e deixaram um relevante exemplo de trabalho para a humanidade, principalmente servindo aos miseráveis. O assunto é de difícil julgamento porque está ligado ao sentimento de bem-estar e, ao mesmo tempo, de tradição cultural, todavia, pode gerar desconforto onde está inserido. Se alguém, por exemplo, estiver usando uma cruz suástica em seus trajes, possivelmente, causará constrangimento e até poderá ser preso por apologia ao nazismo, segundo a Lei 7.716/89, §1º, Art. 20.

O'Meara (2013) instiga dizendo que identidade humana é complexa, e os trajes contêm um significado particularmente cultural. Não é difícil distinguir um policial fardado de um monge budista ou de um prisioneiro. Alguns trajes são banidos da história, outros adaptados, recriados e outros ainda serão idealizados. No início, a veste tinha um objetivo prático que era para cobrir o corpo do frio e da nudez, mas a história acrescentou a toga, as insígnias, as joias, a cartola, o manto, o véu, entre outros, que ganharam vida própria através da simbologia do serviço, da arte, do subjugo ou do poder. Com pouca liberdade e com muita imposição, o ser humano, durante a sua vida, dificilmente fugirá da regra simbólica de suas vestes.

A escola de Frankfurt, especialmente Adorno, reflete como a indústria do entretenimento agregada à indústria de bens de consumo conseguiu dominar, em seu benefício, a psicologia envolta no simbolismo cultural e transformá-la em altas cifras de lucro financeiro. Quem não se encaixa no padrão cultural pode ser banido da aldeia global. Então, diante de refinada “lavagem cerebral”, cria-se padrões artificiais e tribos supérfluas em que o sujeito se torna prisioneiro, completamente dependente, contudo, com a ilusão de que é livre.

A cultura tornou-se ideológica não só como a quintessência das manifestações subjetivamente elaboradas pelo espírito objetivo, mas, em maior medida, também como esfera da vida privada. Esta esconde, sob a aparência de importância e autonomia, o fato de que é mantida apenas como apêndice do processo social. A vida se transforma em ideologia da reificação, em máscara mortuária. É por isso que a tarefa da crítica, na maioria das vezes, não é tanto sair em busca de determinados

grupos de interesse aos quais devem subordinar-se os fenômenos culturais, mas sim decifrar quais elementos da tendência geral da sociedade se manifestam através desses fenômenos, por meio dos quais se efetivam os interesses mais poderosos. A crítica cultural converte-se em fisiognomonia social. Quanto mais o todo é despojado de seus elementos espontâneos e socialmente mediado e filtrado, quanto mais ele é "consciência", tanto mais se torna "cultura" (Adorno, 2002, p. 57).

Nesse caso, a preocupação de Adorno não é a destruição da riqueza cultural construída pela humanidade, isso deve ser plenamente revivificado e aperfeiçoado, mas se tornar escravo de interesses que estão muito além de suas reais necessidades. A ideia seria reverter a situação em que a massa deixaria de ser objeto de manipulação para ser sujeito do processo, desenvolvendo uma capacidade de criticidade cada vez mais apurada. A última frase da citação acima é severamente poderosa: “quanto mais ele (o ser humano) é ‘consciência’, tanto mais se torna ‘cultura’”. Esses preceitos deveriam ser costurados entre a família-escola-sociedade.

Assim que se estabeleceram, as freiras seguiram as decisões do padre vigário Paulo Suess, todavia, o desejo era de mais liberdade para atuar na sociedade e desenvolver mais atividades. A análise que fizeram nos primeiros meses vivendo no município era desoladora, a pobreza era alarmante, as moradias precárias, altos índices de mortalidade em todas as faixas etárias e diversas outras mazelas. Contudo, antes de partir para atividades mais impactantes, era preciso cumprir com dignidade aquilo que foram destinadas a fazer desde quando chegaram. Brunhilde foi a que menos gostou de sua incumbência, mas desempenhou com habilidade a função de direção da escola. Em três anos como diretora, promoveu dezenas de oficinas de aprimoramento pedagógico. Quando completou o terceiro ano, pediu para desenvolver atividades que mesclassem a educação infantil e a assistência social. As outras freiras continuaram suas atividades originais na saúde e na burocracia da paróquia, mas também resolveram apoiar a freira Brunhilde e ampliaram as atividades, promovendo o artesanato.

Mesmo não sendo uma atividade que tenha tido a relevância como outros serviços que foram desenvolvidos pelas freiras, vale a pena destacar a importância da Escola Nossa Senhora da Saúde dentro do legado deixado pelos religiosos franciscanos no Baixo Amazonas e, também, compreender a razão principal desse educandário não se encaixar no projeto político que fora desenvolvido pelas franciscanas.

1.4 A Escola de Ensino Fundamental Nossa Senhora da Saúde

Depois de 13 anos da fundação da escola de ensino básico, foi que, finalmente, o bispo Floriano com o padre Paulo Suess conseguiram uma congregação feminina para tomar conta

dessa atividade educacional, mas elas não ficariam por muito tempo. Foram somente três anos de administração (1970–1972) que se traduziram em melhorias no aspecto físico da escola, principalmente em adequações aos métodos pedagógicos contemporâneos. Foram ampliados os espaços para os equipamentos lúdicos e vastamente incentivado a formação do corpo docente. Feitos os ajustes, as religiosas entregaram a administração da escola aos professores mais experientes, que intencionalmente foram preparados ao longo desses 3 anos para essa função.

As antigas professoras relatam que quando a freira Brunhilde assumiu a direção da Escola Nossa Senhora da Saúde (conhecida como Escola Paroquial ou simplesmente Educandário), a situação era precária. A escola estava mal estruturada, os quadros-negros estavam caindo aos pedaços, até o giz de cera era racionado e a formação dos professores era também precária. Uma parte deles possuía apenas o ensino fundamental, então era preciso mandá-los para a formação, visando aprimorar as técnicas de aprendizagem, e assim se fez.

A grande barreira que Brunhilde enfrentou era o eixo pedagógico que deveria ser aperfeiçoado. Durante toda a existência da escola, a única metodologia de ensino que os professores tinham como referência era a pedagogia tradicional, a qual o ensino era centralizado no professor. Quem detinha o poder do conhecimento era quem estava no comando da classe. Segundo Barros (2010, p. 128), as escolas ligadas à Igreja Católica, até a década de 1960, eram baseadas no ensino tradicional, “ao corpo docente cabia o papel de transmitir o conteúdo existente nos livros didáticos e às alunas o papel de absorvê-los sem questionamentos”. Reproduzir e decorar conteúdos era ordem permanente no contexto das práticas pedagógicas imposta pelo professor. O aluno privilegiado era aquele que possuísse mais habilidade em memorizar aquilo que era repassado em sala. Para as freiras de Maristella, esse conceito educacional deveria ser modificado. A memorização nem sempre se traduzia em aprendizagens. Diziam que os papagaios memorizam, mas não aprendiam. Então era preciso focar em aprendizagens que fossem significativas para a vida dos alunos e que tivessem sentido para sua existência e de sua comunidade.

Pelo fato de Brunhilde ter cursado o pedagógico na Alemanha e, no Brasil, ter complementado seus conhecimentos em assistência social na Universidade de Pernambuco, apresentava pleno conhecimento que a prioridade deveria ser o aluno e não somente o professor. O primeiro passo era aproximar a escola das famílias e, depois, priorizar a necessidade do aluno. Foi criado um espaço lúdico e, também, um campo rústico para as atividades ao ar livre. Foi trabalhado nas oficinas a necessidade de o aluno absorver as matérias e não mais decorar. Esse

último ponto foi motivo de sofrimento para a freira. Os professores eram acostumados a repassar conteúdo para decorar, principalmente conteúdos de matemática.

Outra novidade trazida pela freira Brunhilde foi o artístico, em várias ocasiões, durante o ano, eram organizadas peças de teatro com temáticas dos clássicos contos de fadas. A antiga professora Raimunda Sampaio (Nane) lembra que seus filhos participaram de várias peças como atores em contos da “Chapeuzinho Vermelho”, dos “Três Porquinhos” e, também, foi atriz da peça tirada do conto “A princesa que perdeu o sorriso”. O teatro promovido pela escola era um evento que mobilizava a cidade.

Para Professora Nane as freiras trouxeram uma nova forma de compreensão da educação, em que foi incentivada maior participação dos pais no ambiente escolar e foi feito enriquecimento do ambiente escolar com a utilização de vários recursos didáticos, como jornais, cartolinas, massas, jogos, entre outros. O mais importante, segundo seu relato, foi a inauguração de uma biblioteca. Foi a primeira biblioteca do município. No início, havia poucos livros, mas, aos poucos, foi enriquecendo o acervo através de campanhas de compras e de doações de exemplares.

Dom Floriano contribuiu no que pôde, sobretudo na parte financeira, para melhorar as condições de atendimento da escola. Quando ele solicitou freiras para trabalharem em Juruti, o seu objetivo primordial era atacar o problema da saúde e da educação. O bispo seguia a mesma tradição dos franciscanos de fundar escolas e hospitais na região do Baixo Amazonas. De acordo com Couto e Colares (2019), o bispo alemão dom Amando Bahlmann fundou as primeiras escolas confessionais na cidade de Óbidos, em 1911, e prosseguiu inaugurando educandários nos municípios que compunham a Prelazia de Santarém. Dom Anselmo Pietrulla, dom Floriano e dom Tiago Ryan¹² melhoraram as estruturas das escolas deixadas por dom Amando e inauguraram outras, como mostra o quadro 2:

¹²Em 1958, o franciscano americano Tiago Ryan é nomeado bispo da Prelazia de Santarém e o bispo alemão, Floriano Loewenau, que era o prelado de Santarém, foi transferido para a recém-inaugurada Prelazia de Óbidos.

Quadro 2 - Escolas confessionais no Baixo Amazonas fundadas pelos franciscanos

Escola	Cidade	Ano de fundação	Bispo fundador, dom	Ano da reforma ou reinauguração	Bispo reformador, dom
São José	Óbidos	1911	Amando Bahlmann	1942	Floriano Loewenau
São Francisco	Óbidos	1911	Amando Bahlmann	1945	Floriano Loewenau
Santo Antônio ¹³	Alenquer	1911	Amando Bahlmann	-	-
São Francisco ¹⁴	Monte Alegre	1911	Amando Bahlmann	-	-
Escola Santa Clara	Santarém	1913	Amando Bahlmann	-	-
Escola São Francisco	Santarém	1918	Amando Bahlmann	1958	Tiago Ryan
Escola São José (planalto)	Santarém	1919	Amando Bahlmann	1960	Tiago Ryan
Escola Imaculada Conceição	Monte Alegre	1920	Amando Bahlmann	Década de 1960	Tiago Ryan
Ginásio Dom Amando Bahlmann ¹⁵	Santarém	1943	Anselmo Pietrulla	1951	Floriano Loewenau
Escola São Sebastião	Terra Santa	1947	Floriano Loewenau	-	-
Educandário Santo Antônio	Alenquer	1956	Floriano Loewenau	-	-
Escola São Raimundo Nonato	Santarém	1957	Floriano Loewenau	-	-
Escola Nossa Senhora da Saúde	Juruti	1957	Floriano Loewenau	1968	Floriano Loewenau
Escola Santa Maria Goretti	Oriximiná	1962	Floriano Loewenau	-	-

Fonte: Produção do próprio autor.

As 14 escolas inauguradas pelos franciscanos desde o início do século XX foram determinantes para a melhoria educacional da região. Segundo Couto (2019), as primeiras escolas inauguradas pelo bispo Amando Bahlmann possuíam como principal finalidade controlar a elite do Baixo Amazonas no início do séc. XX para que não se rebelassem contra o recém-inaugurado Regime Republicano, que iniciou sob a liderança do marechal Deodoro da Fonseca.

De maneira geral, a Igreja Católica se empenhou na consolidação da República, em compensação, os republicanos facilitaram a expansão da Igreja no país, permitindo a criação de dezenas de prelazias e dioceses de norte a sul do Brasil (dentre elas, a Prelazia de Santarém, fundada em 1903). E, praticamente, em todas essas novas prelazias e dioceses, foram

¹³A escola Santo Antônio iniciou em Alenquer com freiras franciscanas Hospitaleiras e encerrou as atividades em 1914. Em 1956, foi inaugurada uma escola com o mesmo nome.

¹⁴A escola São Francisco iniciou as atividades em 1911 com as freiras franciscanas Hospitaleiras e encerrou suas atividades em 1914.

¹⁵ Em 1951, a escola passou da administração dos franciscanos para a Congregação dos Irmãos da Santa Cruz.

inaugurados hospitais e escolas que, além de cumprir a função política de controlar os ânimos dos ricos da época, eram uma excelente fonte de recursos, devido às mensalidades cobradas. Conforme afirma Ferronato (2015), a cúpula católica ficou enraivecida com o movimento escolanovista¹⁶, encabeçado por Lourenço Filho e Anísio Teixeira, pois reivindicavam, nos anos de 1920, que a educação brasileira deveria ser laica, gratuita e de fácil acesso a todas as classes sociais. A política do arcebispo Sebastião Leme, do Rio de Janeiro, contrapunha-se às ideias de Anísio Teixeira porque isso contrariava a moral e os bons costumes educacionais que somente a Igreja poderia propagar, no entanto, o que, na realidade, afetava mesmo eram os interesses financeiros da Igreja Católica.

Segundo Couto (2019), passados esses tensos momentos da política educacional brasileira em que a Igreja Católica estava intensamente envolvida, as escolas confessionais, a partir da Constituição de 1934, precisaram se readaptar à nova conjuntura educacional e a maioria investiu esforços na formação de professores para o atendimento das escolas de educação básica que eram inauguradas pelos estados e municípios. Em 1939, a escola Santa Clara, da cidade de Santarém, recebeu autorização do governo federal para formar professores para o atendimento da demanda do magistério e, a partir daí, todas as escolas ligadas à Igreja Católica iniciaram o mesmo processo para servir aos órgãos municipais e estaduais congregadas à educação.

Seguindo a mesma estratégia de Amando Bahlmann, o bispo Floriano inaugurava as escolas e as entregava às congregações religiosas femininas, como aconteceu em Santarém, com a escola São Raimundo Nonato, entregue às freiras do Sagrado Coração de Jesus; e as escolas Santa Maria Goretti, de Oriximiná, e Santo Antônio, de Alenquer, confiadas aos trabalhos das Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição. Em Juruti, a tarefa de encontrar congregações femininas que quisessem assumir a escola Nossa Senhora da Saúde foi difícil, levou mais de 10 anos até uma congregação finalmente assumi-la.

De acordo com o histórico exposto no Projeto Político Pedagógico da Escola de Ensino Fundamental Conveniada Nossa Senhora da Saúde, em 1957, sob os esforços do vigário paroquial frei Hildefonso e recursos adquiridos por dom Floriano, a escola foi inaugurada com duas salas de aula. Como dom Floriano era um bispo muito preocupado com o desenvolvimento educacional na região (havia inaugurado várias escolas nos municípios circunvizinhos), o frei

¹⁶ Escola Nova foi um movimento de renovação da escola com fortes influências na Europa, Estados Unidos da América e no Brasil. Seu ideário era embasado no respeito às liberdades individuais e à democracia. A educação não deveria ser mais imposta, mas construída coletivamente, priorizando a realidade social em que o aluno estava inserido. Na América do Norte, teve a contribuição de John Dewey.

Hildefonso quis fazer uma homenagem ao bispo e batizou a escola com o nome de Floriano Loewenau. Sabendo da notícia, o bispo viajou de imediato em 1958 para Juruti e pediu, em reunião com as lideranças da paróquia, que substituíssem o nome da escola pelo nome da padroeira católica do município. Sua justificativa foi que, segundo sua concepção franciscana, não seria digno de tamanha honraria e, dessa forma, sua vontade foi acatada e o nome do educandário foi alterado para o nome da padroeira católica Nossa Senhora da Saúde.

Conforme Sangenis (2004), a humildade franciscana é nobre, mas é um atropelo para a história como ciência. Assim como dom Floriano, nenhum franciscano permitia homenagens sob qualquer pretexto enquanto estivessem vivos. Outro fator que sempre foi entendido pelos franciscanos como uma forma de reconhecimento posterior foram os registros escritos de suas atividades e, por isso, deveriam ser evitados.

É comum falar no meio acadêmico a expressão: “os franciscanos escreveram sua história na areia da praia e, assim que chegaram o vento e as ondas do mar, elas se foram”. Diferentemente dos franciscanos, os jesuítas anotaram tudo o que fizeram pelo país, o que cria a falsa impressão de que a obra jesuítica é maior, o que, para os discípulos de Francisco, não faz nenhuma diferença. Um exemplo disso são as quatorze escolas que eles fundaram na região. São escolas, em sua maioria, centenárias, ou quase centenárias, de importância ímpar para o desenvolvimento regional, mas com pouquíssimas informações históricas sobre elas. A explicação para essa negligência, do ponto de vista da ciência, está no próprio fundador da ordem franciscana, ele exigia que seus membros fizessem o necessário para atender as necessidades e as angústias humanas sem que isso dependesse de aplausos e/ou de qualquer tipo de reconhecimento. Fato esse que não pode e nem deve ser interpretado literalmente. Por mais que a ordem franciscana seja repleta de exemplos de altruísmo, não há como negar algumas falhas no trato com a humanidade que contradizem os princípios da benevolência. Como bem relata o historiador Sangenis (2004) ao dizer que, desde o período do Brasil Colônia, os franciscanos mantiveram escravos em suas propriedades e não fizeram tantos esforços para mudar essa situação degradante à condição humana. O mesmo argumento pode ser utilizado sobre a ordem de Maristella e sua relação controversa com o regime nazista.

A preocupação do bispo Floriano é justificada pelo levantamento feito pelo IBGE na década de 1960 no município de Juruti. Dos treze mil habitantes na época, apenas 28,4% tinham algum tipo de escolaridade e, desses habitantes, a maioria não passava do 3º ano primário. Não era por negligência das famílias que as crianças ficavam sem estudar, era porque não havia escolas suficientes e próximas para atender a todos. As famílias mais abastardas mandavam seus filhos para estudarem em Manaus, Santarém ou, quando eram muito ricas, em Belém. Uma

opção perigosa para os pobres da região seria encaminhar as meninas para morarem com outras famílias nas cidades maiores com a promessa de receberem estudos, mas, geralmente, essas meninas eram usadas como empregadas domésticas, babás ou até mesmo como prostitutas, recebendo pelo serviço apenas a alimentação e vestuário. Segundo Brito (2020), era uma forma camuflada de escravidão que, mesmo com o avanço da legislação de proteção à mulher, ainda insiste em perdurar na região.

Diante da difícil situação, que não era exclusividade de Juruti, em todos os municípios circunvizinhos, havia alto índice de analfabetismo. Diante dessa situação alarmante, o bispo Floriano inaugurou, conforme o quadro 2, cinco escolas; as quatro últimas, em um período de apenas cinco anos. A escola Nossa Senhora Saúde foi a penúltima de seu governo prelatício. De acordo com o historiador obidense Carlos Vieira (2018), o bispo Floriano era habilidoso no trato político e na capacidade de atrair recursos para as obras em sua prelazia. Além das escolas, também investiu esforços na construção de hospitais, de asilos, de albergues e de pistas para pouso de pequenas aeronaves nos municípios e aldeias indígenas. Essas pistas agilizavam o transporte de suprimentos aos indígenas e, também, facilitavam o fluxo quando adoeciam com gravidade.

Mesmo gerando benefícios educacionais e infraestruturais para a região, essa parceria do bispo com o Estado pode ser considerada ambígua, porque, nesse mesmo período, uma parte da Igreja Católica se contrapunha ao Estado por conta das atrocidades cometidas pelo regime civil-militar que governava o país. Segundo Pereira e Lima (2018), na parte sul do estado do Pará, havia intensos conflitos ligados à posse da terra e contra o regime político com o importante apoio da Igreja na defesa dos pequenos lavradores. A exemplo disso, foram os padres Roberto de Valicourt e Humberto Riolland, que trabalhavam no município de São João do Araguaia e foram perseguidos, presos e torturados porque eram suspeitos de apoiarem a Guerrilha do Araguaia que durou de 1966 a 1974. Assim como os padres Roberto e Humberto, outros religiosos foram perseguidos por protegerem, sobretudo, os trabalhadores. Nesse sentido, a relação com o Estado, principalmente dos religiosos da região sul e sudeste do estado, era mais de animosidade e de duro embate do que de parceria. Já na região oeste, destaca-se mais a relação de proximidade e parceria do que de confronto. Isso acaba evidenciando as divergências internas e as posições político-ideológicas das diversas alas que compõem a Igreja e, de certo modo, afetam as atividades desenvolvidas no meio da sociedade, a exemplo disso, tem-se a dinâmica exercida pelas freiras de Maristella que, a princípio, assemelhou-se muito à mesma linha de atividades e de relações conduzidas por dom Floriano, contudo, depois iniciou

processo de acirramento quando as religiosas começaram a tomar partido pela luta dos pequenos agricultores do município.

O período em que a freira Brunhilde esteve na direção da Escola Nossa Senhora da Saúde foi promissor no desenvolvimento das relações com o Estado. Era o período do regime militar, e o governador era Alacid Nunes (1966-1971), seguido de Fernando Guilhon (1971-1975). Antes das freiras chegarem a Juruti, o bispo Floriano, juntamente a Paulo Suess, já havia iniciado um procedimento de convênio entre o governo do estado e a escola em 1968. Esse procedimento não era exclusividade da escola da paróquia de Juruti. Em praticamente todas as escolas ligadas à Igreja no Baixo Amazonas, houve a parceria administrativa com o Estado. A Secretaria Educacional do Estado (Seduc) ficava responsável pela efetivação dos contratos com os professores(as) e por uma parte das despesas de manutenção; e a Igreja, com o restante dos encargos. As únicas escolas que conseguiram se sustentar financeiramente e não entraram em convênio foram as escolas de Santarém - Santa Clara e Dom Amando - o restante não teve alternativa que não fosse essa parceria, do contrário, elas encerrariam suas atividades por falta de recursos.

Por conta dessa boa relação da Igreja Católica do Baixo Amazonas com o governo do estado, foram efetivados vários contratos de professores para atuarem nessas escolas, inclusive, na paroquial. Era um período que não havia a obrigatoriedade de concursos públicos, isso só irá ocorrer plenamente a partir da Constituição de 1988. Então, como existia essa facilidade de conseguir contratos, a freira Brunhilde, assim que deixou a direção da escola e começou a inaugurar creches e pré-escolas, também conseguiu, através de boa relação que havia construído com a Seduc, alguns contratos para os professores trabalharem nas pré-escolas. Contudo, quando esses professores se efetivavam, logo pediam para sair das creches e pré-escolas para ministrarem aula na escola paroquial ou em outras escolas que o Estado inaugurava. Essa atitude dos professores desapontou a freira que, por sua vez, acabou encerrando os pedidos de contrato.

O fato de os professores pedirem transferência do ensino infantil para o ensino fundamental estava relacionado à pouca valorização dada à educação na tenra idade e ao trabalho despendido para a realização das atividades com as crianças. A freira Brunhilde era exigente, havia todo um planejamento diário, dentro de um contexto, para ser cumprido durante o ano. Os professores precisavam demonstrar dinamismo nas aulas com cantos, teatro, materiais didáticos variados, como sucatas e elementos naturais, e isso demandava tempo e disposição para a preparação das aulas. Os professores logo observavam que não havia tanta cobrança nas escolas mantidas pelo Estado, então, quando conseguiam os contratos, eles preferiam pedir

transferência para outras escolas, era como se fosse uma “carta de alforria”. Outro fator que pesava contra a educação infantil era a ligação à assistência social, e isso só será melhorado com a Constituição de 1988 e a promulgação da LDB 9394/96. Esse assunto será abordado no item que trata sobre o desenvolvimento da educação infantil em Juruti.

A partir da década de 1980, aumentou o conflito das freiras com os políticos locais, e isso acabou resvalando nas escolas e nos professores que foram contratados. Como as religiosas começaram a apoiar as lutas dos pequenos lavradores pela regularização fundiária, atingindo os interesses financeiros dos empresários, a resposta para essa ação veio através de perseguição e de vingança. Os prefeitos fizeram uma campanha na Seduc para que os contratos dos professores que eram próximos às freiras fossem cancelados. Alguns docentes foram prejudicados e perderam seu contrato, mas a maioria acabou ficando nos quadros funcionais do Estado e hoje já estão aposentados. Essa ação maldosa revela o quanto era comum, antes do advento da obrigatoriedade dos concursos públicos, a escolha do funcionalismo por afinidade política, amizade e conchavo, e a permanência do funcionário no cargo dependia sempre da boa relação com quem estava no comando do município ou estado. Nesse sentido, por mais que haja falhas, que deverão ser corrigidas ao longo do tempo através dos processos de efetivação do funcionalismo público, não há como negar a melhoria no critério de justiça quanto à igualdade de condições de ingresso ao serviço público.

Por mais que o serviço da escola fosse importante para o desenvolvimento das crianças, há certos momentos que são necessários fazer escolhas difíceis e, em nome de um bem maior, optar por sacrifícios. Foi em nome de um objetivo global que as freiras se afastaram da escola e concentraram todas as forças em projetos que melhorassem a vida dos pequenos lavradores, tanto os que moravam na zona urbana quanto na rural.

2 DESENVOLVENDO ATIVIDADES QUE ATINGIAM A ZONA URBANA E A RURAL DO MUNICÍPIO

2.1 Ambulatório de saúde Casa Samaritana

Antes da chegada das freiras franciscanas de Maristella, foi construído um prédio que serviria de residência e atendimento ambulatorial, o qual foi batizado de Casa Samaritana. Esse prédio, figura 4, foi erguido na administração do vigário padre Paulo Suess e contou com a contribuição de recursos vindos de várias entidades filantrópicas internacionais, como a Misericórdia, Cáritas, entre outras. Segundo a comunitária Luzia Silva, só foi possível a construção desse prédio devido à ajuda dos comunitários, pois havia dias de intenso trabalho de puxar para carregar pedras, areia e massa de concretagem. Foi um trabalho que mobilizou boa parte dos habitantes da cidade, e a inauguração foi marcada pela realização de eventos e celebrações. Para a população, era importante a contribuição nesse empreendimento, porque reduziria a dependência por serviços hospitalares de outros municípios e, também, daria dignidade aos usuários que precisavam dos serviços de saúde, sobretudo, as gestantes e as crianças. Depois de 1968, boa parte da população jurutiense, principalmente da área urbana, nasceu nas dependências desse prédio sob os cuidados das freiras e das enfermeiras.

Figura 4 - Construção do ambulatório e residência das freiras em 1965 - Casa Samaritana



Fonte: Acervo digital da Paróquia Nossa Senhora da Saúde.

Em um espaço de 600m², em um prédio de dois pisos, o serviço ambulatorial era dividido da seguinte forma: havia um pequeno consultório que era utilizado pela freira Ávila ou por algum médico que vinha esporadicamente; uma sala de partos com berçários; um

pequeno laboratório bioquímico que ficava sob a responsabilidade da freira Germana; um quarto que servia de enfermaria (figura 5); e uma pequena sala para as reuniões.

Figura 5 - Atendimento ambulatorial realizado pelas freiras franciscanas de Maristella



Fonte: Acervo fotográfico da Paróquia Nossa Senhora da Saúde – Juruti.

De acordo com uma das ajudantes de enfermagem que trabalhou para as irmãs, a partir do final dos anos de 1970, os atendimentos se dividiam entre a Casa Samaritana e o hospital Pedro Valinotto, de propriedade da prefeitura. Nos anos de 1980, os atendimentos ficaram apenas nas dependências do hospital, e a equipe da Casa Samaritana foi transferida para lá, incluindo a freira Ávila e toda a parte organizacional da saúde. Na Casa Samaritana, aconteciam alguns atendimentos esporádicos de médicos especialistas e, também, funcionava uma farmácia que vendia alguns remédios a preço de custo ou doava para a maioria que não podia pagar.

O problema mais grave que enfrentaram durante esse período em que trabalharam no município foi a ausência de médicos. De acordo com o relato de L. S., em alguns casos de emergência, a freira Ávila, que era enfermeira com formação germânica, precisava fazer alguns procedimentos cirúrgicos porque não havia tempo para mandar o paciente a outros municípios, o que, segundo ela, salvou dezenas de vidas. Não obstante, os procedimentos que exigiam um atendimento especializado, os quais demandavam tempo, eram encaminhados para a cidade de Óbidos ou de Santarém.

A filosofia de trabalho das freiras, desde o início, era atacar o problema da saúde através da prevenção. Por terem vivido a realidade de uma guerra mundial e da miséria nordestina, elas logo perceberam que muitas daquelas doenças que a população enfrentava não seriam resolvidas somente com remédios ou internações, era preciso atingir o problema em sua origem,

como a baixa quantidade de nutrientes na alimentação das famílias. Marx (2013), analisando a situação dos trabalhadores da Inglaterra no final do século XIX, percebe que parte das causas das doenças está relacionada às péssimas condições de alimentação e moradia desses trabalhadores.

O lar [...] onde o saneamento básico é mais deplorável, a circulação é menor, a imundície pública é maior, o suprimento de água é o menor ou o pior; em cidades onde há maior escassez de luz e de ar. Tais são os perigos, do ponto de vista sanitário, a que a pobreza inevitavelmente está exposta, quando essa pobreza inclui a deficiência nutricional. Se a soma desses males constitui um perigo de terrível magnitude para a vida, a mera carência nutricional já é em si algo espantoso [...]. São reflexões penosas estas, especialmente quando se recorda que a pobreza que as motiva não é a merecida pobreza da indolência. É a pobreza dos trabalhadores [...], o trabalho mediante o qual se compra o escasso bocado de alimento é, na maioria das vezes, prolongado além de toda medida. E, no entanto, apenas em sentido muito restrito se pode dizer que esse trabalho é suficiente para o autossustento do trabalhador [...]. Em escala muito ampla, esse autossustento nominal não pode ser mais do que um atalho mais ou menos longo em direção ao pauperismo (Marx, 2013, p. 891).

Problemas, como verminoses, sarnas, hanseníase, desnutrição, anemia, entre outros, estavam relacionados às condições básicas de saúde, por exemplo: oferta de água sem tratamento; alimentação pobre em nutrientes; habitação insegura, com pouca higiene; e sem uma fonte de renda para garantir dignidade. As verminoses eram recorrentes em crianças porque o sanitário das residências era um buraco a céu aberto no quintal. Até quando brincavam, estavam sujeitas à contaminação por moscas e por milhares de bactérias oriundas de um ambiente insalubre. Então, para resolver esses problemas, era preciso intensificar as informações através de campanhas e tentar transformar o modo de vida das pessoas pobres. Uma das primeiras ações foi aprimorar a técnica nos atendimentos, ou seja, estar atento para quem precisasse urgentemente de ajuda.

Uma das principais funções dos técnicos era estimular a presença de maior número de comunitários nas campanhas de saúde que começavam a ser feitas regularmente, principalmente campanha de vacinação. Durante essas campanhas, realizavam-se várias reuniões em que eram tratados assuntos relacionados à saúde da família, como doenças sexualmente transmissíveis, melhoria do tratamento dos alimentos e da água, orientação para a melhoria das condições sanitárias e outras mais. Esses cuidados simples e básicos começaram a surtir efeito na melhoria e no aumento da perspectiva de vida da população, como mostra o levantamento do IBGE de 1980, com a redução de quase 80% das mortes de crianças em relação à década passada. Isso só foi possível em virtude do acompanhamento direto às famílias. Além disso, houve outras ações que impactaram diretamente na vida das pessoas.

A seguir, relatar-se-á algumas dessas ações específicas que ajudaram atenuar o sofrimento de quem era acometido por doenças, consideradas hoje de fácil tratamento, mas que, na época, ceifavam dezenas de pessoas anualmente.

2.2 Educação popular e atenção básica à saúde

Desde que as religiosas chegaram, houve um intenso trabalho de prevenção à saúde, como a construção de casas populares (fato que será tratado no tópico seguinte). Outras ações estavam voltadas à saúde da criança, principalmente, ao aspecto nutricional (na figura 5, a freira Ávila improvisa uma balança para pesar as crianças); à saúde da mulher, com ênfase às grávidas; à construção de poços artesianos; e à saúde dos homens que apresentavam sérias doenças relacionadas ao alto consumo de bebida alcoólica, como a cachaça.

A freira Germana iniciou um projeto para as gestantes que incluía uma série de reuniões sobre todos os cuidados na gestação e, nesses encontros, havia oficinas de preparação de enxoval para o bebê. As mães confeccionavam as roupas, sapatos e toalhas para as crianças. As freiras forneciam o material; e as mães, o serviço. Era também uma forma de trocar informações entre elas e fortalecer os laços de amizade. Outro detalhe importante era o acompanhamento que as freiras faziam às famílias dos comunitários (figura 6). A dedicação das religiosas deu novo alento à população e permitiu a redução da insegurança e do sofrimento das famílias no acompanhamento das gestantes até o nascimento das crianças.

Figura 6 - Freira Ávila visitando família de recém-nascido



Fonte: Acervo digital da Paróquia Nossa Senhora da Saúde.

Para a melhoria da alimentação das famílias, a freira Brunhilde intensificou a construção de hortas comunitárias e individuais. Quando a situação era precária ou de extrema pobreza, algumas famílias recebiam ajuda do padre Alfonso Blumenfeld, que conseguia, através de seus amigos e de entidades alemãs, alguns recursos para aquisição de alimentos para serem doados a essas famílias. Algumas vezes chegavam, em containers vindos da Europa, leite em pó e compostos vitamínicos para sopas. O comunitário O. B., que ficou órfão de pai ainda quando criança, relatou que seus irmãos mais velhos faziam fila para receber esses alimentos e que, também, parte de seu vestuário era de roupas usadas que vinham de doações da Alemanha.

Outra frente encampada pelas freiras com intuito de amenizar os problemas de saúde, como diarreia e verminoses, era a construção de poços artesanais. O sistema de abastecimento de água do município sempre foi muito precário. A água fornecida pela Companhia de Abastecimento do Pará (Cosanpa) não era tratada adequadamente, depois de coada, servia para lavar roupa e, às vezes, para cozinhar, mas não para beber. A água para beber era sempre adquirida nas casas de algumas famílias solidárias que permitiam que as mais carentes acessassem a seus poços artesanais. Era um sacrifício para maioria das pessoas ter que sair cedo com baldes e latas em busca de um local que tivesse água potável.

Ligados à LBA e, também, a doações de entidades e a serviço voluntário, a freira Brunhilde iniciou a construção de poços artesanais nas casas de famílias pobres. Os lugares selecionados eram estratégicos, a preferência era por locais onde fosse fácil o acesso de outras famílias aos poços. Dessa maneira, foram feitos uma dezena de poços. Alguns não deram certo devido a um elevado teor de sal nas fontes, e outros poços serviram à população até os anos 2000 quando a prefeitura, enfim, resolveu o problema do abastecimento de água.

Um dos fatores determinantes para a melhoria da saúde masculina na década de 1980 foi inauguração do grupo de Alcoólicos Anônimos pela irmã Brunhilde e pelo padre Alfonso. Nos primeiros anos de trabalho no município, as freiras e os padres perceberam que um dos problemas mais graves que a sociedade jurutiense enfrentava era causado pelo alto consumo de álcool destilado, principalmente a cachaça, isso porque era uma bebida de baixo valor. A maioria das tragédias familiares estava ligada à bebedeira, por exemplo, mortes por afogamentos e brigas com armas brancas e de fogo. Geralmente, os mais afetados pelo problema eram as mulheres e as crianças, as quais enfrentavam a negligência e/ou a fúria dos homens acometidos pela doença do alcoolismo.

Um das primeiras atitudes dos religiosos foi tentar conversar com os donos de mercearias para que evitassem vender bebidas para determinadas pessoas que tinham suas famílias prejudicadas pela violência originada da embriaguez. O resultado foi quase

catastrófico. Os comerciantes ficaram irritados com os padres e com as freiras, xingando-os e proibindo que os religiosos os abordassem. Como essa estratégia não funcionou, e muito menos conversar diretamente com os acometidos pelo alcoolismo, então, a solução foi buscar alternativas para amenizar o problema.

Em 1982, os religiosos financiaram a vinda de uma equipe de senhores pertencentes ao grupo de Alcoólicos Anônimos (AA) da cidade de Santarém e de Terra Santa. Esse grupo se apresentou em algumas reuniões promovidas pela igreja e convidou a quem se dispusesse a participar de uma série de reuniões que tratariam sobre a metodologia do AA. O resultado foi muito animador. Em 1983, o grupo inicia com mais de 20 membros e logo foi aumentando, porque os próprios participantes iam em busca de seus colegas de bebedeira e, como a intimidade era maior entre eles, a aceitação também era muito mais relevante. Em pouco tempo, o grupo já havia virado uma irmandade. Essa irmandade se expandiu pela cidade e pela zona rural e foi importante no apoio a outros grupos de vários municípios. De acordo com um dos fundadores, I. B., em 2023, o grupo completará 40 anos de existência. Para comemorar a data, far-se-á um grande evento de comemoração com familiares das várias gerações de integrantes. Segundo I. B., hoje em dia não há mais o apoio da igreja como antes, e a chegada do empreendimento de mineração tem contribuído para aumento do consumo de bebidas alcoólicas no município.

Segundo Bertagnolli *et al.* (2014), o problema do alcoolismo é algo que afeta profundamente o indivíduo. As consequências os acompanharão pelo resto da vida, mesmo aqueles que conseguem, de alguma forma, parar de beber. Para Bertagnolli, o problema pode ser amenizado, mas o sujeito terá que fugir dos gatilhos a fim de não incorrer em recaídas. A epidemia do alcoolismo é um desencadeador de graves doenças psíquicas tanto para a pessoa acometida quanto para seus familiares, conclui.

O grupo de Alcoólicos Anônimos não resolveu definitivamente o problema da doença do alcoolismo no município, mas contribuiu para a redução do sofrimento de centenas de lares que eram afetados por esse mal.

2.3 Projeto União e Progresso para construção de casas populares

As religiosas perceberam que a alta incidência de doenças e até de morte de crianças estava relacionada à má alimentação e às condições precárias de higiene e de saneamento das residências. As casas de palha e sanitários insalubres proporcionavam a propagação de doenças parasitárias. Era preciso mudar o modo de habitação para melhorar a saúde, porém, resolver

esse grave problema não era fácil, pois as famílias não usufruíam de condições financeiras para construir as casas. Diante dessa situação, seria necessário pensar em soluções que melhorassem as condições financeiras e, também, em materiais alternativos de construção civil que fossem resistentes e baratos para a edificação dessas casas. Com criatividade e em regime de puxirum, começaram a melhorar as habitações das famílias.

Parece não soar razoável o termo “União e Progresso” para um projeto desenvolvido por religiosas que eram críticas ao sistema político autoritário em que estavam inseridas. A palavra progresso era extensamente utilizada pela propaganda do governo civil-militar, ocorrido entre 1964 e 1985, para expressar modernidade e desenvolvimento, mas, na dura realidade, o que acontecia no submundo político estava mais próximo da miséria, da subserviência aos Estados Unidos da América e de toda forma de abuso aos direitos políticos e sociais de quem se opunha ao regime. Segundo a religiosa I. A., o título do projeto era uma forma irônica de criticar o governo e o próprio lema positivista¹⁷ que estava expresso na bandeira do país. Ao invés da forma autoritária “Ordem e Progresso”, em comum acordo, os sócios batizaram de “União e Progresso”, simbolizando que, para se ter progresso, era necessário a união. “O progresso é um mito renovado por um aparato ideológico interessado em convencer que a história tem destino certo e glorioso.” (Dupas, 2007, p. 1).

O Projeto União e Progresso de construção de casas populares estava ligado intrinsecamente à saúde, pois as habitações tradicionais das famílias eram precárias. Apesar do material composto ser formado basicamente de palha branca e ser aprazível do ponto de vista da temperatura ambiente, as casas eram inadequadas. A palha absorve bem o calor e não deixa a temperatura escaldante da Amazônia adentrar no ambiente interno com intensidade, em compensação, outros fatores não permitem afirmar que essa forma de habitação seja ideal para a região. Sua estrutura é frágil, perene e, dessa forma, se não tiver uma atenção constante, suas curvas e estruturas internas são um excelente atrativo para bichos peçonhentos, como aranhas e cobras. Sem contar que tal estrutura não comportava a instalação de banheiros internos, obrigando seus habitantes a utilizarem sanitários e lavatórios externos para a realização de suas necessidades fisiológicas. Esse tipo de habitação era uma preocupação constante para os responsáveis pela saúde, pois a dificuldade de higiene desses ambientes causava uma série de doenças que poderiam ser evitadas, como: verminoses, dermatites, sarnas, diarreias e diversas

¹⁷Corrente filosófica que se desenvolveu na França e tem como expoentes John Stuart Mill e Auguste Comte. Defende a ideia de que a ciência é o único conhecimento verdadeiro.

outras. A figura 7 ilustra como era a maioria das habitações em Juruti, na década de 1960, um pouco antes das freiras chegarem. Na fotografia, todas as casas tinham cobertura de palha.

Figura 7 - Casas de palha da rua Joaquim Gomes do Amaral



Fonte: Acervo digital da Paróquia Nossa Senhora da Saúde – Juruti.

Diante do problema, as religiosas tentaram resolvê-lo aperfeiçoando uma técnica muito difundida pelos nordestinos que chegaram, nos vários fluxos migratórios, à Amazônia: a casa de taipa. A técnica asiática de origem milenar consistia em entrelaçar madeira e preencher os vãos com barro molhado. As freiras perceberam que esse modelo de moradia resistia mais às condições do tempo que a casa de palha, então, para durar ainda mais, elas projetaram as casas com estruturas em madeira de lei e, assim, poderiam aumentar o pé direito da casa e a área construída, subdividindo-a em quartos, dando mais conforto (60m² de construção) e privacidade à família. A figura 8 exemplifica bem a intencionalidade das irmãs. Além da altura de aproximadamente 6 metros, com a estrutura em madeira forte, a casa comportaria o peso da telha de cerâmica. Observa-se, também, a utilização de grandes janelas com espaço superior para entrada de luz, algo completamente incomum para época, era uma casa com boa aparência. Contudo, ao passar dos anos, as residências apresentavam uma série de problemas, como: variação da geometria, rachaduras, queda constante do reboco e, com o tempo, ficaram bastante deterioradas. Mesmo assim, essa moradia da figura 8 durou mais de 40 anos até ser derrubada e, no local, erguido uma casa em alvenaria.

Figura 8 - Casa de taipa da rua Joaquim Gomes, ano 2000



Fonte: Acervo digital da Paróquia Nossa Senhora da Saúde.

Para resolver o problema estrutural das residências a um baixo custo, a freira Germana sugeriu uma outra técnica que estava, na época, sendo bem difundida no Nordeste: a casa de adobe. A técnica consistia em utilizar o barro de argila, transformá-lo em barras retangulares para depois secá-lo à sombra por vários dias, como mostra a figura 9. Depois de seca, as barras ficavam consistentes e podiam ser misturadas aos tijolos queimados nos fornos. A estrutura das paredes era composta por 75% de tijolos de adobe e 25% de tijolos queimados. Os tijolos queimados eram adquiridos nas pequenas olarias da região, cujo valor era estipulado em unidade de milhar.

Figura 9 - Forma e tijolo de barro adobe



Fonte: Acervo digital do pesquisador.

Segundo Raimundo Pimentel., que coordenou os trabalhos de construção das casas populares com material de adobe, o processo funcionava da seguinte maneira: tanto as casas de taipa como as de adobe eram feitas em regime de mutirão, geralmente, sete famílias construía as casas umas das outras. A casa de adobe consistia em: 4,2 milheiros de tijolos, 3 milheiros eram de adobe e 1.200 eram de tijolo queimado; madeira de lei para a composição do telhado, portas e janelas; telhas de cerâmica ou de cano; cimento; areia e ferragens. A área de construção aproximava-se dos 70 m². O material adquirido era anotado em uma pequena caderneta que as famílias recebiam assim que iniciavam os trabalhos, conforme a figura 10.

Figura 10 - Caderneta de anotações de materiais para construção de casas populares

The image shows two pages from a handwritten ledger. The left page is titled 'Assistência das famílias doentes - Unidade e Proprietários' and contains a section for 'Períencia n.' with several lines of text that have been redacted with orange bars. Below this, it says 'Caderneta N.º 113'. The right page is titled 'Material' and contains a table with the following data:

Data	Descrição das Mercadorias	DEVE	HAVENDO
5/14/18	1000 tijolos		800,00
14/1/18	15 s. cimento		900,00
	5 s. cimento		325,00
2/8/18	10 s. cimento		650,00
1/18/18	10 s. cimento		650,00
1/10/18	95,4 m arame		140,00
25/1/18	5 s. cimento		340,00
	1/2 dz tábuas		-
28/8/18	200 tijolos		300,00
8/9/18	48 permanências		750,00
	6 dz ripas/18		240,00
22/1/18	2 s. cimento		140,00
9/12/18	4 kg pregos		58,00
	34 ltelhas cane		34,00
		53	57,60

Fonte: Acervo documental de R. P. S.

Quando pronta, a casa era entregue com pátio, sala de estar, dois quartos e cozinha (figura 11). Era deixado o espaço para instalação do banheiro e sanitário, mas isso ficava por conta do proprietário, até porque, no período em que as casas foram construídas, o sistema hidráulico do município era precário, no entanto, à medida que melhorava o abastecimento de água nas casas, as famílias providenciavam a instalação dos equipamentos.

Figura 11- Casa popular de tijolo de adobe



Fonte: Acervo digital do pesquisador.

O objetivo das freiras era dar dignidade aos cidadãos da cidade oferecendo-lhes a possibilidade de viver em uma residência com um mínimo de conforto e condições favoráveis de higiene. Isso, de certa forma, facilitava o trabalho do setor de saúde, pois havia a redução de internações ligadas às condições básicas de higiene. Contudo, diferentemente da casa de taipa, onde 70% do material poderia ser trazido da própria natureza do município, a casa de adobe exigia um aporte maior de recursos financeiros, principalmente para a aquisição de cimento, ferro, tijolo queimado e a madeira de lei utilizada no telhado.

A maioria das famílias que foram contempladas com essas residências não possuíam condições financeiras de arcar com o material e com a mão de obra para a realização da empreitada, então, sob a liderança da freira Brunhilde, montou-se um planejamento para partilhar o mínimo de recursos com o máximo de famílias. A engenhosidade financeira consistia na seguinte organização: as famílias participantes eram integradas em uma associação chamada União e Progresso (figura 12) e pagavam uma pequena mensalidade que poderia ser em dinheiro ou serviço.

Seguindo a engenhosidade financeira, o dinheiro que era adquirido da roça e da contribuição dos contemplados não era suficiente para fechar o orçamento, esse primeiro montante girava em torno de 50% da casa. O restante, as freiras faziam campanhas de doações na Alemanha, principalmente nas datas festivas, preferencialmente no Natal e na Páscoa, para ajudar os pobres e, também, pediam ajuda para as Cáritas¹⁸. A fim de fechar o orçamento, a freira Brunhilde conseguiu um convênio com a LBA, que representava uma pequena parte do montante para construção, o que dava em média 25% do material e do pagamento do mestre de obra.

O comunitário Raimundo Pimentel da Silva (Mundaio) afirmou que as atividades de construção ocorriam somente aos sábados. Como eram os membros de 7 famílias que ajudavam o mestre de obra e a organização era rigorosa, sob a supervisão das freiras, os trabalhos caminhavam rapidamente, em mais ou menos 45 dias a casa estava pronta. Segundo a doméstica Luzia Silva, em alguns momentos, havia a falta de material para as construções, como o cimento e a telha, e isso ocorria devido à precariedade do transporte na época.

Uma vez ao mês eram feitas reuniões com todos os associados. O sócio Mundaio enfatiza que nessas reuniões havia, em um primeiro momento, a liturgia, em que se refletia algum trecho da bíblia e a palavra era compartilhada com quem quisesse falar, em seguida, fazia-se uma reflexão sobre a importância do associativismo para o desenvolvimento das pessoas e, finalmente, eram distribuídas as tarefas. De acordo com Raimundo Pimentel, na reunião, não se falava de política diretamente e não se enfatizava sobre catolicismo, pois, entre os associados, havia membros de outras religiões, como os evangélicos. Contudo, ao enfatizar a importância da associação para melhoria de vida das famílias, implicitamente já estava se falando de política, porque, para se conseguir chegar a vencer uma eleição para o executivo municipal, era preciso união dos trabalhadores através das organizações civis. Marx (2013) enfatiza, em seu tratado sobre a revolução proletária, a importância de opor a burguesia através da unidade e da resistência.

O progresso [...] substitui o isolamento dos operários, resultante da competição, por sua união revolucionária resultante da associação. [...]. De todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem, o [...] proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico (Marx, 2013, p. 1483).

¹⁸Entidade internacional com sede em vários países. É responsável por destinar ajuda humanitária a todos os continentes.

O problema habitacional no país é um caso crônico. Esse exemplo de Juruti é apenas um pequeno retrato do que acontece no restante do país e não é somente um problema das pequenas cidades. Os cidadãos, com pouca renda, das grandes, médias e pequenas cidades brasileiras sofrem com a falta de política habitacional e com a irresponsabilidade da gestão das cidades. Isso acaba gerando sobrecarga em todas as áreas sociais, principalmente nos setores de saúde, de educação e de transporte. As crianças são as que mais sofrem com a falta de estrutura, pois terão que crescer em um ambiente inadequado, com pouca assistência educacional e saúde.

A famosa composição musical “Saudosa Maloca”, de Adoniram Barbosa, de 1955, expressa perfeitamente o drama vivido por milhares de brasileiros pobres que não tinham e, até hoje, não têm recursos para adquirirem moradia digna. A letra da música, ao estilo samba, conta a história de três homens pobres que construíram uma residência em um terreno de propriedade particular e que certo dia foram surpreendidos com a desapropriação e com a derrubada da casa que eles chamavam de maloca. Em um dos trechos da letra, há o relato que, ao avistarem sua casa sendo derrubada pelos donos do terreno, o autor declama: “Mato Grosso quis gritar, mas de cima eu falei, os ‘home’ ‘tá’ com razão, nós ‘arranja’ outro lugar. Só se ‘conformemo’ quando Joca falou Deus dá o frio conforme o cobertor...”. Mato Grosso representa os migrantes que vêm de outros estados em busca de oportunidades nos grandes centros, como São Paulo. E o Deus, na música, significa o desamparo político e social. É como dizer que o pobre não é bem-vindo à cidade. A boa estrutura dos centros das cidades é destinada com exclusividade a quem tem posses, o que é um erro pontual segundo os estudiosos do desenvolvimento urbano.

Baratto (2020) diz que um bom ordenamento urbano gera benefícios para o município. Uma cidade planejada, que antecipa os desafios a serem enfrentados, está propensa a receber maiores investimentos e, com isso, terá condições de atrair empresas e empregos, pois terá pessoal com qualificação através das boas escolas e com saúde. Do ponto de vista estratégico, é mais dispendioso estruturar um município que cresceu de forma desordenada.

Segundo Nascimento e Braga (2009), o problema habitacional no Brasil começa a piorar a partir de 1930. Com o avanço da industrialização nas grandes cidades, aumentou o número de famílias que migram do campo para a cidade ou de cidades pequenas para as grandes. A falha nesse processo foi a falta de preparação das cidades para a chegada de muita gente. As pessoas que migravam precisavam de um lugar para morar, e a maioria das que chegavam não tinham condições financeiras de comprar ou alugar moradia com infraestrutura adequada, então, a alternativa era improvisar um local para residir ou arriscar sua integridade física e liberdade nas invasões de terra e/ou casas abandonadas. Sem política habitacional efetiva nas

idades e sem políticas de apoio a famílias carentes, em praticamente todas as regiões do país, proliferaram os cortiços e as favelas, cujas características englobam: precariedade no saneamento básico; concentração humana em espaços minúsculos; espaços inadequados para o tráfego de ambulâncias, de correios e de caminhões do comércio; alto índice de violência misturada à conivência do Estado, que age distintamente nos locais de periferia e nos de classe média.

Em Juruti, o processo de migração do campo para a cidade aumentou quando, a partir da década de 1970, o valor da fibra da juta começou a cair. Desde os anos de 1950, quando os japoneses implantaram a cultura agrícola da juta na região amazônica, as famílias começaram a melhorar as condições de vida. Mesmo que não desse para construir riquezas, dava pelo menos para sustentar as famílias durante o ano com o mínimo de dignidade. Ricos, de verdade, ficavam os “patrões” das regiões que financiavam os pequenos trabalhadores com sementes e mercadorias durante o ano. No final de cada safra, pouco ou nada sobrava para os pequenos produtores, pois o valor cobrado pela mercadoria geralmente era o dobro do que era praticado pelo mercado.

Como a fibra da juta amazônica começou a perder mercado para a concorrência da fibra asiática, o preço começou a oscilar para baixo e, aos poucos, tornou-se impraticável o cultivo. Para as famílias que dependiam da venda da fibra, restou, como alternativa de renda, a pesca artesanal ou a tentativa de melhorar de vida migrando para a cidade. Foi assim que centenas de famílias da região da várzea, onde se concentravam grandes produtores de juta, como Santa Rita, Igarapé do Balaio, Paraná de Dona Rosa e Recreio, mudaram-se para a cidade. Na área urbana, os recém-chegados não tinham dificuldade de conseguir terras para construir seus barracos, a maior dificuldade era sustentar as famílias com as raríssimas oportunidades de renda, como a estiva, roças, carvoarias e pequenas oficinas de marcenaria e de serrarias. O que salvava muitas famílias da inanição era um lago chamado Jará, que ficava a dois quilômetros da área urbana, o qual fornecia boa quantidade de peixe. Hoje devido à alta exploração, o lago está quase saturado.

O projeto de construção de casas populares, criado para essa clientela mais carente, foi desenvolvido na cidade e na zona rural do município. Durante 5 anos, houve muito empenho por parte da maioria das famílias. Segundo R.P., as dificuldades começaram aparecer quando os políticos sem escrúpulos começaram a incentivar algumas famílias contempladas a não contribuírem com serviços e com recursos financeiros para as construções. De acordo com afirmações falsas dos políticos da época, o governo federal, através da LBA, mandava dinheiro suficiente para a construção das casas, mas as freiras destinavam para outras finalidades, como

financiamento do sindicato dos trabalhadores rurais. Como algumas famílias resolveram acreditar nas mentiras dos políticos, o projeto acabou quebrando a estrutura principal e teve que ser encerrado. Com mais de trinta anos de encerramento, ainda há casas que ficaram parcialmente construídas. Mesmo com a perseguição irresponsável dos políticos, ainda foram construídas mais de trezentas casas populares e, praticamente a totalidade dessas residências, ainda está servindo de moradia para centenas de famílias.

2.4 O artesanato: projeto de renda para as famílias¹⁹

Este tópico tem por objetivo demonstrar como ocorreu o desenvolvimento do artesanato e de sua relação com os movimentos sociais do município de Juruti-PA nas décadas de 1970 a 1990, impulsionado pelos serviços das freiras franciscanas de Maristella. Desse modo, indagamos como os profissionais do artesanato do município conciliaram o aprendizado e as atividades de geração de renda com o enfrentamento aos políticos tradicionais de Juruti. Nesse sentido, concordamos com Saviani (1995, p. 17) quando diz que “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Maior das informações foram coletadas dos arquivos do artesanato e da artesã Raimunda Gato.

Entre as alternativas de geração de renda, pensou-se em uma atividade que superasse o estigma da subsistência e, ao mesmo tempo, valorizasse a região, potencializando os conhecimentos dos antepassados indígenas. Nessa perspectiva, foi iniciado, no início dos anos de 1970, o curso de artesanato, o qual se tornou, ao longo dos anos, uma fonte complementar de renda e, para muitos, a principal.

Nas décadas de 1970 e 1980, o município de Juruti possuía como característica uma economia de subsistência, baseada na agricultura familiar e na pesca em pequena escala. Grande parte da população morava na zona rural, que se dividia em região planaltina (terra firme) e várzea (ribeirinhos do rio Amazonas e seus afluentes). Mesmo residindo na sede do município, muitos possuíam algum tipo de relação com o trabalho na roça. Algumas famílias que moravam em terra firme cultivavam pequenas roças de mandioca, macaxeira, milho e alternavam com a criação de animais, como galinha, porco e pequenos rebanhos de gado. Os ribeirinhos também plantavam pequenas roças de mandioca, criavam animais e cultivavam juta, que era uma fibra utilizada na fabricação de sacas para armazenar alimentos, principalmente, o café. Nesse

¹⁹Parte deste item foi publicado na “Revista COCAR”, da Universidade Estadual do Pará (Uepa), em novembro de 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4589>

período, a produção da fibra estava em franca decadência devido à concorrência com a fibra asiática.

Mesmo com muito trabalho na roça, a maioria da população não conseguia acumular dinheiro suficiente para sanar as necessidades básicas, como melhorias nas residências ou até mesmo para comprar remédios. A presença do poder público era quase inexistente, assim, as freiras e os padres consideraram contribuir para melhorar as condições de vida das pessoas e viram no artesanato uma alternativa para a geração de renda. A ideia geral era dar impulso, no início, através da efetivação da infraestrutura, massificação dos cursos, encaminhar a produção para um mercado regular e formar lideranças para que pudessem, no futuro, levar as atividades sozinhas, no entanto, para isso, era preciso potencializar o conhecimento pré-existente.

As comunidades tradicionais praticavam um artesanato rústico, herança dos povos indígenas que habitaram há milhares de anos a Amazônia e que repassaram o conhecimento da fabricação da cerâmica a partir do barro e a técnica de tecelagem utilizando as fibras naturais de cauçu, juta e cipó ambé. Contudo, os utensílios fabricados serviam mais para dar suporte ao seu trabalho diário, como cozinhar e carregar a produção de frutas, sementes e raízes, do que embelezar os ambientes. O propósito seria o de canalizar essa habilidade e conhecimento para poder ingressar no mercado de artesanato da região.

O projeto de artesanato iniciou as atividades em 1970 com cursos de corte, costura e de bordado ministrados pela irmã Gertrud. Em seguida, as jovens e as senhoras que demonstravam mais habilidades e dedicação eram selecionadas para ministrarem as aulas com a freira. Ao lado do salão de conferências da igreja, foi construído um grande barracão onde eram realizadas as aulas e iniciado o processo de produção. Dessa forma, o artesanato foi-se desenvolvendo e subdividindo-se em setores. Havia o setor de fibras orgânicas, bordados e redes. Em uma outra área do terreno da paróquia, foi construído um outro barracão para a atividade de olaria, onde se dedicavam aos cursos e à fabricação de cerâmica decorativa.

Em 1976, foram contratados quatro funcionários fixos, cuja função era coordenar os cursos e os setores de produção. A partir desse momento, cresceu a demanda pelos produtos do artesanato. Os responsáveis começaram a participar de feiras de artesanato nas cidades de Belém, Belo Horizonte, São Paulo, Recife, interior de Pernambuco, entre outras localidades do país. Por intermédio dos amigos dos padres e das freiras, as peças começaram a ser exportadas para Itália, Bélgica, Holanda e, principalmente, para a Alemanha. Em virtude desse fluxo de mercadoria, o artesanato chegou ao auge na década de 1980, com aproximadamente 120 colaboradores na linha de produção.

2.4.1 A dimensão educativa do artesanato na Amazônia

Segundo Alvares (2019), a educação é um processo contínuo de partilha e de redefinições de conhecimentos acumulados por milhares de anos, e essa prática de transmissão tem como finalidade a sobrevivência dos grupos humanos. Nas comunidades letradas, a escola representa o principal instrumento de transmissão de conhecimentos. Nela, os saberes são processados e transmitidos através da verbalização e de conteúdos escritos. Para se chegar à efetivação das aprendizagens, são utilizados os mais variados recursos, como o antigo quadro negro e giz, até os modernos recursos eletrônicos, variados laboratórios e bibliotecas.

O conhecimento histórico e científico é distribuído por disciplinas que se utilizam de estratégias pedagógicas para ser replicado, questionado e, muitas vezes, reelaborado. Mesmo com os avanços tecnológicos, a efetivação do processo de ensino e aprendizagem ainda depende do domínio da linguagem oral, escrita e da figura de um professor(a) remunerado para exercer o ofício de facilitar o entendimento de um determinado ramo do conhecimento.

Para Libâneo (2013), há duas formas de apreensão do conhecimento através da educação: uma intencional, na qual a escola é a intermediadora; e a outra não intencional, que está ligada ao contexto informal das pessoas:

A educação não intencional refere-se às influências do contexto social e do meio ambiente sobre os indivíduos. Tais influências, também denominadas de educação informal, correspondem a processos de aquisição de conhecimentos, experiência, ideias, valores, práticas que não estão ligadas a uma instituição e nem são intencionais e conscientes. São situações e experiências, por assim dizer, causais, espontâneas, não organizadas, embora influam na formação humana. É o caso, por exemplo, das formas econômicas e políticas de organização da sociedade, das relações humanas na família, no trabalho, na comunidade, dos grupos de convivência humana, do clima sociocultural da sociedade (Libâneo, 2013, p. 15-16).

Em comunidades tradicionais, os conhecimentos são repassados através da oralidade, tendo o clã familiar e os demais membros comunitários como suporte. Os anciãos são os grandes mestres por disporem de um acúmulo de conhecimentos e experiências. Na Amazônia, por exemplo, o conhecimento acumulado é imprescindível para a sobrevivência, haja vista a densidade das matas e os perigos dos caudalosos rios. Uma canoa malfeita ou mal projetada, por exemplo, poderia ser fatal em uma travessia de rio; a falta de conhecimento de frutos amazônicos comestíveis seria, também, perigosa caso alguém se perca na mata. Zdradek e Oliveira (2021) defendem que é necessário enfatizar a relação entre natureza e cultura e a importância da valorização da ancestralidade.

Há algum tempo, quando não havia facilidade de acesso aos produtos industrializados, como o plástico e o vidro, praticamente todos os utensílios eram retirados da mata, e era necessário o conhecimento adequado para manuseá-los. Inclusive, as residências eram feitas/tecidas de palha branca (*Attalea microcarpa Spruce*). Apesar de raras hoje em dia, ainda é possível vê-las nas periferias das pequenas cidades e em comunidades rurais (figura 14). A temperatura agradável, em qualquer hora do dia, é seu maior atrativo, e suas desvantagens são: ínfima perenidade; excelente local para abrigar bichos peçonhentos; fragilidade diante do fogo, da água, da chuva e do calor amazônico escaldante. Devido ao apodrecimento das fibras, no máximo, de três em três anos precisa ser refeita.

Figura 14 - Residência jurutiense confeccionada com palha branca



Fonte: Acervo fotográfico da Congregação Franciscana de Maristella.

Muitos são os exemplos de utensílios (herança da ancestralidade indígena) que eram utilizados e que, em sua maioria, foram substituídos pelo plástico, como a cuia: cabaça fruto da cuieira (*Crescentia cujete*). As cuias eram utilizadas extensivamente como recipientes de água e prato. Os cipós e fibras também tinham variadas utilidades, por exemplo, a fibra da envira (*Bocageopsis multiflora*) servia para fazer cordas de amarração dos barracões e das casas de palha, amarrar fumo de rolo e as hastes de mandioca, entre outros usos. O cipó ambé (*Philodendron Schott*) era utilizado na confecção dos paneiros/cestos para carregar a produção agrícola e para a coleta de sementes e de frutos das matas; a fibra de cauçu (*Calathea lutea*), mais fina e resistente à umidade, era utilizada para peneiras; e o tipiti, que é um utensílio

comprido utilizado como prensa para espremer os líquidos da mandioca, deixando-a pronta para ser torrada. A tradição indígena também deixou para os seus descendentes a cultura da fabricação de utensílios de barro, principalmente, tachos e panelas para o cozimento de alimentos.

Observa-se que, antes do processo de industrialização, a vida das antigas comunidades era organizada de uma forma em que as pessoas dominavam todas as etapas da produção necessárias à sua existência e, conforme Lombardi (2011), iam repassando para gerações seguintes.

Enquanto o artesanato e a manufatura constituem o fundamento geral da produção social, a subordinação do produtor a um ramo de produção exclusivo, à decomposição da multiplicidade primitiva de suas ocupações representam uma fase necessária do desenvolvimento histórico. Sobre aquele fundamento, cada ramo especial de produção encontra, por meios empíricos, a forma técnica conveniente, aperfeiçoa-a lentamente e cristaliza-a logo que atinge certo grau de maturidade. As únicas modificações que se produzem, excetuadas as novas matérias-primas fornecidas pelo comércio, são as que ocorrem progressivamente com os instrumentos de trabalho. Uma vez alcançada, pela experiência, a forma adequada, esta se petrifica, conforme se verifica muitas vezes através de sua transferência de uma geração para outra, durante milênios (Lombardi, 2011, p. 94).

O artesanato (arte e ação) era parte integrante das famílias. Havia os ambientes das residências destinados aos teares, à fabricação de cestos, de carroças, de canoas, de arco, de flecha, de redes de pesca, de cordas, de roupas e de diversos outros apetrechos. A própria residência era construída pelos próprios familiares. Os instrumentos, utensílios e equipamentos possuíam destinação prática, serviam para facilitar o trabalho do dia a dia.

O objetivo das freiras de Maristella, ao observarem a criatividade da população jurutiense ao produzir seus próprios instrumentos de trabalho, era potencializar esses conhecimentos adquiridos por gerações e torná-los viáveis do ponto de vista financeiro como forma de complementar as rendas familiares. As freiras tinham plena consciência de que oferecer produtos rústicos ao mercado poderia ser viável por um tempo, mas depois a produção não teria mais saída. Era necessário compreender essa lógica agressiva e consumista do mercado sem perder a essência histórica e comunitária dos habitantes dessa pequena cidade da Amazônia.

O aspecto educacional do artesanato de Juruti segue por duas vertentes: a formal e a informal. O termo informalidade relaciona-se ao fato de não haver nenhum registro oficial de efetivação de escola de artesanato. O termo formal, oficial mesmo, só irá ocorrer a partir de 1991 quando há a criação da Associação de Artesãos e seu registro em cartório, antes disso, toda a burocracia era registrada nos arquivos da Prelazia de Óbidos. As técnicas de ensino eram

baseadas na oralidade e nas atividades práticas de costurar, de bordar, de tecer, de pintar, de cozinhar, de tingir, de moldar o barro e de queimar. Era o aprender fazendo, e a perfeição se atingia com repetição e correção das falhas.

Os cursos de arte culinária, de corte e costura, de bordado e de cerâmica começaram a ser ofertados aos jovens e às senhoras (figura 15) da zona urbana e rural do município a partir do segundo semestre de 1970. Os cursos duravam seis meses, baseavam-se em breves aulas expositivas e, em seguida, partia-se para as habilidades práticas. Irmã Gertrud teve a paciência de registrar todas as atividades e, através desses registros, formaram-se as outras instrutoras. As mais habilidosas foram contratadas para liderar os grupos de produção.

Figura 15 - Alunas do artesanato junto à irmã Gertrud



Fonte: Congregação Franciscana de Maristella.

Importante ressaltar que, além da delicadeza e da beleza das peças, havia também a preocupação com a preservação e com o resgate histórico da região, principalmente, da cultura indígena. A cidade de Juruti foi, por séculos, um importante aldeamento indígena das etnias Pocó, Conduri e Mundurucu, e possuíam como característica a produção de cerâmica para diversos fins, como: culinários, decorativos e ritualístico/religioso (figuras 16 e 17).

Figura 16 - Coleção particular de cerâmica indígena de Juruti



Fonte: Acervo fotográfico de Maurício de Paiva.

É comum desenterrar nos quintais das residências inúmeras peças de cerâmica com os mais variados formatos e desenhos ou, simplesmente, restos de cerâmica que um dia já foram tachos, alguidares, panelas utilizadas para a preparação de alimentos, depósitos de água ou urnas funerárias.

Figura 17 - Cerâmicas pré-históricas de Juruti



Fonte: Caldarelli (2002).

As peças com elementos decorativos eram e ainda são utilizadas pelos sócios do artesanato como inspiração e modelos para a confecção das peças. Tanto a cerâmica quanto os bordados expõem os desenhos, caricaturas e geometrias das culturas que compuseram o ambiente como primeiro núcleo humano residente nessa localidade. Nessa perspectiva, foram iniciados gradualmente os cursos.

2.4.2 Corte, costura, bordado e crochê

O primeiro curso realizado foi de bordado e de crochê, logo em seguida, foram elaborados os de corte e costura e, finalmente, com a aquisição de teares, começaram os cursos de tecelagem. Os cursos tiveram aceitação imediata das jovens e das senhoras que se matriculavam pagando uma taxa simbólica ou gratuitamente para quem comprovasse não ter rendimentos, o que representava a maioria das pessoas interessadas. Os melhores produtos confeccionados nesses cursos eram colocados à venda em um pequeno bazar após as missas e demais eventos. A produção começou a ter muita aceitação e a dar resultado financeiro. A renda do que era produzido começou a ser dividida entre as participantes do projeto e uma parte era destinada aos investimentos.

Nos arquivos da Associação dos Artesãos, é possível encontrar centenas de lições deixadas por irmã Gertrud relacionadas à elaboração das peças de crochê, de tricô, de bordados e diversas outras atividades artesanais, como demonstra a figura 18.

Figura 18 - Lição de bordado



Fonte: Arquivo da Associação dos Artesãos de Juruti.

Em virtude do aumento das vendas, foram adquiridos mais equipamentos, como máquinas de costura e teares. As vendas tiveram novos impulsos em virtude da participação em feiras de artesanato pelo país, contudo, a produção ganhou regularidade quando as peças começaram a ter aceitação na Europa (figura 19).

Figura 19 - Pequeno bazar em uma residência em Augsburg, Alemanha, com artesanato de Juruti



Fonte: Acervo fotográfico da artesã Raimunda Gato.

A explicação dessa aceitação dos produtos artesanais pela comunidade europeia se deu por várias razões, entre elas, a delicadeza dos produtos, principalmente, os requintados jogos de toalhas de mesa bordados à mão com desenhos geométricos, alguns inspirados na cultura indígena. Outro fator importante para a aceitação foi o selo de sustentabilidade amazônico. Nenhum produto que chegava ao mercado agredia a natureza, pois era expressamente proibido o uso de adereços com partes de animais silvestres, como penas ou dentes. Por mais de 15 anos, as feiras nacionais e o mercado europeu contribuíram como importante fonte de recursos financeiros para, pelo menos, 120 famílias.

2.4.3 Tecelagem

A tecelagem se mostrou bastante promissora e seus produtos começaram a ter muita aceitação nas feiras de artesanato pelo país e pelo exterior. A bolsa feita com a fibra de juta (*Corchorus capsularis*) liderava os pedidos para produção. Além das bolsas, as artesãs elaboravam uma série de tapetes que serviam tanto para o chão, como também para sofás e cadeiras. A vantagem de trabalhar com a juta era sua fácil produção, grande volume e maleabilidade, no entanto, havia um sério problema ecológico por trás da produção dessas fibras.

Segundo Homma (2007), a juta é uma planta de origem asiática que foi introduzida na Amazônia pelos japoneses a partir de 1930, cuja fibra destinava-se à fabricação de tecido. A política de imigração do governo de Getúlio Vargas facilitou a chegada de japoneses à Amazônia através das concessões de terras para experimentos agrícolas. O propósito dessa

empreitada era aprimorar a prática agrícola da região e melhorar o poder econômico da população que foi comprometido em decorrência da diminuição do comércio do látex extraído da borracha no início do século XX. Dos vários experimentos japoneses, os cultivos da juta e da pimenta do reino foram as que mais deram resultados do ponto de vista comercial. Foram várias décadas de intenso cultivo, mas, a partir da década de 1980, a produção foi decaindo devido à forte concorrência da fibra da Malásia. A insistência na produção dessa cultura agrícola contribuiu severamente para a degradação das regiões de várzea (vasto desmatamento e queimadas) que são muito importantes na cadeia biológica relacionada aos rios e a seus afluentes.

Outro ponto importante sobre a tecelagem foram os cursos de preparação de cestos com as mais variadas fibras e cipós nativos, mas que não chegaram a ser comercializados extensivamente pelo artesanato (figura 20).

Figura 20 – Exposição de cestos, revestimentos de jarros e abajures de cipó em 1982



Fonte: Associação dos Artesãos de Juruti.

No portfólio do curso, havia tecelagem de cestos, de travessas, de jarros e de abajures. Existia interesse dos consumidores pelas peças produzidas desses materiais, contudo, não foi possível prosseguir com a fabricação devido à escassez da matéria-prima e o alto custo para retirá-la da mata. Nesse caso específico, para que se tornasse viável a produção dos objetos, deveria ser feita parceria com órgãos agrícolas e de pesquisa para tentar dominar o cultivo desses cipós.

2.4.4 Cerâmica

Em um espaço de aproximadamente 300 m², foi construído um barracão com os fornos onde funcionou por muitos anos o ateliê de cerâmica decorativa. O espaço possuía múltiplas finalidades, em alguns dias da semana, funcionava como escola de oleiros onde os jovens, senhores e senhoras aprendiam as técnicas de trabalho com o barro. Em outro momento, servia como local de produção de peças de cerâmica para comercialização e, em um determinado lugar, havia as prateleiras onde eram expostas as peças para os clientes.

Figura 21 - Irmã Gertrud orientando os trabalhos na olaria



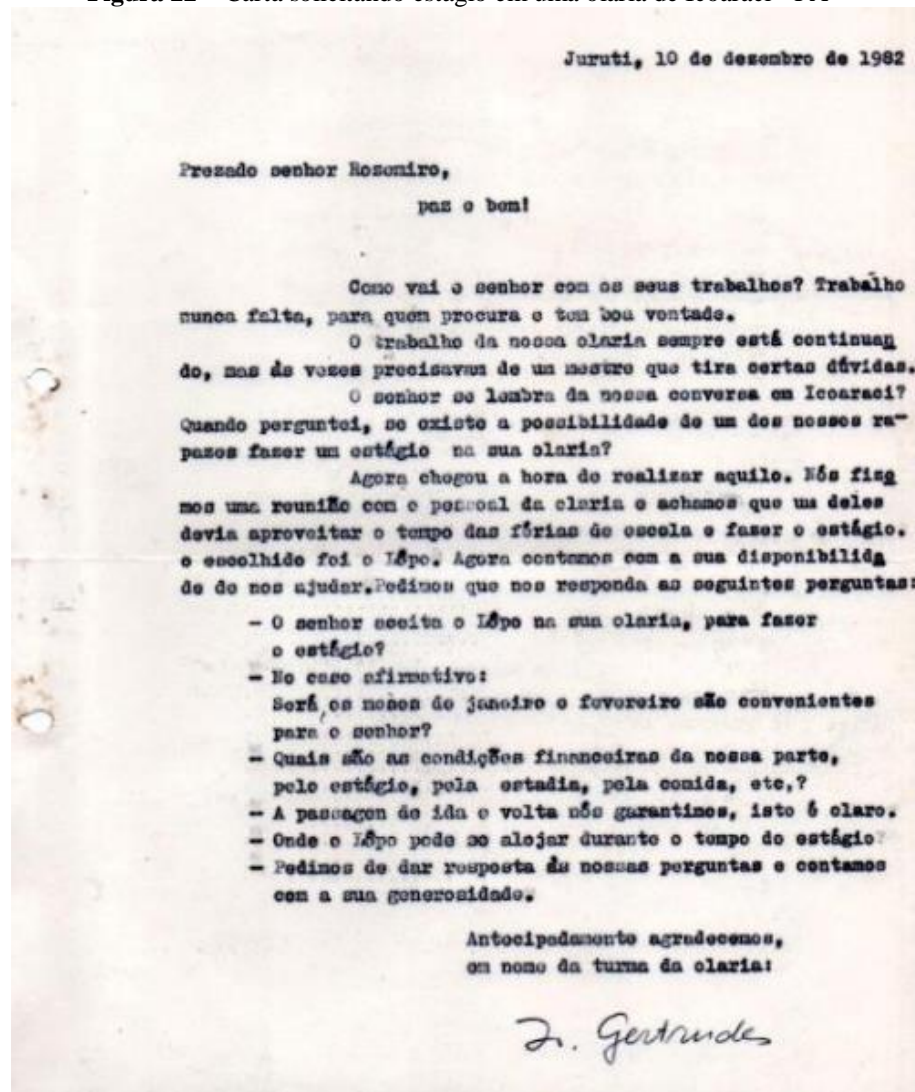
Fonte: Acervo da artesã Raimunda Gato.

No portfólio do ateliê, havia uma variedade de peças e de modelos ofertados de vasos, de travessas, de pratos decorados, de jarros (Figura 21) e, principalmente, de panelas e de tachos para a preparação de alimentos. Nos tachos, adicionavam-se algumas fibras de caraipé (*Licania octandra*), que melhorava a liga quando entrava em contato com a alta temperatura. Esse conhecimento foi adquirido da tradição indígena. Observa-se, em documentos dos arquivos da paróquia e artesanato, a intensa preocupação de irmã Gertrud em buscar formação para os meninos em outros centros ceramistas do estado, como demonstra a figura 22.

Outro fator importante era o aspecto de generosidade entre os ateliês de cerâmicas da região. Observa-se, em uma troca de cartas entre responsáveis por essas olarias, o repasse de desenhos geométricos das bordas e centro dos vasos (figura 23). Isso demonstra que, mesmo em um ambiente de concorrência por mercado, havia troca de informações e, por conseguinte, solidariedade. Os desenhos geométricos nas peças de cerâmica se tornaram uma exigência dos consumidores devido às descobertas arqueológicas de cerâmica indígena decorada.

Logo no início de sua atividade de produção, os artesãos se dedicavam à fabricação de peças pelo seu valor utilitário (vasos, fogareiros, potes, bilhas e filtros de água, entre outros), sem possuir nenhuma ornamentação em especial, que depois recebeu inovações a partir da atuação de novos ceramistas influenciados pelas descobertas arqueológicas do Museu Paraense Emílio Goeldi e a constante demanda do público por réplicas dessas descobertas (Fialho, 2017, p. 13).

Figura 22 – Carta solicitando estágio em uma olaria de Icoaraci - PA



Fonte: Arquivo da Associação dos Artesãos de Juruti.

Figura 23 - Desenhos geométricos para ornamentação de cerâmica cedido por ateliê de Icoaraci - PA



Fonte: Arquivo da Associação dos Artesãos de Juruti.

Para Colares (2011), a dialética marxista nos revela que o mercado acaba determinando as relações sociais através da competição. Nas sociedades feudais, era clara a divisão de classes, mas, no capitalismo, essa divisão é velada através do estatuto da falsa igualdade. É preciso de gestos fraternos e de consistência na luta para superar esse modo de produção que descaracteriza a solidariedade: “a desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo das coisas [...]. O projeto coletivo de construção de uma sociedade erigida sob novas bases, na qual sejam superadas todas as formas de exploração humana.” (Colares, 2011, p. 6).

2.4.5 Fim de um ciclo

Ao final dos anos de 1980, as atividades desenvolvidas pelas freiras ganham nova dimensão e muita visibilidade na sociedade jurutiense. Com desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) e com a contribuição no fortalecimento dos Sindicato dos Trabalhadores Rurais (tema que será tratado no próximo tópico), as freiras e os padres ganharam extensa popularidade nas comunidades pobres do município, em compensação, atiçaram a ira dos ricos que revidaram através de acusações e sérias ameaças de morte. Com receio pela integridade física das freiras, a Congregação de Maristella encerra as atividades na sede do município em 1992, o que, naquele momento, representou uma derrota na batalha por igualdade de condições aos pequenos lavradores.

Para o artesanato, o episódio de perseguição e de saída das freiras da sede do município representou um golpe quase mortal. Irmã Gertrud, que organizava o intercâmbio de vendas da produção, foi transferida para a cidade de Recife e o grupo viu-se em apuros. Foi então que perceberam as falhas na cadeia de produção, ou seja, havia técnica de fabricação de produtos de boa aceitação, esses produtos, em sua maioria, eram destinados ao mercado europeu, e a irmã Gertrud tinha o papel fundamental na interlocução dos idiomas inglês, alemão e português.

Como nenhum sócio do artesanato de Juruti aprendeu a se comunicar nessas línguas e a se inter-relacionar com as pessoas e as empresas desses locais, a produção sofreu uma severa diminuição. Dos 120 colaboradores, o grupo se reduziu a menos de 20. Nessa nova conjuntura, o grupo teve que se reinventar para sobreviver. Sem o mercado europeu, as sócias que restaram continuaram frequentando feiras de artesanato pela região Norte e começaram a concentrar a produção em três momentos em que a cidade recebia muitos visitantes e turistas, a festa da padroeira da Igreja Católica, o festival dos povos indígenas de Juruti (uma das maiores festas folclóricas do Pará) e as festividades de final do ano. Algumas artesãs que se afastaram da

associação montaram seus próprios ateliês com seus familiares e dedicaram-se, também, à fabricação de bijuterias, de tapetes, de roupas, de toalhas e de redes simples e decoradas.

Com registro em cartório a partir de 1991, o artesanato de Juruti passou a ser chamado de Associação dos Artesãos e Artesãs do Município de Juruti (AMJUR). Ao longo de seus 50 anos de existência, enfrentou diversas dificuldades, porém demonstrou resiliência e continua até hoje sendo referência na região na produção de objetos artísticos. Seus sócios, ativos membros das CEBs, fizeram parte da história política do município. Junto a outras ONGs, conseguiram dar suporte, em 2004, à tomada da prefeitura da classe burguesa do município. Com avanços e retrocessos, o artesanato de Juruti travou vários embates, tanto para sobreviver economicamente como para combater as políticas que não representavam os pequenos lavradores e trabalhadores do município. Segundo Pires (1997), na definição da dialética marxista, não é a concórdia que leva ao diálogo, mas a divergência, ou seja, a exacerbação do conflito. Diante dessas batalhas, o artesanato deixa para seus pares algumas aprendizagens importantes.

Os mandatários do município tiveram sua cota de responsabilidade, afinal, com a saída das freiras, vários serviços assistenciais foram prejudicados, todavia, no aspecto geral, o fator determinante para o retrocesso do empreendimento foi a dependência gerencial da irmã Gertrud. A freira até tentou, ao longo do tempo, atribuir mais responsabilidades às lideranças dos grupos de produção, contudo, em determinadas situações, houve limitações. Não é simples o aprendizado contábil ou de outro idioma, demanda tempo, paciência e alguém disposto a ensinar e outro disposto a levar a sério a aprendizagem.

Nesse sentido, não há como atribuir as falhas somente às religiosas. Um exemplo importante foi a tentativa de melhorar a consistência das peças produzidas na olaria. Durante muito tempo, houve reclamação dos consumidores que insistiam em dizer que as cerâmicas produzidas eram muito bonitas e bem decoradas, mas eram frágeis. Muito pior eram os vasos de plantas que não suportavam por muito tempo a umidade. Para resolver esse problema, alguns oleiros foram encaminhados para fazer cursos em outros estados e aperfeiçoar a técnica de endurecimento do barro. Também, foram trazidos da Europa alguns especialistas na fabricação de peças de cerâmica para dar instrução de como utilizar termômetros dentro dos fornos para obter o ponto exato da temperatura para o perfeito endurecimento e consistência dos produtos. O resultado foi que nenhuma das estratégias funcionou, assim que os técnicos viajaram, os oleiros se descuidaram da temperatura e destruíram os termômetros.

Mesmo com todas as limitações, os artesãos de Juruti, a cada ano, reinventam-se para manter viva a tradição indígena milenar e honrar o legado deixado pelas freiras franciscanas.

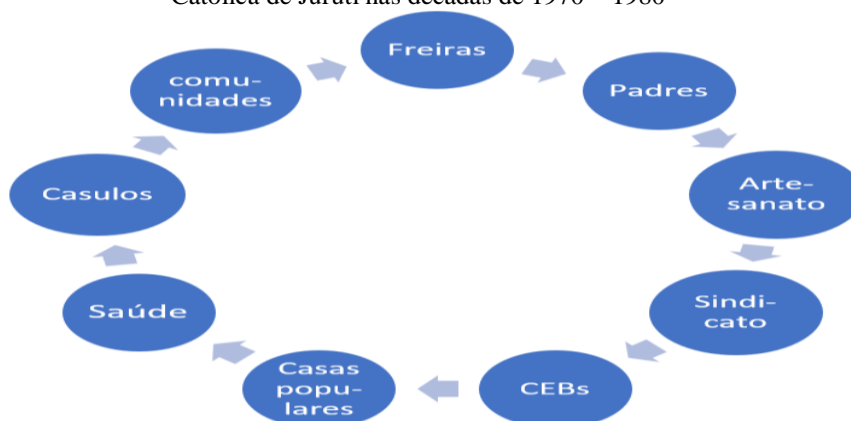
Contudo, as atividades não chegam perto daquilo que foi nos áureos anos de 1980 quando havia uma larga linha de produção e um mercado regular.

2.5 As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ²⁰

Grande parte das artesãs e dos artesãos, assim como as demais famílias inseridas nos projetos desenvolvidos pelas freiras, eram também membros ativos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que eram grupos de reflexão bíblica engajados em movimentos sociais. Importante refletir que esse movimento era guiado por dois objetivos: o primeiro deles era o religioso, isso porque trabalhava e estimulava a doutrina cristã católica em seus participantes; e o segundo objetivo era a ação social. Como esta pesquisa trata de elementos da realidade histórica e, dentro desse contexto, a educação infantil, a pretensão neste item é demonstrar o quanto esse movimento influenciou nos destinos políticos do município.

Não faria sentido fazer somente a abordagem sobre a educação infantil em Juruti sem tratar dos demais serviços que eram desenvolvidos pelas freiras, isso porque os objetivos estão justapostos. As mães e os pais das crianças das creches eram os que recebiam orientação no artesanato e as que também estavam inseridas(os) nos programas de saúde e na construção das casas populares. Conforme a figura 24, as atividades se retroalimentavam, criando uma situação de interdependência. Nesse sentido, as reuniões dos grupos de CEBs tinham como função a congregação desses membros para que participassem das atividades que representassem novos desafios políticos.

Figura 24 - Interligação das atividades sociais da Igreja Católica de Juruti nas décadas de 1970 – 1980



Fonte: Produção do próprio autor.

²⁰Parte deste item foi publicado em forma de artigo na revista científica “Educação Popular”, da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/65909>.

O item a seguir tratará da importância das CEBs em Juruti, com a ressalva de que qualquer proposição que beneficie a classe trabalhadora e ameace o “estado das coisas ou status quo” será fortemente vigiado e, se possível, severamente destruído.

2.5.1 Da Guerra Fria ao contexto das CEBs em Juruti

Nas décadas de 1960 e 1970, uma parte da Igreja Católica na América Latina se aproximou da dura realidade social de violência e de pobreza das periferias de grandes cidades e de regiões distantes de centros econômicos. Era um período de agitação mundial, impulsionados pela Guerra Fria entre os Estados Unidos da América e a antiga União Soviética (1947-1989). Alguns episódios ilustravam o período de tensão entre as nações que representavam os sistemas capitalista e socialista, por exemplo: a chegada do homem à lua, a ampliação do arsenal atômico, a tomada de Cuba por Fidel Castro, entre outros episódios. O mundo ficou à beira de um grave conflito e, dessa vez, com reais possibilidades de extinção da humanidade devido à letalidade das armas de destruição em massa.

Nesse contexto, a Igreja Católica nomeia dois papas que estarão atentos aos problemas mundiais e que influenciarão no destino político de boa parte da América Latina nos últimos 50 anos. O primeiro deles foi o Papa João XXIII, eleito com idade avançada, 77 anos. Era considerado um papa de transição que logo daria lugar a algum cardeal com menos idade e mais vigor físico. O que ninguém esperava era que, mesmo com idade avançada, o carismático papa se tornasse um reformador. Em seu pontificado de 5 anos, fez transformações profundas na estrutura da Igreja Católica. Em suas Encíclicas “Mater et Magistra” (“Mãe e Mestra”) e “Pacem in Terris” (“Paz na Terra”), fez duras críticas à corrida armamentista, ao subdesenvolvimento das periferias mundiais, ao êxodo rural e, também, alertou que o lucro desenfreado das grandes empresas era uma das causas da miséria humana. Clamou por igualdade, justiça e pelo fim dos conflitos. Inaugurou, em dezembro de 1961, o Concílio Vaticano II, cujo propósito era modernizar e aproximar a doutrina da Igreja à realidade dos trabalhadores e dos excluídos socialmente.

Apesar de não concordar com o regime comunista (chegou até a excomungar o presidente cubano Fidel Castro), João XXIII manteve uma boa relação com os países socialistas e com os de religião islâmica, principalmente com a Turquia, onde exerceu o sacerdócio por vários anos antes de se tornar papa. Dialogou com a filha do líder soviético Nikita Krushev,

Rada Krushev, em Roma. Teve papel ativo na obtenção da paz mundial depois do tenso episódio da crise dos mísseis em Cuba²¹ envolvendo os EUA e a União Soviética.

Devido ao apelo do Concílio Vaticano II, os cardeais da América Latina, ao final dos anos de 1960, convocaram duas conferências, uma na cidade Medelín e outra em Puebla, em que reafirmaram a opção preferencial da Igreja pelos pobres. É nesse período que, por influência da Guerra Fria e pela conquista de Cuba pelos socialistas, os EUA adotaram uma política de financiamento de militares de diversos países latinos, incluindo o Brasil, objetivando conter o avanço comunista através de regimes políticos autoritários. Essa estratégia de dominação, relativamente barata²², suplantou os direitos civis e provocou o endividamento desses países com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O dinheiro adquirido era para financiar grandes projetos de infraestrutura e de modernização do parque industrial, mas devido aos juros altos e à falta de competência geracional dos militares, os países acabaram entrando em estado de recessão econômica e miséria, com reflexos até os dias atuais.

O segundo papa foi João Paulo II, também carismático e com extrema habilidade na utilização dos instrumentos da mídia, ele personificou a figura do papa popular viajante, atraindo multidões para as suas pregações. Sua atuação política foi marcada pelo apoio à redemocratização dos países socialistas. Como cidadão de origem polonesa, manteve uma relação controversa com o regime de Moscou, principalmente porque uma parte significativa das famílias polacas não toleravam o regime socialista devido ao não cumprimento da promessa de Josef Stalin de tornar a Polônia livre no pós-guerra, o que levou o país, até 1989, a fazer parte do regime socialista. Essa oposição ao regime comunista de João Paulo II terá impacto significativo nos movimentos sociais católicos da América Latina.

Após a promulgação do documento final do Concílio Vaticano II, proliferaram-se, na América Latina, os movimentos de formação de lideranças cristãs, que, além dos ensinamentos religiosos, também eram enfatizados ensinamentos críticos sobre realidade social. Nesse contexto, são divulgados textos de eminentes teólogos, como Frei Betto, Leonardo Boff, Leônidas Proaño, os quais ligavam os escritos bíblicos à luta por justiça, a melhores condições de vida aos pobres e atacavam intensamente o egoísmo e a ambição pelo acúmulo do

²¹Segundo Albuquerque (2015), no contexto da Guerra Fria, os EUA instalam mísseis atômicos na Turquia e na Itália apontados para Moscou e, em resposta, a URSS inicia a construção de uma base de lançamento de mísseis em Cuba, cujo alvo seria o território americano. Depois de intensa queda de braço e com ajuda da diplomacia da ONU, conseguiram chegar a uma solução pacífica ao episódio e as bases atômicas foram desmontadas de ambas as partes.

²²Do ponto de vista econômico, era muito mais barato instigar os militares e emprestar dinheiro do que invadir os países. A experiência de interferir diretamente na política interna de um país, como na Guerra no Vietnã (1959-1975), mostrou-se catastrófica aos EUA.

capitalismo financeiro destruírem a natureza e desrespeitarem a dignidade humana. Várias lideranças que se formaram na igreja e que se destacaram acabaram seguindo para os movimentos sociais, sindicais e alguns seguiram para os partidos, pleiteando cargos eletivos.

É justamente nesse período que chegam a Juruti padres e freiras entusiasmados com a nova postura da Igreja de se aproximar da realidade social. Em meados dos anos de 1960, chegam ao município, vindos da Alemanha, os padres Paulo Suess (que, na década de 1980, depois que saiu de Juruti, tornou-se um dos maiores teólogos com residência na América Latina, é autor do clássico “A conquista espiritual da América Espanhola”) e o padre Pedro Meyer. Na década de 1970, chegam as freiras da Congregação de Maristella e os padres Alfonso Blumenfield e Fernando Bee. Esses religiosos irão estimular o processo de educação popular envolvendo serviços sociais e educacionais nas chamadas Comunidade Eclesiais de Base (CEBs) que, em pouco tempo, reordenarão as estruturas sociais e políticas do município, gerando tensões com a classe mais abastarda da região.

Nas décadas de 1960 até 1980, uma parte da Igreja Católica voltou sua atenção aos problemas de injustiça social na América Latina, principalmente, depois das conferências episcopais das cidades de Medellín (Colômbia) e Puebla (México) ao final dos anos de 1960 e início de 1970. Ambas as conferências foram inspiradas na forte apelação do Vaticano que instruía seus signatários a se atentarem para a conjuntura econômica mundial e olhar para as necessidades mais prementes das comunidades pobres e da classe operária. Era entendido, como palavra de ordem, o apelo por justiça expresso nas Encíclicas dos papas João XXIII e Paulo VI²³: “Pacem in Terris” e “Populorum Progressio”.

Nessa linha de justiça social, os teólogos Leonardo Boff (do Brasil) e Gustavo Gutiérrez (do Peru) lideraram um movimento teológico que caracterizaram de Teologia da Libertação, em que refletiam o evangelho em uma ótica histórica, humana e política. Jesus Cristo, sua mãe Maria e seus discípulos, segundo as visões de ambos os teólogos, eram sujeitos históricos, humanos e “divinos” que dedicaram suas vidas para darem dignidade aos marginalizados de sua época, como os estrangeiros, os doentes, as viúvas e as prostitutas.

Para muitos dos seus críticos, a Teologia da Libertação tinha como base os escritos dos filósofos alemães Karl Marx, Friedrich Engels e Max Weber, por tratar sobre a luta social por melhoria de condições de vida e por ligar religião à sociedade através da determinação econômica. Foi em virtude dessa atuação combativa da Igreja Católica, sobretudo, pela coragem

²³ O papa Paulo VI reabriu o Concílio do Vaticano II depois da morte do papa João XXIII, e prosseguiu com a série de reformas (políticas e sociais) da Igreja Católica iniciadas pelo seu antecessor.

dos bispos Helder Câmara, Evaristo Arns e Pedro Casaldáliga, que denunciaram para o mundo as barbaridades da ditadura civil-militar, fazendo com que o país começasse a sofrer sanções econômicas e, com isso, foram obrigados a reduzir as violações aos direitos humanos.

Em vários municípios do estado do Pará, como Cametá, Santarém, Pacajá, São Félix do Xingu, Gurupá e diversos outros, foram desenvolvidos os movimentos eclesiais ligados à Teologia da Libertação e acabaram fortalecendo os sindicatos de trabalhadores rurais, fundando, assim, o Partido dos Trabalhadores.

Aos encontros políticos que deram origem às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que se reputa como a origem de todo o processo de organização política do campesinato de Gurupá, que mais tarde formou lideranças atuantes na organização de um partido político de esquerda, o Partido dos Trabalhadores, que sistematizou um modelo de gestão alternativo ao até então vigente na região. Tanto que uma das primeiras consequências desta formação foi a criação, por parte desta parcela da população, do primeiro partido político de esquerda no município. Neste sentido, a atuação da Igreja Católica foi fator determinante para que a sociedade interviesse organizadamente nos rumos do desenvolvimento do município (Santos, 2019, p. 481).

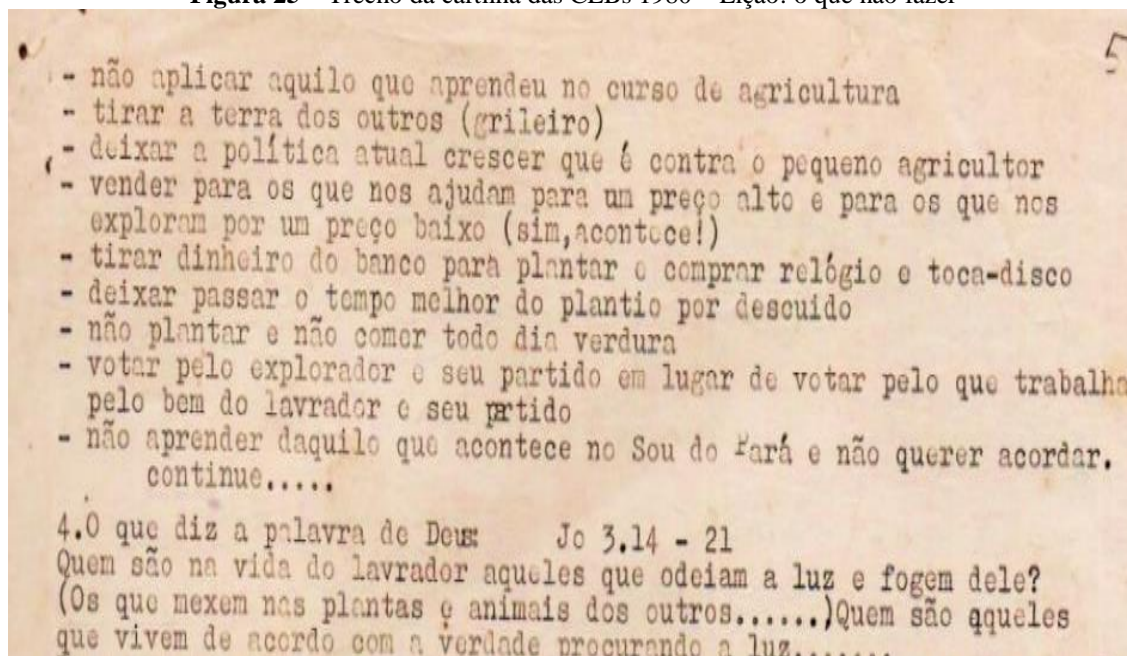
Os padres e as freiras que chegaram a Juruti na década de 1970 seguiam a mesma linha filosófica desse movimento de reflexão voltado para o atendimento das pessoas mais necessitadas. Com a aproximação da população através dos cursos de artesanato, de atendimento à saúde, de construção de casas populares, de creche e de pré-escola, os religiosos foram contribuindo para a formação de pequenos grupos de reflexão da Bíblia com base nessa nova visão teológica. Durante alguns anos, foram encaminhadas lideranças para as cidades de Óbidos, Belém e demais cidades do país onde recebiam formação teológica de especialistas sobre como ligar os conhecimentos bíblicos à realidade concreta do dia a dia, eram chamados de cursos de fé e vida.

As CEBs começaram a se espalhar pela cidade e pela zona rural, funcionavam como pequenos núcleos de encontros comunitários, seguindo a mesma diretriz do movimento pelo país: refletia-se sobre os ensinamentos bíblicos ligados à realidade daquele local específico. Os encontros seguiam uma liturgia própria e, além de propagarem os ensinamentos evangélicos de uma forma engajada, havia toda a mística e cantos voltados para enfatizar a temática social libertadora. Uma música do poeta Zé Vicente (1986), chamada “Canto dos Mártires da Terra”, era muito divulgada nos grupos e sintetizava o espírito do movimento. Um trecho da letra dizia: “haveremos de honrar todo aquele que caiu lutando/ contra os muros e cercas da morte jamais recuando”.

De tanto refletir sobre a realidade do município, os movimentos e grupos sociais chegaram à conclusão de que só haveria condições de mudança caso os mandatários da política

fossem substituídos por lideranças saídas de entidades não governamentais, do debate democrático e que fossem, também, comprometidos com as pautas reivindicatórias das comunidades. O trecho da cartilha das CEBs (Figura 25) expressa claramente essa realidade quando estimula os pequenos lavradores a refletirem sobre a realidade política do município e instrui em não votarem em quem não apoia o pequeno agricultor.

Figura 25 – Trecho da cartilha das CEBs 1980 – Lição: o que não fazer



Fonte: Arquivo da Associação dos Artesãos de Juruti.

As CEBs, a princípio, eram inofensivos grupos de igreja que rezavam nas casas e não chamavam a atenção de nenhum poderoso do município, mas, à medida que começaram a questionar a velha política opressora e a reivindicar direitos por melhores escolas, energia elétrica (na época a energia funcionava por 6 horas), água tratada e regularização das terras, a realidade começou a mudar. Da indiferença que antes existia, passou a configurar o sentimento de aversão e ódio aos trabalhos desenvolvidos pelos religiosos, principalmente, depois que se fundou o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Foi então que iniciou o contra-ataque.

2.5.2 O perigo das ameaças

Em meados do ano de 1980, começou a perseguição contumaz ao trabalho desenvolvido pelas freiras e pelos padres. A opção ideológica dos religiosos era a favor da emancipação popular. Era comum, nas reuniões das CEBs, a insistência no combate à política de compra de

votos e de troca de favores. Essa consciência crítica foi avolumando-se ao longo do tempo e, conseqüentemente, começou a incomodar a classe detentora do poder. O grande sinal de alerta dos poderosos foi a eleição de 1988 quando dois candidatos saídos das discussões das classes populares foram eleitos vereadores.

O ápice da revolta de alguns fazendeiros e empresários de Juruti ocorreu quando um grupo de pequenos lavradores de vários núcleos comunitários começaram a tomar posse de terras que antes pertenciam aos latifundiários. Marx (2013) alerta para a combinação de fatores que levam ao empobrecimento e ao subjugo da classe trabalhadora.

Na agricultura, assim como na manufatura, a transformação capitalista do processo de produção aparece a um só tempo como martirologio dos produtores, o meio de trabalho como meio de subjugação, exploração e empobrecimento do trabalhador, a combinação social dos processos de trabalho como opressão organizada de sua vitalidade, liberdade e independência individuais. [...] Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (Marx, 2013, p. 703).

A prática de posses de terras indevidas é muito comum na Amazônia, onde muitos proprietários de terras, por influência, parentescos, conchavos ou grilagem de documentos, conseguiram concessões de terras com o objetivo de vendê-las quando ficassem valorizadas economicamente. A grande injustiça social dessa prática criminoso era que, em muitos casos, já havia famílias morando nessas terras há dezenas de gerações e, como eram pobres e com pouca instrução, era difícil lutar contra essa iniquidade.

O grande capital monopolista associado ao capital colonialista interno e o estado autoritário [...] essa aliança, que converte a burguesia em proprietária da terra, concentrando a propriedade fundiária em suas mãos e introduzindo a grande empresa no campo, a um só tempo, fragmenta o poder regional das oligarquias, submete pequeno e médios produtores, altera as relações de trabalho e de poder e, não satisfeita, converte imensas massas camponesas e indígenas em populações supérfluas para, em seguida, transformá-las em massas de intrusos, invasores, violadores da lei (Maciel, 2020, p. 10).

A reviravolta nessa situação ocorreu quando as comunidades começaram a se unir e a lutar contra os latifundiários. Com a contribuição do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e com a ajuda dos padres e das freiras, os comunitários entraram com ações de posse da terra na justiça e acabaram comprovando que, por direito, eram os verdadeiros donos e, aos poucos, foram recebendo o título definitivo dos bens. Depois de derrotas consecutivas, os latifundiários perceberam que a influência dos padres e das freiras era nociva aos seus interesses políticos e financeiros. Foi então que grupo dos “endinheirados”, liderados

pelo prefeito da época, elaborou um contra-ataque contra os religiosos, envolvendo acusações mentirosas e até ameaça de morte (Figura 26).

Figura 26 - Pichação na Igreja Matriz acusando os religiosos(as) de comunistas e ameaçando os padres de morte



Fonte: Acervo fotográfico da Paróquia Nossa Senhora da Saúde.

A partir desse momento, as freiras e os padres começaram a enfrentar uma série de ameaças e propagação de mentiras sobre seus trabalhos desenvolvidos no município. O alvo dos políticos, dos latifundiários e dos empresários era os convênios mantidos entre a Igreja Católica e o governo federal. Esses convênios eram ligados ao setor da saúde e da assistência social. Segundo alguns integrantes do empresariado, havia fraude nas prestações de contas desses convênios, contudo, os técnicos do governo encaminharam notas afirmando que não existia nada de irregular na relação financeira entre as duas entidades. Inclusive, reiterou-se, inúmeras vezes, através de prestações públicas, que, além dos recursos recebidos pelo governo federal, havia um grande volume de dinheiro inserido nos programas e projetos que eram enviados por familiares e amigos dos padres e das freiras e, também, de benfeitores e de entidades filantrópicas da Europa.

Apesar de tantas informações sobre a integridade das religiosas e de todo esforço e serviço prestado por tantos anos à população, não foi possível evitar o duro golpe que comprometeu a permanência das freiras no município: uma parte das pessoas que eram beneficiadas pelos projetos de assistência social, de saúde e de artesanato começaram acreditar nas mentiras proferidas pelos políticos. Outro evento constrangedor foi o fato de o prefeito da

época sugerir que as freiras prestassem contas das verbas federais em praça pública. Com todos os problemas enfrentados pelas freiras e com o desejo de algumas delas de trabalhar em outras missões a cúpula da Congregação Franciscana de Maristella decidiu encerrar as atividades na sede do município e continuar na zona rural com outras religiosas lideradas pela freira Brunhilde, que decidiu ficar para dar apoio a educação infantil. As freiras Ávila e Germana foram para o continente africano e Gertrud foi para o Nordeste brasileiro.

A saída das irmãs representou uma vitória significativa dos poderosos do município. Consideraram que o mal que lhes oprimia havia sido extirpado para sempre, contudo, não contavam que o serviço feito pelas irmãs e pelos padres perduraria para futuras gerações. Tempos depois, a prefeitura foi conquistada por uma liderança com apoio das classes populares e se seguiu por 16 anos.

2.5.3 Uma nova postura política: do apogeu ao enfraquecimento das Comunidades Eclesiais de Base

Quando os padres e as freiras iniciam suas atividades em Juruti, percebem que os sacerdotes que os antecederam mantinham uma relação próxima com as famílias dos fazendeiros e comerciantes da cidade. Inclusive, quando os padres não estavam na desobriga²⁴, as refeições eram feitas nas casas dos senhores e das senhoras de famílias tradicionais do município. Essa atitude era conveniente e prática para os padres, mas crítica do ponto de vista político, porque muitos desses fazendeiros e comerciantes eram os eternos mandatários de cargos eletivos e tinham uma relação promíscua de exploração da força de trabalho dos homens do campo. Além do mais, eram donos de vastidões de acres de terras improdutivas, reservadas somente para especulação ou para servir de lastro para empréstimos nos bancos. Uma das observações feitas pelos padres e pelas freiras foi a frieza e certo menosprezo no trato com os empregados domésticos. Diante dessa realidade, a primeira ação foi estruturar a cozinha na casa paroquial e, dessa forma, não depender mais das refeições nas casas dos “ricos”.

Como refletido nos itens que tratam da saúde e da habitação, a situação no município nesse período era praticamente de calamidade, não havia estrutura sanitária, a saúde era precária e as condições das pessoas era de subsistência. Com o desenvolvimento das atividades sociais, os religiosos começaram a ganhar a confiança da população. Eram centenas de reuniões organizadas para estruturar os trabalhos dos projetos e que, também, serviam como catequese

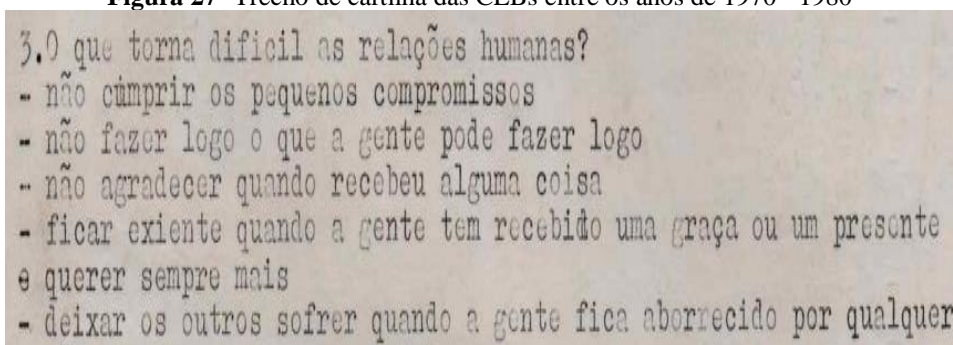
²⁴Viajando pela zona rural, exercendo o sacerdócio: rezando missa, batizando, casando na fé católica e demais atividades eclesiais.

religiosa. Nessas reuniões, era desenvolvida, intencionalmente, uma linha de ensino e de aprendizagem em que o objetivo principal era a reflexão e a transformação da realidade social.

2.5.4 A pedagogia popular

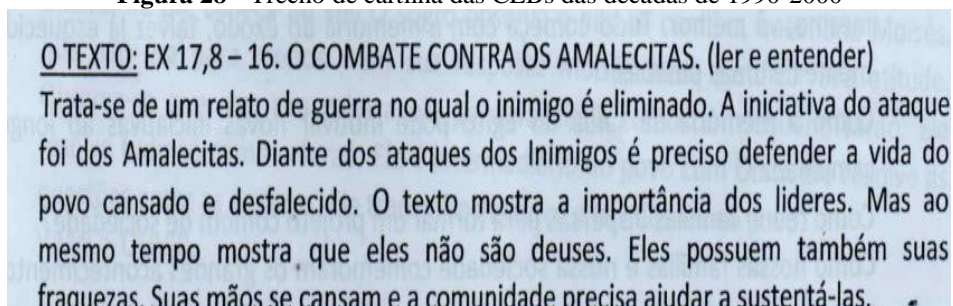
O primeiro desafio a ser enfrentado pelos padres e pelas freiras alemãs quando chegaram à Amazônia foi dominar a linguagem. E isso foi corrigido, gradativamente, com o tempo, mas, mesmo assim, essa dificuldade não os impediu de tentar repassar o seu propósito. É visível, nos documentos que deixaram, a evolução no conteúdo escrito. Na figura 27, dos anos de 1970 e 1980, com texto mimeografado, observa-se algumas falhas na linguagem formal, contudo, na figura 28, dos anos de 1990 e 2000, o texto já está mais bem redigido.

Figura 27- Trecho de cartilha das CEBs entre os anos de 1970 - 1980



Fonte: Associação dos Artesãos de Juruti.

Figura 28 - Trecho de cartilha das CEBs das décadas de 1990-2000



Fonte: Paróquia Nossa Senhora da Saúde.

O material produzido e a parte pedagógica ficaram sob a responsabilidade do padre Alfonso Blumenfield e da freira Gertrud Kalistchek e, em alguns momentos, foram assessorados pelo padre Fernando Bee e outras freiras da Congregação de Maristella. A metodologia pedagógica era a mesma adotada em todo o país pelas CEBs: ver, julgar e agir. No entanto, o material produzido para ser distribuído aos grupos era de autoria dos padres e das freiras que atuavam no município, por mais que usassem vasto material para formação vindos das livrarias, o objetivo era sempre transpor para realidade do município e, de preferência, com uma linguagem que fosse compreensível aos participantes dos grupos.

O método “ver, julgar e agir” foi inicialmente elaborado e aplicado aos jovens operários no início do século XX pelo padre belga Josef-Léon Cardijn, que depois se tornaria cardeal romano. A inspiração para a elaboração do método veio das obras dos filósofos e teólogos humanistas Jacques Maritain, Emmanuel Mounier, Teilhard de Chardin, Yves Congar e Marie-Dominique Chenu. Dentre a pluralidade de pensamento, destacam-se o fortalecimento da democracia, o apoio à ciência, a defesa da natureza e da integridade humana, a condenação da miséria e de todas as guerras. Marx (2013) reclama da farsa descarada do mercado ao usar os números para dizer que os operários melhoraram de situação financeira, mas era evidente, no final do séc. XIX, que as condições de saúde e salubridade eram as piores possíveis para as famílias dos trabalhadores. Naquela situação, em que Marx refletiu sobre as relações de trabalho, não restavam muitas alternativas aos operários do que lutar pela sua sobrevivência, enquanto os ricos usufruíam de toda a segurança de uma vida confortável e saudável. A expectativa de vida para os mais pobres não chegava aos 40 anos.

Utilizada primeiramente nos grupos de jovens operários católicos (JOC), a metodologia, aparentemente simples, consistia em “ver” uma situação social específica que afetava a realidade local, em seguida “julgava-se” essa realidade, tendo como suporte os escritos bíblicos e, depois, partia-se para “ação”, com intuito de resolver determinada situação. Nesse meio tempo, havia a execução de cantos e apresentação de peças teatrais enfatizando aquela realidade. Esse tipo de dinâmica metodológica se espalhou pelos vários grupos da igreja e tornou-se um importante instrumento nas atividades sociais.

Segundo Barbosa (2008), as CEBs começaram a ter relevância aqui no Brasil a partir de 1966 quando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) elaborou um plano chamado Pastoral de Conjunto (PPC). Inspirados no Concílio Vaticano II e, logo em seguida, nas conferências de Medellín e Puebla, os bispos do Brasil incentivaram a criação de CEBs em suas paróquias locais por razões práticas e políticas. Prática porque direcionava para os leigos as ações da Igreja que eram concentradas nas mãos do presbitério, e política, pois estimulava as comunidades a refletirem e a agirem de forma incisiva aos problemas sociais e estruturais que afetavam a vida cotidiana.

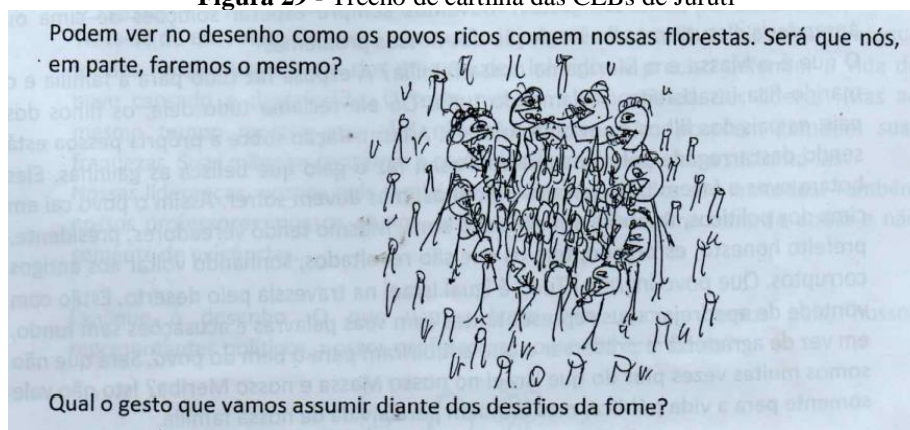
O Brasil atravessava um período muito difícil da sua história política. A partir de 1964, o país deixa de ser democrático e passa a viver sob o regime autoritário dos militares. É um período sombrio para os que se opunham às atrocidades do governo. O destino de quem ousava lutar pela redemocratização era a tortura e morte nas prisões oficiais ou o exílio nos países latinos ou europeus. Nessa realidade, a Igreja Católica teve papel importante no processo de amenizar o sofrimento de quem se escondia da ditadura e, também, foi importante em denunciar

as atrocidades dos militares pelo mundo. Dom Helder Câmara, bispo de Olinda e Recife, foi quem mais se destacou, denunciando, em conferências mundiais, os abusos cometidos pelos militares. Mesmo tendo sua casa alvejada, em 1968, por tiros de metralhadora, não conseguiram intimidá-lo.

Outro bispo de destaque foi dom Aluísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza, que foi preso por defender a democracia, ato extensamente criticado pela comunidade internacional e somou para o enfraquecimento da ditadura. Também tiveram papel importante na retomada da democracia dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, e Vicente Scherer, presidente da CNBB na época. Uma das características dessas igrejas administradas por esses bispos era a forte atuação das CEBs, principalmente no Nordeste. Precisava-se tomar uma atitude diante da escalada de violência dos militares, e os movimentos sociais, como as CEBs, foram importantes instrumentos de reflexão e enfrentamento da crise política que assolava o país.

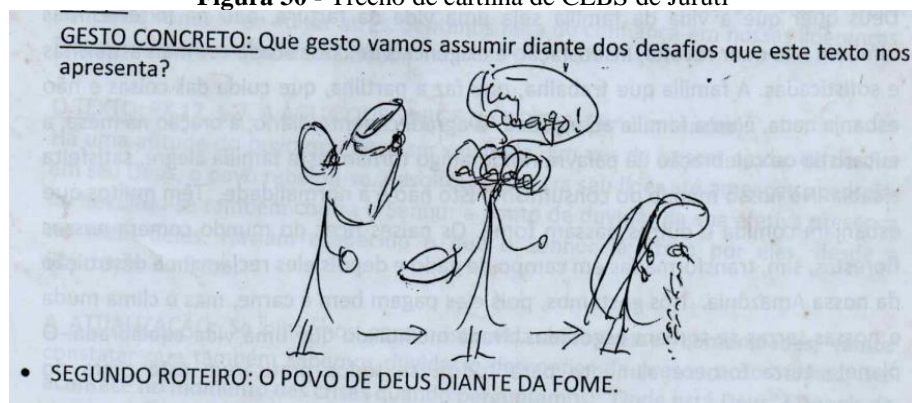
De acordo com Araújo (2019), é nesse período de forte efervescência dos movimentos sociais que a educação no Brasil irá ganhar um pouco mais de relevância, principalmente com a promulgação da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996. Segundo ele, as discussões nos interiores das igrejas, o anseio por partidos políticos com mais representatividade e sindicatos com poder de barganha foram o que tornou possível a reestruturação do sistema educacional brasileiro, que vinha penando pelo descaso, principalmente na administração dos militares.

Os religiosos em Juruti seguiam animados com as lutas desencadeadas pelo país que buscavam alternativas para a redemocratização e, também, pelas lutas dos pequenos lavradores por regularização fundiária, por melhores condições de trabalho no campo e de escoamento de seus produtos a um preço justo. Os padres e as freiras se empenharam para serem pontes dessas novas orientações da Igreja. Muitas vezes enfrentavam dificuldades e precisavam usar da criatividade para equacionar os problemas. Uma dessas dificuldades era o alto índice de analfabetismo encontrado nos comunitários. Além do estímulo para que retomassem os estudos, padre Alfonso e irmã Gertrud utilizavam com muita frequência o recurso didático do desenho. Por mais que artisticamente não fosse uma obra-prima, os desenhos ajudavam na compreensão da mensagem e alfabetizavam. Na figura 29, vê-se o desenho de uma floresta sendo devorada por gananciosos exploradores e a pergunta seguinte solicita reflexão sobre a ação diante do real problema que afetava o município.

Figura 29 - Trecho de cartilha das CEBs de Juruti

Fonte: Paróquia Nossa Senhora da Saúde de Juruti.

Na figura 30, fala-se de todas as dificuldades que o povo Hebreu passou para atravessar o deserto quando fugiram do Egito sob a proteção do profeta Moisés. Nessa figura, a reflexão gira em torno da fome que assola os mais pobres e, também, da fome religiosa.

Figura 30 - Trecho de cartilha de CEBS de Juruti

Fonte: Paróquia Nossa Senhora da Saúde de Juruti.

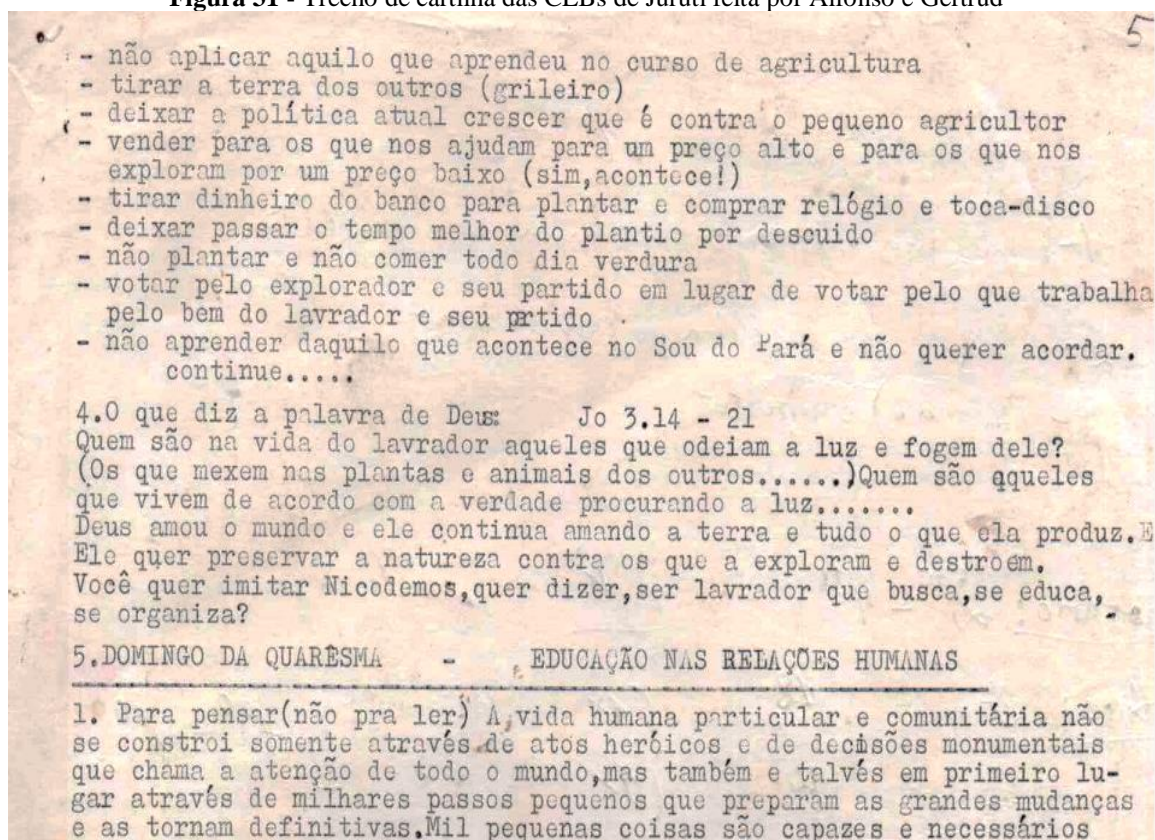
Nos 32 anos de permanência em Juruti da freira Gertrud, e mais de 40 anos do padre Alfonso, foram elaboradas centenas de cartilhas das CEBs em que eram espalhadas para as mais de 100 comunidades tanto na cidade como na zona rural. Nesse período, formaram-se centenas de lideranças comunitárias. Essa formação era da responsabilidade dos padres, das freiras e da sede da Prelazia de Óbidos, que contratava teólogos e filósofos para ministrar vários cursos durante o ano. Era um processo de democratização dos conhecimentos sociais e religiosos que eram compartilhados pelas lideranças leigas e eclesiais.

Segundo Gadotti (2000), o conceito de Educação Popular difundida por Paulo Freire contribuiu para a melhoria educacional em toda a América Latina. Essa empolgação de Gadotti é compreensível porque a proposta de Paulo Freire é essencialmente humana. Em várias

oportunidades, Freire reiterou a importância de valorizar o conhecimento adquirido pelos mais simples e a necessidade de problematizar o senso comum, incorporando um raciocínio mais rigoroso, científico. Nenhum conhecimento pode ser descartado, defendia o educador. Ele também enfatizava que as lutas por emprego, por moradia, por alimentação e por transporte deveriam fazer parte das discussões diárias nos círculos educacionais. A máxima expressão de Freire era que ninguém educa ninguém, porque educação emancipadora é uma construção coletiva em que todos contribuem com seu “punhado” de história de vida para a construção da sociedade. Para se chegar a esse ponto, era preciso ter a consciência de si e de todas as desigualdades expressas nas relações sociais. Freire (1987, p. 84), em “Pedagogia do Oprimido”, reforça o conceito: “As elites dominadoras sabem tão bem disto que, em certos níveis seus, até instintivamente, usam todos os meios, mesmo a violência física, para proibir que as massas pensem”.

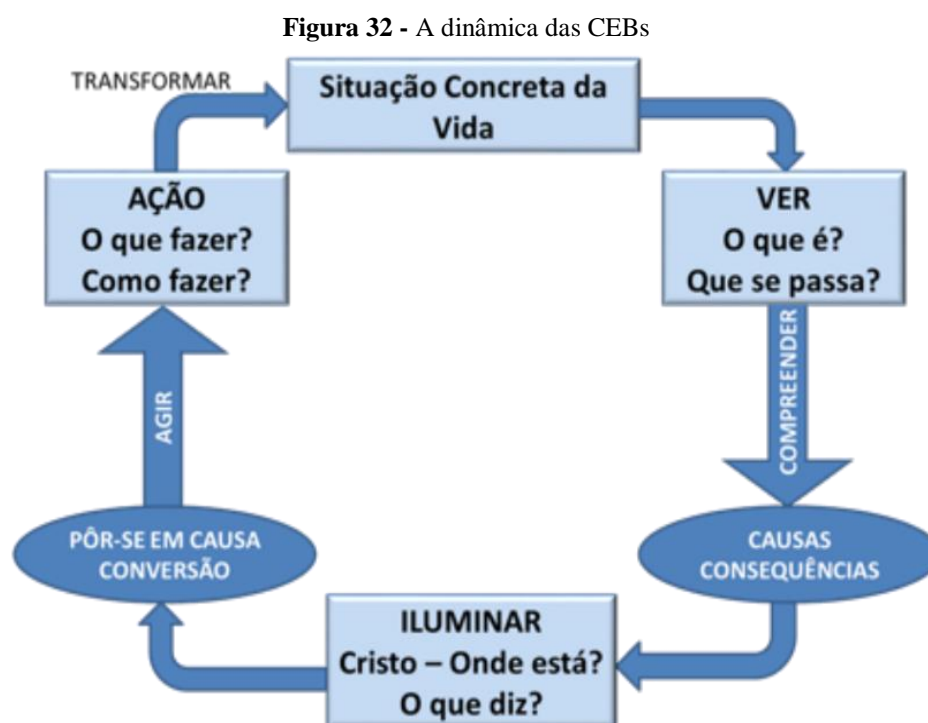
Seguindo as diretrizes do Concílio Vaticano II e demais autores da Pedagogia Popular, como Paulo Freire, os religiosos em Juruti, desde o início dos 1960 até os dias atuais, baseavam-se na metodologia difundida na Europa pelo cardeal Cardijn: ver, julgar e agir. Vejamos o exemplo de uma das lições das CEBs dos anos de 1980:

Figura 31 - Trecho de cartilha das CEBs de Juruti feita por Alfonso e Gertrud



Fonte: Acervo documental da Associação dos Artesãos de Juruti.

A figura 31 ilustra bem a pedagogia do movimento religioso. Na primeira parte do texto, os autores elencam uma série de problemas detectados nas comunidades que atrapalham o seu desenvolvimento. Entre esses problemas, destacam-se a negligência do pequeno agricultor em não plantar no tempo certo e o apoio aos políticos que não defendem a agricultura de pequena escala. A partir da detecção do problema, segue-se para o próximo passo que é o julgamento, tendo como pano de fundo as escrituras bíblicas. Nesse caso específico, a leitura bíblica do “Novo Testamento de João” faz um paralelo entre luz e trevas e enaltece Nicodemos como homem justo e bom trabalhador. No próprio item do julgar, os autores já dão pistas para o agir através da pergunta: “você quer imitar Nicodemos, quer dizer, sendo lavrador que busca, se educa, se organiza?”. A partir daí, as pessoas são convidadas a tomar uma atitude que modifique sua própria realidade. Em boa parte das cartilhas, padre Alfonso e irmã Gertrud insistiam nos benefícios de juntar as forças dos comunitários através de associações legais e de sindicato de trabalhadores. A ideia seria fomentar um processo dialético, como ilustra a figura 32.



Fonte: Ação Católica Rural.

Para Carvalho e Estêvão (2013), uma pedagogia crítica que se propõe a transformar o mundo nasce a partir da problematização da realidade, da indignação diante da ausência de políticas públicas para quem precisa, enquanto sobra boa vontade do governo a quem destrói a natureza e não gera benefícios à população.

A Pedagogia Crítica compreende e critica [...] os complexos mecanismos de poder e opressão em um sistema global de desigualdades, dispondo de ferramentas para desmascarar políticas de poder e desigualdade e de práticas pedagógicas e políticas para impedir/enfrentar seus efeitos. Compreendendo os emaranhados do poder e de seus efeitos quer sobre a sociedade, quer sobre os indivíduos em particular, a partir da problematização da realidade, de uma reflexão teórica e contextual interessada, o indivíduo poderá organizar formas de resistência e enfrentamento, resistindo a uma política da intolerância, da divisão e da exclusão (Carvalho; Estêvão, 2013, p. 417).

Essa ação educacional popular foi amplamente divulgada por mais de 40 anos em Juruti e acabou gerando resultados positivos, principalmente, para os pequenos lavradores que melhoraram a produção agrícola. Contudo, o mais impressionante nesse processo foi a consciência crítica adquirida durante esses anos, o que os fez entrar em choque com grandes proprietários de terras que usavam de sua influência a fim de regularizar terrenos com intuito de valorizá-los no mercado e depois usá-los como mercadoria ou, então, conseguir concessões de terras dos militares mesmo com gente morando dentro, aproveitando-se da pobreza e da falta de conhecimento legal dos pequenos lavradores. Com o estímulo das CEBs e com a criação e fortalecimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, essa realidade começou a modificar.

2.5.5 Criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juruti

Quando os padres e as freiras estimulavam as reuniões das CEBs, em todo o município, havia sempre a preocupação com o aspecto religioso e, ao mesmo tempo, com o social. A ideia geral era que sozinho ou somente com uma família não se teria força suficiente para lutar contra a opressão dos grandes comerciantes e dos fazendeiros. Era preciso pensar em outras estratégias em torno de um ideal comum. Nas cartilhas das CEBs, havia sempre o estímulo para a sindicalização, o problema em Juruti era que, no início, o sindicato estava sob a responsabilidade de quem não tinha compromisso prático com os seus associados. Era somente uma relação burocrática.

A princípio, a criação do sindicato estava ligada à regularização dos documentos dos trabalhadores rurais e encaminhá-los para o recebimento do benefício do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) para pequenos agricultores. A direção do sindicato era escolhida através de conchavos de membros do governo. Era chamado na época de direção “pelega”²⁵.

À medida que eram aprofundadas as reuniões das CEBs, descobriam, também, os vários benefícios de ser sindicalizado. Então, a primeira bandeira de luta foi retirar das mãos dos

²⁵Couro de carneiro macio que se preparava para montarias.


“pelegos” a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Isso só ocorreu depois de muita luta e resistência em 1983, através de ampla articulação da oposição, conseguiram tirar o sindicato das mãos dos representantes do governo e, desde então, somente os genuínos trabalhadores rurais assumiram a direção da entidade.

Os pequenos agricultores viram no sindicato uma possibilidade de melhorar suas condições de vida, por exemplo:

- A representatividade, pois, dificilmente uma só família conseguiria barganhar financiamento para agricultura sem o aval do sindicato;
- O respeito imposto aos grandes fazendeiros, porque, com um sindicato fortalecido, dificilmente um fazendeiro roubaria as terras dos pequenos agricultores como costumeiramente acontecia. Se um agricultor era prejudicado, podia contar com a reação imediata da massa. Era o efeito “enxame”;
- Os cargos eletivos discutidos no sindicato poderiam trazer benefícios para os agricultores e suas comunidades;
- Os sindicalizados poderiam, unidos, barganhar diversos benefícios junto ao governo, como: saúde, transporte seguro e adequado, mais terras para a produção e vários níveis de educação para seus filhos;
- Os benefícios previdenciários (aposentadorias, auxílio-maternidade, auxílio-doença, entre outros) seriam destinados ao pequeno agricultor e não a outras pessoas sem relação com o campo como antes acontecia quando o sindicato estava nas mãos dos “pelegos”;
- Acesso facilitado à assistência técnica agrícola para o melhoramento da cadeia produtiva desde o plantio até o consumidor final.

A figura 33 corrobora este estudo, pois, logo na primeira página do histórico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juruti, está referendado as Comunidades Eclesiais de Base. Foi através da consciência crítica desses grupos que se reuniam para tratar sobre sua religião e, ao mesmo tempo, juntavam suas forças para lutar contra um inimigo comum: o grande latifúndio.

Figura 33 - Histórico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juruti



SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE JURUTI
 Filiação a CUT, FETAGRI e CEFT-BAM

RESGATE HISTÓRICO DA LUTA SINDICAL EM JURUTI

Tudo começou em 1976, quando foi criada a primeira Delegacia Sindical no Município de Juruti, mais precisamente na Comunidade do Areial, ligada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Óbidos, ou seja, os Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Juruti começavam a se organizar como uma Delegacia Sindical do Sindicato de Óbidos.

Três anos se passaram e a vontade de se organizar em um Sindicato próprio, foi aumentando. No dia 24 de Junho de 1979 em Assembléia Geral, se deu a fundação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Juruti.

Por alguns anos o Sindicato foi dirigido de forma equivocada e não representava os anseios dos trabalhadores, foi quando, no início da década de 80, incentivados pela Comissão Pastoral dos Direitos Humanos (CPDH), da Prelazia de Óbidos, os Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais começaram a conscientização da categoria.


Em 1983 a oposição sindical conquistou a direção do Sindicato. A partir de então, o Sindicato passou a ser dirigido por verdadeiros Trabalhadores Rurais que tinham por princípio organizar e fortalecer a categoria para lutar, reivindicar, propor e implementa políticas que dessem respostas ao estado de abandono que se encontrava a categoria.

No início da década de 80 o país estava em ebulição. Sugiram por toda parte, grandes movimentos de organização dos Trabalhadores. Foi nesse período que aconteceu a criação da CUT, a fundação do Partido dos Trabalhadores e a Campanha pelas Diretas Já. Aqui em Juruti inicia-se um grande trabalho de conscientização política, a partir das Comunidades Eclesiais de Bases da

Fundado em 24 de junho de 1979. CNPJ nº 04541348/0001-47. Carta Sindical nº 318.277/79
 End.: Av. Marechal Rondon, 154 - Bom Pastor. CEP: 66170-000. Fone: (81) 3536-1130. Juruti - Para - Brasil
 Construindo o Desenvolvimento Rural Sustentável.

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juruti.

Figura 34 - Histórico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juruti



SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE JURUTI
Filiado a CUT, FETAGRI e CEFT-BAM

Igreja Católica, com a concepção de independência e autonomia sindical.

Em 1984, o Sindicato passa a atuar a partir de um plano estratégico, tendo como principais bandeiras de lutas: Terra, Saúde, Transporte e Educação. Era necessário que construíssemos um sindicalismo de massa e de lutas concretas para que pudéssemos sair do assistencialismo implantado pela Ditadura Militar.

Já em 1985, o STTR de Juruti organizou a primeira grande luta pela conquista e a permanência na terra para as famílias que moravam e trabalhavam na área do imóvel Jaralândia. Mais tarde, em 1998, esta área se transformou no primeiro Assentamento da Reforma Agrária em Juruti e passou se chamar de **Assentamento Nova Esperança** beneficiando (90) noventa famílias.

No ano seguinte, (1985), houve também a primeira audiência com o **INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)** em Belém, para tratarmos sobre a desapropriação do Imóvel denominado Vila Amazônia, que envolvia centenas de famílias da região de Juruti-Velho;

No final da década de 80, o STTR de Juruti, começa a se articular com outros movimentos de Trabalhadores e Trabalhadoras da nossa região e participa efetivamente na fundação do **CEFT-BAM** (Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas) e na conquista da **CUT** Regional do Baixo-Amazonas. Em 1987, o STTR de Juruti já contribui para a conquista da FETAGRI Estadual.

A partir destes movimentos, começaram a surgir as primeiras lideranças dos Trabalhadores, forjadas nesta luta. Foi nessa época que o Senhor Salomão Canto Teixeira saiu de Juruti, como liderança para coordenar a **CUT (Central Única dos Trabalhadores - Regional do Baixo Amazonas)** e o **CEFT-BAM (Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas)**. E no mesmo período

Fundado em 24 de junho de 1979. CNPJ nº 04541348/0001-47. Carta Sindical nº 318 277/79
End. Av. Marechal Rondon, 154 - Bom Pastor, CEP: 88170-000 Fone: (93) 3538-1130 Juruti - Pará - Brasil
Construindo o Desenvolvimento Rural Sustentável.

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juruti.

Para McCowan (2015), nem sempre o que está expresso na lei é retratado na prática. Em várias situações, é necessária a ação efetiva do debate público para que se cumpra a determinação do ato legal. Segundo suas reflexões, muitas conquistas legais sobre os direitos humanos estão bem elaboradas nos compêndios, mas, na realidade, são letras mortas. Há a urgente necessidade da educação se atentar para isso. Na Amazônia, por exemplo, os grandes latifundiários abusam de seu poder para maltratar e explorar o pequeno lavrador. Sem muitos recursos, a alternativa que resta para o pequeno é o sindicato.

No terceiro parágrafo da figura 34, está escrito que o STTR de Juruti organizou a primeira grande luta no ano de 1984 e, em 1998, tornou-se o primeiro assentamento da Reforma Agrária de Juruti. A história por trás dessas lutas envolvem vários sujeitos individuais e/ou coletivos e instituições, entre eles, as CEBs, os remanescentes de indígenas e de negros, os grandes fazendeiros, o próprio Estado e suas ambiguidades.

Há de sempre ficar atento às contradições do Estado e, aqui no Pará, essa realidade se acentua. O exemplo mais recente foi a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira, que relegou os indígenas em nome de um falso “progresso” proposto pelo capitalismo. A história em Juruti não foi diferente, inúmeras concessões de terras foram homologadas pelos militares mesmo com pessoas morando lá por séculos. Eram os remanescentes de indígenas e de negros que, para o governo, não significavam nada, eram invisíveis perante a lei. Era necessário reescrever essa história sob a ótica dos injustiçados.

O local onde hoje está instalado o assentamento Nova Esperança (expresso na figura 8), na região planaltina de Juruti, pertencia a uma rica família de fazendeiros da região que havia conseguido as concessões através de conchavos. Com a reflexão das CEBs, os comunitários perceberam que, de fato, eram os verdadeiros donos da terra, pois já viviam por lá há séculos, todavia, não eram donos de direito porque os títulos das terras estavam com os fazendeiros. Com ajuda dos advogados do sindicato e muita contribuição dos padres e das freiras, os comunitários travaram uma luta jurídica contra os latifundiários e conseguiram vencer e tomar posse definitiva da terra.

A partir desse embate, os padres e as freiras se tornaram os principais alvos de ataques dos fazendeiros, dos políticos e dos comerciantes, a ponto de serem inúmeras vezes ameaçados de morte, como já relatado neste estudo. Em virtude dessas agressões, as freiras de Maristella encerraram suas atividades na sede. Os padres não se intimidaram e continuaram sua missão no município.

2.5.6 Pleiteando cargos eletivos

As primeiras eleições, com a participação de trabalhadores rurais, eram motivo de chacota por parte de quem ocupava esses cargos por anos a fio. Enquanto os fazendeiros e comerciantes recebiam milhares de votos, os lavradores mal chegavam a centenas deles. Os lavradores candidatos eram praticamente todos saídos das CEBs e do sindicato. Os padres e as freiras não entendiam o porquê de os próprios lavradores não votarem em seus companheiros. Isso está expresso na figura 5 quando os autores reclamam das contradições que ocorrem com os pequenos agricultores: “votar pelo explorador e seu partido em lugar de votar em quem defende o pequeno lavrador e seu partido”.

Culturalmente, essa consciência de classe é um processo que não se modifica de uma hora para outra, leva tempo, paciência, persistência, vitórias e derrotas. Gramsci (1999) enfatiza o quanto isso energiza para lutas futuras:

Quando não se tem a iniciativa na luta e a própria luta termina assim por identificar-se com uma série de derrotas, o determinismo mecânico transforma-se em uma formidável força de resistência moral, de coesão, de perseverança paciente e obstinada. “Eu estou momentaneamente derrotado, mas a força das coisas trabalha por mim a longo prazo, etc.” A vontade real se disfarça em um ato de fé, numa certa racionalidade da história, numa forma empírica e primitiva de finalismo apaixonado, que surge como um substituto da predestinação, da providência etc. (Gramsci, 1999, p. 106).

De tanto tratar do assunto em centenas de reuniões em 1988, dois candidatos a vereador, saídos das discussões das classes populares, foram eleitos para o legislativo municipal. Isso acabou se transformando em um fato histórico marcante por várias razões. A primeira delas foi a conquista eletiva de um partido genuinamente de esquerda; a segunda, e talvez a mais importante, foi que a eleição desses dois vereadores não ocorreu com compras de votos, como era comum ocorrer no município, isso porque os candidatos eram pobres como seus eleitores. Era o início de uma reflexão que iria se aprofundar. Era o pobre acreditando no próprio pobre. Significava que o cargo não era somente da pessoa, mas da categoria que o elegeu. Gramsci (1999) dizia que a caracterização do mundo moderno é que, abaixo dos proletários, não existe nenhuma classe a qual seja proibida organizar-se.

Isso é interessante no discurso, mas, na prática, a realidade é muito mais dura. O jogo político tem interesses em qualquer dimensão, do executivo federal ao vereador da pequena cidade. Saber contornar esses interesses é tarefa para quem tem habilidade. Nas eleições seguintes, muitos desistiram de concorrer, outros não se reelegeram e muitos tiveram

dificuldades em se reeleger, mas o importante foi que, desde 1988, os representantes dos trabalhadores rurais sempre se fizeram presentes em todas as legislaturas municipais. Uns com boas atuações e outros com atuações questionáveis, o que é próprio da democracia.

Um fato histórico trágico ocorrido em 1996 irá redimensionar as lutas políticas do município. Disputavam a preferência do eleitor ao executivo municipal três candidatos: um era o político tradicional, que disputava a sua segunda eleição para o executivo; e os outros dois eram novatos, um deles possuía o apoio das classes populares, apesar de não sair candidato no partido que representava os agricultores. O resultado foi que o político tradicional venceu com boa margem de votos. Como na época os votos eram depositados em cédulas nas urnas e havia no país inteiro indícios de fraudes nesse tipo de contagem, era necessário ficar atento para os casos de corrupção. Em Juruti, as suspeitas se avolumaram, sobretudo, porque as cédulas eram contadas no município de Óbidos, onde havia a comarca eleitoral que representava as cidades circunvizinhas. Como o Partido dos Trabalhadores não dispunha de transporte próprio para Óbidos, cujas vias são marítimas, então, solicitou-se emprestado o barco da paróquia para levar os fiscais do partido. Apesar da relutância dos padres, o barco acabou sendo emprestado.

Em Óbidos, a contagem foi confusa, com várias acusações de fraudes, principalmente, porque, na hora da contagem, faltou energia elétrica, mas, como não havia meios de provar as acusações, os resultados foram homologados. A novidade para oposição foi a confirmação de 4 vereadores eleitos da esquerda, algo que ocorria pela primeira vez. No retorno a Juruti, aconteceu um gravíssimo acidente. Uma balsa colidiu com o barco. Nesse acidente, morreram 5 pessoas e dezenas ficaram feridas. Foi um golpe imenso para a história das comunidades, pois praticamente todos os mortos e feridos eram oriundos ou pertenciam às famílias que lutavam contra os políticos tradicionais.

Uma das pessoas que estava no acidente, que se salvou, tomou para si a responsabilidade e, unida com as comunidades, prosseguiu com o sonho de conquistar o executivo municipal, ele também havia sido eleito vereador nesse pleito. Em 2000, candidatou-se a prefeito, mas perdeu as eleições para o mesmo político tradicional, no entanto, em 2004, finalmente conseguiu se eleger. Em 2008, reelegeu-se. No ano de 2012, conseguiu fazer seu sucessor e, em 2016, retornou à prefeitura. Na última eleição (2020), com suporte da onda conservadora da ultradireita que se espalhou pelo país, os políticos de direita retornaram à prefeitura.

Desde que chegaram, os padres e as freiras mantinham a esperança de um dia a classe trabalhadora conseguir vencer as eleições municipais em Juruti. Por isso, investiram pesado em formação de lideranças e nas CEBs. A ideia era tomar a prefeitura em 20 anos, a partir de 1970, através das formações das CEBs, do sindicato e de todos os serviços oferecidos por eles.

Contudo, somente 34 anos depois da chegada das freiras e dos padres, que os trabalhadores conseguiram alcançar o tão almejado objetivo. As freiras já não estavam morando na sede do município quando isso ocorreu. De qualquer forma, o trabalho desenvolvido ao longo dos anos foi importante para o amadurecimento do sentido democrático na população. Foi a superação do estigma de que a política era somente para “gente rica” e que não pertencia aos pequenos agricultores. Essa nova abordagem causou uma revolução na consciência, sobretudo, porque os comunitários aprenderam que as lutas não param, são constantes e, se as contradições existem, é porque precisam ser superadas.

2.5.7 De joelhos ao grande capital

Retomando os argumentos da introdução deste tópico, em que se enfatiza a importância dos papas, recupera-se o seguinte argumento: João Paulo II, no plano da política mundial, foi um importante agente na redemocratização dos países que faziam parte do antigo bloco soviético, incluindo seu país natal - a Polônia-, contudo, sua forte atuação anticomunista acabou refletindo no enfraquecimento das Comunidades Eclesiais de Base. Seu braço direito no papado, o cardeal Joseph Ratzinger, o qual depois se tornaria papa Bento XVI, era um importante teólogo conservador que, em sua carreira como professor doutor, não via Jesus Cristo como um revolucionário político, mas um indutor da fé e da espiritualidade; e Maria, sua mãe, exemplo de obediência ao sagrado. Essa convicção religiosa de Ratzinger esbarrou no pensamento teológico dos latino-americanos ligados à Teologia da Libertação. A ênfase da Teologia da Libertação era a ideia de um Cristo que não se contentava com a opressão do seu povo pelo Império Romano, mas que dava valor aos pobres e aos marginalizados socialmente, como as viúvas, as prostitutas e os estrangeiros; e sua morte foi fruto de uma conspiração de Roma para calar um agitador perigoso aos interesses do Império. Na visão dos teólogos da libertação, o Cristo histórico defendia claramente os pobres, o que, para Ratzinger, era uma visão teológica deturpada.

Ratzinger, até a morte de João Paulo II, exerceu a função de prefeito da doutrina da fé no Vaticano. Foi um crítico ferrenho dos escritos do teólogo brasileiro Leonardo Boff. A publicação do livro “Igreja Carisma e Poder” foi considerado uma afronta pelo cardeal. No livro, Boff (1982) enfatiza as fragilidades humanas da Igreja e pondera que sua trajetória histórica foi marcada por espalhar as palavras messiânicas de Jesus Cristo, contudo, em vários e significativos momentos, afastou-se de sua função de orientar e proteger os indivíduos para usufruir dos benefícios das funções religiosas e da hierarquia sacerdotal. Esse confronto de Boff

com a cúpula da Igreja Católica acabou lhe custando o exercício da função de sacerdote e, por fim, o seu afastamento da congregação franciscana.

Essa disputa ideológica de forças antagônicas no interior da Igreja acabou refletindo na formação de novos padres e, conseqüentemente, no desenvolvimento das CEBs. Em várias regiões do país, foram fechados os institutos de formação sacerdotal com viés progressista e, os que ficaram, mudaram a linha de formação filosófica e teológica para seguir a orientação conservadora do Vaticano. Em Belém, no Pará, por exemplo, o Instituto de Pastoral Regional (IPAR), de natureza progressista, deixou de formar padres e foi obrigado a passar a responsabilidade ao Seminário Pio X de matriz conservadora. Dessa forma, os novos padres estão muito mais ligados à liturgia, a louvores e à burocracia da igreja do que à formação popular, como era antes com os padres ligados às CEBs.

Conforme Gallo (2020), a periferia do país perdeu significativamente com o enfraquecimento das CEBs. Segundo seus pensamentos, por mais que a juventude não tivesse um suporte de reflexão da realidade dentro da escola formal, na Igreja Católica, ela teria, porque, nas CEBs, não se falava apenas sobre religião, mas também se refletia sobre a realidade do município, do bairro e da situação sociopolítica do país e, com isso, formavam-se lideranças com senso da realidade. Sem a presença das CEBs, o espaço acabou sendo ocupado pelas Igrejas Pentecostais e Neopentecostais, cuja opção político-ideológica se aproxima do conservadorismo.

O apoio da juventude pentecostal e neopentecostal foi importante para a eleição de um presidente ultraconservador em 2018. O mesmo processo ocorreu em Juruti. Com a saída dos padres e das freiras progressistas da sede do município, e com a chegada de outros religiosos com viés conservador, as CEBs acabaram enfraquecendo. Na atualidade, há pouca relação dos novos religiosos com os movimentos sociais, principalmente, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

De qualquer forma, a cúpula da Igreja Católica, desde a Idade Média, sempre se guiou por interesses políticos e econômicos e, na atualidade, dificilmente seria diferente. Boa parte de sua receita vem de países de economia liberal, como a Alemanha e os Estados Unidos da América, o que, de certa forma, influencia na maneira de agir com seus fiéis. É difícil criticar veementemente o neoliberalismo que exclui boa parte da humanidade dos benefícios econômicos se a própria instituição religiosa usufrui desses privilégios. Por mais que o papa atual tente retomar a opção da Igreja pelos desfavorecidos, os interesses econômicos são muito mais poderosos que sua boa vontade, ademais, a força política religiosa católica vem decaindo ao longo do tempo.

Outra constatação foi a determinante ação da Igreja Católica nos rumos políticos do município através do fortalecimento das CEBs, mas que acabou enfraquecendo nos últimos anos devido à postura conservadora adotada pelo Colégio Cardinalício nas últimas décadas. A opção católica em dar preferência aos mais necessitados incomodou a elite latino-americana que, por sua vez, pressionou a cúpula conservadora do Vaticano em impor limites ao cristianismo de cunho socialista marxista, ocasionando uma guerra pública imposta pelo braço direito do papa João Paulo II, na década de 1980, o cardeal Joseph Ratzinger (superior da doutrina da fé e que, depois da morte de João Paulo II, tornou-se papa Bento XVI), contra a Teologia da Libertação na América Latina. Nessa guerra, foram atacados os principais filósofos do movimento, como Leonardo Boff, Gustavo Gutiérrez, Frei Betto, Jon Sobrino, Leonidas Proaño. Sua restrição no processo de formação dos novos padres e freiras, nessa linha filosófica, acarretou o enfraquecimento das CEBs nas periferias da América Latina. Não é raro ver nos altares das igrejas e na mídia em geral centenas de padres e de freiras dançando e cantando louvores desligados da realidade e exorcizando a política como fonte dos “males”, o que não deixa de ser satisfatório, cômodo e elogiável por parte de quem massacra a classe trabalhadora.

3 O CASULO: O PIONEIRISMO EM EDUCAÇÃO INFANTIL NO INTERIOR DA AMAZÔNIA NAS DÉCADAS DE 1970 A 1990²⁶

Há várias razões que conferem a este capítulo o protagonismo desta pesquisa. A primeira é a própria educação para a criança. Enquanto no país as políticas públicas para educação infantil sempre foram tardias, em Juruti, desde meados dos anos de 1970, já se trabalhava com o conceito de educação integral para a primeira infância e considerava-se, mesmo não estando expreso na lei, como modalidade essencial para o desenvolvimento da criança, como discorreremos nesta seção. As informações foram coletadas nos documentos dos arquivos da entidade Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti, e nas entrevistas com Jader Batista e convivência com Graça Lima e freira Brunhilde Henneberger.

Outro ponto fundamental foi a oferta da educação infantil para a zona rural desde a década de 1970. Segundo dados do último Censo Escolar ainda raro presenciar educação infantil exclusiva na zona rural da Amazônia. E, por fim, o caráter político do empreendimento. A ideia geral era integrar a família ao espaço educacional e, ao mesmo tempo, inseri-la no contexto social e político do município, utilizando-se do elemento da consciência crítica e da

²⁶Parte deste capítulo foi publicado na “Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar (RECEI)”, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte em setembro de 2021. Disponível em: <http://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3367>

participação nas associações e sindicatos. Na atualidade, com a saída gradativa das freiras da administração dos casulos e com amplo convênio com a municipalidade, a relação com as famílias restringiu-se na participação das atividades informativas e pedagógicas dos casulos, como: semana da criança, semana da família e semana da pátria.

Uma das primeiras atividades das freiras quando chegaram em Juruti foi o de conhecer as pessoas em suas casas. Ao visitarem as famílias, observaram de imediato a situação de vulnerabilidade das crianças e total ausência de locais apropriados onde esses pequenos pudessem receber educação adequada. Isso para as freiras era alarmante, principalmente as alemãs, que vinham de uma realidade cultural em que a educação infantil era compreendida como fundamento primordial do desenvolvimento humano desde o século XIX.

Outro fator social detectado pelas freiras era a baixa segurança física e alimentar das crianças, o que também comprometia o desenvolvimento pleno delas. Os pais e as mães, em sua maioria lavradores, não tinham com quem deixar seus filhos pequenos quando precisavam trabalhar na roça. Não havendo alternativa para deixá-los em um lugar seguro, eram obrigados a levá-los consigo para o trabalho ou deixavam-nos sob a vigilância de outros parentes. De qualquer forma, o menor estava sujeito a enfrentar sérios problemas, como violência doméstica ou sofrerem com doenças e os perigos da mata por estarem expostos às condições da natureza. Foi, então, que Irmã Brunhilde (Figura 35) elaborou uma proposta de creche e de pré-escola para o atendimento dessas crianças.

Figura 35 - Irmã Brunhilde em atividades com as crianças



Fonte: Acervo fotográfico das Irmãs Franciscanas de Maristella.

A proposta foi apresentada à prefeitura, porém sem retorno. Ao ser encaminhada para a Legião Brasileira de Assistência (LBA²⁷), em Brasília, a proposição teve aceitação imediata. Em 1977, firmou-se convênio entre a Prelazia de Óbidos e a LBA, em que esta arcava com as despesas de alimentação, material didático e manutenção dos prédios e, em contrapartida, a Prelazia custeava o restante, sobretudo, o pagamento de funcionários. Como a igreja não dispunha de recursos suficientes para arcar com todas essas despesas, irmã Brunhilde solicitava ajuda de seus conterrâneos, de organizações não governamentais internacionais - como a Adveniat²⁸ - e, principalmente, contava com uma rede de contribuições dos próprios comunitários, como doação de serviços e gêneros alimentícios produzidos na região.

Os pequenos lavradores e os trabalhadores da zona rural e da urbana logo compreenderam o quão primordial era a educação infantil para o desenvolvimento da cidadania de seus filhos e, por isso, não hesitaram em ajudar. Saviani (1999) é enfático ao defender a educação à classe proletária.

[...]o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas. Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação. Eu costumo, às vezes, enunciar isso da seguinte forma: o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação (Saviani, 1999, p. 66).

Enquanto o modelo assistencialista de creche e pré-escola, principalmente nos grandes centros urbanos, funcionava com pouca estrutura e servia mais para alimentar e para vigiar as crianças no período em que as mães trabalhavam na indústria, em Juruti, o Projeto Casulo ganhou nova roupagem. Segundo Graça Lima, ao invés dos locais funcionarem como depósitos de crianças, as áreas construídas foram pensadas no atendimento integral delas, com espaços suficientes para o seu desenvolvimento físico e motor, com variados brinquedos e, principalmente, com o cumprimento de um planejamento anual rígido, baseado em cursos de formação semestral dos monitores e dos cozinheiros, objetivando sempre o bem-estar dos pequenos. A necessidade constante desses cursos, que no período se chamava de treinamento

²⁷Órgão federal fundado em 1945 pela primeira-dama Nancy Vargas, esposa de Getúlio Vargas. Nos anos de 1976 e 1977, a LBA inicia as atividades do Projeto Casulo com a intenção de promover a assistência à criança pobre através da creche e pré-escola. O princípio repassado pelo projeto era que o governo estava prestando um favor ao ajudar os pobres. Nos municípios, as atividades eram geralmente desempenhadas pelas primeiras-damas, o que servia de propaganda política aos seus maridos.

²⁸Entidade filantrópica alemã que financia projetos humanitários em todo o planeta.

dos monitores, era para compensar as condições educacionais precárias do município relacionadas à formação do magistério.

Todo o espaço físico era estruturado para que os pequenos se sentissem respeitados integralmente a partir de sua perspectiva e de suas necessidades. Alguns pais e mães logo reclamavam que as crianças “só” brincavam e não estudavam nos casulos. Então, percebeu-se a urgente necessidade de mostrar aos pais que a brincadeira era peça essencial para o desenvolvimento dos seus filhos. Através das brincadeiras, os pequenos desenvolviam as habilidades físico-motoras e interagiam com seus colegas, o que seria fundamental para a sociabilidade. Nesse sentido, a educação também atingia o entendimento e comprometimento dos pais e das mães.

Para compreender essa atividade, far-se-á o percurso histórico com intuito de não perder as nuances de um serviço que compreendia a educação muito além dos limites da sala de aula e que, também, fazia parte de um projeto de prevenção de insurreições elaborado pelo governo federal. Para dar início a essa jornada, buscaremos compreender o que foi a Legião Brasileira de Assistência para, em seguida, falar da dinâmica pedagógica e, finalmente, discorrer sobre a influência política do projeto em meio às atividades sociais desenvolvidas pelas freiras e toda sua repercussão no município.

3.1 Legião Brasileira de Assistência (LBA)

Tanto o Ministério da Saúde como a Legião Brasileira de Assistência (LBA) foram parceiros das freiras franciscanas em Juruti. Através do apoio legal e financeiro, as religiosas puderam desenvolver uma série de trabalhos que beneficiaram a população mais vulnerável do município. Com recursos provenientes dos convênios, as religiosas estruturaram o atendimento à saúde, construíram dezenas de creches e pré-escolas, ergueram centenas de casas populares e contribuíram com geração de renda para as famílias através do artesanato. Contudo, há de se ponderar que somente com o dinheiro desses convênios não seria possível a implementação de todos esses projetos, havia uma corrente de contribuição que englobava não somente os convênios, mas também campanhas de arrecadação, mutirões, doações, bingos, ajuda de ONGs internacionais e muito auxílio financeiro dos parentes e amigos das freiras, principalmente dos alemães.

Foi em virtude desse esforço de entidades civis e religiosas que políticas de Estado mal elaboradas, como o Projeto Casulo, acabaram sendo exitosas para uma parcela da população e

arrefeceram a incompetência do governo nessa área. Mesmo não sendo um modelo a ser seguido, acabou constituindo-se como a base para o aperfeiçoamento da política educacional voltada para educação infantil e, com o avanço educacional conquistado a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9394/96, mudaram-se as esferas de competência, passando da assistência social para modalidade educacional essencial ao desenvolvimento humano. Rosemberg (2016) enfatiza as dificuldades na implantação do Projeto Casulo pelo país, evidenciando a falta de organização e planejamento ligado ao orçamento financeiro não condizente com as necessidades que o projeto exigia.

A primeira avaliação do projeto, efetuada no ano seguinte ao de sua implantação, evidenciava já alguns problemas estruturais decorrentes do modelo de baixo custo com apoio da comunidade: falta de pessoal capacitado; pouco conhecimento da cultura das famílias atingidas, cujo nível educacional e econômico era atribuídas dificuldades no desenvolvimento de atividades; inadequação do espaço físico e falta de água nos locais em que a creche era implantada; falta de verbas e recursos humanos, materiais e equipamentos [...] Ou seja, já se percebia a dificuldade de implantação de um programa apoiado em grande parte nos recursos de comunidades pobres (Rosemberg, 2016, p. 154).

Para entender a relação das freiras com órgãos públicos federais, é preciso compreender a história da assistência social no Brasil e suas contradições. A LBA foi criada em 1942 pela Portaria 6.013/42, incentivada pela esposa do presidente Getúlio Vargas, Dercy Vargas, para ajudar as famílias dos soldados (pracinhas) brasileiros que foram lutar representando o país na Segunda Guerra Mundial. Ao encerrar a guerra, o órgão passou a englobar vários serviços de assistência social às pessoas carentes do país. Sua ação ocorre até o governo de Fernando Henrique Cardoso, o qual a extinguiu através da Medida Provisória 813/95. Portanto, foram 52 anos de contribuições assistenciais pelo país e muita controvérsia.

Segundo Gonçalves (2011), a assistência social de caráter institucional no Brasil nasce tendo por base o estigma cristão da caridade. A Igreja Católica assume um vácuo deixado pelo Estado, pois este não se interessa pela miséria alheia e nem cria mecanismos para amenizá-la. Essa negligência estatal está relacionada aos séculos de regime escravocrata em que o ser humano, sem direitos, era tratado como um animal desprezível.

A função de fazer o bem aos pobres foi praticamente imposta à Igreja, porque cuidar de miseráveis era função degradante para os burocratas do Estado. Contudo, a Igreja não se negava a prestar o serviço relegado pelo governo desde que os mandatários cumprissem com as mais variadas exigências impostas pela instituição religiosa. Nos bastidores do poder político entre Igreja e Estado, era comum o sentido da expressão: “toma lá, dá cá”. Gonçalves (2011) é sutil

ao comentar o jogo de interesses políticos e econômicos dos membros das igrejas quando se trata de caridade.

[...] a prática da caridade situa-se no cerne do pensamento cristão e se agrega ao catolicismo como fonte de poder social, o fato evidente é que no terreno de serviços sanitários, hospitalares e de socorro aos pobres, a Igreja teria recebido, em contrapartida, regular atendimento em suas petições de auxílios econômicos (Gonçalves, 2011, p. 4).

As contribuições da Igreja Católica e de outras agremiações religiosas irão permanecer ativas nas ações assistenciais pelo país, através de convênios com o Estado. De maneira geral, a assistência social acaba sendo marcada pela centralidade política. Em uma mesma esfera governamental, agrupava-se o atendimento à maternidade, à infância, à adolescência, aos desempregados, aos desnutridos, entre outros. Percebe-se, ao longo da existência da LBA, centenas de ações fragmentadas que, na maioria das vezes, não são continuadas. Essa ação filantrópica da caridade, ligada às igrejas, sofrerá impacto e severa diminuição no país a partir da promulgação da constituição de 1988.

3.2 Assistência x assistencialismo

Para dar prosseguimento a reflexão sobre a atuação social desenvolvida pelas freiras franciscanas nos 22 anos em que tiveram na sede do município, há de se fazer uma delimitação pontual entre aquilo que se julga como assistência social e o assistencialismo. Feita essa distinção, tratar-se-á especificamente sobre a educação infantil através do Projeto Casulo. A fim de fazer esse apanhado sobre a função e importância da assistência às pessoas, recorreu-se fundamentalmente as reflexões da professora Marilda Iamamoto (2000), que é referência no país sobre a temática.

De maneira geral, a diferença básica entre assistência e assistencialismo está na abordagem ao indivíduo que recebe apoio ou ajuda. Segundo Silva *et al.* (2019), as políticas assistencialistas visam manter a pessoa sob dependência, muitas vezes oferecendo o mínimo para a sua sobrevivência, enquanto as políticas de assistência social visam tratar o indivíduo com dignidade, respeitando e compreendendo de maneira adequada a situação em que está vivendo e buscando soluções concretas para que esse sujeito saia da situação de vulnerabilidade de maneira definitiva. A meta será sempre a conquista da independência financeira e a superação dos problemas físicos, psíquicos, sociais e jurídicos. Isso exigirá do assistente social uma formação ampla.

De acordo com Yamamoto (2000), a sociedade do pós-guerra, liderada pelos EUA, com ênfase no desenvolvimento industrial, vem ocasionando tensões devido a acumulações versus miséria populacional. O domínio da natureza que poderia ser um fator de benefício para todos acabou sendo um motivo de preocupação, devido à exploração desenfreada dos recursos naturais, sem levar em conta os limites do planeta. Diante desse ambiente, a responsabilidade da assistência social, nas palavras de Yamamoto, configura-se como um elemento da rebeldia e da resistência. Defender seres humanos é entrar diretamente em confronto com os interesses econômicos vigentes.

Formas de resistência já presentes, por vezes de forma parcialmente ocultas, no cotidiano dos segmentos majoritários da população que dependem do trabalho para a sua sobrevivência. Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de re-invenção da vida construídas no cotidiano, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado. Dar conta dessa dinâmica supra referida, parece ser um dos grandes desafios do presente, pois permite dar transparência a valores atinentes ao gênero humano, que se tornam cada vez mais opacos no universo da mercantilização universal e do culto do individualismo. Enfim, decifrar as múltiplas expressões da questão social, sua gênese e as novas características que assume (Yamamoto, 2000, p. 28).

O pensamento de Yamamoto não é passivo, instiga o sujeito a compreender os mecanismos que levam à precarização da vida e à consequente deterioração das relações de trabalho. Seguindo essa linha de reflexão, a autora alerta para ação da assistência às pessoas não caia no “fatalismo” e nem no “messianismo”, em que os profissionais da assistência se transformam em resolvidores de problemas sem objetividade. A ideia principal é ter um projeto de ação definida e estar sempre sensível às variações históricas e a todas as suas contradições.

Detectar também o que se esconde por detrás destas tendências: as contradições e impasses pelos quais se realiza, decorrentes das desigualdades que recria ampliadamente, das lutas entre as classes, das respostas que estão sendo criadas pelos setores explorados e dominados, excluídos dos benefícios do progresso e dos recursos e espaços da “proteção social”. Em outros termos: apreender as contra tendências desse processo: ver (Yamamoto, 2000, p. 171).

A posição defendida por Yamamoto é claramente uma ação política de confronto. Com o intuito de defender os interesses dos trabalhadores, não há outra via que não seja a do enfrentamento político. Para ela, o caminho da real assistência passa necessariamente pela via da unidade e da coletividade. Muito antes das organizações trabalhistas, o mercado já tinha aprendido que quanto mais organizado e interligado, mais lucro se obtinha com as operações. Agora, quando se enfrentava um operariado organizado, esses dividendos tinham que ser

repensados. Por isso, para a autora, o princípio de organização teria que estar configurando na cultura das massas, enfrentando o empresariado e o próprio Estado e buscando alternativas legais para proteção e promoção.

Importa salientar que as formas e o conteúdo da flexibilização em cada país encontram-se dependentes das opções políticas e sociais, forjadas pelas lutas de classes. Não são imunes às lutas dos trabalhadores e do conjunto da sociedade civil – levadas a efeito seja no chão das fábricas, no seu enfrentamento com o Estado, através de seus organismos sindicais e partidários, isto é, das lutas pela preservação de conquistas já acumuladas e por sua ampliação. Entretanto, o processo de reestruturação industrial vem também afetando a capacidade combativa do movimento sindical, ao transformar objetivamente a luta de classes (Iamamoto, 2000, p. 177-178).

Nas últimas décadas, o sindicalismo passou por inúmeras crises e rearranjos, próprios da sociedade em ebulição e acirrados conflitos. Mesmo assim, a unidade social ainda não perdeu a importância diante do que está por vir, principalmente com a ascensão dos movimentos de ultradireita com seus princípios baseados na destruição da natureza, negação da ciência e do uso exacerbado da violência. Embora muito do que pensou Yamamoto, esteja distante dos princípios defendidos pelas freiras Franciscanas de Juruti, principalmente do que diz respeito à religião²⁹, ainda assim há muita relação no que prega a socióloga com o trabalho desenvolvido em Juruti pelas religiosas.

1. Desde que chegaram, as freiras rejeitaram de imediato a ideia de que a população era formada por pobres miseráveis que precisavam de esmolas. A compreensão primeira era que se tratava de um município com potencial de riqueza, mas com alta desigualdade social. Então, a oferta de serviço tinha, por princípio, dar dignidade através dos melhores instrumentos que pudessem oferecer. Mesmo estando distante dos grandes centros, havia o esforço em ofertar as mais avançadas práticas de educação, de saúde e de infraestrutura;
2. Ao desempenharem suas funções na saúde, educação, infraestrutura e geração de renda, visavam estimular e ressignificar a consciência de mundo que até então era limitada pela pobreza e pela subserviência aos ricos e eternos políticos do município;

²⁹Imamoto (2000, p. 222) faz uma crítica ácida aos mecanismos subjetivos impostos pelo mercado e os relaciona à religião: “Para uma sociedade de produtores de mercadorias, cuja relação social geral de produção consiste em relacionar-se com seus produtos como mercadorias, portanto como valores, e nessa forma reificada relacionar mutuamente seus trabalhos privados como trabalho humano igual, o cristianismo, com seu culto do homem abstrato, é a forma de religião mais adequada, notadamente em seu desenvolvimento burguês e protestantismo.”

3. Todos os serviços que ofereciam visavam o bem comum. Contudo, havia critérios de condições econômicas nos projetos relacionados à geração de renda e à construção de casas populares;
4. Não mediram esforços quanto ao enfrentamento aos políticos tradicionais e aos grandes fazendeiros da região. Mesmo conscientes dos riscos físicos que enfrentavam, não viam alternativa que não fosse estimular e acompanhar os comunitários na luta pela regularização fundiária;
5. Apoiaram a criação de um partido político sintonizado com as pautas dos pequenos agricultores e pescadores artesanais. A criação do Partido dos Trabalhadores, apoiado pelas freiras e pelos padres, foi um marco histórico no município que, até então, conviviam com a atuação de legendas sem a mínima relação com os interesses dos pequenos trabalhadores;

Assim como expressa Marilda Iamamoto, que considera o serviço assistencial como um ato genuinamente de resistência política, assim, também, as freiras franciscanas de Maristella consideravam sua atuação como um ato que levava à emancipação. A estratégia das freiras seguiu um planejamento didático que primeiramente visava dignificar as relações humanas oferecendo serviço que atendessem as necessidades das pessoas; estimulavam a população a se tornar sujeito de sua própria história; as instigava a enfrentar de maneira conjunta as ameaças do poder tradicional e, quando não havia alternativas, tomavam a linha de frente.

Quando as freiras iniciaram a oferta do serviço educacional para as crianças, a primeira preocupação era realizar um serviço que atendessem plenamente as necessidades dos pequenos. Desde 1976, o atendimento era dinamizado com técnicas educacionais adequadas para cada faixa etária. A criança era considerada o centro das atividades e a escola deveria ser pensada para ela e suas necessidades como mostram as imagens a seguir.

Figura 36 - Bancos, mesas, quadro negro e enfeites da sala adequados à altura das crianças – década de 1990



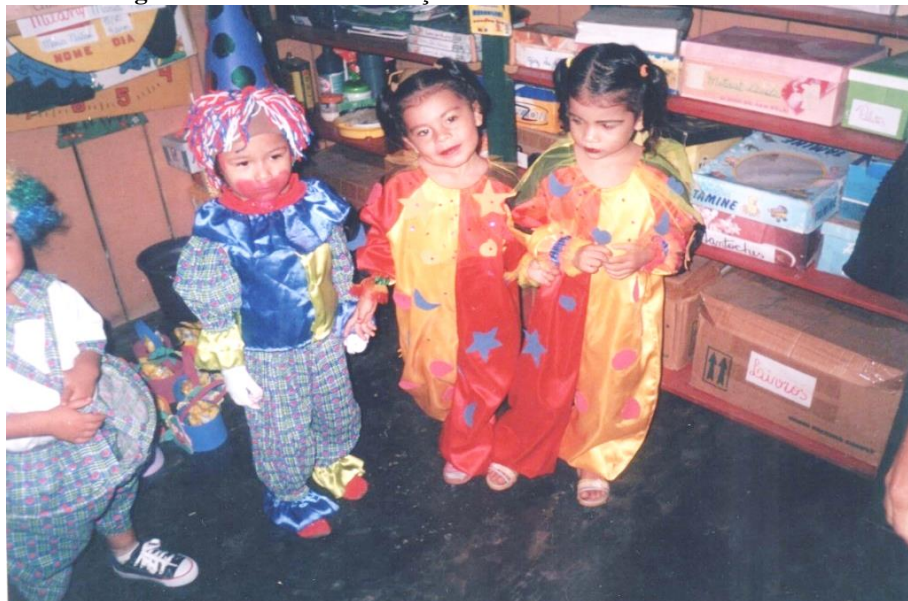
Fonte: Arquivo fotográfico da ACA.

Havia nos casulos algo corriqueiro para quem atuava nas creches, mas que era revolucionário em se tratando de educação para a primeira infância na região do Baixo Amazonas. Na fotografia acima (figura 36), observa-se as crianças fazendo atividades, sendo que algumas estão sem as camisas. Era permitido que as crianças ficassem sem as blusas, principalmente no período do verão, para enfrentar as altas temperaturas amazônicas. Desse jeito que ficavam em suas casas e não havia razão de negar que estivessem à vontade na escola. Desde a década de 1970, as mesas, cadeiras, quadro negro, mobiles e todos os enfeites tinham que estar na altura da vista da criança.

Em 1994, quando me deparei pela primeira vez em uma sala dos casulos (sem experiência na área educacional), achei esteticamente ‘inconveniente’ os enfeites da sala estarem pendurados tão baixos. Indaguei para a professora o porquê de estarem dispostos assim e ela me deu uma aula sobre a perspectiva da criança. Indaguei em seguida se não havia a possibilidade de as crianças “bagunçarem” os enfeites. E ela me respondeu didaticamente: as crianças são educadas a contemplarem a beleza e a harmonia dos enfeites da sala. A organização e respeito pelo que é coletivo faz parte do desenvolvimento humano e, portanto, é matéria educativa. Se por acaso uma criança “bagunçar” um enfeite, será aberta uma linha de diálogo com ela para entender por que agiu assim. Tudo se encaminha para a aprendizagem. A partir desse choque, comecei a perceber que o desenvolvimento educacional dos casulos era concebido levando em consideração as dimensões físicas das crianças e sua visão especial e particular da realidade. Assim, também, compreendi o quão prejudicial era para os pequenos a imposição cruel da realidade dos adultos. Cada criança tem seu tempo e, por isso, aprendem em

um ritmo diferente dos adultos. E aqui aprendi também o porquê da repetição da mesma lição para as crianças em vários dias seguidos ou em dias intercalados.

Figura 37 - Semana da criança - alusão ao circo - década de 1990



Fonte: Arquivo fotográfico da Aca.

Considerou-se importante colocar a fotografia (figura 37) das crianças vestidas de palhaças para enfatizar o quanto elas, nos casulos, são consideradas a parte central das atividades. Para as tarefas circenses, geralmente, utilizam-se ou contratam-se adultos, nos casulos, eram elas, do seu jeito, que representavam os personagens. Os pequenos se divertiam ao seu modo.

Em seguida, será feito um breve relato da história do Projeto Casulo e sua relação política com o Estado constituído.

3.3 O Projeto Casulo da LBA

Em 1977, foi criado o Projeto Casulo pela LBA. A fundamentação para a criação desse projeto envolve vários interesses, mas o principal fica em segundo plano, que são as crianças. Para entender as incoerências por trás dessa concepção de atendimento infantil, há de se compreender o contexto político e social da época em que foi fundado. O Brasil vivia a dura realidade do governo civil-militar. Além do autoritarismo que limitava os direitos civis dos cidadãos, havia a dura realidade de um regime que naufragava na incompetência. O país contraiu dívidas com organismos financeiros internacionais que comprometiam a economia. O

que o Brasil produzia de superávit era canalizado para amortizar os juros. A decorrência disso era inflação alta e o conseqüente aumento da miséria da população que não possuía condições de suprir suas necessidades básicas. As iniciativas do governo era tentar resolver os problemas com soluções paliativas e baratas, entre elas, a criação do Projeto Casulo.

De acordo com Rosemberg (2016), a criação do Projeto Casulo está situada no contexto da Guerra Fria entre o comunismo soviético e capitalismo norte-americano. Na opinião dos americanos, o Brasil era um dos principais pontos estratégicos de proteção ao continente, pois localizava-se em região central e era de dimensões continentais. Para os militares, a subserviência aos norte-americanos seria a garantia de permanência no poder, com esse intuito, firmaram algumas parcerias importantes, como o acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), que visava estabelecer convênio de assistência técnica e financeira à educação brasileira.

Rosemberg (2016) enfatiza que o controle social e econômico dos países latinos se tornou crucial para a política de segurança dos Estados Unidos. Esse assunto era tão importante que os países latino-americanos também criaram seus departamentos de segurança nacionais aos moldes norte-americano, os temidos DSNs. Eram temidos porque, em face ao “monstro do comunismo”, justificava-se o uso da força e da violência desmedida, como ocorreu na Argentina, com o assassinato de mais de trinta mil opositores.

A tese geopolítica que sustentou as DSNs na América Latina foi a da divisão do mundo em dois grandes blocos políticos e de poder, o Ocidente cristão e democrático e o expansionismo soviético comunista. Devido a superioridade moral do ocidente, a DSN brasileira optou pelo melhor lado, atribuindo ao Brasil um papel estratégico em face da ameaça comunista: “bastião do mundo livre”, “cidadela da democracia” (Rosemberg, 2016, p. 143).

Na estratégia de segurança desse governo civil-militar, havia três fundamentos imprescindíveis, que eram: rechaçar qualquer tentativa de avanço do comunismo, ampliar o parque industrial e conter qualquer ameaça de rebelião das massas. O primeiro fundamento era resolvido com institucionalização da violência; o segundo era implementado com muita propaganda (ao estilo nazista) e megaprojetos expansionistas (mal planejados), como abertura de estradas e criação de parques industriais; e o terceiro era a criação de projetos para abrandar as massas pobres.

As contradições internas, decorrentes da política econômica, social e cultural, foram também objeto de preocupação no contexto do lema “segurança e desenvolvimento”. A verdadeira segurança, para a DSN, pressupunha um processo de desenvolvimento econômico e social: “econômico porque o poder militar está também essencialmente

condicionado a base industrial e tecnológica do país. Social, porque mesmo um desenvolvimento social satisfatório, se acompanhado de excessiva concentração de renda e crescente desnível social, gera tensões e lutas que impedem a boa prática das instituições e acabam comprometendo o próprio desenvolvimento econômico e a segurança do regime” (Rosember, 2016, p. 145).

Conforme Melo (2021), a criação do Projeto Casulo no Brasil está também ligada ao alto êxodo do campo para a cidade e das pequenas cidades para as metrópoles ocorrido na primeira metade do século XX. O atrativo para esses grandes centros estava relacionado ao processo de industrialização e à consequente demanda por mão de obra. Segundo Rodrigues *et al.* (2015), a fim de que a família pudesse ampliar a renda para sobreviver ao alto custo de vida das grandes cidades, era preciso a utilização da mão de obra feminina, mas, para isso, era necessário criar condições para que seus filhos pudessem ser deixados enquanto elas trabalhavam, eis, então, que surge a ideia de estruturar locais onde essas crianças pudessem ficar.

No Brasil a mão de obra operária feminina, vista somente como complementar a renda masculina, colocava o trabalho operário feminino em situação mais suscetível às teorias que desejavam delimitar os espaços de atuação feminina na família e, também, na sociedade, criando na mulher um sentimento de culpa, seja por deixar os filhos aos cuidados de outros ou pelas recriminações sofridas tanto na família quanto na sociedade. Outro fator importante para a redução do número de mulheres nas indústrias têxteis da Inglaterra e Brasil foi à falta de um estado social que garantisse creches e escolas aos filhos das operárias, durante a jornada de trabalho (Rodrigues *et al.*, 2015, p. 8).

A ideia seria interessante se houvesse um planejamento educacional e um investimento em estrutura para comportar essas crianças. A fórmula encontrada foi empurrar a responsabilidade para as entidades filantrópicas, entre elas, as instituições religiosas. E, como a demanda ficou muito alta para essas entidades, as comunidades e as próprias famílias começaram a oferecer esse serviço com a ajuda de técnicos contratados pelo Estado. Além do caráter improvisado, havia, claramente, a intenção governamental em baratear ao máximo a oferta de vagas às crianças pobres. Para Vieira (2022), há claramente uma inversão de papéis: o governo se responsabiliza com o mínimo, enquanto as comunidades arcam com a mão de obra e local de instalação.


O Casulo Comunitário "é a creche implantada em local cedido pela própria comunidade, que se responsabiliza também pela administração e desenvolvimento de todas as atividades, cabendo à LBA o fornecimento de alimentação, assistência técnica e supervisão" (BRASIL, MPAS, FLBA, 1984). O Casulo Institucional é implantado por meio de convênios de cooperação técnico-financeira com "instituições da comunidade" (públicas ou particulares) e/ou através dos Casulos Ipê operacionalizados diretamente pela LBA. E no Domiciliar, o atendimento é realizado

por famílias residentes na mesma comunidade, onde as crianças são assistidas na residência de "mães acolhedoras", incumbindo-se a LBA, direta ou indiretamente, de prestar assistência técnica, fornecer gêneros alimentícios, equipamentos e outros recursos adicionais (Vieira, 2022, p. 23).

Não bastasse a irrelevância com que era tratada a primeira infância pelo governo militar, havia, ainda, esse “fantasma” criado pelos norte-americanos e alimentado pelas altas patentes do país de que a miséria brasileira, cada vez mais crescente, poderia ser um catalizador de insurgências e, como estratégia de preservação da segurança nacional, era necessário garantir uma forma de distribuir alimentos aos pobres para amenizar qualquer tipo de ira e, dessa forma, evitar o confronto e uso da força policial. Observe que no primeiro convênio, firmado em 1977 entre o governo militar e a paróquia Nossa Senhora da Saúde (figuras 38, 39, 40 – primeiro convênio entre a LBA e a paróquia católica), não há uma única referência às atividades, nem de maneira geral, que serão desenvolvidas pela contratada. A preocupação dos militares era quase exclusiva com a fiscalização e a prestação de contas.

Observa-se, inclusive, que a forma como é colocada as obrigações no convênio é típica de uma relação impositiva. As expressões utilizadas são “aceitar toda e qualquer orientação...”; “obrigando-se a contratada facilitar em tudo está inspeção...”. Em nenhum momento há referência à parceria com a entidade que irá prestar o serviço, ou pelo menos algum benefício que essa ação proporcionaria à sociedade. A impressão que passa, ao analisar o texto do convênio, é a de um favor que o Estado está fazendo para a entidade e, na realidade, quem estava contribuindo para amenizar a negligência do governo era a própria instituição.

Figura 38 - Primeiro convênio entre a LBA e a paróquia católica - folha 1

 Ministério da Previdência e Assistência Social
Fundação Legião Brasileira de Assistência
Diretoria Estadual do Pará
Divisão de Serviço Social

Dr. Antonio Agostinho P. da Silva
Diretor Estadual da LBA

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE A
FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA,
POR SUA DIRETORIA NO ESTADO DO PARÁ E A
ASSOCIAÇÃO DAS OBRAS SOCIAIS DA PARÓQUIA
NOSSA SENHORA DA SAÚDE.**

A FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, doravante denominada LBA, neste ato representada por ANTONIO AGOSTINHO PINTO DA SILVA, seu Diretor no Estado do Pará, brasileiro, casado, médico, residente à Praça Justo Chermont, nº 86 Aptº 1501, por delegação de seu Presidente, e a ASSOCIAÇÃO DAS OBRAS SOCIAIS DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA SAÚDE, situada à Rua Marechal Rondon, s/n - Juruti, com CGC nº 05.129.150/0001-13, aqui representada por ALFONSO BLUMENFELD, alemão, solteiro, religioso, residente à Rua Marechal Rondon, s/n - Juruti, seu representante legal infra-assinado e neste ato denominada CONTRATADA, celebram o presente Contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:


PRIMEIRA - OBJETO - Constitui objeto do presente contrato a prestação, pela CONTRATADA à LBA, de serviços de execução das atividades assistenciais descritas no documento em anexo, e que, rubricado pelas partes, passa a integrar este ajuste.

SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato, as seguintes:

- a) executar, adequadamente, em todas as suas fases, as atividades descritas no documento referido na Cláusula Primeira e zelar pelo seu fiel cumprimento;
- b) aceitar toda e qualquer orientação técnica que seja indicada pela LBA para o aprimoramento de suas atividades assistenciais, permitindo e facilitando visitas de inspeção de técnicos credenciados pela LBA;
- c) apresentar à LBA, até o dia 5 (cinco) de cada mês, e segundo modelo aprovado por esta, relatório de suas atividades relacionadas com o presente Contrato referentes ao mês imediatamente anterior;
- d) prestar contas rigorosamente na forma exigida pela LBA;
- e) ostentar, em local visível, na entrada principal, placa que poderá ser fornecida pela LBA, alusiva à presente execução de serviços, responsabilizando-se pela conservação da mesma.

Fonte: Arquivo da ACA.

Figura 39 - Primeiro convênio entre a LBA e a paróquia católica - folha 2


Ministério da Previdência e Assistência Social
Fundação Legião Brasileira de Assistência
 Diretoria Estadual do Pará

Dr. Antonio Agostinho P. da Silva
 Diretor Estadual da LBA

TERCEIRA - INSPEÇÃO - A LBA reserva-se o direito de inspecionar a qualquer tempo, por si ou por prepostos devidamente autorizados, a perfeita execução dos serviços ora ajustados, obrigando-se a CONTRATADA a facilitar em tudo esta inspeção, bem como a inspeção que possa vir a ser realizada pelo FUNRURAL ou seus prepostos, colocando à disposição desses elementos todos os meios e recursos necessários à consecução de seus objetivos.

Parágrafo Único - O exercício pela LBA, pelo FUNRURAL ou prepostos da inspeção acima, em nada diminui as responsabilidades da CONTRATADA pela perfeita execução dos serviços ora ajustados.

QUARTA - PREÇOS - Pelos serviços ora ajustados a LBA pagará à CONTRATADA a quantia global de **Cr\$-50.000,00 (CINCOENTA MIL CRUZEIROS) ******* a ser paga nas seguintes parcelas:

- 1a. parcela - no valor de **Cr\$-10.000,00 (DEZ MIL CRUZEIROS)** na data da assinatura deste;
- 2a. parcela - no valor de **Cr\$-10.000,00 (DEZ MIL CRUZEIROS)** no mês de outubro;
- 3a. parcela - no valor de **Cr\$-10.000,00 (DEZ MIL CRUZEIROS)** no mês de novembro;
- 4a. parcela - no valor de **Cr\$-10.000,00 (DEZ MIL CRUZEIROS)** no mês de dezembro;
- 5a. parcela - no valor de **Cr\$-10.000,00 (DEZ MIL CRUZEIROS)** no mês de janeiro.

Parágrafo Único - À exceção da 1a. parcela, as demais serão pagas à CONTRATADA 10 (dez) dias após a apresentação do relatório referido no item "C" da Cláusula Segunda e relativo à execução dos serviços no mês anterior.

QUINTA - RECURSOS - Os pagamentos dos serviços ora ajustados serão feitos com recursos cedidos pelo FUNDO DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL - FUNRURAL, conforme Convênio celebrado entre a LBA e aquela Entidade, em 11/08/77.


SEXTA - PRAZOS - O presente contrato terá vigência por 6 (seis) meses, a partir da data de sua assinatura.

SÉTIMA - RESCISÃO - O presente contrato será passível de rescisão nos seguintes casos:

- a) por inadimplemento por parte da CONTRATADA;

Mod. 2.1.14

Figura 40 - Primeiro convênio entre a LBA e a paróquia católica - folha 3

 Ministério da Previdência e Assistência Social
Fundação Legião Brasileira de Assistência
Diretoria Estadual do Pará

b) por simples decisão da LBA, se esta verificar que a CONTRATADA não satisfazia, na data de sua assinatura, ou posteriormente a essa data, deixou de satisfazer os requisitos estabelecidos nas instruções baixadas pelas autoridades governamentais competentes ou, ainda, possuía ou passou a possuir, em seus órgãos de direção ou de deliberação coletiva, servidor ou representante da LBA e/ou seus cônjuges;

c) por denúncia de qualquer das partes contratantes, mediante comunicação escrita com 30 (trinta) dias, no mínimo, de antecedência.

OITAVA - SUSPENSÃO DE PAGAMENTOS - Fica ajustado que, na ocorrência de qualquer das hipóteses referidas nos itens a, b e c da Cláusula Sétima, a LBA suspenderá, imediatamente, todo e qualquer pagamento à CONTRATADA.

NONA - ENCERRAMENTO DO CONTRATO - O presente Contrato reputa-se resolvido no prazo fixado na Cláusula Sexta, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

DÉCIMA - FORO - Fica eleito como Foro do presente Contrato o da Capital deste Estado, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E por estarem assim justas e de acordo, assinam o presente instrumento, datilografado em 5 (cinco) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Belém (PA), Belém - 3 de outubro de 1977

DR. ANTONIO AGOSTINHO PINTO DA SILVA
DIRETOR ESTADUAL DA LBA

P. P. Frei Benedito Kabinowski
REPRESENTANTE DA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Isa Lucia Nunes Rodrigues

Terezinha Daloz de Sousa

Fazia parte também da estratégia o uso deliberado das associações de bairros e até das CEBs, em que as mulheres que exerceriam as mais variadas funções na relação com as crianças - como babá, pajem, monitoras, cuidadoras - eram recrutadas. Segundo Vieira (2022), por mais que se critique essa forma improvisada, e até mesmo irresponsável de atendimento, ainda assim, para o governo, foi um programa que obteve um bom êxito, principalmente pelas entidades que desenvolveram o projeto com empenho além do que era previsto, pois estas logo perceberam que o atendimento e assessoria por parte do governo era muito limitada e os recursos insuficientes para arcar com todas as despesas do projeto, o que se tornava quase imprescindível a busca de parcerias e de recursos para sanar os problemas constantes de fluxo de caixa.

Assim, não seria correto considerar que antes de 1988 a assistência social no Brasil apenas tinha ações esparsas, filantrópicas etc. O Projeto Casulo apresenta uma estratégia, inspirada na Lei de Segurança Nacional e fundamentada em concepções sobre a criança, a família pobre, as comunidades das periferias urbanas e do campo, para colocar em curso ações de mobilização, constituindo um modelo de relação público-privado na oferta de creches/pré-escola para atingir grandes massas de crianças. Houve mobilização, metas. Houve expansão de atendimento nesse modelo. É possível sugerir que houve uma deliberada política de incitamento para que mulheres, em geral já organizadas em torno das Comunidades Eclesiais de Base – as CEBs e já mobilizadas em torno da demanda social emergente, criassem as creches. Pode-se também considerar que se inaugura uma modalidade de execução de programas públicos, de financiamento público, na área da educação e da assistência da primeira infância que foi bem-sucedida (Vieira, 2022, p. 29).

Outro fator que contribuiu para estigmatização da LBA foi a tradição iniciada por Dercy Vargas de que a função da assistência social era de responsabilidade das primeiras-damas. Assim, foi com ela e seguiu com praticamente todas as mulheres dos presidentes, até chegar à Rosane Collor de Melo e ser conflagrado o escândalo de desvios de recursos para aquisição de leite em pó da fundação pública. Esse modelo de tradição de primeiras-damas acabou passando para os estados da federação e aos municípios, o que, de certa forma, maculou o sentido verdadeiro da assistência. As primeiras-damas dos municípios se apresentavam como cabo eleitorais de seus maridos ao fazerem caridade aos pobres e posarem para a fotografia de campanha, ou seja, o objetivo não era dar dignidade ao ser humano, era lucrar politicamente em cima da miséria alheia, algo que beirava a falta de decência.

Durante décadas, travou-se uma luta de sociólogos e de assistentes sociais para pôr fim a esse modelo de caridade histórica degradante, oriundos dos ranços escravocratas, e substituí-lo por um modelo de gestão assistencial que segue rigorosamente o princípio constitucional da equidade. Ninguém precisa de favores, todo cidadão tem direito a um tratamento digno em caso

de vulnerabilidade, isso é garantido no Art. 14 da Constituição e é na base da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

A freira Brunhilde Henneberger, que coordenou as creches, as pré-escolas e as construções de casas populares, também fazia parte do grupo de apoiadores da assistência social baseada nos princípios constitucionais. Uma parte de sua turma de faculdade de serviço social de 1965, da Universidade de Pernambuco, tornou-se aguerrida em prol do atendimento às pessoas sem passar pelo constrangimento dos aproveitadores políticos. A formação da religiosa em Serviço Social foi determinante na prosperidade dos projetos desenvolvidos no município de Juruti. Seu conhecimento e sua formação permitiram acesso fácil aos programas desenvolvidos pela LBA, e os burocratas da fundação pública compreendiam que seria muito mais vantajoso lidar com a religiosa que entendia do assunto do que com as primeiras-damas que pouco ou nada conheciam da organicidade dos programas. Nesse sentido, Brunhilde conseguiu financiamento para todos os seus projetos, o que gerava irritação de vários prefeitos de Juruti que iam à Brasília tentar reverter os recursos para seus caixas, mas eram impedidos pelos burocratas.

Com habilidade, a freira Brunhilde conseguiu amenizar, em Juruti, os estigmas da caridade e dos favores. Apesar de ser administrado por uma entidade católica, o atendimento à população era rigorosamente democratizado. Nas creches e nas pré-escolas, por exemplo, eram aceitos todos os alunos, independentemente de sua religião ou classe social. Isso era questionado, algumas vezes, pelos supervisores dos projetos que insistiam na prioridade aos mais necessitados, fato que era sempre refutado pelas religiosas que não negavam atendimento educacional a ninguém. A convivência com todas as pessoas é salutar, diziam. Não se podia combater a exclusão com a própria exclusão, esse era o princípio.

O Decreto-Lei 593/69, que transformou a LBA em fundação, foi bastante permissivo para os trabalhos desenvolvidos pelas freiras em Juruti. No Art. 1º do Decreto, abriu-se um leque para ações que englobavam assistência à criança carente, o auxílio às famílias de baixa renda e o amparo aos desempregados para que pudessem prover alternativas de renda. Dessa forma, possibilitou-se fazer convênios em várias áreas, por exemplo, para curso de artesanato, para a construção de casas populares e para manutenção de creches e de pré-escolas. O dinheiro que chegava da LBA não dava para cobrir todas as despesas, mas ajudava bastante. O material para o curso de artesanato, como linhas, tecidos, tintas, teares e máquinas, era adquirido com esse dinheiro. Para as creches, o alimento, o material de limpeza e a manutenção dos prédios eram oriundos desses recursos, inclusive, para as construções de casas populares, uma pequena parte era destinada para a compra de material de construção e outra para pagamento de serviços.

O diferencial das freiras era a participação coletiva e o trabalho voluntário. Com isso, o pouco dinheiro se transformava em várias obras.

Os fiscais da LBA, quando vinham a Juruti avaliar as ações, ficavam impressionados com os resultados dos investimentos, pois o número de atendidos pelo valor repassado era sempre superior em comparação a outros municípios do Pará que eram atendidos com os mesmos projetos. Por vários anos, o atendimento das creches e das pré-escolas de Juruti serviram como modelo de educação infantil para a região e, em uma oportunidade, foi apresentado em seminário de intercâmbio entre Brasil e África.

O trabalho desenvolvido pelas freiras de Maristella em Juruti era uma ilha diante das falhas e da centralidade em que era tratada a assistência social pela burocracia do Estado no país. Um exemplo destoante era a manutenção de creche e de pré-escola. Jogar a responsabilidade educacional das crianças em idade pré-escolar para a fundação era uma atitude cômoda por parte do Estado, porque a assistência social, na maioria dos estados, improvisava um atendimento e pagava baixos salários aos cuidadores dos pequenos. Mesmo que houvesse boa vontade e interesse dos cuidadores em praticar uma abordagem educacional, eles não podiam contar com um setor de planejamento dentro das especificidades que a modalidade exige e, além de tudo, a remuneração dos professores não dispunham dos adicionais próprios da função de educador. Somente com a Constituição de 1988, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, que essa realidade começou a mudar. A partir daí, houve o reconhecimento da educação infantil como etapa inicial da educação básica, podendo, assim, ser tratada com a valorização necessária:

A educação infantil passa a ser vista por um novo ângulo, valorizando-se a criança e a sua cultura, considerando-a ativa e capaz de construir o seu próprio conhecimento. O professor passa a assumir um novo papel, o de mediador entre a criança e o mundo. A família é coparticipante do processo de ensino-aprendizagem. Os conteúdos são desenvolvidos de maneira lúdica, respeitando-se a bagagem cultural de cada um. Foi criado, inclusive, um Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, de maneira a levar a todas as escolas novas propostas pedagógicas diretamente voltadas para a criança tal como ela é (Martins, 2013, p. 1).

Existiam, inclusive, em meio à desorganização, algumas ações que eram específicas de uma área, mas que estavam integradas à assistência, por exemplo, distribuição de próteses corporais, que eram relacionadas à saúde e passavam pelas secretarias de assistência, e que possuíam um caráter filantrópico de caridade. Essa realidade só mudou com o marco revolucionário que foi a promulgação da Constituição de 1988 e, logo em seguida, a criação da

Lei nº 8742/93 (Lei Orgânica de Assistência de Saúde). A LOAS trouxe estabilidade e adequou as ações sociais dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual tem como marca a descentralização da política de assistência.

Várias ações que as freiras franciscanas executavam em Juruti, através de convênio com a LBA, foram alocadas para outros ministérios e secretarias, como: creches e pré-escolas para secretarias e para o Ministério da Educação; construção de casas populares para a Secretaria Nacional de Habitação; fomento para emprego e renda para Ministério do Trabalho e Previdência.

A contradição, nesse caso específico, está na relação das freiras com o Estado nacional. A Congregação de Maristella era contra as atrocidades que o regime civil-militar cometia a seus opositores, no entanto, as freiras, indiretamente, acabaram contribuindo para o bom desempenho do governo na área da assistência e da educação infantil, pois ofertaram um serviço com boa técnica e criatividade em um cenário de baixíssimo investimento e negligência por parte do Estado. Somando ao exemplo das freiras franciscanas em Juruti, há centenas de outros exemplos de bons serviços espalhados pelo país em que já se superavam o aspecto da assistência e investiam esforços em uma abordagem de caráter educacional.

Na ocasião, as atividades executadas eram: assistência ao menor (criança na faixa etária de 2 a 6 anos com escolarização pré-escolar); atendimento às famílias carentes, residentes na comunidade, com aporte de recursos para necessidades básicas através de atividades comunitárias de doação; realização de cursos profissionalizantes (pedreiro, corte e costura, modelagem, artesanato em palha, datilografia, electricista etc.); desenvolvimento do Projeto Casulo, com a construção do berçário no qual ficavam as crianças cujos pais precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar seus filhos, provendo-os com alimentação e ensino; acompanhamento às grávidas mediante formação do Clube das Mães Gestantes; articulação e acompanhamento de adolescentes por meio da criação do Clube de Jovens, também denominado de Projeto Elo, que desenvolvia ações de empoderamento e acompanhamento educacional; fornecimento de alimentação para seiscentas crianças carentes; cultivo de horta comunitária, que ajudava no incremento à alimentação com menor custo; instituição de uma enfermaria para atendimento à comunidade, inclusive, com atendimento médico e odontológico gratuito; apoio à legalização da situação documental das famílias; criação de uma agência de empregos que cadastrava os desempregados para articular uma colocação profissional (Fialho; Queiroz, 2018, p. 4).

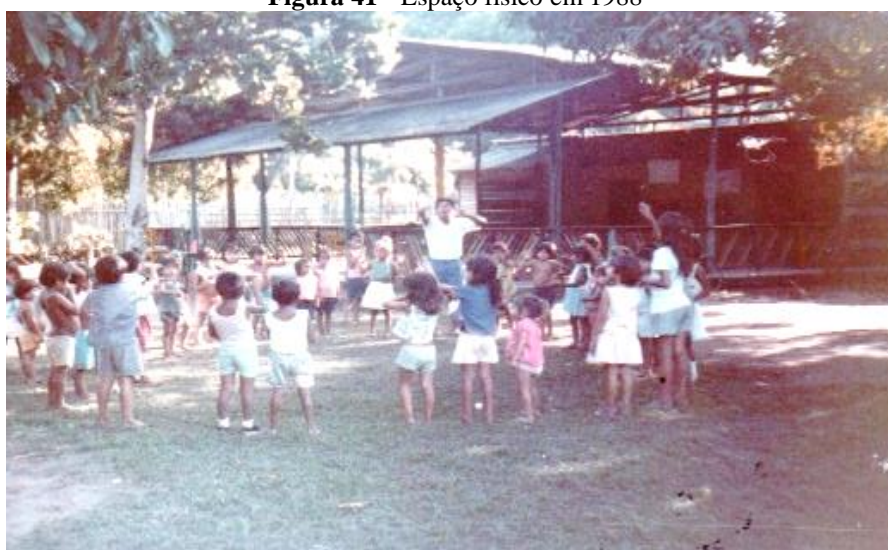
Assim, como apresenta Fialho e Queiroz (2018), a experiência do Projeto Casulo na região nordestina teve maior abrangência devido ao apoio das inúmeras congregações religiosas femininas que atuavam em vários estados e que ajudaram na sua implementação.

Em seguida, trataremos especificamente do ambiente, da formação dos monitores e de toda parte educacional dos casulos em Juruti.

3.4 O ambiente

Segundo o professor Jader Batista a estrutura física dos casulos seguia um mesmo padrão, tanto na zona urbana como na rural. A sala de aula era um espaço aberto, com amplas varandas cobertas para amenizar a entrada da luz solar e da água da chuva. Os parapeitos das salas eram de ripas coloridas, assim como as mesas e os banquinhos. A intenção pedagógica era instruir as crianças sobre as cores básicas. O quintal era arborizado, gramado e com caixas de areia, onde a criança teria o máximo de contato com a natureza, podendo correr e até cair ao chão sem se machucar devido ao amortecimento do impacto pela grama ou pela areia. Todas as unidades possuíam parquinhos rústicos em madeira. Nas comunidades rurais, os rios e igarapés faziam parte das atividades extraclasse do casulo.

Figura 41 - Espaço físico em 1988



Fonte: Arquivo fotográfico e digital da ACA.

O espaço físico, na filosofia do casulo (figura 41), precisava inspirar o senso de liberdade na criança. Estar na sala de aula ouvindo o instrutor ou uma música e, ao mesmo tempo, poder ouvir e enxergar um pássaro ou apreciar o ruído do vento e da chuva era entendido como algo precioso, desde que fosse estimulado pelo educador. Para Vygotsky (1991), o conceito de desenvolvimento é distinto nas crianças, cada uma tem o seu próprio ritmo, por isso, a necessidade de alguém que a ajude nessa aproximação. Assim, em sua subjetividade, o pequeno é levado a perceber que o seu desenvolvimento depende da interação com seu meio social que ora pode ser com seu professor ou mesmo com seu colega que já domina as técnicas daquele tipo de aprendizagem, ora pode ser estimulada a compartilhar o que já aprendeu.

A raiz das restrições situacionais sobre uma criança situa-se no aspecto principal da consciência característica da primeira infância: a união de motivações e percepção. Nesta idade, a percepção não é, em geral, um aspecto independente, mas, ao contrário, é um aspecto integrado de uma reação motora. Toda a percepção é um estímulo para a atividade. Uma vez que uma situação é comunicada psicologicamente através da percepção, e desde que a percepção não está separada da atividade motivacional e motora, é compreensível que a criança, com sua consciência estruturada dessa maneira, seja restringida pela situação na qual ela se encontra (Vygotsky, 1991, p. 64-65).

Segundo Jader Batista, por mais simples que fossem a estrutura física das salas, o espaço era seguro, aconchegante, prazeroso, preparado e organizado para receber os pequenos. Isso configurava o primeiro passo rumo à aprendizagem. Significava também que cada centímetro do local deveria ser pensado na segurança deles e na possibilidade de desenvolvimento. Por exemplo: a maioria dos 22 casulos tinham proximidade com rios e igarapés, então, antes das crianças chegarem, era obrigatório ser feito a vistoria no terreno e no barracão à procura de animais peçonhentos para evitar acidentes.

Apesar de aconchegante e todo o esforço para fazer o ambiente agradável, o barracão por si só era um espaço provisório. Havia inúmeras falhas na estrutura dos prédios que precisavam ser corrigidas ao longo do tempo. A primeira delas era a madeira. A estrutura do prédio era construída em madeira de lei, que, apesar da boa resistência, tem um período que começa a saturar. Outro problema era a telha em amianto. Embora as salas fossem completamente abertas, propiciando a entrada do vento, em certa hora do dia, principalmente à tarde, o amianto potencializava o calor dentro do ambiente. Essa é uma das razões que, em boa parte das fotografias, as crianças, nos casulos, estão sem as camisas, o que era devidamente permitido (figura 40). Hoje, com as novas regras, as crianças precisam estar vestidas, mas a entidade providenciou modelos de regatas arejadas. Outra característica que contribuía para amenizar o calor era as sombras das árvores cultivadas no terreno dos casulos, como bem mostra a figura 42.

Figura 42 - Crianças à sombra das árvores no Casulo Ingrácia



Fonte: Arquivo fotográfico da ACA.

Sempre, quando a freira Brunhilde era questionada sobre a perenidade dos prédios, ela respondia com confiança que, quando os trabalhadores conquistassem a prefeitura, iriam logo substituir as estruturas de madeira por alvenaria. Eles passaram 16 anos à frente da administração da prefeitura, mas não realizaram o desejo da freira. Quase todos os casulos estão funcionando com a velha estrutura em madeira (figura 43). Apenas o Casulo João e Maria foi construído com a base estrutural em alvenaria.

Figura 43 - Casulo da comunidade Terra Preta do Salé em 2021



Fonte: Acervo digital de Jader Batista.

Outro pilar importante era a proibição de improvisos. Todas as atividades deveriam ser realizadas dentro de uma estratégia de aprendizagem, inclusive o espaço para mudança de planejamento quando algo impedisse a execução de uma atividade planejada, por exemplo, a alteração do tempo em uma atividade ao ar livre. Se a criança estava jogando bola, aquela

atividade deveria estar devidamente programada com todos os objetivos, até mesmo, antes de cada atividade esportiva, deveria ser esclarecido o motivo da brincadeira e todas as suas regrinhas.

O professor(a) de educação infantil (que na década de 1970 e 1980 se chamava monitor) tinha sempre que estar atento ao espaço físico do terreno e cuidar para a participação de todos. Os esportes coletivos e ao ar livre eram importantes por vários aspectos: fortalecia a musculatura das crianças, contribuindo para seu crescimento; contribuía para o aprendizado sobre senso de direção (meio, esquerda, direita, fundo, laterais); levava a criança a entender que no jogo há regras, assim como na sua vida; e, principalmente, ajudava a compreender que o esforço e a superação no esporte são muito prazerosos quando há também a cooperação coletiva, algo que será fundamental para sua existência, como relata Alfandéry, ao refletir Henri Wallon:

Dependendo das brincadeiras ou dos trabalhos, suas preferências mudarão. Há por certos amigos habituais, mas todos os seus intercâmbios se remetem a seus empreendimentos comuns. Estão unidos como o estão os colaboradores ou os cúmplices nos mesmos afazeres, nos mesmos projetos. A emulação na realização de um trabalho é o meio que têm de se avaliarem uns aos outros. O campo de suas rivalidades é o de suas ocupações. Disso resulta uma diversidade de relações de todos com todos, da qual cada um tira a noção de sua própria diversidade conforme as circunstâncias e, ao mesmo tempo, de sua unidade através da diversidade das situações (Alfandéry, 2010, p. 101).

Para o monitor(a) de educação infantil chegar ao entendimento das dimensões educacionais relacionadas à primeira infância, era preciso intenso treinamento, até porque poucos contavam com o nível do magistério e, mesmo os que tinham esse nível de escolaridade, precisavam de treinamento devido às falhas na formação. Para isso, contava-se com a contribuição da LBA e, também, com oficinas e com centenas de reuniões de ajuda mútua entre esses educadores.

3.5 Formação dos monitores

Pelo menos uma vez por ano, a LBA ofertava um treinamento³⁰ para os monitores na cidade de Santarém (figura 42). Eram, no mínimo, dez dias de intenso treinamento, em que se aprendia as práticas diárias de tratamento com as crianças, como atividades recreativas e

³⁰Treinamento era o termo utilizado na época para designar a formação ou cursos de educação infantil, conforme expresso no documento da LBA (figura 44).

cantos. Apesar do curso ser proveitoso, era um sacrifício do ponto de vista financeiro, pois as despesas eram altas com passagens e hospedagem na cidade de Santarém.

Para resolver o problema dos gastos em Santarém, a própria coordenação do Casulo em Juruti começou a promover oficinas intensivas para os monitores(as), em que os mais experientes compartilhavam aprendizagens com os mais novos.

Figura 44 - Ofício da LBA, de 18.01.1978, informando sobre treinamento de orientadores de recreação em Santarém



Fonte: Arquivo da Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti (acervo digital do pesquisador).

Figura 45 - Treinamento de monitores

Fonte: Arquivo fotográfico e digital da ACA.

Segundo Graça Lima o monitor(a) de educação infantil do casulo tinha uma extensa agenda a ser cumprida durante o ano. Sua missão era centrada no desenvolvimento da criança e, para isso, anualmente passava por uma série de treinamentos envolvendo jogos, confecção de brinquedos, oficinas de teatro e de dança, técnicas para contar histórias e formação cidadã (figura 45). Na programação anual, a cada mês, era mudado o tema gerador a ser trabalhado com os alunos. Por exemplo, o mês de maio era dedicado às mães, junho às festas, os outros meses poderiam ser destinados a tratar sobre as profissões de seus pais e de suas mães, e os demais temas seriam abordados conforme a necessidade de cada comunidade.

O monitor tinha função de estimular na criança a compreensão e reflexão para realidade de seu mundo, como: o ano é composto por meses, semanas, dias, horas, minutos e segundos; nesse tempo, mudam as estações que chove mais ou menos; seus pais e mães exerciam várias atividades importantes para a sociedade, no trabalho, na igreja ou no sindicato; as brincadeiras, os contos e o teatro as levavam a perceber sobre o justo e o injusto, ou o bem e o mal. O tema gerador era o suporte básico do monitor(a) para afirmação de sua dignidade e da criança. A inspiração metodológica dessa prática estava contida nos ensinamentos do educador Paulo Freire.

Ainda que esta postura – a de uma dúvida crítica – seja legítima, nos parece que a constatação do “tema gerador”, como uma concretização, é algo a que chegamos através, não só da própria experiência existencial, mas também de uma reflexão crítica sobre as relações homens-mundo e homens-homens, implícitas nas primeiras. Detenhamo-nos neste ponto. Mesmo que possa parecer um lugar-comum, nunca será demasiado falar em torno dos homens como os únicos seres, entre os “inconclusos”, capazes de ter, não apenas sua própria atividade, mas a si mesmos, como objeto de

sua consciência, o que os distingue do animal, incapaz de separar-se de sua atividade (Freire, 1987, p. 56).

Para o Casulo, o tema gerador era parte integrante do planejamento do monitor. Um planejamento de ensino pensado a partir das vivências dos alunos e das condições do educador serve como efetivo instrumento de melhoria qualitativa do trabalho do professor em todos os níveis de atuação. Na educação infantil, deve-se pensar que não se pode desconsiderar o saber da criança, sua vida social e afetiva. Considerar o ser humano, trabalhar a criticidade, a preservação e a solidariedade, tendo a criança como agente ativo do processo, superando essa ideia que muitos professores insistem e acreditam que devem preparar pequenos para o ensino fundamental, ensinando-os a ler, a escrever e a contar, sem lembrar que eles são biológicos, sociais, intelectuais e emocionais (Kramer, 1995, p. 80). Esse é o principal objetivo do planejamento voltado para a criança da pré-escola. Além de ser uma ação pedagógica essencial, deve-se trabalhar para que seja superada a concepção mecânica e burocrática que se adotou no decorrer dos anos, situação criada pela própria escola que visa quase sempre ao feito e não ao efeito, ou seja, o trabalho pronto em detrimento da criatividade da criança. Além disso, estimular na criança e no grupo o sentido da solidariedade: a educação ética é um dos princípios norteadores da educação infantil. Refletir sobre a valorização da solidariedade, do respeito ao bem comum, das diferenças culturais e de identidades, estimulando desde cedo a percepção de sua importância e do outro para a plena vivência em sociedade (Duarte; Barbosa, 2019, p. 4).

Mesmo com tantos atributos para desempenhar, os professores de educação infantil eram pouco valorizados economicamente pelas secretarias de assistência social. Diante de tanta cobrança e trabalho árduo no trato com a criança, seria justo que fossem reconhecidos e remunerados dignamente. Somente com o advento da LDB 9394/96, no Art. 9º, parágrafo IV, que inclui a modalidade como dever do Estado, e com a criação do Fundeb, Lei nº 11.494, que foi possível o pagamento aos profissionais da educação infantil, via Ministério da Educação. Eles são contratados pelos municípios, de acordo com o regime de colaboração e descentralização da educação. Isso contribuiu para o avanço da educação infantil.

3.6 Atividades educacionais

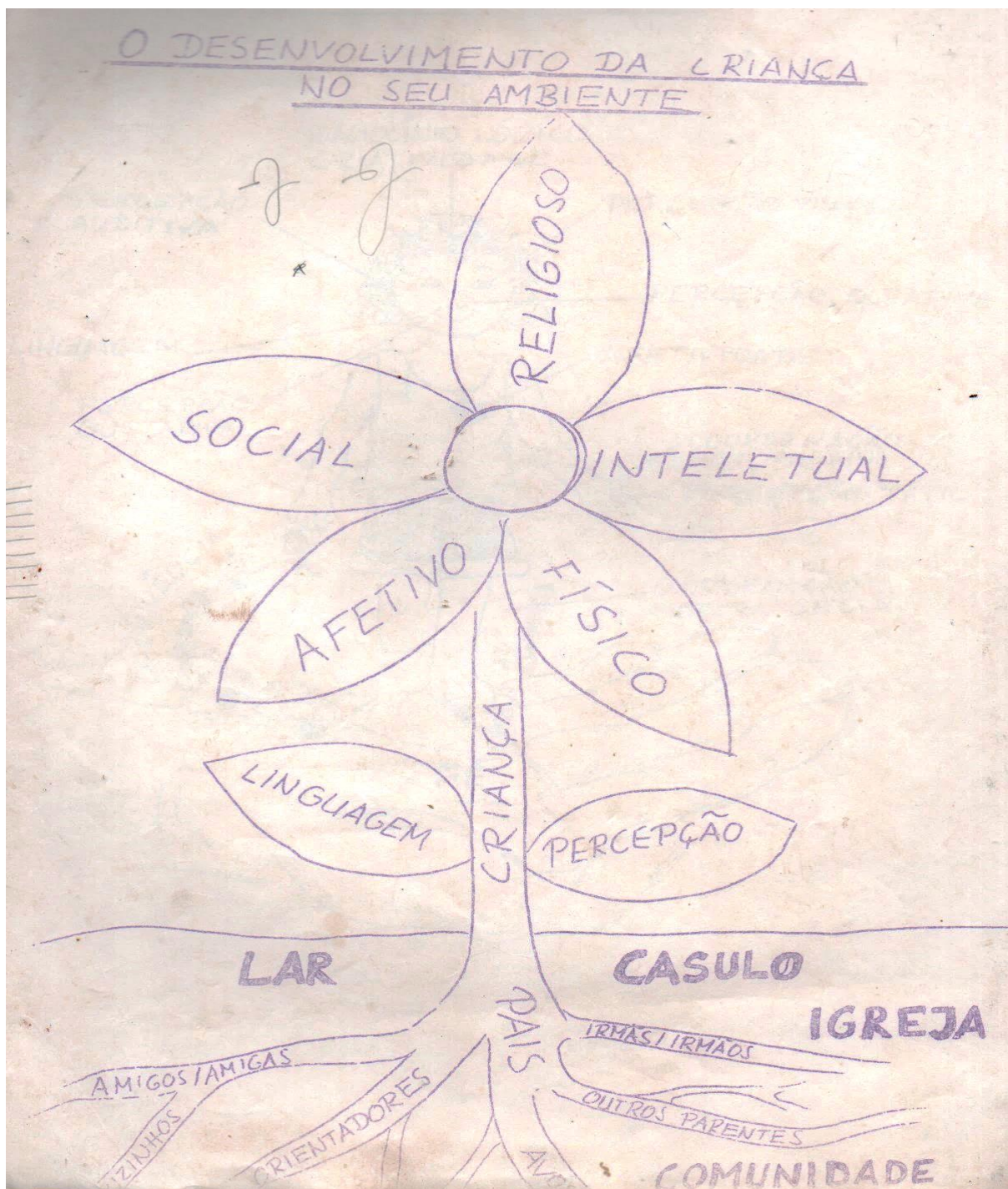
Mesmo seguindo um planejamento diferenciado do que era proposto pela LBA, o Casulo nunca deixou de adotar as orientações encaminhadas pela entidade federal. Havia sempre a preocupação com a saúde da criança e a parte da higiene corporal era, também,

priorizada. No banho coletivo, por exemplo, havia o tratamento de piolhos, limpeza das unhas, verificação do peso. Na reunião com os pais, era sempre enfatizada a necessidade da higiene ou a busca por tratamento de algo observado nas crianças, como cárie, micoses e demais doenças parasitárias. Contudo, a ênfase dos trabalhos estava em demonstrar para os pequenos que a atividade envolvendo o desenvolvimento dos sentidos, da afetividade e da linguagem poderiam ser divertidas e prazerosas. Cerutti e Rizatti (2020) enfatizam que as crianças vão compreendendo o seu universo cultural através da linguagem e nada mais prazeroso do que entender essa realidade através das atividades lúdicas.

Tendo presente que o período de desenvolvimento humano correspondente à Educação Infantil tem “o brincar” como principal forma de a criança operar com o mundo, o educador infantil precisa organizar esse brincar, de modo intencional e sistemático, em favor do desenvolvimento linguístico da criança, o que significa compreender a aquisição da fala como apropriação das formas de organização da cultura humana. Para isso, é preciso criar atividades lúdicas (Cerutti; Rizatti, 2020, p. 5).

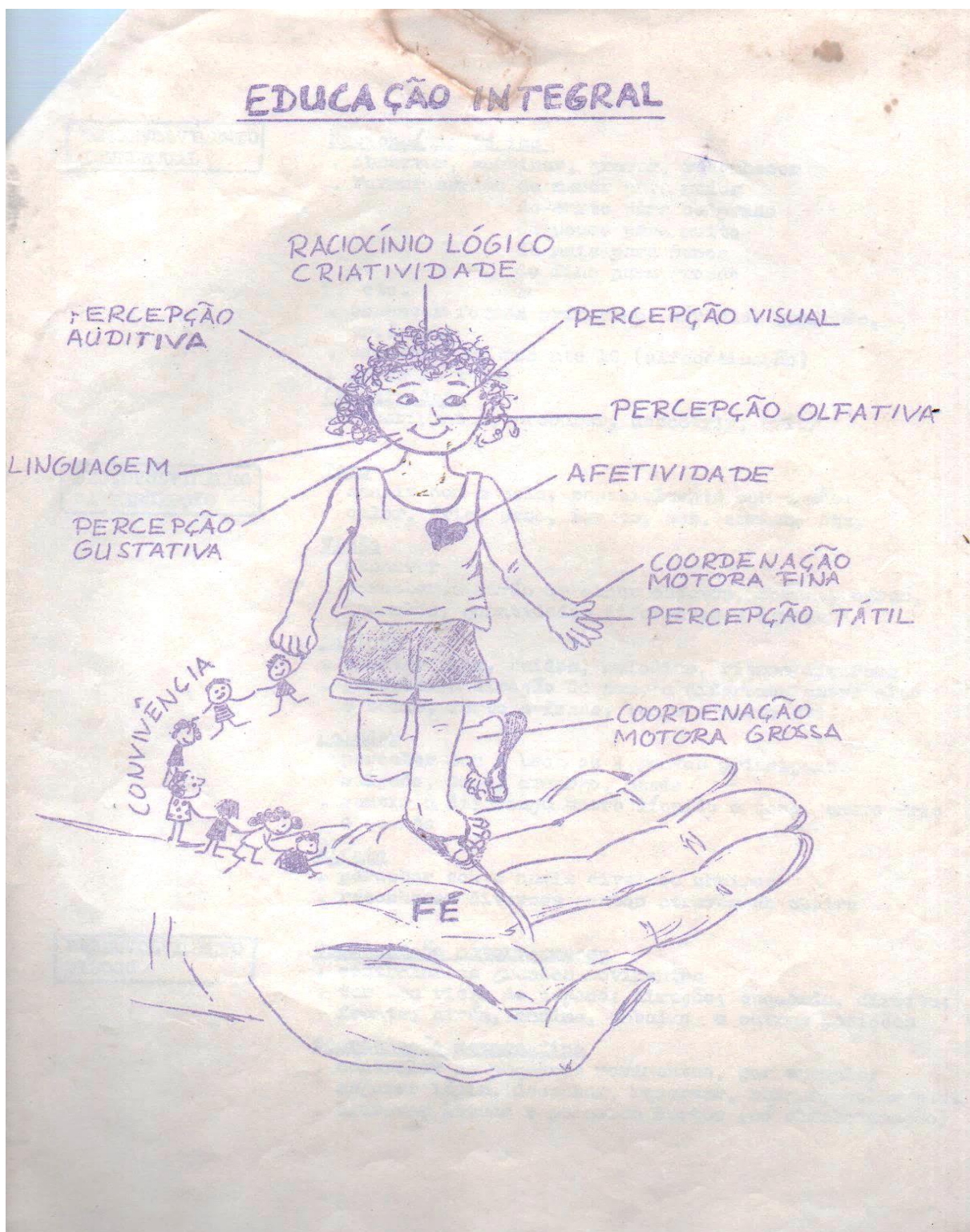
Em análise das falas dos antigos professores(as) a forma como eram desenvolvidas as atividades expressavam as mais diversas correntes pedagógicas. A preocupação central com o desenvolvimento da criança aproxima-se das ideias de Friedrich Froebel, que entendia a pré-escola como um lugar onde a criança deveria aprender os fundamentos importantes da vida, os elementos essenciais da verdade, da justiça, da personalidade livre, da responsabilidade, da iniciativa, das relações causais e de outras semelhantes, não rigidamente sendo instruída pelo professor na sala de aula, mas, vivendo-as (Kendzierski, 2012); Maria Montessori, com os jogos lógicos em madeira e toda a sistemática de anotações sobre o desenvolvimento de cada criança; Piaget e o desenvolvimento físico e intelectual através da construção do conhecimento por assimilação e acomodação, e contava-se, para isso, com intenso estímulo visual e atividades práticas (Moreira, 1999); Vygotsky (1991) e a fundamental integração da criança ao seu meio cultural, por isso, no planejamento do Casulo, deveriam ser acomodadas as festas, as celebrações, os movimentos e os compromissos da comunidade. Juntam-se as ideias desses pensadores para formar o “Kindergarten” (“Jardim da Infância”).

Figura 46 - Cartilha mimeografada utilizada para explicar o desenvolvimento integral da criança – P.1



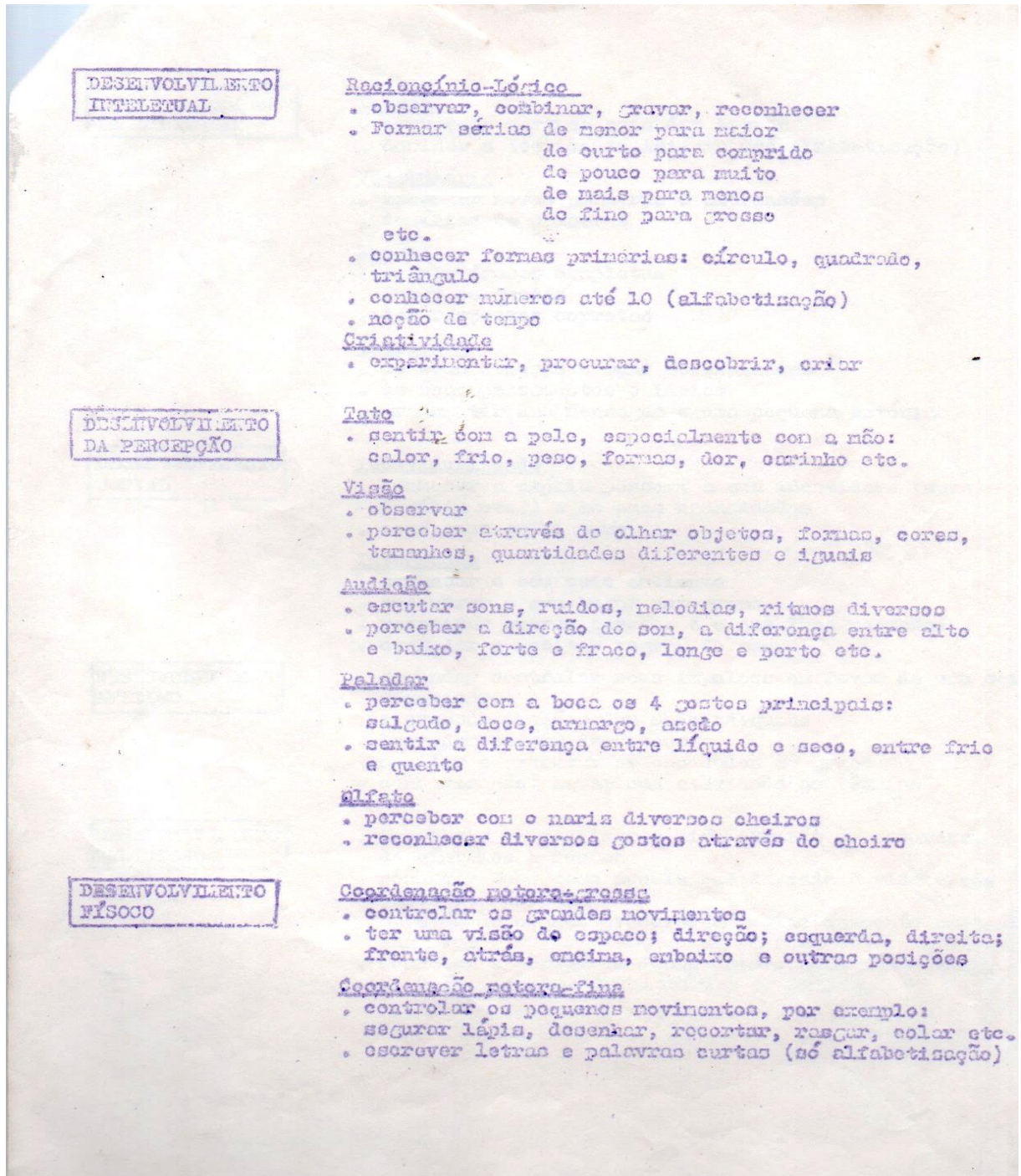
Fonte: Arquivo da Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti.

Figura 47 - Cartilha mimeografada utilizada para explicar o desenvolvimento integral da criança – P.2



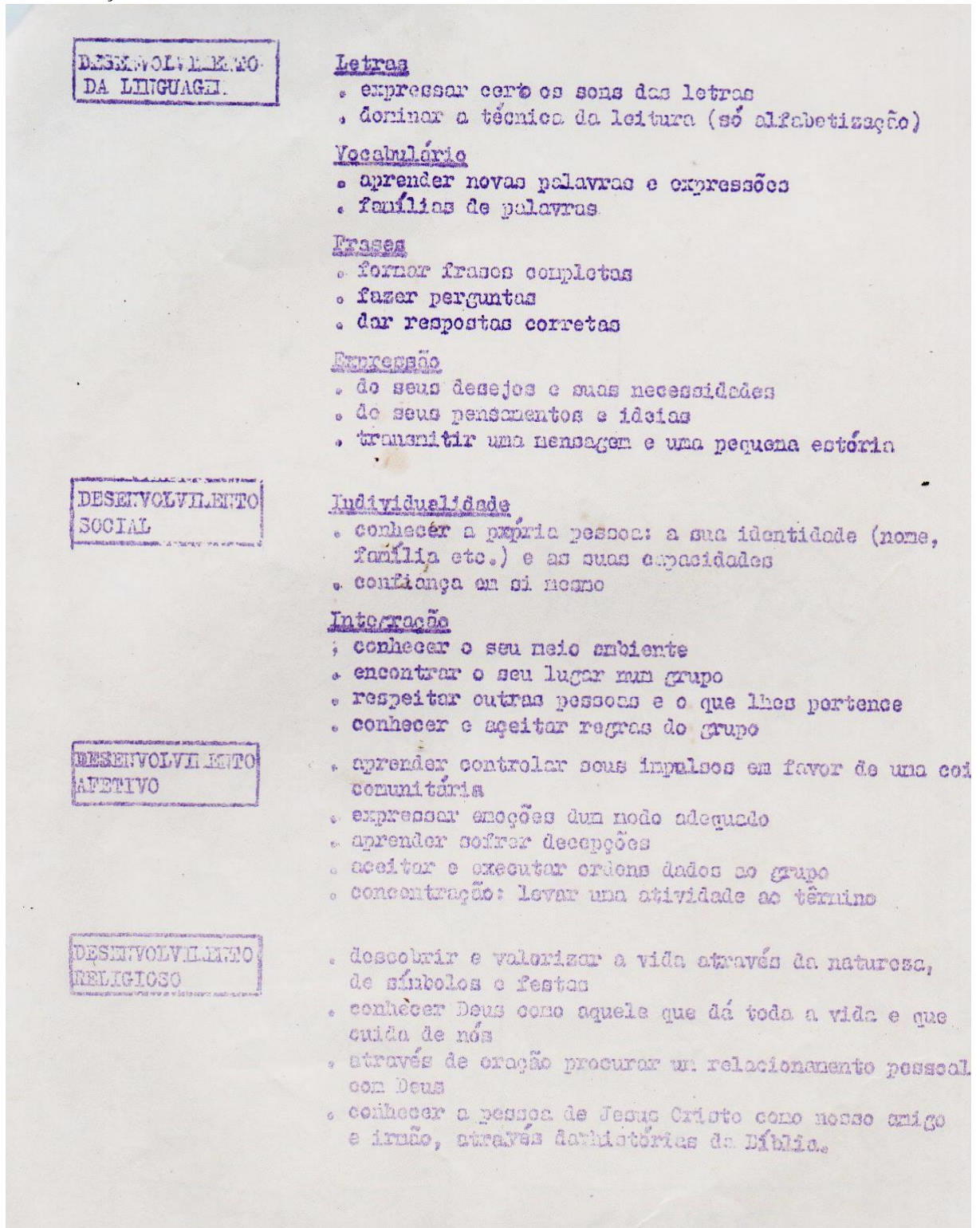
Fonte: Arquivo da Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti.

Figura 48 - Cartilha mimeografada utilizada para explicar o desenvolvimento integral da criança com descrição ao lado - P.3



Fonte: Arquivo da Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti.

Figura 49 - Cartilha mimeografada utilizada para explicar o desenvolvimento integral da criança com descrição ao lado - P.4



Fonte: Arquivo da Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti.

As figuras 46 a 49 representam o ponto central da filosofia do Casulo. Essa cartilha de 4 páginas foi extensamente divulgada ao longo de toda existência do projeto tanto nas reuniões com os pais e mães quanto nas formações com os professores. primeira página, baseada na ideia de jardim de infância, possuía como título “O Desenvolvimento da Criança em Seu Ambiente” e era explicitada da seguinte maneira: a criança era como uma planta que, para crescer viçosa, era preciso ter uma base forte ou bem “adubada”, essa base era composta pela família, amigos, vizinhos, orientadores (monitores), comunidade e igreja, assim, o pequeno desenvolvia plenamente a linguagem, a percepção, os aspectos afetivo, físico, intelectual, social e religioso.

Observa-se que há uma preponderância do aspecto religioso tanto na base quanto no topo da planta. Como a entidade mantenedora era a Igreja Católica, havia sempre a ênfase religiosa nas diretrizes educacionais desde o início do projeto. Apesar da aceitação de todas as crenças no Casulo, esse aspecto religioso era controverso devido à laicidade expressa da Constituição de 1988, em que o Art. 19, veda subvenções à entidade religiosa. Segundo Silva (2019), com o advento de normativas impulsionadas por forte apelo social, há a tendência de superação de uma base moral ligada à religiosidade para uma dimensão alicerçada na racionalidade e no respeito à pluralidade.

A figura 47, tem como título “A Educação Integral” e continua enfatizando o aspecto religioso como base do desenvolvimento do ser humano e mais outros aspectos: a convivência com os colegas e, para isso, estimulavam-se atividades que envolvessem cooperação, como jogos e gincanas; desenvolvimento da coordenação motora grossa em que se envolviam atividades pesadas, como correr, pular, dançar, fazer força com braços e pernas (cabo de guerra, por exemplo); coordenação motora fina e percepção tátil, que exigia movimento mais refinado das mãos, como fazer esculturas de barro, desenhar, pintar, colar, criar arte; afetividade, saber a importância de cuidar do outro, respeitá-lo, abraçá-lo, amá-lo; percepção olfativa, que significava distinguir os diversos odores; percepção visual, a qual denotava compreender a visão geral, lateral, profunda, as cores, o belo, o feio; percepção gustativa, ou seja, saber distinguir os sabores amargo, doce, azedo, salgado; a linguagem, saber expressar-se verbalmente e corporalmente; saber ouvir, falar e escutar; e raciocínio lógico, que significava levar a criança a desenvolver a complexa arte de pensar, conforme sugere Alfandéry inspirado por Henri Wallon.

O efeito sensorial de um movimento que o incita a se renovar logo se liga tão estreitamente a ele que o levará a se efetuar mesmo sem ter sido inicialmente produzido por ele. Com a iniciativa passando para a sensação, o aparelho motor se

torna capaz de repercutir impressões sonoras ou visuais de origem indeterminada, desde que elas lhe sejam familiares. Mas a única ligação que existe é entre elementos particulares nas duas séries, motora e sensorial (Alfandéry, 2010, p. 84).

Nas figuras 48 e 49, são detalhados os aspectos do desenvolvimento integral da criança, como:

- Raciocínio lógico: observar, combinar, gravar e reconhecer;
- Formar séries: do menor para o maior; do curto para o comprido; do pouco para o muito; do mais para o menos; do fino para o grosso;
- Conhecer as formas geométricas primárias: círculo, quadrado e triângulo;
- Aprofundamento dos cinco sentidos: calor, frio, peso, formas, dor, carinho, sons, ruídos, ritmos, alto, baixo, longe, perto, seco, úmido, cheiroso, fedido, dentre outros.

No item integração social, a criança é estimulada pelos adultos que a rodeiam a compreender e saber controlar seus impulsos em favor de algo que seja coletivo, expressar emoções de um modo adequado, ter iniciativa, concluir as atividades e criar o senso de responsabilidade.

Até 2006, o Casulo, antes da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que ampliou o ensino fundamental para 9 anos, trabalhava também com alfabetização e tinha como base pedagógica o método de iniciação à leitura, o qual, basicamente, consistia no aprofundamento de temas geradores. Se o tema geral fosse o esporte, por exemplo, então, fazia-se uma competição envolvendo uma bola, mas antes, dialogava-se sobre a importância do jogo, do esporte, de suas regras e, depois, tratar-se-ia especificamente sobre a bola. Depois de falar da bola, esmiuça-se-ria a palavra bola, suas letras e seus fonemas. Apreendido o conceito de bola, partia-se para outras palavras com o mesmo fonema e letra, como bolo, bobo, bala, baba, lobo, e pequenas sentenças: o lobo baba; a boa bola; a loba boba. Isso tudo apenas com os fonemas aprendido em bola. Assim, era possível fazer com todos os temas geradores, levando sempre em consideração os aspectos sociais e políticos subentendidos na atividade.

Ao elegermos a prática alfabetizadora, partimos da compreensão de que ela é produzida intencionalmente em um contexto situado no tempo e no espaço e, por isso, recebe interferências externas e internas. Nesse sentido, essa prática é compreendida na dimensão de uma prática social, a qual abrange de modo mais amplo processos formativos que englobam aspectos políticos, culturais, sociais e históricos (Cartaxo; Scos, 2021, p. 3).

Desse modo, a criança perceberia que os sons, os vocábulos e as sentenças estavam intrinsecamente ligados à sua realidade, facilitando a aprendizagem. Dessa forma, superava-se

o conceito de alfabetização do antigo modo de silabação, desligada da realidade da criança. Literalmente, o pequeno aprendia brincando. Essa técnica, para ser executada, demandava intenso treinamento do monitor, paciência e repetição, pois nem todas as crianças possuíam o mesmo ritmo de aprendizagem.

Outro aspecto importante, ligado também à aprendizagem, era a produção do próprio alimento nos terrenos do Casulo. Durante muito tempo, os funcionários, com os pais intercalando-os, cultivaram plantações e criação de animais nesses locais. Era importante por várias razões: contribuía para enriquecer a alimentação das crianças; fortalecia os laços com os pais e as mães; a criança percebia que seus pais valorizavam sua escola e, além do mais, os próprios pequenos ajudavam no cultivo das plantações através de tarefas simples, como plantar as sementes ou regar as plantas. A entidade adquiria regadores de meio litro e toda manhã ou pela parte da tarde as crianças regavam as plantas, não somente as hortaliças, mas também as plantas ornamentais. Era um momento de riqueza na aprendizagem, principalmente quando o assunto era os seres vivos (animais e vegetais).

3.6.1 A cultura alemã presente nos casulos de Juruti

Segundo Kreutz (2010), a afirmação identitária é característica educacional específica dos emigrantes alemães que começam a chegar ao Sul do Brasil, a partir de meados do século XIX. Para reproduzir suas origens germânicas, construíram dezenas de escolas em núcleos com identidade étnica dos bávaros. Com advento das guerras mundiais e proliferação de ideias nazistas, o governo brasileiro, a partir dos anos de 1930, aumentou a fiscalização e, através do Decreto 408/38, iniciou um processo de nacionalização dessas escolas. Antes das investidas do governo brasileiro, essas escolas seguiam as diretrizes de organizações de professores de origem alemã que contavam com a contribuição logística das igrejas Católica e Luterana, inclusive com a produção de jornal e publicação de farto material didático e literário na língua dos imigrantes. Ressalta-se que não eram somente alemães, também usufruíam dessas publicações os descendentes de poloneses, italianos e demais agrupamentos étnicos vindos da Europa.

Em Juruti, não havia uma comunidade germânica ao modelo da região Sul do Brasil, baseado em famílias de imigrantes, mas algumas características relacionadas à educação se assemelham a esses núcleos devido à relevância e ao impacto dos serviços desenvolvidos pelas freiras de origem germânica no município. Destacam-se, a seguir, alguns pontos relacionados

a cultura germânica presentes nos trabalhos educacionais desenvolvidos pelas freiras franciscanas.

O primeiro ponto é educação infantil em si. Se até os dias atuais a esfera pública pouco se esforça em ampliar o atendimento nessa modalidade, mesmo com os avanços na legislação, quando as freiras chegaram, era praticamente inexistente a realidade desse nível educacional na Amazônia, principalmente nas regiões distante dos centros urbanos. Já na Europa, essa realidade era bem diferente. Segundo Andrade (2010), os primeiros registros de educação voltada para a criança de 3 a 6 anos se dá na cidade de Oberlin, na França, em 1769, mas a criação de uma escola com exclusividade para o atendimento infantil vai-se dar na Alemanha, em 1840, por Froebel:

O jardim de infância foi criado em 1840 na Alemanha por Froebel, para o atendimento das crianças de 3 a 7 anos, e contrapõe-se às demais instituições por ser detentor exclusivo de uma proposta pedagógica que visava à educação integral da infância e defendia um currículo centrado na criança. O jogo e as atividades de cooperação delinearão os objetivos das propostas pedagógicas. Apesar de sofrer represálias do regime reacionário prussiano, essa instituição propagou-se intensamente pela Europa a partir de 1870 (Andrade, 2010, p. 130).

Desse modo, quando as freiras nasceram na Alemanha, a modalidade educacional para a primeira infância já estava consolidada e, além do mais, ingressaram em uma congregação religiosa que oferecia educação elementar aos filhos dos operários na Alemanha. E as professoras de educação infantil nas escolas da congregação internalizaram o encantamento pelo desenvolvimento da criança através das técnicas elaboradas pelos grandes teóricos da educação infantil.

Ao chegarem no Brasil, logo perceberam que a realidade da educação elementar para os mais pobres era muito deficiente e a educação infantil era praticamente inexistente. E, ao chegar na Amazônia na década de 1970, onde as políticas públicas eram também muito deficitárias, resolveram, por conta própria, colocar em prática aquilo que aprenderam na Alemanha. Segundo Bezerra (2001), que pesquisou a imigração alemã na cidade paulista de Limeira, no início do século XX, o núcleo de imigração estava baseado em preservação da identidade, religiosidade e educação. Assim que chegavam, logo construíam a igreja (fosse protestante ou católica) e a escola. E, de acordo com Kreutz (2010), essas escolas acabavam fazendo parte da rede de escolas que partilhavam a linha pedagógica e os elementos da literatura e demais aspectos da cultura alemã.

De qualquer modo, as freiras, nas primeiras décadas em Juruti, seguiram o modelo educacional que aprenderam na Alemanha, e isso se justifica pela falta de uma proposta pedagógica convincente apresentada pelos técnicos da LBA. O entendimento que se tinha, até aquele momento no Brasil, era que os pais e mães precisavam de tempo para trabalhar e a criança precisava ficar em algum lugar enquanto ocupavam os postos das fábricas ou em qualquer laboro, e as freiras entendiam que o foco não deveria ser os pais e mães, e sim a criança que precisava de espaço onde pudesse ser respeitada e educada conforme suas especificidades. Esse conceito sobre educação, não aprenderam aqui no Brasil, elas trouxeram consigo da Alemanha.

A segunda característica que evidencia traços da cultura europeia era a rigorosa organização. Por mais que escola fosse um ambiente simples, construído em madeira, piso de cimento, a organização, limpeza, planejamento didático tinham que estar impecáveis. Os cadernos onde os professores anotavam suas atividades tinham que estar alinhados, limpos, sem rasuras. O quarto dos materiais deveriam estar organizados, com carrinhos para um lado, bonecas para outro, outros materiais didáticos bem arrumados. A freira Brunhilde não suportava desorganização. O principal lema era “usou, organizou, limpou, guardou”. Como, por décadas, não havia auxiliares, as próprias crianças eram instruídas a ajudar o professor a organizar o ambiente para a próxima atividade. Se a sala estava repleta de brinquedos e revistas antes do almoço, as crianças já sabiam que só iriam almoçar se a sala estivesse limpa e todos sabiam onde colocar cada objeto. A função do professor era sempre cuidar para que não houvesse bagunça. Para a freira Brunhilde, a organização fazia parte do aprendizado da criança para seu futuro.

Segundo Kreutz (2000), há um traço nas comunidades de origem alemã relacionado ao princípio organizativo, característico daquilo que já desenvolviam em sua terra natal, como: cooperativismo, imprensa estabelecidas nas paróquias (jornais), sindicatos, organizações patronais, hospitais, escolas e formação de professores. Essa estrutura básica, fundamental para o desenvolvimento nas pequenas comunidades, acabou contribuindo para o desenvolvimento das regiões onde foram estabelecidas e, por conseguinte, essa característica era desenvolvida desde a pré-escola.

Essa organização era fundamental, segundo a freira Brunhilde, para a desenvolvimento da criança. O planejamento anual dos casulos em Juruti consistia no desenvolvimento de etapas tendo como fundamento o início, meio e fim. A cada mês, por exemplo, era trabalhado uma temática global. O mês de maio era dedicado a temática das mulheres em virtude do mês das mães e no calendário católico se comemora o mês da divindade Santa Maria. Então, no decorrer

do mês, eram explorados subtemas, como: mulheres trabalhadoras, a maternidade, as mulheres no esporte, a importância da mulher na comunidade, a associação de mulheres e assim por diante. Antes de terminar o mês, a escola já se preparava para o mês seguinte, geralmente, junho era dedicado às quadrilhas, trovas, comidas típicas, isso quando a comunidade não celebrava a festa do santo, pois, nesse caso, a temática se voltava para as celebrações religiosas. A freira Brunhilde considerava que, fazendo essas marcações pontuais de dia, mês e ano, a criança já ia desenvolvendo a noção de espaço e tempo. Durante a semana, as atividades eram diversificadas, contudo havia uma rotina de aprendizagem que levava em conta o desenvolvimento de cada aluno.

Observava-se que os aspectos da organização, planejamento e elementos pedagógicos eram bem avançados para época em que desenvolveram as atividades em Juruti e, nesse período, não havia diretriz do poder público a qual se assemelhasse com que desenvolviam no município. Somente depois da Constituição de 1988 e da promulgação da LDB 9394/96, que a educação infantil ganhou mais visibilidade e melhorou o atendimento, mesmo assim, até aos dias atuais, ainda está distante daquilo que seria o ideal. Então, as freiras, sem uma diretriz consistente do sistema educacional brasileiro na década de 1970, quando começaram a atuar na Amazônia, tiveram que seguir aquilo que tinham aprendido na Alemanha, onde, desde o século XIX, já havia uma clara definição sobre o atendimento à educação infantil.

O terceiro aspecto germânico expresso nos serviços das freiras era, talvez, o mais doloroso para quem conviveu com elas: a correção sem meias palavras. Há um traço na cultura brasileira que, de certo modo, tenta amenizar a dureza das expressões utilizando-se, para isso, os eufemismos. Conforme Schwarcz (2015), esses traços da cultura brasileira são mais perversos do que parecem e remetem ao período da escravidão e prosseguem após a promulgação da Lei Áurea. Para falar das qualidades dos escravos e escravas nas negociações, dizia-se que era boa ama de leite, ladino (aculturado), letrado, alma de branco, quando na verdade eram seres humanos privados de liberdade, sem direitos e sem dignidade. Schwarcz (2015) ainda reitera que esses traços de segregação ainda persistem na atualidade da cultura brasileira e os eufemismos são uma forma velada de esconder a realidade. E, quando o estrangeiro chega para morar no Brasil, logo observa essas disparidades.

Logo no início, as freiras observavam que alguns funcionários ficavam ofendidos quando eram advertidos. Talvez a forma direta de se expressar fosse considerada por eles rude. Por mais que tenham amenizado ao longo tempo essa dura característica, isso não mudou completamente até os últimos dias da permanência das religiosas no município. Quando tinham que falar algo, “não mandavam recado”, falavam expressamente o que precisavam dizer, mas

também sabiam ouvir. Segundo R.S.V, que trabalhou muitos anos ao lado da freira Brunhilde, era prazeroso uma discussão pesada com ela, porque, depois que acabava o forte diálogo, ninguém ficava com mágoas, havia respeito e confiança. Quem chegou nesse nível de diálogo e relação com elas conseguiu manter amizade até o fim. Era uma forma de equilíbrio entre as culturas germana e latina.

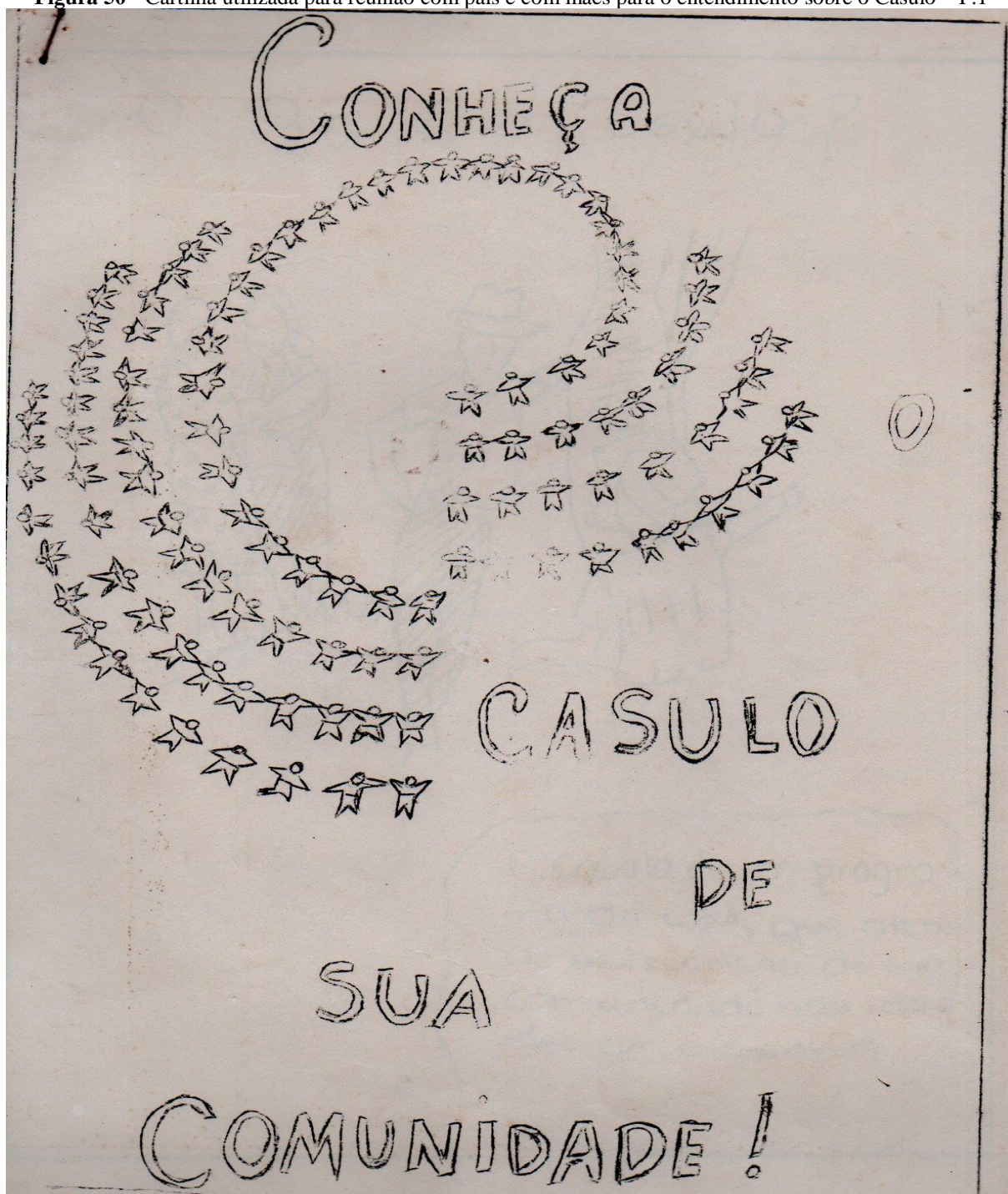
3.7 Relacionamento com pais e mães

Em todo início de ano letivo, a coordenação do Casulo se reunia com os pais e mães das comunidades para explicarem o funcionamento do projeto. Através de duas cartilhas (figuras 46 a 49 e figuras 50 a 54) distribuídas aos presentes para o acompanhamento da reunião, os pais e as mães ficavam sabendo os detalhes gerais das atividades que eram desenvolvidas no Casulo e quais as suas funções no processo. O objetivo era fazer a integração dos pais e das mães ao projeto de efetivação do Casulo. Pelo menos uma vez por semestre, um pai ou uma mãe recebia o convite para colaborar durante uma semana com o Casulo, que poderia ser na cozinha ou na sala de aula. Era também uma maneira de responsabilizar os responsáveis das crianças pela funcionalidade dos casulos, pois os recursos vindos da LBA eram insuficientes para a manutenção de todas as atividades.

A realização, pela criança, do adulto que ela deve vir a ser não segue, portanto, um traçado sem atalhos, bifurcações ou desvios. As orientações mestras a que normalmente obedece com frequência também são ocasião de incertezas e hesitações. Mas quantas outras ocasiões mais fortuitas também vêm obrigá-la a escolher entre o esforço ou a renúncia! Surgem do meio, meio das pessoas e meio das coisas. Sua mãe, seus familiares, seus encontros habituais ou insólitos, a escola, são todos contatos, relações e estruturas diversas, instituições pelas quais deve se esmaltar, quer queira, quer não, na sociedade (Wallon, 2010, p. 13).

Assim como reflete Wallon (2010), a presença dos pais, das mães e demais familiares na vivência da escola era encarada como um fator preponderante para a efetivação da metodologia de aprendizagem que seria aplicada com a criança. Quando os pais estimulavam seus filhos com elogios ou pelo menos observando e ajudando nas tarefas, era visível o desenvolvimento dos pequenos.

Figura 50 - Cartilha utilizada para reunião com pais e com mães para o entendimento sobre o Casulo – P.1



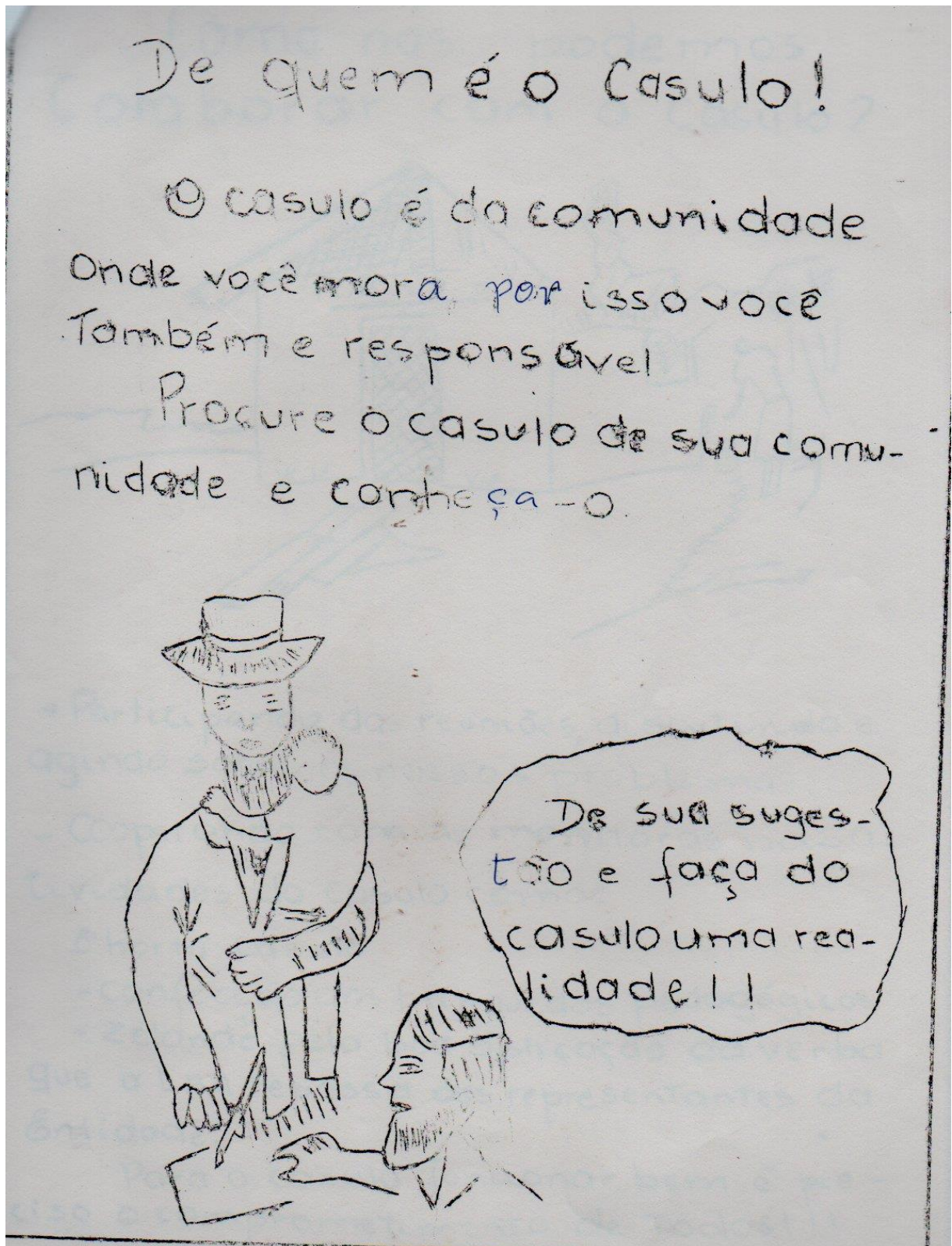
Fonte: Arquivo da Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti.

Figura 51 - Cartilha utilizada para reunião com pais e com mães para o entendimento sobre o Casulo – P.2



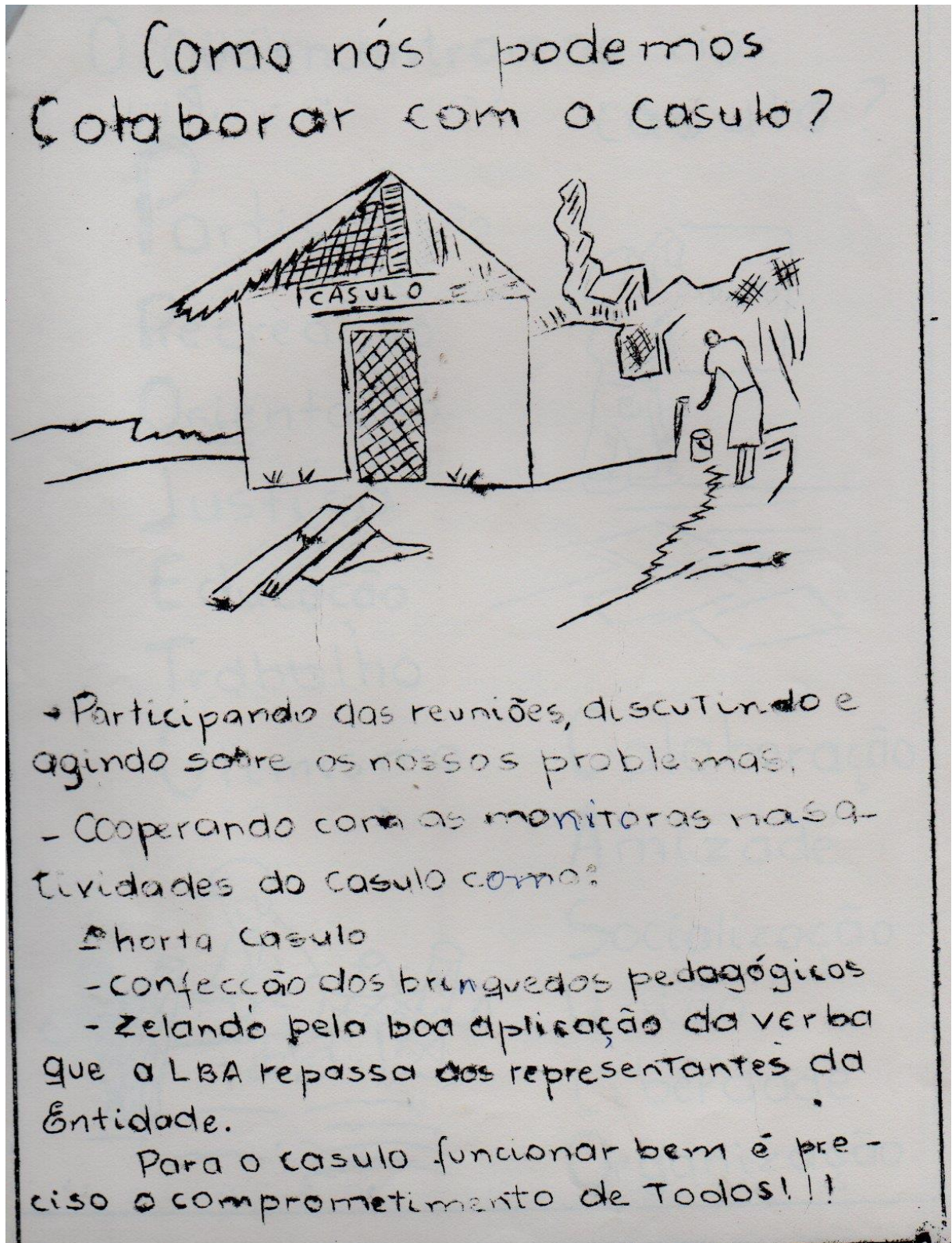
Fonte: Arquivo da Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti.

Figura 52 - Cartilha utilizada para reunião com pais e com mães para o entendimento sobre o Casulo – P.3



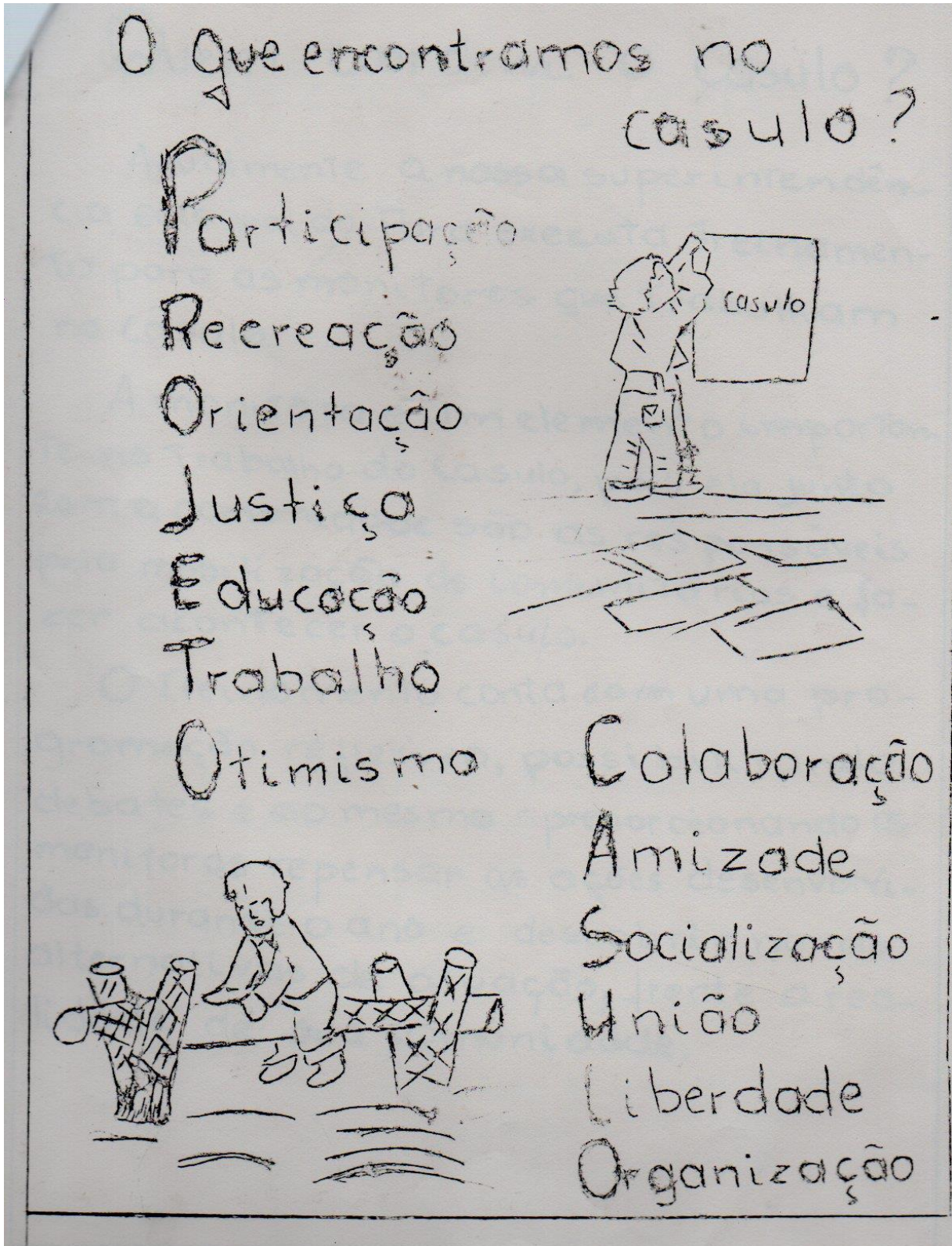
Fonte: Arquivo da Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti.

Figura 53 - Cartilha utilizada para reunião com pais e com mães para o entendimento sobre o Casulo – P.4



Fonte: Arquivo da Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti.

Figura 54 - Cartilha utilizada para reunião com pais e com mães para o entendimento sobre o Casulo – P.5



Fonte: Arquivo da Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti.

A cartilha era um estímulo didático para que os pais participassem ativamente das atividades do Casulo. O acróstico da página 5 (figura 54) apelava para a necessidade de justiça, de colaboração, de trabalho e de organização. A ideia era pensar o Casulo como parte integrante da comunidade. Quando a comunidade necessitava de ajuda coletiva para suas atividades, lá estariam os membros do Casulo para ajudar, e o mesmo se dava com a comunidade em relação ao Casulo. Era uma relação que exigia reciprocidade, mas nem todo tempo essa relação ocorria plenamente, por isso, havia sempre a necessidade de estímulo e de formação aos que comandavam o projeto e visita constante dos coordenadores às comunidades.

O que se aprendeu, pela experiência, foi que havia necessidade de insistir constantemente na animação das comunidades. Era um exercício de paciência. Assim como a criança leva tempo para absorver a importância de saber ganhar e perder, da mesma forma ocorria com as comunidades. Nem sempre as lutas por melhorias eram vitoriosas, era preciso ter paciência e insistência até chegar à conquista. Como sugere Gramsci (1999), o conceito de luta permanente, pois a “iniciativa” é sempre “apaixonada”, já que a luta é incerta e ataca-se sempre para evitar ser derrotado.

3.8 Desenvolvimento do Casulo no município

As informações levantadas sobre as atividades dos casulos no município de Juruti foram coletadas no acervo documental da Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti (ACA) e nas dezenas de horas de diálogo com as antigas e novas coordenações dessa associação. A pesquisa não seria desenvolvida sem a participação de muitas pessoas que contribuíram de várias formas para a construção deste trabalho de pesquisa, dentre eles, cito e agradeço: Maria das Graças Pereira Lima (*in memoriam*), uma das fundadoras da entidade; Irmã Brunhilde Henneberger (*in memoriam*), idealizadora do empreendimento e de visão política aguçada; Jader Batista da Silva, professor desde 1993 e inúmeras vezes participante da coordenação; e Leomara Costa Silva, coordenadora nas últimas gestões.

As atividades do Casulo são iniciadas em 1976 e continuam até a atualidade, mas já houve períodos em que ficou difícil levar o funcionamento das escolas adiante, principalmente quando rareava o dinheiro. Contudo, o grande desafio enfrentado pela entidade foi o encerramento das atividades das freiras de Maristella em 1992. As escolas se tornaram um organismo muito grande, caríssimo e extremamente complexo para administrar. Somente a folha de pagamento de funcionários registrados em carteira girava em torno de 70 pessoas. O governo federal arcava com uma pequena parcela, mas eram as freiras que tinham a obrigação

de fechar positivamente o caixa financeiro todo mês. Não daria para deixar o problema nas mãos dos padres ou da prelazia. Então, a solução encontrada foi a freira Brunhilde ficar em uma comunidade distante da área urbana, mas ainda residindo no município e dando assessoria a quem ficasse coordenando as escolas. Não havia gente preparada para assumir tamanha responsabilidade.

O primeiro passo foi criar uma entidade e registrar em cartório com o objetivo de separar a administração dos casulos da administração paroquial. Foi então que se criou a Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti (anexo A). O próximo passo foi consolidar uma coordenação sem a presença constante da freira Brunhilde. As primeiras coordenações sofreram para compreender o funcionamento burocrático da entidade, é possível afirmar isso porque o pesquisador também fez parte dessas coordenações. Somente depois de três anos que o processo foi-se normalizando e a freira Brunhilde foi, aos poucos, afastando-se definitivamente do controle da coordenação, no entanto, nunca deixou de contribuir financeiramente para a manutenção das escolas. Mesmo depois do seu falecimento, seus parentes e amigos fundaram uma entidade com seu nome na Alemanha, em que captam recursos para projetos, para os casulos e para comunidades na Amazônia. Nos casulos, por exemplo, estão instalando placas solares com a ajuda desse recurso captado na Alemanha.

A situação das pré-escolas só teve um alívio quando, em 2005, a entidade firmou parceria definitiva com a Prefeitura Municipal de Juruti (anexo B). Pelo menos a situação com os funcionários foi resolvida e uma parte significativa das despesas começou a ser custeada pela prefeitura. Para a gestão do município, era muito favorável fazer parceria com a Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti porque as escolas já estavam prontas e em pleno funcionamento há muito tempo. Só faltava força de vontade política, algo que só foi possível com a administração nas mãos do Partido dos Trabalhadores. Foi a consolidação de uma promessa que vinha se renovando desde a primeira eleição disputada pelo partido desde o início dos anos de 1980.

No próximo item, falar-se-á da efetivação de cada casulo e destacar as peculiaridades de cada escola e, a partir desses detalhes, compreender o projeto de maneira geral. Por isso, não será apresentado de maneira cronológica, mas pela relevância de cada casulo ao projeto, diferentemente do quadro 3, onde serão apresentados de acordo com a data de inauguração. Como são muitas unidades, em várias situações, trataremos de mais de um casulo de uma só vez quando forem da mesma região ou as histórias se assemelharem. Além de abordar os aspectos particulares, adentraremos, também, no aspecto social e político de cada comunidade ou região onde cada casulo foi inserido, essa razão se justifica pela filosofia do

projeto no município de Juruti, que entendia não adiantar somente oferecer educação às crianças desligada do contexto social e político da própria comunidade.

Mesmo com críticas ao modelo assistencialista imposto pela LBA, essa fórmula acabou contribuindo para consolidação do projeto político das freiras, pois, no início dos trabalhos, os funcionários não eram escolhidos por sua formação, até porque não havia praticamente ninguém com plena formação em magistério, mas pelo destaque na comunidade. O conhecimento era adquirido com a prática e as dezenas de cursos promovidos pela entidade. Por conta disso, a escolha dos professores e cozinheiros estava ligada também à capacidade deles de liderança dentro da comunidade, contudo, essa equação nem sempre dava resultados favoráveis. Em algumas situações, a freira Brunhilde preferia deixar um professor(a) que não tinha muita simpatia com movimentos sociais, mas que era um excelente educador, principalmente no trato com as crianças e na organização do ambiente escolar. Quando havia esses extremos, a freira tomava sempre o partido daquilo que seria melhor para os pequenos.

Assim, o cargo era destinado a quem se dispusesse a enfrentar a rotina dos cuidados com as crianças, independentemente do grau de estudo. Em razão disso, o tratamento utilizado pelas crianças ao responsável era simplesmente “tio”. Essa forma de tratar o professor perdura até os dias atuais nas creches e nas pré-escolas de Juruti. Essa prática tem sido motivo de amplo debate no aspecto educacional, e os argumentos para a extinção desse hábito são os mais diversos. Para Apolinário (2022), foi um equívoco incentivar as crianças dentro da sala de aula a relacionar-se com o professor através de um falso parentesco e, além do mais, criou-se nos pequenos a ideia de que eram cuidados por um ser “bonzinho”, acrítico e que estava sempre a postos a ajudar a qualquer momento, o que nem sempre condizia com a realidade. De acordo com o pensamento de Apolinário (2022), o correto seria chamar o ser humano pelo seu nome de registro. O educador Paulo Freire (1997) também se debruçou a refletir sobre a temática, criticando a extensa utilização na educação brasileira do termo “tio” para se referir ao professor. Segundo ele, há uma carga política negativa e indução à falsidade ao tratar o indivíduo por aquilo que ele não é. Já para Lima (2015), o termo pode ser perfeitamente usado porque, segundo suas convicções, carrega consigo proximidade e afeto, além de ser simples a pronúncia.

Em Juruti, o hábito de chamar o professor de educação infantil de “tio” é utilizado extensivamente, até mesmo pelos pais das crianças, e ainda levará algum tempo até ser definitivamente substituído por outro que se suponha mais condizente. Um fato interessante foi que algumas pessoas que trabalharam nos casulos acabaram ficando conhecidos no município com o prefixo “tio” no nome, mesmo tendo deixado a função de professor, migrado para a

gestão ou por aposentadoria (tio Jader, tia Ana Lúcia, tia Nel etc.), e até já concorreram a cargos eletivos com o prefixo, por exemplo, o ex-vereador tio Sabá.

Antes de falar especificamente dos casulos será apresentado o mapa com a distribuição das unidades pelo município, com destaque aos casulos da zona rural. Aos casulos da zona urbana será disposto antecipadamente um mapa com a localização das unidades. A intenção dessa representação gráfica é demonstrar o quanto a distribuição geográfica dos casulos foi importante para o desenvolvimento das crianças de forma igualitária em grande parte do município e como essa distribuição das escolas serviu de porta de entrada às variadas comunidades, buscando aproximação das pessoas e a detecção de possíveis lideranças para o projeto de emancipação política dos pequenos lavradores.

No decorrer da exposição de cada casulo, serão expressas reflexões relacionadas à educação infantil, à história de Juruti, aos aspectos antropológicos, aos aspectos políticos e legais e à relevância de algumas personalidades. A intenção é compreender o Casulo de maneira particular e geral dentro de contexto que englobem os conflitos e as diferenças existentes dentro do próprio município. Essas histórias, em várias ocasiões, ultrapassarão o marco temporal de 1970 a 1992. Contudo, a persistência em manter esse marco está no fato de que a história dos casulos em Juruti só tem sentido real e concreto porque as freiras de Maristella estiveram à frente do projeto nesse período.

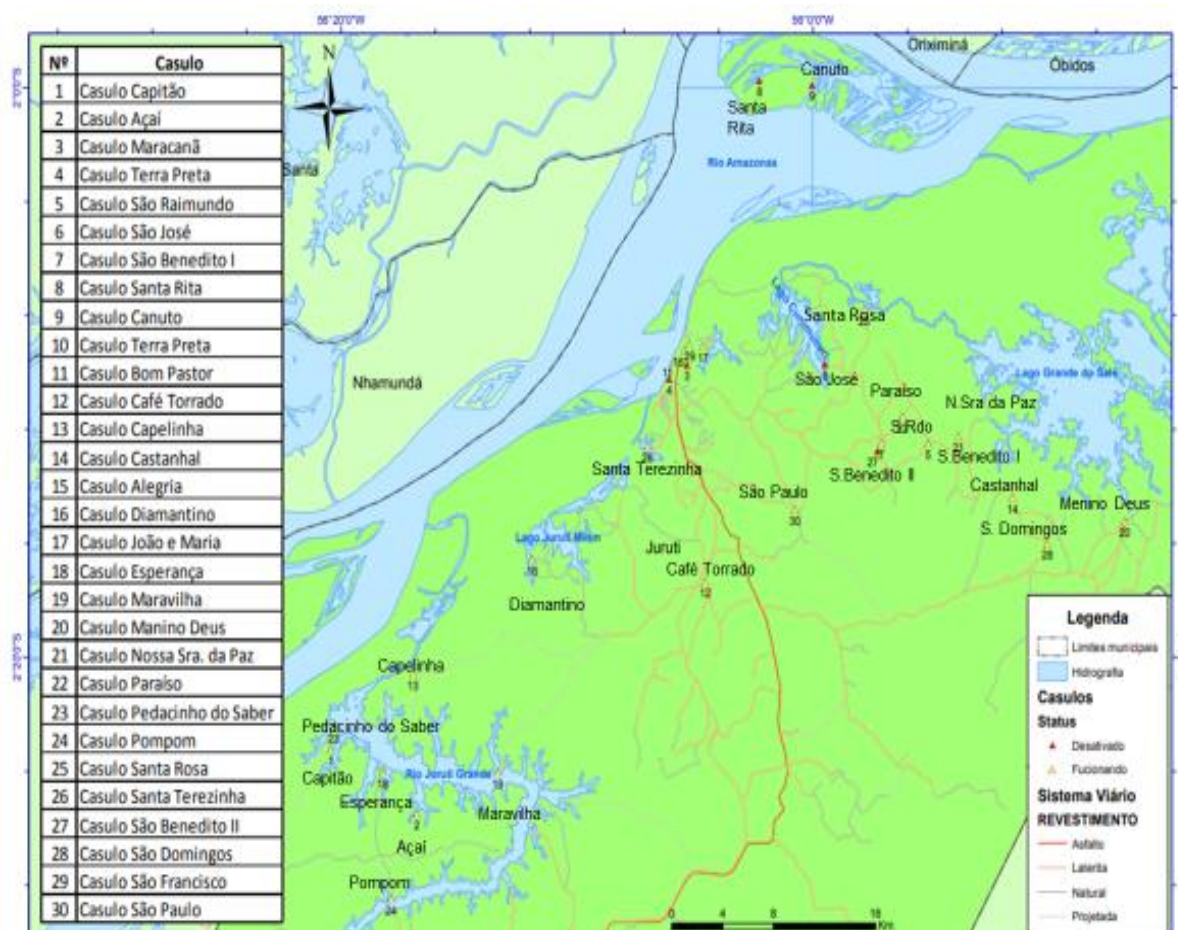
Quadro 3 - Lista dos casulos do município de Juruti

Nº	Casulo	Local	Ano de fundação	Ano de encerramento	Fundador
1	Bom Pastor	Urbana	1976	-	Freiras Franc. de Maristella
2	Alegria	Urbana	1977	-	Freiras Franc. de Maristella
3	Pedacinho do Saber- Ingrácia	Rural	1979	-	Freiras Franc. de Maristella
4	Diamantino	Rural	1982	-	Freiras Franc. de Maristella
5	Capitão	Rural	1983	-	Freiras Franc. de Maristella
6	Açaí	Rural	1984	-	Freiras Franc. de Maristella
7	Esperança – Juruti Velho	Distrito	1984	-	Freiras Franc. de Maristella
8	São Benedito I - Centro	Rural	1984	-	Freiras Franc. de Maristella
9	São José – Curumucurí	Rural	1984	2003	Freiras Franc. de Maristella
10	Maravilha	Rural	1985	-	Freiras Franc. de Maristella
11	Terra Preta	Urbana	1985	1993	Freiras Franc. de Maristella
12	Santa Terezinha – Lago das Piranhas	Rural	1985	-	Freiras Franc. de Maristella
13	São Domingos	Rural	1985	-	Freiras Franc. de Maristella
14	Santa Rosa	Rural	1986	-	Freiras Franc. de Maristella
15	São Paulo	Rural	1987	-	Freiras Franc. de Maristella

16	Pompom	Rural	1987	-	Freiras Franc. de Maristella
17	São Benedito II – Salmora	Rural	1988	2004	Freiras Franc. de Maristella
18	Santa Rita	Rural	1988	2004	Freiras Franc. de Maristella
19	Castanhal	Distrito	1988	-	Freiras Franc. de Maristella
20	Menino Deus – Tabatinga	Distrito	1988	-	Freiras Franc. de Maristella
21	São Raimundo – Areal	Rural	1989	-	Freiras Franc. de Maristella
22	Café Torrado	Rural	1989	-	Freiras Franc. de Maristella
23	Nossa Senhora da Paz – Areal	Rural	1990	-	Freiras Franc. de Maristella
24	Canuto	Rural	1992	2002	Freiras Franc. de Maristella
25	Capelinha	Rural	1996	-	ACA - Freiras Franc. de Maristella
26	São Francisco -Paraiso	Rural	1998	-	ACA
27	Maracanã	Urbana	2005	2008	ACA
28	São Francisco	Urbana	2005	-	ACA
29	Terra Preta – Salé	Rural	2006	-	ACA
30	João e Maria	Urbana	2015	-	ACA

Fonte: Produção do próprio autor.

Mapa 3 - Localização dos casulos com destaque para unidades da zona rural



Fonte: Baseado em mapa do acervo cartográfico digital do geógrafo Junio Vasques.

3.8.1 Casulo Pedacinho do Saber

O Casulo Pedacinho do Saber foi o primeiro a ser efetivado na zona rural no ano de 1979. Relativamente longe da sede do município, esse casulo localizava-se em um pacato lugarejo de uma enseada do Lago Juruti Velho, chamado Ingrácia (mapa 3). A implementação desse casulo foi estratégica porque atingia uma região histórica do município e densamente povoada. Assim que começou a funcionar, outras comunidades logo perceberam o quanto era importante uma escola de educação infantil e, desde então, começaram caravanas de outras comunidades pedindo a construção de casulos em suas localidades. Contudo, as freiras usaram do bom senso de planejamento para não desperdiçar tempo e dinheiro em um empreendimento que logo seria desativado. Nesse sentido, havia sempre a preocupação em efetivar os casulos em locais com maior densidade de famílias e, também, onde as crianças pudessem se deslocar com facilidade através das cabeceiras do lago. Nesse local específico, houve um número significativo de matrículas nos primeiros anos, obrigando a construção de outro casulo em uma comunidade próxima, chamada Capitão, da qual falaremos mais adiante. Ademais, o ritmo de construção no início dos anos de 1980 foi acelerado e acabou atendendo boa parte da demanda de crianças do Lago de Juruti Velho.

Segundo o histórico fornecido pela coordenação atual dos casulos, o prédio e o parque infantil estão localizados em uma área com mais de mil metros quadrados.

A estrutura física da escola (barracão) possui uma medida de 8 metros de largura, por 12 metros de comprimento (96 m²), é toda pintada, composta por uma (01) sala de aula construída de madeira, coberta de telha de cano de barro, um (01) quarto de alvenaria para o depósito de materiais didáticos e recreação das crianças e dos professores. A cozinha é de alvenaria, com cobertura com telha Brasilit, medindo 3m de largura, por 05 metros de fundo (15 m²). A escola possui um banheiro de madeira para atender as necessidades fisiológicas das crianças.

Na área externa a Escola possui uma área livre e um parque com diversos brinquedos para a recreação das crianças e árvores frutíferas, comuns da nossa região. O quintal da escola é cercado com estacas de madeira itaúba para evitar a entrada de animais e manter a segurança das crianças no período de aula. Em agosto de 2018 a entidade, por iniciativa da Irmã Joanita fez a reforma do parque com quatro brinquedos, sendo a gangorra, escorrega, vai e vem e balanço, para o momento de recreação das crianças. O antigo parque já estava sem condições de uso, pois, foi construído há mais de 39 anos (Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti, 2022, p. 4).

Cada casulo tem suas peculiaridades e personalidades que acabam se destacando ao longo da história de cada unidade. No Casulo Ingrácia, o destaque é o professor Edmilson Natividade, ou simplesmente tio Adi, e essa é a razão principal desse casulo ser o primeiro da

lista a ser tratado. Mesmo com pouca formação institucional escolar, Edmilson assumiu a condição de autodidata na profissão de educador e conseguiu ficar mais de trinta anos trabalhando. Dizia com orgulho que conseguiu ser professor dos netos de seus primeiros alunos. A freira Brunhilde acabou seguindo à risca as instruções da LBA para monitores de pré-escolas, até mesmo depois da extinção da autarquia, ela continuou seguindo a regra antiga, pelo menos foi assim com Edmilson.

A LBA previa [...] em cada um de seus órgãos regionais, responsável pelas tarefas de treinamento do pessoal que atuaria nas Unidades-Casulo e de supervisão geral do Projeto, obedecidas as diretrizes emanadas na Diretoria Nacional. O pessoal prestador de serviços nas Unidades-Casulo teria que possuir as seguintes características básicas: "qualificação para o exercício da atividade, ou tendências que sejam despertadas através de um treinamento em que a potencialidade do indivíduo seja desenvolvida" (Vieira, 2022, p. 50).

Pelas suas características físicas, pele queimada de sol, cabelo “espetado”, altura mediana e olhos bem puxados, evidenciava que sua descendência estava intrinsecamente ligada à etnia Mundurucu que, por milhares de anos, habitaram essas terras e acabaram se misturando aos brancos e aos negros. Edmilson possuía o dom natural para o magistério. As crianças o respeitavam e, de acordo com o mapa de frequência, raríssimas vezes faltavam. Suas aulas eram sempre criativas, e seus alunos estavam envolvidos em todas as atividades de festa que eram promovidas pela comunidade ou pelas comunidades circunvizinhas. As crianças cantavam afinadas, declamavam versos e poesias (figura 55) e encenavam o teatro.

Figura 55 - Aluna do Casulo Ingrácia declamando poesia em visita da coordenação



Fonte: Arquivo fotográfico da ACA.

A coordenação dos casulos ficava impressionada com tanta criatividade de alguém que tinha pouca instrução formal. Observava-se em Edmilson uma doação natural ao serviço e um afã por aprender à sua maneira. Além do domínio das letras e do ofício do magistério, Edmilson ainda cultivava o trabalho de artesão. Ele quem confeccionava os móveis em madeira que enfeitavam a sala de aula. Era de seu ofício as réplicas em madeiras de pequenos aviões, canoas, barcos e instrumentos musicais que eram a alegria das crianças, como bem mostra a figura 56.

Figura 56 - Alunos do Casulo Ingrácia com brinquedos produzidos por Edmilson (em pé à esquerda) na década de 1990



Fonte: Arquivo fotográfico da ACA.

Apesar de todo o conhecimento adquirido nos livros, nas dezenas de cursos de formação promovidos pela direção dos casulos e no trato com as crianças, Edmilson nunca cursou o ensino médio ou magistério. Para a direção, isso começou a virar um sério problema, principalmente depois da promulgação da LDB 9394/96, que exigia qualificação para quem estivesse no ofício da sala de aula, ou seja, era preciso apresentar um diploma, no entanto, ele nunca quis voltar à sala de aula para estudar, mesmo tendo essa possibilidade às proximidades de onde morava. Isso acabou sendo algo torturante para os condutores do projeto, porque se tinha um dos melhores professores de educação infantil do município, mas que não poderia mais ficar em sala de aula por não se enquadrar ao sistema legal de educação. Por ele ser bom professor e “teimoso”, alguns arranjos tiveram que ser feitos para ele ficar lecionando até sua aposentadoria. Em suas falas, permeadas de agradecimentos e citações bíblicas, dizia que aprendia mais com as crianças do que ensinava. Para Buhler, não basta somente ensinar, o bom professor precisa estar atento aos movimentos de sua escola. Saber escutar é primordial.

O bom professor, portanto, surge de sua intenção docente em não se submeter ao discurso da impossibilidade e, dessa forma, reagir a ele e romper com a superficialidade educacional presente em muitos contextos escolares. É necessário que ele tenha compromisso com os objetivos educacionais, valorizando em sua realidade diária o saber ouvir, o poder falar e principalmente o dever falar. O saber ouvir o reveste de humildade revelando que pode aprender muito com seu aluno; o poder dizer decorre de sua sabedoria em buscar a forma construtiva da crítica a ser feita ao aluno e, finalmente, o dever dizer, revela a necessidade de se posicionar e assumir sua atitude enquanto professor (Bühler, 2010, p. 141).

Depois que deixou o ofício do magistério, foi morar na cidade de Parintins, no estado do Amazonas, onde seus filhos já residiam, contudo, não deixou sua criatividade de lado, antes de ser acometido pela epidemia de covid-19 e falecer, publicou três livretos financiados com recursos próprios e ajuda de amigos, cujo conteúdo mistura contos e poesias. Seu último livro (anexo C), chamado “Tecendo a História: Juruti Velho em Versos”, enfatiza as personalidades importantes de várias comunidades que compõem a região do Juruti Velho. A maioria dos versos expressa a visão de um ser humano sensível, com profunda religiosidade e muito preocupado com os estragos que a mineração de bauxita iria trazer para região.

Logo ali tem Capiranga
 Próximo a mineração
 Tirando muita bauxita
 Deixando devastação
 Causando muito perigo
 Para nossa população.
 Riquezas, extrativismos,
 Tinha mesmo de verdade,
 Cipó, castanha, madeira
 Era grande a quantidade [...]
 Isso nos deu o motivo
 Chamando o povo atenção
 Para combater a potência
 Só se for com associação (Natividade, 2017, p. 5-6).

Senhor Edmilson foi exemplo de ser humano que possuía uma necessidade de deixar alguma obra para posteridade. Deixou muito mais que uma obra, ele foi um exemplo de profissional dedicado, respeitado pelos seus pares e querido por seus alunos. Segundo a coordenação dos casulos, Edmilson jamais faltou às formações de educadores. Sempre que podia liderava as oficinas, contribuindo com os professores menos experientes.

Sendo assim, esse referencial de bom professor, que indica o reconhecimento de sua incompletude, compreendendo que “quanto mais se sabe, mais precisamos buscar”, e, diante disso, o leva a vivenciar processos de autoformação que tornam o professor mais humano, solidário e flexível em suas ações didáticas o que muito contribui com a função social da escola. É através dessa função que a sociedade sustentável poderá realmente se tornar uma realidade (Bühler, 2010, p. 46).

A freira Brunhilde, seguindo seu instinto de arregimentar lideranças, sempre usou dois critérios para escolher os professores dos casulos: o primeiro deles era a capacidade de lidar com crianças, e o segundo, a força de vontade de levar a comunidade a uma transformação política. Essa junção em uma mesma pessoa era tarefa difícil, tanto que, ao longo da trajetória, foram poucos que se enquadraram nesse perfil. Edmilson era respeitado pelas famílias e dedicado em seu ofício, isso era o suficiente para as freiras.

Por influência de seus colegas professores, acabou somando como pessoa para o fortalecimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Partido dos Trabalhadores. No entanto, sua ação mais importante foi com o magistério e, por isso, a freira Brunhilde não renunciava a ele no quadro de professores. No geral, o partido poderia contar com seu apoio e de outras famílias dessa comunidade. Um de seus filhos ainda conseguiu se eleger vereador pelo Partido dos Trabalhadores em um dos pleitos, mas não quis prosseguir na carreira política nas eleições seguintes.

3.8.2 Casulo Maravilha

O Casulo Maravilha está situado à margem direita do Lago Juruti Velho e, além das crianças da própria comunidade, atende também as de outras localidades como Surval, Monte Muriá, entre outros pequenos povoados circunvizinhos. Fundado no início dos anos de 1980, o casulo recebeu o mesmo nome da comunidade. Segundo moradores antigos, o local recebeu esse nome por ser um lugar de belas paisagens naturais. Situada na ponta de uma enseada, na época do verão amazônico, ela fica rodeada de praias de areia branca e, em algumas partes, despontam rochedos que contrastam com a alvura da areia junto às águas cristalinas e ao verde encorpado da floresta, gerando uma sensação de equilíbrio artístico de cores que somente a natureza tem condições de proporcionar (figura 57).

Figura 57 - Praias das comunidades Maravilha e Surval



Fonte: Blogspot “Revista Via Amazônia”.

Por mais que seja um belíssimo lugar para morar, os pequenos lavradores precisam caminhar algumas léguas de distância da praia para encontrar um lugar apropriado para plantar com relativo êxito sua produção agrícola, isso porque as áreas de praias são geralmente pedregosas e muito pobres em nutrientes para a agricultura. Desse modo, suas casas são localizadas nos povoados onde tem a igreja, a escola e o porto, mas suas áreas de trabalho são muito distantes do local da moradia, o que impossibilita o retorno na hora do almoço, por exemplo. Por isso, a importância crucial de ter um local apropriado para deixar as crianças recebendo educação, alimentos e proteção (figura 58) enquanto seus pais e mães estão a léguas de distância trabalhando na roça.

Figura 58 - Crianças, professor e coordenadora em visita ao Casulo Maravilha



Fonte: Acervo fotográfico da ACA.

Aqui, nesse ponto, vale mais uma reflexão acerca da importância da educação no campo e, mais importante ainda, a relevância da pré-escola nesses locais onde as políticas públicas pouco chegam. Segundo dados do Unicef (2019), em parceria com o Instituto Ipec, antigo Ibope, a região Norte concentra o maior índice de crianças fora da pré-escola, quase 12%, isso,

em valores globais, porque avaliando a situação da zona rural, esse número triplica. De acordo com dados do Censo Escolar de 2022, das matrículas na educação infantil, apenas 10,5% estavam localizadas na zona rural. Isso se torna visível na região do Baixo Amazonas. Apesar de ter aumentado, nos últimos anos, o número de matrículas de crianças no ensino fundamental, não há ainda a preocupação em efetivar o ensino pré-escolar na zona rural de maneira global, mesmo que na Lei nº 13.005/2014, que cria o Plano Nacional de Educação, houvesse o indicativo de universalização da pré-escola até 2016. Essa realidade está muito longe de ser concretizada. Isso tanto na zona urbana e muito mais na zona rural. Com base na tabela 1, produzida tendo por base o Censo Escolar, não há mudança significativa no número de matriculados em creches e em pré-escolas. Mesmo que o país cresça em números de habitantes, a rede de ensino não acompanha a demanda.

Tabela 1 - Número de matrículas da educação infantil por rede e etapa de ensino, segundo o ano – 2018-2022

Ano	Rede e etapa de Ensino					
	Rede pública			Rede privada		
	Total EI	Creche	Pré-escola	Total EI	Creche	Pré-escola
2018	6.321.951	2.352.032	3.969.919	2.423.233	1.235.260	1.187.973
2019	6.466.941	2.456.583	4.010.358	2.505.837	1.298.509	1.207.328
2020	6.500.878	2.443.303	4.057.575	2.328.917	1.208.686	1.120.231
2021	6.403.866	2.399.766	4.004.100	1.915.533	1.017.444	898.089
2022	6.628.969	2.613.843	4.015.126	2.399.795	1.321.846	1.077.949

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar (Brasil, 2022c).

As universidades da região Norte têm se debruçado em dar respostas a essa situação, investigando e, ao mesmo tempo, tentando apresentar soluções para que se fomente uma educação que seja transformadora na superação de estigmas e com respeito à diversidade ambiental e cultural onde está inserida. As universidades somam às lutas históricas dos ribeirinhos, quilombos, indígenas, como bem salienta Hage:

Os grupos e movimentos sociais, nesse cenário assumem posicionamento contrário a essas orientações articulando-se no sentido de apresentar um conjunto de reivindicações e propostas que fortaleçam práticas produtivas e educacionais pautados por critérios de sociabilidade que reconheçam a diversidade sociocultural, produtiva e ambiental na região. Esse tem sido o caso dos movimentos sociais populares do campo que à nível nacional e em vários estados do país, como no Estado do Pará especialmente, tem construído articulações afirmativas de uma educação do campo, articulando populações ribeirinhas, indígenas, quilombolas, assentadas, extrativistas e produtoras de base familiar em parcerias com o poder público, com a universidade e instituições não governamentais (Hage, 2011, p. 1).

O que se vê ainda é que há um longo caminho a ser seguido, principalmente para educação infantil no campo. Isso fica evidente na quantidade de trabalhos científicos produzidos sobre educação infantil na região. Praticamente todos falando de experiência no contexto urbano e quase nada do rural. A explicação para esse fenômeno é que há pouca preocupação em ofertar educação infantil para zona rural. É como se a criança desse local tivesse menos valor que a da zona urbana.

Em uma visita à plataforma on-line do Google Acadêmico, verifica-se que há várias pesquisas tratando sobre a infância na Amazônia, sob as mais diversas óticas, como acessibilidade, currículo enfatizando a realidade local, formação docente, relações étnico-raciais, entre outros. Contudo, dos 53 textos analisados (relacionados à educação infantil), apenas um texto, da autora Heliadora Georgete Pereira da Costa, falava especificamente da educação infantil no campo no contexto da Amazônia. Esse trabalho foi apresentado no “I Simpósio Internacional sobre Educação no município de Santana do Amapá”, em 2017. E a introdução é reveladora, de imediato, a autora destaca o descaso com a educação infantil na zona rural do Amapá, todavia, esse alerta serve para toda a Amazônia.

O estudo revela a importante trajetória da Educação do Campo enquanto novo paradigma, mas o que se evidencia é a ausência de políticas específicas para atender os sujeitos do campo, apontando a necessidade de expansão da Educação Infantil nas comunidades, de modo que seja assegurado o direito às crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos a creches e à obrigatoriedade das crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos a frequentarem as pré-escolas. É necessário dar visibilidade às particularidades territoriais, sociais e culturais que constituem a Educação do Campo na Amazônia Amapaense (Costa, 2017, p. 1).

Nas palavras de Heliadora Costa (2017), desde a Constituição de 1988, houve um significativo avanço na legislação no que diz respeito ao entendimento da criança de 0 a 6 anos como sujeito de direito e, portanto, apto a usufruir dos benefícios do Estado, como saúde e educação, desde a tenra idade. Contudo, a autora adverte que essa realidade ainda não passou plenamente do plano teórico ao prático.

As conquistas da educação infantil ocorrem tanto pelo amparo legal, como pelas bases conceituais, teóricas e práticas. Avanços estes vislumbrados por meio da LBEN vigente, do RCNEI, da DCNEI e da DOEPEC, dispositivos legais que estabeleceram o marco para a integração das creches e pré-escolas ao sistema de ensino formal e serviram para a construção de bases epistemológicas próprias a partir do conceito de infância, garantindo um espaço específico na educação básica, capaz de dialogar com os demais níveis de ensino e com todas as áreas do conhecimento. Porém, as escolas do campo, em muitas regiões e estados brasileiros ainda necessitam de políticas de atendimento das crianças, a Região Norte do País, por exemplo, onde há muitas comunidades em que é difícil o acesso não há a oferta de educação infantil (Costa, 2017, p. 8).

Seguem nessa mesma linha de análise de pesquisas científicas sobre educação infantil as professoras Sinara Almeida Costa e Rosimeire Cruz (2021). Desta feita, verificando as produções após os dez anos da promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, por mais que se tenha avançado na legislação, isso ainda não refletiu na prática educativa.

[...]a oscilação na quantidade de publicação nesse decênio reflete “momentos de recuo e avanço da compreensão e aceitação (ou não) da ideia de um currículo para creches e pré-escolas”. Acrescente-se a isso “a defasagem entre a norma e sua efetiva implementação no cotidiano das instituições” [...]. De fato, não existe uma correspondência entre os avanços na legislação e o que parece ter sido privilegiado nas publicações localizadas nesse levantamento. Ademais, a aprovação das DCNEI (2009), paradoxalmente, representa “um momento importante de fortalecimento e consolidação dessa etapa [Educação Infantil] como a primeira da educação básica, também desvela alguns temas difíceis para a área” (Costa; Cruz, 2021, p. 12).

A conclusão à qual chegam gera um sinal de alerta, pois, para o período de dez anos que deveriam consolidar a legislação para educação infantil, o que se produziu de concreto foi pouco com relação à relevância do tema para a melhoria da educação brasileira, como apontam as professoras Costa e Cruz:

Considerando o recorte temporal (o primeiro decênio após a promulgação das DCNEI), bem como o quantitativo de pesquisas encontradas nesse levantamento e as bases de dados consultadas, os trabalhos que compõem o corpus desse artigo evidenciam inúmeros desafios que precisam ser enfrentados pela comunidade acadêmica científica em relação ao currículo na Educação Infantil e suas especificidades, o que possibilita a ampliação dos debates sobre o tema. [...] À guisa de conclusão, podemos perceber os avanços legais (ou, no mínimo, esforços nessa direção!) relativos à definição de um currículo desenvolvente [...] para as creches e pré-escolas brasileiras. Contudo, não podemos negar as ausências e inconsistências nas discussões em torno do tema, o que impulsiona a necessidade da realização de mais pesquisas nesse caminho (Costa; Cruz, 2021, p. 21).

Vejam que a preocupação dos quatro autores citados anteriormente se assemelha no que diz respeito ao destino que educação infantil tem tomado no Brasil. Ainda falta um longo caminho para melhorar, principalmente nas zonas mais excluídas das políticas públicas, como a zona rural amazônica. Enquanto nos grandes centros do país já se discute os temas transversais para serem aplicados nas salas de pré-escola, nas comunidades amazônicas, como Maravilha, Surval e Pompom, o anseio é que simplesmente se garanta um local seguro para deixar as crianças enquanto os pais vão garantir o “ganha pão” na roça. A maioria das comunidades tradicionais da Amazônia funciona assim: os locais de trabalho são sempre muito

distantes dos de moradia. Como não há creche ou pré-escola em grande parte das comunidades, os pais e mães são obrigados a levar as crianças para a roça ou, então, deixam-nas sob cuidados de parentes ou conhecidos, o que as submetem aos mais variados riscos.

O leitor pode considerar essa visão, do cuidar da criança, ultrapassada, pois, desde 2008, com a Resolução nº 2, do Conselho Nacional de Educação, que estabelece as diretrizes da educação do campo, diz que é preciso respeitar os princípios educacionais adaptando o currículo a cada realidade sociocultural dos ribeirinhos, dos coletores, dos quilombolas, dos indígenas, dos assentados, entre outros. Como respeitar, no entanto, as diretrizes se não existe o básico, a escola, que é o local onde a criança deveria estar? Carvalho (2012) se indigna com a forma como é tratada a educação infantil na Amazônia:

Todavia, se há um nível de educação com enorme disputa e vulnerabilidade, particularmente na região Norte, que se torna tão assustadora quanto a derrubada das florestas é a educação infantil. Na Amazônia, essa disputa e vulnerabilidade são muito alargadas por ambiguidades em relação à concepção de criança e de educação infantil e por décadas de pouco investimento nesse nível de educação, representado, entre outros fatores, pela falta de vagas em creches e pré-escolas, bem como pela inadequação da formação do/a professor/a, prédios e ambientes (Carvalho, 2012, p. 142).

Segundo Hage (2011), não dá para ficar de braços cruzados esperando que o poder público tenha boa vontade para instalar as escolas no interior da Amazônia. Esse direito só será plenamente realizado quando a sociedade civil organizada pressionar o Estado por melhorias. Fora disso, dificilmente os benefícios chegarão à ponta da floresta.

Na sua luta pela terra, pela água, pela floresta, pelo direito ao trabalho, à vida e à educação, esses sujeitos constroem e põe em ação uma pedagogia do movimento, onde residem as raízes da esperança de novos horizontes e paradigmas de sociabilidade. Eles ajudam a entrelaçar e fortalecer os fios da grande rede formada através do Movimento Paraense Por Uma Educação do Campo, que tem no Fórum Paraense de Educação do Campo sua expressão mais significativa de organização e mobilização pela construção de um projeto popular de desenvolvimento e de sociedade (Hage, 2011, p. 9).

A comunidade Maravilha contou com o benefício das freiras franciscanas de Maristella que assentaram sua missão em Juruti, pois, de outra forma, se fossem esperar pelo poder público, dificilmente as crianças teriam esse apoio para sua formação desde 1980. Nos municípios vizinhos, são raros os exemplos de uma unidade pré-escolar em comunidades rurais, quando há, estão ligadas a uma escola do fundamental, por exemplo, o pré-escolar Francisco Xavier de Araújo, da comunidade Breu Branco, zona rural de Óbidos.

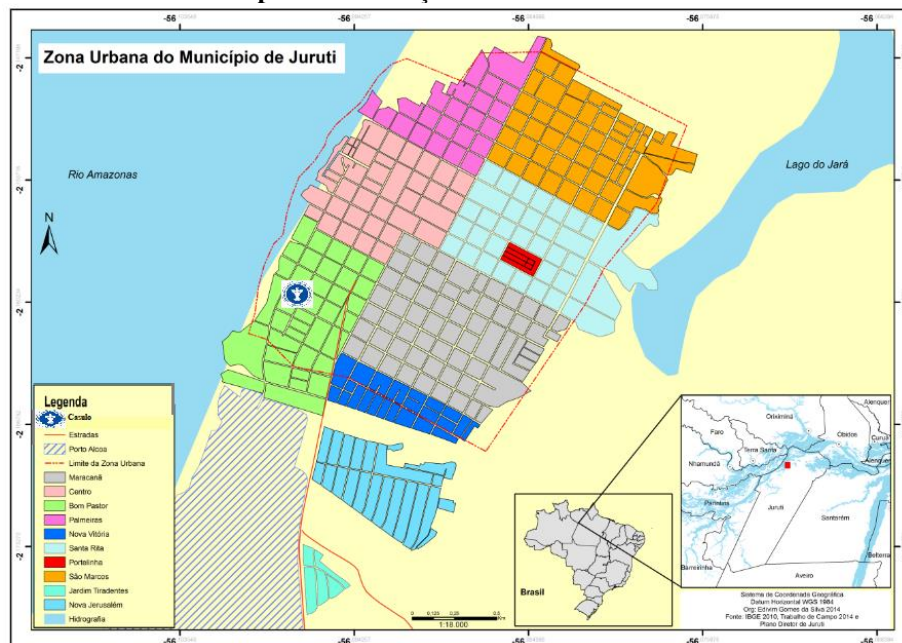
3.8.3 Casulo Bom Pastor

Mapa 4 - Localização geográfica do Casulo Bom Pastor – área urbana



Fonte: Mapa elaborado para a Tese (PGEDA), utilizando como base o Google Earth website (2017). Disponível em: <http://earth.google.com/>

Mapa 5 - Localização do Casulo Bom Pastor



Fonte: Mapa elaborado para a Tese (PGEDA), utilizando como base o mapa de Juruti do artigo científico de Silva e Silva (2016).

Conforme aponta os mapas 4 e 5, a área onde está instalado o Casulo Bom Pastor é bem ampla, vai de uma rua à outra. Esse terreno foi adquirido em um tempo em que havia possibilidade de comprar grandes áreas dentro da cidade. Com mais de cinco mil metros quadrados, o terreno desse casulo já abrigou criação de bichos, hortas e plantações de bananeiras, de limoeiros, de macaxeiras, de melancieiras, de jerimunzeiros, dentre outros (figura 59). A freira Brunhilde se guiava pelas escolas da Alemanha da primeira metade do

século XX, onde plantavam e criavam animais que ajudavam na alimentação das crianças. As plantações de árvores frutíferas e hortaliças continuam até hoje, mas a criação de bichos foi suspensa há mais de 15 anos pela vigilância sanitária do município.

Figura 59 - Colheita de jerimuns e melancias no terreno do Casulo Bom Pastor



Fonte: Arquivo fotográfico do Casulo Bom Pastor.

O Casulo Bom Pastor funciona como escola de educação infantil e como sede administrativa de todos os casulos. É nesse local que está instalada a secretaria geral da entidade, Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti. Além da secretaria, funcionam oito turmas de educação infantil que são divididas em quatro salas de aula. Geralmente há um fluxo grande de pessoas nas dependências administrativas desse casulo, onde os professores e comunitários das localidades do município levam os mais variados problemas para serem avaliados e resolvidos pela coordenação.

Essa escola de educação infantil foi inaugurada em 1976 no bairro homônimo, portanto, é um dos mais antigos locais de funcionamento do Projeto Casulo (não é considerado o primeiro, porque anteriormente já havia funcionado uma turma ao lado da Igreja Matriz). Por vários anos, o espaço foi dividido com as atividades católicas. Irmã Brunhilde trouxe essa ideia da Europa, onde, em vários lugares, os espaços para culto religioso são compartilhados com atividades culturais diversas, incluindo as educacionais. Era uma forma de racionalizar o tempo ocioso do espaço e torná-lo mais útil, não somente com atividades religiosas. Na Europa, onde o espaço geográfico é menor e a densidade demográfica maior, essa prática fazia certo sentido. Na Amazônia, em que os espaços são superlativos e a densidade demográfica pequena, a ideia

sofreu resistência. Gomes e Martins (2017) refletem sobre o dilema da destinação dos monumentos históricos religiosos na Europa e suas adaptações ao mercado sem perder o âmbito da memória.

Nota-se a importância de refletir e implementar novos usos para esses espaços, com propostas sendo elaboradas pelas próprias instituições religiosas que as detêm e por outras, voltadas à preservação do patrimônio. Os guias organizados com esse objetivo listam diferentes modalidades de uso e apresentam casos exemplares. As edificações disponíveis podem ser destinadas a atividades nas seguintes áreas, por exemplo: comercial, educacional, recreativa, residencial e multiuso. Preservar a edificação pode tanto significar manter seu caráter religioso, como retirar dela sua função original (Gomes; Martins, 2017, p. 5).

A princípio, até que houve bom entendimento no compartilhamento do espaço, mas, na medida que o tempo passou, começaram as reclamações de negligência de ambas as partes. Os professores criticavam com insistência que os filhos dos fiéis danificavam o material produzido para as aulas, principalmente os cartazes e os mobiles. Para resolver o problema, a freira Brunhilde adquiriu, com a ajuda da comunidade, um terreno onde construíram os prédios e instalaram todos os equipamentos para o funcionamento da comunidade religiosa. O mesmo ocorreu com o Casulo Alegria, do qual falaremos no próximo item.

O Casulo Bom Pastor sempre foi uma espécie de laboratório para os demais casulos. Como a freira Brunhilde estava constantemente nas dependências da unidade, muitos dos novos professores passavam por estágios nas salas de aulas com as crianças e, à medida que interagiam com as crianças, a freira avaliava os pontos fortes e fracos. Era preciso preparar o espírito para dialogar com a freira. O jeito duro e direto de corrigir, sem as redundâncias, muito característico da cultura germânica, às vezes era difícil de ser absorvido por uma personalidade um pouco mais sensível. De maneira geral, os professores que seguiram seus conselhos acabaram se tornando bons profissionais do ensino.

Hoje, percebe-se que há um certo orgulho pessoal de quem passou por esse tempo de formação com a freira Brunhilde. Além dos intensos cursos de formação que eram realizados periodicamente, havia ainda a observação criteriosa da religiosa não somente aos mais os novos, mas também, com os professores experientes. Embora fosse uma cobrança rigorosa e insistente, o que a freira queria era a afirmação do compromisso pedagógico, educacional. Era perceptível sua irritação quando o professor exagerava nas atividades mimeografadas para desenho e pintura. Chega um momento que a criança cansa e fica entediada quando não se dinamizam as atividades. Quando a freira percebia esses sutis exageros por parte dos professores, ela

orientava. Durante o tempo em que trabalhou em Juruti, ela se dispôs a fazer esse papel de orientadora. Lima e Costa (2018) enfatizam a importância do papel da orientação pedagógica:

A formação continuada aliada ao acompanhamento pedagógico da prática docente constitui-se como elemento que pode possibilitar o desenvolvimento de um trabalho atento às peculiaridades infantis, que valorize a infância e promova momentos desenvolvimentos através das brincadeiras. [...] A formação continuada possibilitou o desenvolvimento de uma prática pedagógica embasada em conhecimentos teóricos, na qual o planejamento, a organização do espaço e do tempo da brincadeira e a observação como forma de acompanhamento do desenvolvimento infantil são considerados fatores desenvolvimentos do brincar de papéis sociais e, portanto, do desenvolvimento das crianças pré-escolares (Lima; Costa, 2018, p. 23).

Segundo a ex-professora Graça Lima a freira Brunhilde possuía o “sentido” artístico apurado. Era comum reclamar de alguma nota destoante das músicas que eram cantadas com as crianças. Os brinquedos que vinham do artesanato ou da oficina deveriam estar perfeitos. Se houvesse um olho mal pintado em uma boneca de pano, logo reclamava, e os carrinhos e caminhões de madeira, além de estarem perfeitamente lixados para não machucar as crianças, precisavam ser bonitos, ou seja, pintados de uma forma que atraíssem as crianças. Ela não admitia desleixos pedagógicos, dizia que a harmonia das cores, a limpeza, a organização do ambiente e a perfeição faziam parte do aspecto educacional. Segundo Schramm *et al.* (2019), a reflexão, de maneira geral, era que o professor se aprofundasse naquilo que estivesse trabalhando com a criança, ou seja, compreender a arte de uma maneira mais elaborada e não amadora.

O educador deverá preparar-se para este campo da linguagem, pois não se trata somente de empreender situações musicais em sala, é necessária uma formação quanto à própria dicção, à respiração, à imitação da voz, conhecimentos básicos de musicalização para que possa realizar esta empreitada de forma segura. Ou seja, integrar a música à educação infantil não é tarefa amadora, implica em que a escola assuma uma postura de responsabilidade e disponibilidade diante desta tarefa. (Schramm *et al.*, 2019, p. 137).

É certo que, em inúmeras vezes, a freira Brunhilde exagerava na repreensão aos professores e aos cozinheiros, no entanto, logo em seguida se desculpava e, ao mesmo tempo, justificava-se dizendo que a responsabilidade da entidade era imensa ao cuidar da educação e da alimentação das crianças, por isso não havia muito espaço para errar. Por mais que tentasse se adaptar ao jeito mais descontraído dos brasileiros, mesmo que o assunto exigisse seriedade, ainda assim, percebia-se as características próprias de sua cultura germânica. Alguns provérbios bávaros, aprendidos em sua infância, ficaram marcados em sua vida e, de vez em quando, ela os reproduzia em palavras ou gestos. Alguns aprendi através da convivência com ela, como:

“Der teufel steckt im detail” (“o diabo mora nos detalhes”), que justifica o perfeccionismo exagerado; “Die französische Sprache wird auf Bällen, die englische Sprache im Geschäftsleben und die deutsche Sprache im Stall verwendet” (“a língua francesa se fala nos bailes, a inglesa nos negócios e a alemã nos estábulos”) para justificar o jeito grosseiro de falar dos alemães; “Erst das Wesentliche, dann das Notwendige und zuletzt das Nützliche” (“primeiro o essencial, depois o necessário e, finalmente, o útil”) esse era o provérbio da guerra e do pós-guerra que negava o desperdício e o supérfluo a todo custo.

A religiosa trazia para perto de si os professores e as professoras que se destacavam em sala de aula. Sua intenção era aproveitar a experiência e criatividade desses docentes para compartilhar com os demais educadores e, além disso, formá-los a fim de assumir a responsabilidade administrativa da entidade. Dentre esses profissionais, havia uma professora, chamada Graça Lima (*in memoriam*), pela qual a freira nutria um imenso respeito, além da relação profissional, havia também uma relação de amizade que perdurou até a morte.

A professora Graça, ou tia Graça, como era conhecida por todos os funcionários e pelo restante da cidade, era uma educadora por excelência. A irmã Brunhilde dizia que ela poderia ser considerada uma das melhores professoras que passaram pelas salas de aula dos casulos. Quando os casulos ainda trabalhavam com alfabetização no modelo antigo, ela era disputada pelas famílias porque praticamente todos os seus alunos terminavam o ano letivo alfabetizados. E, para quem trabalha com alfabetização, sabe que não é tarefa fácil alfabetizar um aluno, é necessário adequar as técnicas para as mais variadas situações. Segundo Schramm *et al.* (2019), não importa a configuração da família ou a condição socioeconômica, o importante sempre é aquela proximidade que gera segurança para a criança.

É comum a ideia da carência material, que caracteriza a pobreza, ser associada a carências de outras ordens. Assim, propagam-se discursos, nem sempre condizentes com a realidade, de que as crianças pobres são carentes de afeto, carentes de cuidados e carentes de atenção. No entanto, a condição financeira não é determinante de presença ou ausência desses fatores. Portanto, é preciso uma constante reflexão das nossas ideias para evitarmos atitudes preconceituosas. Esses preconceitos também se estendem à estrutura familiar das crianças, muitas vezes também associada a sua condição socioeconômica. É comum escutarmos que as crianças provenientes de lares desestruturados são crianças problemáticas. Não será preconceito partir de um modelo idealizado de família. Toda família, na verdade, tem uma estrutura específica que nem sempre coincide com o modelo convencional: pai, mãe e filhos. E nem sempre o modelo convencional vai garantir experiências familiares mais saudáveis e construtivas (Schramm *et al.*, 2019, p. 38).

Independente das questões ideológicas e sociológicas que permearam a educação infantil no período do regime civil-militar, a professora Graça possuía essa capacidade de alfabetizar filhos de ricos ou pobres, com famílias estruturadas ou desestruturadas.

Quando iniciei os trabalhos nos casulos, a professora Graça já estava atuando na secretaria e na orientação pedagógica, mas, algumas vezes em que era acionada para a alguma sala de aula, ela dava “espetáculo didático”. Certo dia, uma das turmas da tarde estava incomodando as outras pelo barulho e pela bagunça que estavam fazendo na escola e logo começou a aparecer reclamação de outros professores na secretaria. Verificamos que a professora dessa turma havia perdido o controle dos alunos. Por algum motivo, seu planejamento para aquele dia estava bem deficiente.

Como as crianças observaram que a professora não havia nada de novo a lhes oferecer, ficaram à vontade para bagunçar a sala e a escola. Nesse momento, pedi ajuda à professora Graça com a esperança de que fosse amenizada aquela situação. Passados 15 minutos, fui a essa sala, e as crianças estavam em um silêncio total, quase que hipnotizadas ouvindo uma história que ela contava e, vez por outra, eles soltavam uma gargalhada. Em nenhum momento, elas perceberam que eu passava pela sala ou tenha sido necessário chamar atenção ou impor medo para que ficassem comportadas. “O medo é produto de uma educação incorreta e de um comportamento irracional do adulto que o utiliza para dominar e submeter a criança à obediência[...]. Este sentimento precisa ser educado de modo a despertar na criança um estado de liberdade e de coragem.” (Lima; Costa, 2018, p. 17).

Depois de passado o episódio, eu perguntei como ela conseguia “encantar as crianças” com tanta facilidade, mesmo não sendo a professora oficial da turma? Ela simplesmente riu. O principal segredo era a larga experiência com educação infantil, a tonalidade da voz e a oferta de algo prazeroso para os pequenos, ou seja, era o princípio do educar e, ao mesmo tempo, divertir. Para Lima e Costa (2018), as atividades artísticas combinadas às brincadeiras são fundamentais dentro da sala de aula de educação infantil.

O respeito à liberdade da criança é fundamental a partir da concepção de que o desenvolvimento infantil acontece quando há envolvimento, motivação, interesse, ou seja, quando a criança está em atividade [...]. A brincadeira de faz-de-conta de papéis sociais é atividade guia do desenvolvimento e deve ser parte da rotina, com tempo e espaço de qualidade. Todavia, não é a única atividade a ser realizada na escola da infância, existem outras, também importantes, para o desenvolvimento integral da criança, dentre elas as artísticas, de movimento, leitura e escrita (Lima; Costa, 2018, p. 17).

A professora Graça foi exemplo de quem educa pelo profissionalismo, mas não possuía facilidade em repassar as técnicas de aprendizagem ao grupo maior de professores, o qual englobava os educadores da cidade e do campo. Segundo os antigos membros da coordenação dos casulos, a professora Graça exercia um papel importante como orientadora, mesmo não sendo oficialmente orientadora. Quando um professor ou professora estava enfrentando alguma dificuldade, recorriam a ela para encontrarem a melhor forma de contornar aquela situação pedagógica. A professora Rita Betânia conta que as crianças de sua sala ficavam agitadas antes das atividades simples, como lavar a mão para merendar ou ir ao parquinho. Por mais que fosse algo simples, aquilo a incomodava, mas não queria chamar a atenção das crianças. Então, pediu ajuda da professora Graça, a qual prontamente indicou que, no início da agitação, entoasse uma musiquinha, Rita assim o fez, e o problema foi resolvido de maneira muito genuinamente didática.

Depois que freira Brunhilde se afastou das atividades de formação dos professores, essa tarefa passou a ser realizada pelos professores mais jovens, principalmente por aqueles que estavam cursando ou que haviam concluído o curso superior em Pedagogia. O surgimento do curso de Pedagogia só foi possível devido à Emenda Constitucional 14, que permitiu a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que melhorava a remuneração dos professores e permitia, nos primeiros cinco anos, a utilização de recursos desse fundo para capacitação de docentes leigos (Carvalho, 2012, p. 99).

Em Juruti, a prefeitura aproveitou a oportunidade e comprou, em 1998, em centenas de prestações, o curso de Pedagogia da Universidade da Amazônia (Unama) para formação de duas turmas. Esse curso foi oferecido somente a quem era funcionário efetivo da prefeitura. Como havia dois professores que eram cedidos pela prefeitura aos casulos e que passaram no processo seletivo, foi possível a entidade se beneficiar dos novos conceitos educacionais trazidos de Belém pelos professores dessa universidade. Segundo Jader Batista, foi a primeira experiência de turmas de nível superior no município e, a partir daí, houve uma consequente melhoria da oferta de ensino no município, principalmente depois da ampliação dos recursos através do Fundeb³¹. Depois dessas turmas de graduação, foram ofertadas algumas turmas de pós-graduação.

³¹A Lei nº 11.494/2007, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio. É substituto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1997 a 2006 (Carvalho, 2012, p. 159).

Durante o período de vigência do FUNDEF (1996 a 2006) as matrículas na educação infantil no Pará apresentaram um movimento variado, ora em declínio, ora crescente, registrando no último ano de FUNDEF, crescimento de apenas 4,9% em relação ao número de matrículas no ano de 1996. Com a ampliação da política de fundos para toda a educação básica por meio do FUNDEB, a partir de 2007 as matrículas na educação infantil registram crescimentos consecutivos elevados girando em torno de 50% e 60%, durante os seus três primeiros anos de vigência (Carvalho, 2012, p. 162).

Por mais que critiquem esse modelo de oferta de educação em nível superior oferecidos pelas universidades em parcerias com prefeituras, como locais de difícil acesso, sem biblioteca, em escolas do ensino fundamental mal estruturadas e conservadas, os cursos trouxeram novidades e melhoraram a relação professor-aluno nas escolas. De acordo com a coordenação da ACA, os educadores egressos dos cursos de graduação e, principalmente, dos cursos de pós-graduação na área de educação infantil trabalharam novas técnicas e ampliaram o horizonte do conceito e da abordagem dessa modalidade de ensino.

No próximo item, quando tratarmos do Casulo Alegria, far-se-á uma linha do tempo em que se buscará demonstrar o percurso educacional seguido pela instituição e a influência das novas correntes de ensino trazidas pelos egressos dos cursos de graduação e de pós-graduação.

Sobre o aspecto político, a instalação do Casulo Bom Pastor foi muito promissora aos interesses das freiras. Como a irmã Brunilde estava sempre por lá, desde o início dos trabalhos em 1976, tanto nas atividades com as crianças, na criação dos bichos, na roça, quanto nas atividades religiosas e nas visitas às famílias. Tudo isso acabou fortalecendo o vínculo com o bairro e proporcionando o desenvolvimento de lideranças, tanto os que se destacavam na igreja, como também no apoio ao movimento social e político do município. Não se pode dizer que houve apoio maciço do bairro a suas ideias, mas foram significantes. Isso se justifica porque o bairro também era residência de vários empresários e políticos que não compactuavam com os ideais defendidos pelos padres e pelas freiras. Outro fator que contribuiu para a proliferação das ideias de cooperação foi a instalação da sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no bairro. Esse empreendimento contou com a ajuda dos religiosos. Essa sede se tornou um importante ponto de encontro de lideranças das comunidades e, também, um local de formação política e de técnicas agrícolas.

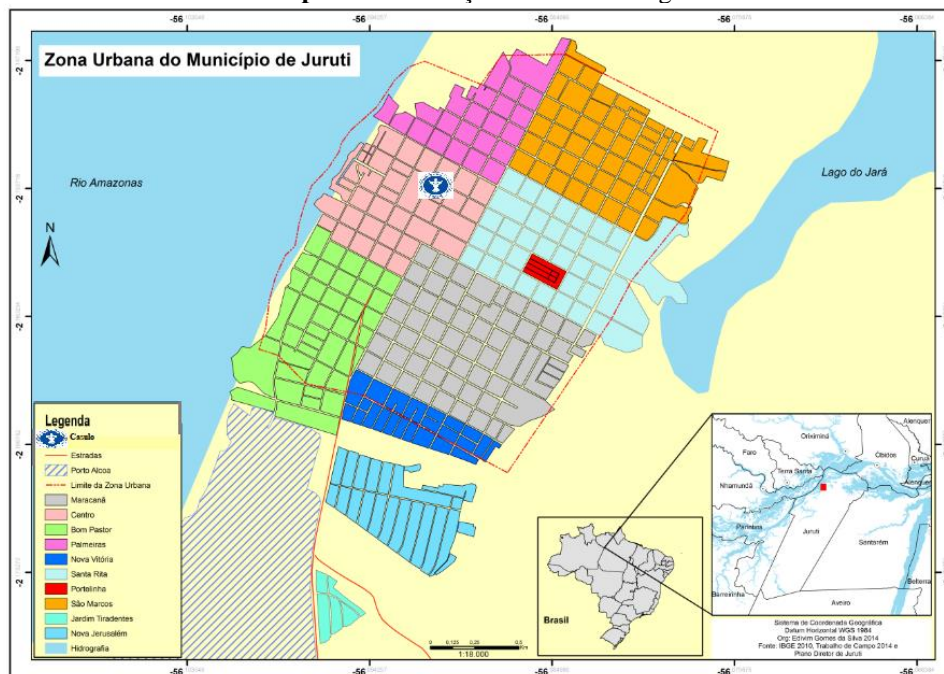
3.8.4 Casulo Alegria

Mapa 6 - Localização geográfica via satélite do Casulo Alegria



Fonte: Mapa elaborado para a Tese (PGEDA), utilizando como base o mapa de Juruti do Website Google Earth (2017). Disponível em: <http://earth.google.com/>

Mapa 7 - Localização do Casulo Alegria



Fonte: Mapa elaborado para a Tese (PGEDA), utilizando como base o mapa de Juruti do artigo científico de Silva e Silva (2016).

O Casulo Alegria está localizado bem no centro da cidade. Atende crianças do Centro e dos bairros Cristo Rei e Santa Rita. Conforme apresenta os mapas 6 e 7, a área de construção desse casulo é bem irregular. No princípio, a irmã Brunhilde e o padre Alfonso adquiriram dois

terrenos próximos à casa paroquial católica e logo começaram a construção dos prédios para o funcionamento dos casulos. À medida que as turmas foram crescendo, novos lotes de terreno eram adquiridos. Ao todo, foram adquiridos seis terrenos, os quais compõem essa unidade de ensino.

Nesse casulo, trabalharam grandes educadores que contribuíram com a formação de boa parte dos munícipes, com destaque para a professora Maria Lucia (*in memoriam*) que, pela sua importância como educadora, empresta seu nome a uma das escolas do ensino fundamental de Juruti. Por quase 20 anos, dirigiu e, ao mesmo tempo, foi professora do Casulo Alegria e tinha como principal característica a habilidade de educar as crianças pelo afeto e, também, pela pressão. De acordo com a coordenação dos casulos, a sua importância para o município era tanta que lhe homenagearam após sua morte colocando seu nome em uma escola, foi a soma de características de sua personalidade com seu grande compromisso profissional que acabaram lhe rendendo esse reconhecimento. Segundo Rita Betânia, que foi sua aluna e, mais tarde, sua colega de trabalho, não havia quem não reconhecesse a capacidade criativa da professora Maria Lúcia. Tudo, para ela, possuía um significado didático. Sua sala era enfeitada de maneira harmoniosa, tanto com materiais que eram adquiridos nas lojas quanto com materiais recicláveis. Ela cultivava um perfeccionismo exagerado, um amor exagerado pela profissão de educadora. Era capaz de ficar na escola horas e horas além de sua obrigação somente para fazer tudo bem-feito e organizado.

O segundo aspecto de sua personalidade era seu compromisso político. De acordo com os antigos membros do partido, tia Maria, como era popularmente conhecida, foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores em Juruti e, durante a última parte de sua vida, dedicou-se assiduamente ao objetivo da tomada de poder pela classe trabalhadora. Sua presença era constante nas reuniões do partido e sua disponibilidade ia da preparação de sopa para ser distribuída nas reuniões e encontros à voz feminina nos palanques, que sempre foi suave, mas cheia de significados e convicta dos objetivos.

O terceiro aspecto era o maternal no sentido amplo da palavra. Ela teve apenas um filho biológico, a quem dedicou muita atenção e afeto, contudo, sua maternidade ia muito além desse filho. Quando o partido político perdia uma eleição, e não foram poucas, era na sua casa que a maioria dos “companheiros” iam receber consolo e incentivo para retomada da caminhada. Era, de certa maneira, um afeto de mãe que fazia recuperar as forças e, a partir de então, traçavam novas metas para outras batalhas.

O quarto ponto era sua fidelidade àquilo que se propunha. Para os casulos da zona urbana, como o Casulo Alegria, a freira Brunhilde conseguiu contratos temporários (que se

tornaram efetivos) de professores com o governo do estado e um desses contratos foi o da professora Maria Lúcia. Outros professores que conseguiram esses contratos, com a ajuda da religiosa, logo pediram para sair do casulo e seguiram para outras escolas do estado, mas a professora Maria Lúcia não, ela foi a única que ficou por muitos anos trabalhando no Casulo Alegria. Apenas ao final da carreira, quando percebeu que sua saúde deteriorava, tornando difícil o trabalho com crianças da pré-escola, foi que pediu transferência para uma escola do estado para trabalhar com crianças do ensino fundamental. Mesmo assim, ainda dividiu seu laboro entre a escola a estadual e o casulo até o limite de sua saúde.

Maria Lúcia teve realização profissional e reconhecimento social pelos serviços prestados como professora dedicada. Em 2004, viu o seu objetivo se realizar com a vitória do partido que ajudou a fundar e consolidar ao executivo municipal, mas não pôde participar efetivamente da campanha política e nem do governo porque sua saúde estava cada vez mais fragilizada. Em 2005, ela se aposentou das atividades laborais e, nesse mesmo ano, em 10 de dezembro, aos 53 anos, faleceu por complicações de inúmeras doenças. Dessa forma, por toda sua representação como professora, fundadora de partido, mulher e liderança, foi decidido que a primeira escola inaugurada na administração petista receberia seu nome como forma de agradecimento e, assim, foi feito.

Do ponto de vista das correntes pedagógicas seguidas pelos casulos desde sua inauguração, a professora Maria Lúcia representa o segmento mais tradicional. Por mais que houvesse elementos distintos no tratamento da educação infantil, no período de 1976 até os anos de 1990, com ênfase no brincar, na valorização da cultura amazônica e na insistência do contato com a natureza, boa parte da regra era imposta pela filosofia utilitarista da LBA. Catunda (2014) reflete que o foco do governo militar no período era abafar o descontentamento da maioria da população com a falta de políticas públicas nos mais variados setores. Quando cria o Projeto Casulo, o objetivo principal não era atender à necessidade educacional da criança, mas amenizar a situação de desespero das mães que necessitavam trabalhar e não tinham um lugar para deixar os filhos.

A nuance assumida por essa postura foi associar a prática com o discurso da igualdade de oportunidades, apontando para o funcionamento de um Estado Benfeitor, que privilegia o individualismo e o utilitarismo sob a capa de bem-estar, do favor e da outorga.[...] O Estado cria então nesse período as instituições estatais, paraestatais e autárquicas, no campo da assistência social, com a finalidade de integrar as reivindicações da classe trabalhadora através de políticas sociais, executadas por estas instituições. Os profissionais de Serviço Social são os agentes executores das Políticas Sociais junto ao proletariado urbano. A partir do Estado Novo fixa-se o marco da consolidação do mercado de trabalho nacional para os assistentes sociais. Neste período, são criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) na lógica do

seguro social; a Legião Brasileira de Assistência - LBA; o Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS (Catunda, 2014, p. 4).

Isso não diminui a importância da professora Maria Lúcia, pelo contrário, ela fazia todo esforço necessário para cumprir as metas que eram impostas pela autarquia da LBA, mesmo que, em outras partes do país, essas metas fossem negligenciadas. Sua tarefa como alfabetizadora era fazer com que as crianças lessem e escrevessem para a satisfação da maioria dos pais e do governo, que investia míseros recursos nesse projeto. Segundo os membros da coordenação que tiveram a oportunidade de estudar e ainda trabalhar com ela, eram raríssimos os alunos que finalizavam a educação infantil no casulo, tendo ela como professora, sem saber os componentes básicos da leitura e da escrita. Contudo, a forma que ela utilizava para chegar a esse resultado era permeado de afeto e, ao mesmo tempo, de severa exigência e até de pavor.

Alguns de seus ex-alunos lembram que se chegassem à escola sem o dever de casa pronto e organizado, logo recebiam punição e, se as desobediências se repetissem, as “orelhas” voltavam para casa vermelhas. Hoje em dia esse tipo de agressão é punido com severo rigor, porque se compreende que qualquer tipo de agressão, seja física ou psicológica, compromete radicalmente o desenvolvimento do indivíduo, mas, na época, essa prática era comum em todas as instituições educacionais e até incentivada pelos próprios pais e mães, que também utilizavam dessa prática violenta (algumas vezes brutal) como forma de correção. Essa situação só melhorou com a promulgação da Lei nº 8.069/1990, que regulamentou o Art. 227 da Constituição Federal, o qual definiu as crianças e os adolescentes como sujeitos de direito. Assis *et al.* (2010) aludem a questão ética sobre a repugnância da prática da violência física e mental que, por muito tempo, perdurou em nossas instituições escolares.

Empurrar, beliscar, dar tapas, puxar o cabelo, bater com a régua, segurar fortemente nos dois braços do aluno e forçá-lo a sentar-se. Tais ações têm uma importante conotação no contexto escolar, não apenas quanto à sua proibição legal, mas também no que se refere à questão ética. Apesar de se observar que, em certas situações, determinadas violências não físicas podem ter efeitos psicológicos mais danosos que os produzidos por castigos físicos, estes últimos têm uma visibilidade maior e são mais condenados pela comunidade em geral (Assis *et al.*, 2010, p. 85).

Dentro dessa filosofia imposta pela LBA, a criança jamais foi considerada o centro da atenção, o objetivo mesmo era cuidar delas enquanto os pais e mães estavam trabalhando e, de preferência, iniciar as atividades educacionais tendo em vista a formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Alfabetizar as crianças, como acontecia em Juruti, era um privilégio e quase uma exceção do programa, pois, no restante do país, as creches eram conduzidas por quem não tinha formação e podia ser contratado por valores ínfimos. A criança, por sua vez,

era relegada a segundo plano. Seus anseios e necessidades era algo completamente inexistente dentro desse pensamento, como afirma Delgado:

Neste contexto a investida no programa de creches da Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), com o projeto “Creche Casulo”, salvo possíveis interesses autênticos da instituição, foi utilizada para mascarar a realidade da falta de vontade política do governo com a situação da família e crianças que viviam em condições socioeconômicas desfavoráveis. O discurso oficial que se gerava em torno do atendimento aos pequenos era baseado no conceito de ações para solucionar as carências produzidas pela pobreza e também para atenuar o fracasso escolar dos alunos oriundos do “quarto estrato da sociedade” no ensino primário. A educação ofertada às crianças menores que 7 anos estava baseada, assim, como preparação para o ofício escolar. O atendimento à criança pobre, enquanto educação compensatória, também reforçava a ideia de que este atendimento serviria para suprir as carências nutricionais, de higiene, de cuidado e, assim, não caberia uma perspectiva mais “pedagógica” neste trabalho. Muito embora se discuta, nos dias atuais, que as dimensões do cuidar e educar estão imbricadas e que não se cuida sem educar e vice e versa, os sentidos dados pela vinculação em secretarias diferentes na época da ditadura militar poderia induzir as práticas dos adultos que trabalhavam nas creches ou nas pré-escolas (Delgado, 2019, p. 69).

A configuração do atendimento à criança se transformou gradativamente a partir de alguns eventos que iniciaram no final dos anos de 1980, como: promulgação da Constituição de 1988; a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990; a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996. E, a reboque dessa nova legislação, são lançados os Planos Curriculares Nacionais, em 1997, e a abertura de cursos de graduação e pós-graduação para professores do ensino básico a partir de 1998. E, por fim, a ampliação do ensino fundamental para 9 anos em 2006 pela Lei nº 11.274, que impactou no atendimento das crianças, dando um novo sentido ao aspecto infantil na pré-escola.

O presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) encerrou as atividades da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1 de janeiro de 1995, e a responsabilidade pelas creches e pelas pré-escolas passa para os estados e municípios. No Pará, no primeiro momento, a responsabilidade de gerenciar as creches e as pré-escolas ficou para a Secretaria de Estado de Trabalho e Promoção Social (SETEPS). Segundo antigos coordenadores, foi com essa secretaria que a coordenação dos casulos firmou convênio, inclusive, a professora Maria Lúcia, coordenadora na época, foi a Belém para assinar o convênio e deixar o órgão a par do funcionamento da entidade. Essa parceria só durou dois anos porque o Estado passou a obrigação para a Prefeitura Municipal de Juruti. Esse período de transição da LBA para o estado e depois para o município foi o mais penoso para a história dos casulos em Juruti. O principal problema era a falta de recursos, pois a SETEPS não repassava as verbas regularmente e depois passou a incumbência do repasse para a prefeitura a qual estava, na época, impedida de receber

recursos porque a administração não havia prestado contas dos repasses federais nos anos anteriores.

O ano de 1996 foi de calamidade não somente para os casulos, mas também para a educação em geral e todo o funcionalismo da prefeitura que ficou vários meses sem receber salários. Sem verbas suficientes para prosseguir, as unidades dos casulos tiveram que parar as atividades por alguns meses. Rodrigues (2020) conclama os órgãos de controle e punição para que seja amenizado esse problema histórico do Brasil, que prejudica sempre os mais vulneráveis.

Não obstante, destacam-se os achados obtidos em relação à ocorrência de má gestão. Nota-se que, em comparação com os atos de corrupção, esse tipo de irregularidade ocorreu em maior proporção nos gastos com o ensino básico. Isso indica que a maior parte do desperdício de recursos públicos não favoreceu um agente público, ela decorreu do descaso e despreparo desses agentes na aplicação dos recursos públicos.[...] Acredita-se que, para identificar esse tipo de desperdício, mostra-se necessário que os órgãos de controle e punição (tribunais de contas, controladorias, Polícia Federal [PF] e Ministério da Justiça [MJ]) realizem fiscalizações frequentes, uma vez que eles têm instrumentos e treinamentos que possibilitam a identificação dos atos de corrupção (Rodrigues *et al.*, 2020, p. 317).

A partir de 1997, com a nova administração, foi regularizada a situação da prefeitura com o governo federal, retomado e refeito o convênio, contudo, os recursos atrasados da administração anterior foram todos cancelados. Os oito anos que se seguiram até 2004 foram de muitas dificuldades financeiras. A prefeitura atrasava os repasses e boa parte da merenda escolar. A sobrevivência dos casulos somente foi possível porque os amigos da freira Brunhilde faziam campanhas na Alemanha e conseguiam recursos, o que amenizava as despesas urgentes. A partir de 2005, o convênio foi ampliado com a prefeitura e praticamente todos os funcionários passaram para a folha da administração pública, assim como a manutenção também. Dessa forma, a Associação Amiga das Crianças passou a ser uma prestadora de serviços para a prefeitura porque os alunos atendidos passaram a configurar como pertencentes à rede pública municipal, o que propiciou o repasse per capita aos cofres da prefeitura pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, conforme regulação da Lei nº 11.494/2007.

- I - oferecer igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional gratuito a todos os seus alunos;
- II - comprovar finalidade não lucrativa e aplicar seus excedentes financeiros em educação na etapa ou modalidade previstas nos §§ 1º, 3º e 4º deste artigo;
- III - assegurar a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessionais com atuação na etapa ou modalidade previstas nos §§ 1º, 3º e 4º deste artigo ou ao poder público no caso do encerramento de suas atividades;

IV - atender a padrões mínimos de qualidade definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino, inclusive, obrigatoriamente, ter aprovados seus projetos pedagógicos (Brasil, 2007).

A fase de transição da parceria entre a LBA e a prefeitura foi traumática, do ponto de vista financeiro, até ser estabelecido uma certa normalidade a partir de 2005. Contudo, na parte pedagógica, houve novas reflexões acerca do entendimento sobre educação infantil. Em 1997, foram lançados os Planos Curriculares Nacionais (PCNs), entre eles, o da educação infantil. Esse assunto era novidade nos cursos de nível superior em Pedagogia que eram comprados pela prefeitura. Assim como havia os elogios, principalmente na parte do respeito, da interação com a criança e dos temas relacionados à transversalidade, como saúde, ética, sexualidade, meio ambiente e outros; do outro lado, havia uma “enxurrada” de críticas à forma como eram apresentados os PCNs para a sociedade, entre elas, estão: um documento muito bem elaborado com participação de algumas universidades, mas com pouca participação de outros segmentos educacionais, pouca ênfase democrática; ideias muito próximas à filosofia construtivista e pouco interacionista, portanto, individualistas e ligadas à satisfação do mercado e ao liberalismo econômico; guiado por currículos de outros países e de outras realidades; e, por fim, o baixo apelo à criticidade, como reposta Chaddad:

Com relação à elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) pode-se dizer que em nenhum momento houve uma construção democrática dos mesmos. O texto afirma que os PCNs tiveram início a partir do estudo curricular de estados e municípios brasileiros, da análise realizada pela Fundação Carlos Chagas sobre currículos oficiais e do contato com informações relativas a experiências de outros países, como, por exemplo, a Espanha[...]. Pode-se dizer que estes documentos estão de acordo com o processo de reorganização da produção capitalista, que data de meados dos anos 1980/1990. O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) conduziu as políticas de forma associada e subordinada aos organismos internacionais, gestores da mundialização do capital e dentro da ortodoxia da cartilha do credo do mercado ou do sistema neoliberal, cujos ideários são a ideia de livre mercado e da irreversibilidade de suas leis (Chaddad, 2015, p. 7-11).

Segundo Rita Betânia, que hoje coordena o Casulo Alegria e que está nessa unidade como educadora desde o início dos anos de 1990, os PCNs foram importantes porque propiciaram a reflexão de novos temas a serem tratados no ambiente de sala de aula com as crianças, como a transversalidade. O curso de Pedagogia também propiciou um conhecimento mais aprofundado sobre a legislação educacional, sobre os grandes teóricos da educação e algumas abordagens sobre técnicas para o ensino e para a aprendizagem, entretanto, o curso era muito mais voltado ao ensino fundamental do que para a educação infantil. Em sua visão e pela

sua vivência profissional na área da educação infantil, o currículo do curso era inadequado, pois não havia muita preocupação com a abordagem para a infância.

Para Rita Betânia, o curso de pós-graduação em educação infantil oferecido pela prefeitura em 2014, em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), e ministrado pelas professoras Celi da Costa Silva Bahia, Adelize Braga e Solange Mochiutti foi o divisor de águas na compreensão de como trabalhar com a educação infantil e de como compreender a criança. Esse curso foi ministrado em vários municípios do Pará e, ao final da experiência, foi lançado o livro “Educação Infantil na Amazônia: entrelaços entre Saberes e Práticas Docentes”, com as principais experiências, dentre elas, a de Juruti, e teve como autora a própria Rita Betânia da Silva Pereira.

No livro, Pereira (2018) comenta que ficou impactada com as colocações das professoras sobre a abordagem com as crianças como agentes ativos do processo educacional. Durante décadas trabalhando com educação infantil, tanto como professora quanto como gestora, a sua preocupação era cuidar para que o ambiente estivesse organizado e sempre tivesse material didático suficiente para trabalhar com as crianças na sala de aula, e achava que isso era o suficiente.

Assim, durante esses anos trabalhei incansavelmente para oferecer às crianças um espaço limpo e seguro, ao ponto de retirar regularmente pedrinhas, gravetos e folhas do espaço externo para evitar qualquer acidente as envolvendo; também, mesmos com os poucos recursos existentes, trabalhei o tempo de permanência na escola. Nesse processo, sempre tomei as decisões sozinha ou compartilhava com os colegas de ofício, julgando cumprir como gestora muito bem minha função (Pereira, 2018. p. 34).

Com o avançar do curso, ela percebeu que o atendimento à criança era feito de maneira verticalizada. Não se indagava as reais necessidades dos alunos. Por mais que fizessem um atendimento satisfatório, a ideia não partia da criança, mas do professor que organizava tudo e depois executava. Outro ponto importante era a riqueza dos aspectos naturais que eram desperdiçados no ensino-aprendizagem por pura falta de atenção e compreensão sobre as técnicas educacionais, por exemplo, os ciclos das árvores, os animais que povoavam os terrenos dos casulos, como pássaros e seus ninhos, a formiga e seus formigueiros, as minhocas, enfim, era tanta coisa perdida que houve até frustração no primeiro momento. Então, era preciso mudar esse atendimento, mas isso não se faz de uma hora para outra. Era necessário reeducar a percepção e olhar as crianças a partir das suas vivências e de seus anseios.

Mais do que compreender a importância da organização do espaço para a aprendizagem e o desenvolvimento da criança, é mister destacar que sendo ela um

sujeito que desde o seu nascimento tem potencial para expressar suas necessidades seus sentimentos e desejos, não poderá ser vista apenas como expectadora e consumidora de um ambiente organizado para ela. Sendo a criança o centro do planejamento curricular, além de assegurar-lhe o direito de participar do processo de organização deste (Pereira, 2018, p. 36).

A partir dessa nova concepção, foi-se aprimorando o olhar sobre a necessidade e vivência da criança. Nas rodas de conversa, os professores começaram a perguntar para os pequenos do que eles gostavam e não gostavam no casulo, e as respostas foram surpreendentes. Algumas disseram que gostavam das cores dos casulos, mas achavam que havia pouca cor da sua tribo do festival³², o que evidenciava a imersão cultural das crianças; outras queriam elementos mais sofisticados para o parquinho, como pula-pula e campo de futebol. Os professores então explicaram que era difícil comprar certos brinquedos para o parque porque era muito caro e não se dispunha de tanto dinheiro para essa aquisição, mas o campinho de futebol era possível fazer e assim foi feito com algumas carradas de areia e ajuda mútua. Nesse caso específico, a ideia do campo de futebol partiu da própria criança, o que não deixava de ser revolucionário pela mudança de eixo na abordagem (Pereira, 2018, p. 36-37).

À criança, deve ser garantido o direito a um espaço que lhe permita viver sua infância plenamente, e que promova interações entre crianças e entre adultos e crianças. No entanto, é fundamental que elas possam expressar seus sentimentos, opiniões, curiosidades, pedidos reclamações e sejam ouvidas (Brasil, 2010).

Segundo Rita, outras percepções foram ocorrendo naturalmente no decurso das atividades, e os professores começaram a ficar mais atentos e apurar mais os sentidos, principalmente, a audição. E, nesse universo cultural da criança, perceberam que, em suas falas e ações do dia a dia, estavam impregnadas as atividades laborais de seus pais e de suas mães. Como muitas delas eram filhas e filhas de pescadores, os professores, junto à coordenação, resolveram reproduzir réplicas de canoas, e o resultado foi impressionante, não somente com o brincar tendo a canoa como instrumento (figura 60), mas como suscitaram dezenas de histórias de suas famílias relacionadas à canoa como meio de transporte, de trabalho e de sobrevivência através da atividade da pesca artesanal.

³²Evento folclórico chamado Festival das Tribos Mundurucu e Muirapinima que ocorre no final de julho em Juruti.

Figura 60 - Crianças brincando de faz de conta



Fonte: Acervo digital de Rita Betânia.

A percepção geral é a de que adequar a realidade cultural da criança ao planejamento anual, tendo ela como agente ativo do processo de construção da aprendizagem, é o caminho mais curto que se leva à construção de significados relevantes, como aponta Vygotsky:

Desse ponto de vista, portanto, o brinquedo simbólico das crianças pode ser entendido como um sistema muito complexo de "fala" através de gestos que comunicam e indicam os significados dos objetos usados para brincar. É somente na base desses gestos indicativos que esses objetos adquirem, gradualmente, seu significado[...] A criação de uma situação imaginária não é algo fortuito na vida da criança; pelo contrário, é a primeira manifestação da emancipação da criança em relação às restrições situacionais. O primeiro paradoxo contido no brinquedo é que a criança opera com um significado alienado numa situação real. O segundo é que, no brinquedo, a criança segue o caminho do menor esforço - ela faz o que mais gosta de fazer, porque o brinquedo está unido ao prazer - e, ao mesmo tempo, ela aprende a seguir os caminhos mais difíceis, subordinando-se a regras e, por conseguinte, renunciando ao que ela quer, uma vez que a sujeição a regras e a renúncia à ação impulsiva constitui o caminho para o prazer no brinquedo (Vygotsky, 1991, p. 66).

De acordo com a coordenação, com os cursos de graduação, pós-graduação e outras formações oferecidas pela prefeitura, ampliou-se o entendimento sobre a criança e, ao mesmo tempo, impuseram-se novos desafios. Não é fácil mudar uma cultura educacional de uma hora para outra. Esse processo exige tempo e persistência, e nem todos os professores estão propensos a aceitar novidades com facilidade. Então, é algo que precisa primeiro ser entendido para, depois, ser trabalhado. Nos cursos de formação, estão sendo, aos poucos, introduzidas as

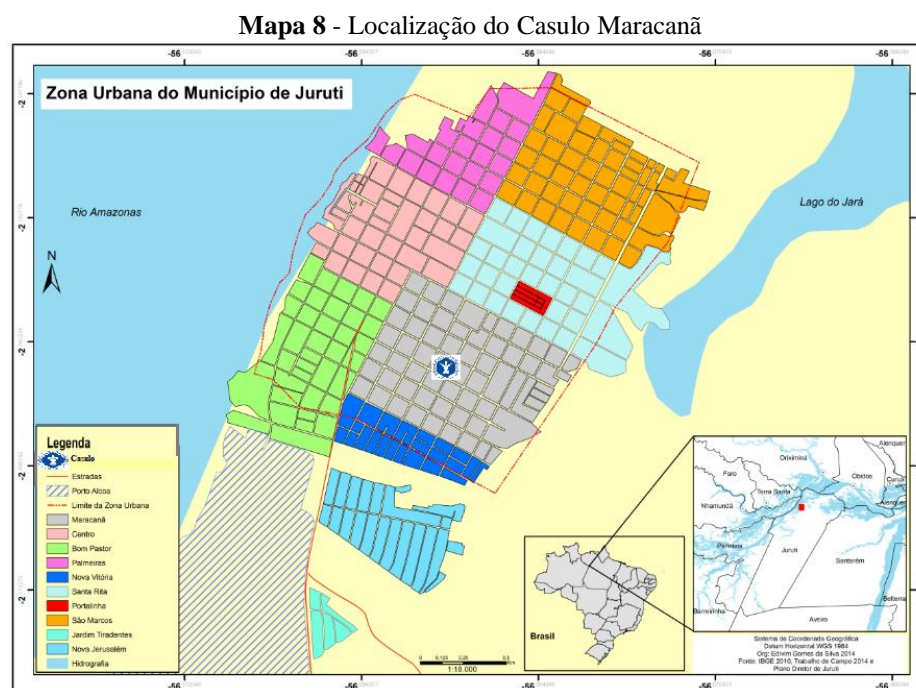
ideias de que uma sólida formação social passa pelo exercício da plena liberdade de pensar, de agir e de responder com alteridade aos desafios que a história lhes impõe. E, segundo Vygotsky (1991), a primeira manifestação da emancipação do ser humano ocorre na infância através da relação com as pessoas, da ressignificação dos objetos, da construção da linguagem e de sua plena inserção na cultura.

Por mais que os casulos fizessem parte do projeto de emancipação dos trabalhadores rurais e, portanto, impregnados de aspectos políticos, não havia essa visão elaborada da criança como sujeito histórico e responsável por seu próprio conhecimento através de suas escolhas e ligadas ao seu universo cultural. Isso evidencia a dinâmica do processo histórico educacional e a sujeição a constantes transformações. Em 47 anos de existência, as escolas tiveram que se adaptar às dificuldades relacionadas à política de todas as esferas, à nova legislação e às novas correntes pedagógicas que ampliaram a visão sobre a infância. Libâneo (2001) se debruça há muito tempo a debater a relação fundamental da educação como ato político.

O processo educativo se viabiliza, portanto, como prática social precisamente por ser dirigido pedagogicamente. Em outras palavras, é o caráter pedagógico que introduz o elemento diferencial nos processos educativos que se manifestam em situações históricas e sociais concretas. Precisamente pelo fato de a prática educativa se desenvolver no seio de relações entre grupos e classes sociais é que é ressaltada a mediação pedagógica para determinar finalidades sociopolíticas e formas de intervenção organizativa e metodológica do ato educativo (Libâneo, 2001, p. 9).

Do ponto de vista político-partidário, o Casulo Alegria, mesmo tendo como dirigente, por muitos anos, uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores, não influenciou com tanta veemência na vontade política dos moradores do centro da cidade onde ele está localizado, e isso se expressa nos resultados das eleições. Embora houvesse crescimento gradativo da votação nos partidos de esquerda, nunca, no computo geral, o Partido dos Trabalhadores venceu na parte central da zona urbana do município. A diferença, quando o partido vencida uma eleição, sempre foi tirada na zona rural. Por isso, a efetivação dos casulos nessas áreas rurais foi estratégica para a consolidação política dos trabalhadores no âmbito municipal.

3.8.5 Casulo Maracanã



Fonte: Mapa elaborado para a Tese (PGEDA), utilizando como base o mapa de Juruti do artigo científico de Silva e Silva (2016).

O Casulo Maracanã, localizado no bairro homônimo (mapa 8), foi inaugurado no começo dos anos 2000 em uma parceria entre a ACA e a Pastoral da Criança Católica e, posteriormente, o grupo Casulo assumiu toda a responsabilidade administrativa e pedagógica. O grande desafio dessa unidade foi a permanência das crianças. Apesar de iniciar com uma boa quantidade de matriculados, com o tempo, esses alunos iam reduzindo ao ponto de praticamente zerar as turmas. Apesar de várias visitas e apoios pedagógicos da instituição, o problema não foi resolvido, e a unidade foi entregue aos cuidados da secretaria de educação.

De acordo com a coordenação, o principal fator da desistência foi a falta de equipe ampliada de administradores educacionais para cuidar dos problemas gerais dos casulos. A coordenação se resumia a quatro pessoas, o que era humanamente impossível equacionar todos os problemas das 23 unidades ao mesmo tempo. Então, para resolver, em parte, esse problema de gestão, era acrescentado aos cursos de formação as habilidades administrativas. Além das técnicas de ensino e de aprendizagem, o professor deveria saber resolver os problemas corriqueiros da escola e desta com as comunidades, e, quando não se tinha alternativa, recorria-se à última instância, que era a coordenação geral dos casulos.

A dificuldade era que nem todos os professores conseguiam fazer esse equilíbrio entre o magistério e a administração, gerando um acúmulo de responsabilidade à coordenação já reduzida. Ultimamente, os casulos maiores, com mais de 80 crianças matriculadas, possuem

pelo menos um coordenador pedagógico, o que ameniza a responsabilidade da coordenação central. Schramm *et al.* (2019) enfatizam a necessidade de tratar a educação infantil com responsabilidade e organicidade para, assim, superar o estigma da improvisação.

Desta forma, pode-se constatar que hoje os problemas inerentes à educação infantil no Brasil, de forma geral, são históricos, e que se resumem numa [...] a carência de políticas públicas globais, falta de coordenação entre programas educacionais, necessidade de corpo docente qualificado, ausência de programas direcionados a este nível de ensino, foco na pedagogia da “prontidão” para o ensino fundamental, participação da família e da sociedade como um todo. Para localizar melhor os desafios da educação infantil no Brasil, hoje, são imprescindíveis discutir qual a sua função social, para tanto, é importante caracterizar a especificidade da infância, suas necessidades, estímulos, o que é preciso para o desenvolvimento humano e social da criança nesta faixa etária (Schramm *et al.*, 2019, p. 82).

O Casulo Maracanã é um bom exemplo das limitações que a coordenação enfrentou para administrar um conjunto de pré-escolas cujos objetivos foram se alterando no decurso da história. Esse período divide-se em quatro grandes momentos, no qual, destacaremos no quadro 4.

Quadro 4 - Períodos administrativos dos casulos

Período	Administração	Financiadores	Objetivos
1976-1992	Freiras Franciscanas	LBA, parentes das freiras e dos padres alemães e ONGs internacionais.	<ul style="list-style-type: none"> - Formar a criança integralmente nos aspectos social, físico, motor, psicológico e religioso; - Alfabetizar as crianças nas letras e nos números; - Formar lideranças religiosas e políticas nas comunidades urbanas e rurais; - Formar os pequenos lavradores para assumirem os rumos políticos partidários do município.
1993-1995	Freiras Franciscanas e ACA	SETEPS, parentes das freiras e dos padres alemães e ONGs internacionais.	<ul style="list-style-type: none"> - Formar a criança integralmente nos aspectos social, físico, motor, psicológico e religioso; - Alfabetizar as crianças nas letras e nos números; - Formar lideranças religiosas e políticas nas comunidades urbanas e rurais; - Formar os pequenos lavradores para assumirem os rumos políticos partidários do município.
1995-2004	ACA	PMJ, parentes das freiras e dos padres alemães e ONGs internacionais.	<ul style="list-style-type: none"> - Formar a criança integralmente nos aspectos social, físico, motor e psicológico; - Alfabetizar as crianças nas letras e nos números; - Continuar o esforço para que os pequenos lavradores assumissem os rumos políticos do município.
2004-até o presente	ACA	PMJ, parentes da freira Brunhilde e ONGs internacionais	<ul style="list-style-type: none"> - Formar a criança integralmente nos aspectos físicos, motores e psicológicos;

Fonte: Produção do próprio autor.

Reparem que, à medida que o tempo foi passando, alguns dos objetivos eram atingidos e eliminados, e outros precisaram ser adaptados. Quando as freiras estavam completamente à frente dos casulos (1976-1992), havia a liberdade de tratar abertamente sobre política partidária nas dezenas de reuniões que ocorriam para construir os prédios, manter e direcionar as atividades com as crianças. A verba que entrava no caixa, vinda da LBA, era mínima diante da quantidade de dinheiro que as freiras precisavam conseguir todo mês para pagar as despesas. Por mais que os técnicos do governo federal alertassem as freiras para levar em consideração os princípios da administração pública³³, mesmo assim não havia outro caminho que não fosse mudar os rumos políticos do município.

A irmã Brunhilde era consciente de que, se elas deixassem as atividades de manutenção nas mãos dos agentes públicos, o trabalho todo seria destruído. Por isso, a imensa preocupação em tratar dos elementos políticos-partidários, da consciência crítica e da luta de classe porque, sem isso, dificilmente haveria continuidade das atividades sociais, como pontua Saviani:

Vê-se, pois, que numa sociedade dividida em classes com interesses antagônicos como é o caso da sociedade brasileira atual, a educação escolar move-se inevitavelmente no âmbito da luta de classes quer se tenha ou não consciência disso, quer se queira ou não assumir essa condição. Aliás, ignorar essa situação ou pretender manter-se neutro é uma forma objetivamente eficiente de agir em consonância com os interesses dominantes (Saviani, 2013, p. 27).

Com a saída das freiras, as coordenações subsequentes tentaram seguir o mesmo ritmo de trabalho e a mesma convicção política junto aos comunitários. No início, até conseguiram desenvolver os trabalhos dentro do planejado, pois a irmã Brunhilde estava por perto dando apoio, mas, à proporção que as freiras começaram a se afastar para dar autonomia, os problemas começaram a se avolumar a ponto de praticamente encerrarem as atividades. O ponto mais crítico ocorreu entre 1993 e 1997 quando não havia recursos para a manutenção devido à inadimplência da prefeitura junto aos órgãos públicos, mesmo assim, a entidade sobreviveu. Freire (2000) reflete o quanto é difícil lutar contra o poder constituído, mas não vê alternativa que não seja da resiliência e da rebeldia:

É por isso que uma das condições da continuidade da briga contra o poder que nos domina é reconhecer-nos perdendo a luta, mas não vencidos. Era disso que precisava. Obviamente algo tão fácil de ser feito. Se exercer à vontade na luta contra quem nos ameaça e oprime fosse coisa que fizesse sem pertinaz trabalho e sem notável

³³Por se tratar de verba pública, há que se observar o Art. 37, da Constituição Federal de 1988, que trata da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

sacrifício, a luta contra qualquer tipo de opressão seria bem mais simples. Percebe-se facilmente a importância da vontade compondo um tecido complexo com a resistência, com a rebeldia na confrontação ou na luta contra o inimigo, que às vezes, mais do que nos espreita, nos domina (Freire, 2000, p. 23).

Outro problema sério vivido pela nova coordenação foi a tentativa de a prefeitura assumir a responsabilidade com as pré-escolas. Como os políticos tradicionais já haviam conseguido o grande feito de fazer com que as religiosas saíssem da sede do município em 1992, o foco seria repassar a administração dos casulos para a prefeitura. Segundo a freira Brunhilde, desde meados dos anos de 1980, havia a tentativa dos prefeitos de Juruti em transferir os repasses de recursos da LBA diretamente para prefeitura, mas, como os técnicos da autarquia que visitavam anualmente as pré-escolas e conheciam a relevância dos trabalhos desenvolvidos pelas freiras, impediam que isso acontecesse.

Finalmente, a partir de 1998, houve a oportunidade de o prefeito repassar definitivamente os casulos para a administração da prefeitura, pois havia cessado os convênios com a LBA e com a SETEPS. Dessa forma, se os casulos quisessem continuar, teriam que assinar convênio com a prefeitura. Para piorar a situação, boa parte dos funcionários dos casulos trabalharam com afinco para tentar eleger o candidato derrotado. Segundo membros dessa coordenação da ACA, em 1998, depois de algumas tentativas de se reunirem com o prefeito, finalmente, conseguiram marcar uma audiência para uma terça-feira, às 9h da manhã. No horário marcado, todos os membros da coordenação da ACA estavam nas dependências da prefeitura para enfrentar o prefeito, mas só foram atendidos às 14h. De acordo com os funcionários da prefeitura da época, essa espera foi proposital, uma espécie de castigo maldoso.

A reunião foi breve e objetiva. A coordenação da ACA apresentou os trabalhos que eram desenvolvidos com as crianças no município e sentenciou que, se não houvesse parceria entre prefeitura através de convênio, o serviço seria imediatamente interrompido porque não havia condições de continuar sem esses recursos. A resposta não foi imediata, depois de uma palestra sobre seus feitos pessoais, o prefeito pediu para que esperassem mais uns dias. Passado algum tempo, a administração decidiu por bem assinar o convênio com a ACA. Seria desgastante politicamente tentar tirar a pré-escola da associação. Para o prefeito, foi mais vantajoso maltratar a entidade com indiferença e com “sadismo”³⁴ e, por dezenas de vezes, atrasar os repasses financeiros do que tomar os casulos das mãos da ACA, o que gerava desespero nas coordenações. A partir de 2005, o ex-prefeito perdeu os direitos políticos e até a data de seu

³⁴Palavra usada para se referir a um indivíduo que sente prazer com o sofrimento alheio.

falecimento não havia conseguido recuperá-los. Para Marx (2013), faz parte do repertório burguês o desfrute sádico da infelicidade alheia:

Por isso, embora o esbanjamento do capitalista não tenha jamais o caráter de *bona fide* [boa-fé] do esbanjamento do pródigo senhor feudal, nele subjazendo, antes, a mais sórdida avareza e o cálculo mais angustioso, sua prodigalidade aumenta, contudo, a par de sua acumulação, sem que uma tenha de prejudicar a outra. Com isso, ao mesmo tempo se desenvolve, no coração do capitalista, um conflito fáustico entre os impulsos da acumulação e do desfrute (Marx, 2013, p. 814).

Por mais que o período de 1998 a 2004 tenha sido desgastante devido às hostilidades da administração pública, não há como negar que essa experiência acabou servindo para amadurecer a equipe coordenadora da entidade e possibilitou, finalmente, a ruptura do “cordão umbilical” com a freira Brunhilde. A partir de 2005, com um governo alinhado ideologicamente com os princípios da entidade, acabou-se criando uma grande expectativa de que o novo governo faria uma revolução nos casulos, com melhorias dos salários e dos prédios, o que acabou não se confirmando, pois, tanto as entidades apoiadoras quanto as comunidades esperavam as mesmas realizações e a prefeitura não trabalhava com orçamento ilimitado, alegava o prefeito. Contudo, houve melhorias significativas, como certa regularidade no repasse financeiro e a contratação dos funcionários por meio da prefeitura.

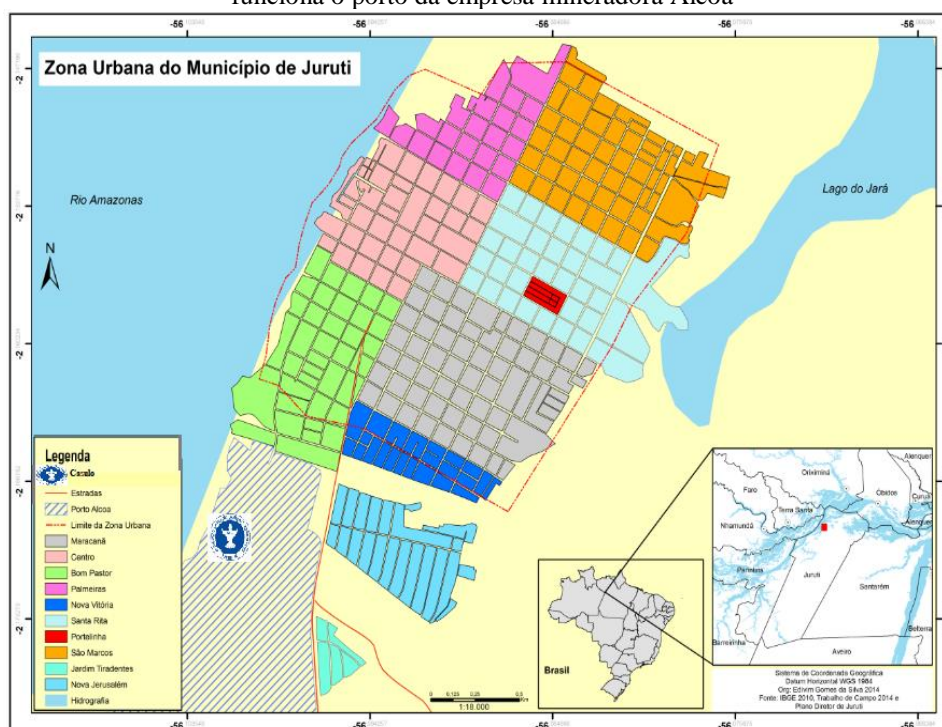
Por conta desse entusiasmo e das promessas de campanha do governo que iniciava, como ampliação do atendimento às crianças, a coordenação dos casulos resolveu apostar no aumento das unidades atendidas, tanto na cidade como na zona rural. Dessa forma, começou a construção do Casulo João e Maria, na zona urbana, Casulo Maracanã e São Francisco (parceria com a Pastoral da Criança) e Casulo Terra Preta na região do Lago Grande do Salé. Toda essa animação se transformou em desespero. A coordenação percebeu que não daria conta de cuidar do restante das unidades e, ao mesmo tempo, construir novos casulos, principalmente, porque não havia pessoal suficiente para tanto trabalho e, além do mais, o preço do material de construção inflacionou devido ao empreendimento de mineração de bauxita no município. Para equacionar os problemas, foi necessário parar por dois anos a construção do Casulo João e Maria e entregar o Casulo Maracanã para a prefeitura.

A partir de 2010, a coordenação da ACA decidiu não mais ampliar o número de unidades e somente administrar os casulos que já estavam em funcionamento. A coordenação atual acredita que só foi possível levar adiante essa experiência iniciada em 1976 porque houve muita resiliência, força de vontade e, principalmente, humildade para aprender com os erros. O pesquisador não conseguiu detectar outra experiência com creche e pré-escola iniciada na

década de 1970, entre ONG e LBA, que tenha sobrevivido à extinção da Legião Brasileira de Assistência em 1995. A maioria foi extinta ou entregue à administração das prefeituras. Em Juruti, o modelo resistiu porque conseguiu fazer parceria com a prefeitura, se não fosse dessa forma, já teria sido extinta também.

3.8.6 Casulo Terra Preta – Zona Urbana – desativado

Mapa 9 - Local onde antes funcionava o Casulo Terra Preta – hoje, na área, funciona o porto da empresa mineradora Alcoa



Fonte: Mapa elaborado para a Tese (PGEDA), utilizando como base o mapa de Juruti do artigo científico de Silva e Silva (2016).

O local onde foi instalado o casulo se chamava Terra Preta (mapa 9) pelo motivo do solo da região ser composto por sedimento antrópico. Por milhares de anos, indígenas habitaram essa parte específica do município e foram depositando no solo elementos orgânicos, como restos de alimentos que se decompuseram formando um solo da cor negra, rico em nutrientes e, por conseguinte, apropriados para a prática da agricultura. Nesses locais, é comum encontrar os restos de cerâmica desses antigos habitantes, conforme figura 61.

Figura 61 - Terra preta de indígena com cacos de cerâmica



Fonte: Centro de Arqueologia dos Biomas da Amazônia [website]. Disponível em: <https://portalamazonia.com/estados/amazonas/sitios-arqueologicos-na-amazonia>. Acesso em: 20 jan. 2023.

O Casulo Terra Preta foi efetivado no final dos anos de 1980 e teve que ser fechado ao final dos anos de 1990 por falta de matrículas. Era considerado um casulo da zona rural, apesar de ficar muito próximo à zona urbana. O principal motivo do encerramento das atividades foi a redução do nascimento de crianças nas famílias. Os descendentes das numerosas famílias não seguiram o exemplo de seus pais e acabaram adotando a prática do planejamento familiar. Segundo a coordenação dos casulos, houve, também, casos de descendentes que migraram para outras cidades, principalmente Manaus, algo comum nas famílias do município, o que acelerou o encerramento das atividades no casulo.

Apesar do encerramento das atividades educacionais do Casulo Terra Preta, a freira Brunhilde não permitiu que a unidade fosse desmontada. Havia sempre a esperança de que, com o crescimento populacional da cidade para o centro-oeste (mapa 10), em pouco tempo, haveria crianças suficientes para reabrir a unidade. Contudo, com implantação da empresa de mineração no município, essa ideia teve de ser completamente encerrada, porque a Alcoa decidiu adquirir grande parte dos terrenos da comunidade Terra Preta, transformando esse local em porto para o escoamento do minério lavado (figura 62). Apesar da relutância de muitas famílias em vender suas terras, inclusive da Igreja Católica, que era a proprietária das terras onde estava instalado o casulo, a empresa utilizou de estratégia de convencimento “corpo a corpo” com profissionais experientes, deixando pouca margem para as famílias recusarem as míseras ofertas financeiras.

Figura 62 - Visão panorâmica do porto de embarque da bauxita minerada pela Alcoa em Juruti



Fonte: CEFEM – Compensação Financeira por Empreendimentos Minerais.

Aqui vale uma reflexão sobre esses projetos de exploração na Amazônia que, no futuro, serão retratadas como grandes “vergonhas” nacionais nos compêndios de história. E há um porquê: Juruti passou pelos vários “surto” de exploração econômica, inclusive dos grandes projetos de desenvolvimento, como esse de exploração de bauxita, e ainda continua pobre. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³⁵ é de 0,592, bem abaixo do índice geral do estado, 0,646. A preocupação dos projetos não é e nunca foi melhorar a qualidade de vida das pessoas, mas explorar os recursos até exaustão para enriquecimento de alguns e, propositadamente, deixando o ônus para a população, principalmente, para os mais vulneráveis, como as crianças.

Um exemplo clássico dessa lógica capitalista perversa aconteceu com a exploração em Juruti Velho da árvore pau-rosa até seu limite. Em 1920, a empresária e “socialite” francesa Coco Chanel lança no mercado um perfume que se tornou o mais vendido de todos os tempos: o Chanel Nº 5. A essência desse perfume era extraída justamente da árvore pau-rosa. O problema dessa empreitada era que precisava de muitas árvores para se extrair o mínimo de essência para a fabricação do perfume. Como essa fragrância se tornou um sucesso de vendas no mundo inteiro, principalmente depois que a atriz Marilyn Monroe³⁶ se tornou garota propaganda da marca, ocorreu a busca desenfreada pelas árvores pau-rosa na Amazônia. Na floresta de Juruti Velho, onde hoje está instalado o projeto de mineração de bauxita, havia uma vasta quantidade dessa árvore, despertando a ambição dos exploradores da mata. Segundo Ferraz *et al.* (2009), os franceses iniciaram a exploração dessa árvore nas Guianas, onde há um

³⁵Escala desenvolvida pela Organização das Nações Unidas que compara o desenvolvimento dos países através dos indicadores educacionais, riqueza, expectativa de vida, infraestrutura, dentre outros.

³⁶Atriz ícone de Hollywood nas décadas de 1940 e 1950 e símbolo sexual da cultura norte-americana nesse período.

território sobre a sua jurisdição, e, assim que acabou o estoque da madeira nessa floresta, rumaram para o Brasil.

A descoberta, o início da produção e a exportação do óleo essencial de pau-rosa foram registradas[...] na Guiana Francesa. Em 1910, foram produzidas ali 22 toneladas (t) desse óleo. Com a escassez causada pela redução das populações nativas do pau-rosa, os franceses passaram a produzir óleo no então território federal do Amapá. Em 1925, com a descoberta da espécie em Juruti Velho (PA), foi instalada a primeira usina para extração industrial que, em seu primeiro ano de funcionamento, exportou quase 16 t de óleo essencial. Em pouco tempo, esse óleo já ocupava o terceiro lugar na pauta de exportação do estado do Pará, atrás da castanha e da borracha. Ao aumento da demanda internacional por esse óleo, durante a Segunda Guerra Mundial, correspondeu a uma exploração intensa das populações nativas de pau-rosa no Amazonas e no Pará. Na tentativa de diminuir os impactos da retirada das árvores nativas, já na década de 1940, os governos desses estados criaram consórcios, obrigando o plantio de uma muda de pau-rosa para cada 20 quilos de óleo produzido (Ferraz *et al.*, 2009, p. 3).

Assim como nas Guianas, o resultado da exploração desenfreada da madeira do pau-rosa foi catastrófico para a natureza em Juruti Velho, levando à quase extinção da árvore não só na localidade, como também no restante da floresta amazônica.

O processo de exploração tradicional levou ao quase desaparecimento do pau-rosa em áreas onde ocorria em alta densidade[...] para produzir um tambor de óleo (180 kg) são necessárias 18 a 20 t de madeira, e uma árvore de tamanho adequado à extração pesa, em média, 1,75 t. As árvores extraídas tinham um diâmetro à altura do peito (DAP) variando entre 30 a 60 cm. Considerando-se que o rendimento do óleo essencial em relação ao peso da madeira é estimado entre 0,7% e 1,1%, uma tonelada de tora poderia produzir 10 kg de óleo essencial de pau-rosa. Estimando que, em média, há uma árvore em cada cinco hectares, o autor conclui que, no mínimo, 825 mil árvores foram abatidas entre 1937 e 2002, para uma exportação de 13 mil t de óleo, explorando, assim, uma área florestal de mais de 4 milhões de hectares [...] O quase desaparecimento do pau-rosa levou o Ibama a incluí-lo na Lista de Espécies em Perigo de Extinção (Portaria 37/92, de 03.04.1992) e a editar normas para a sua exploração, industrialização e comercialização (Portaria 01/98, 18.08.1998) (Ferraz *et al.*, 2009, p. 3).

O resultado da exploração do pau-rosa em Juruti Velho foi extremamente positiva para a empresária Coco Chanel, pois viu sua fortuna quadruplicar, e miserável para os moradores da região amazônica, que não usufruíram em praticamente nada dos benefícios financeiros e ainda contribuíram para a quase extinção de um vegetal lenhoso importante para a cadeia biológica da região.

Sem mera coincidência, a atual exploração de bauxita se assemelha em vários aspectos à exploração da essência do pau-rosa ocorrida no início do século em Juruti Velho. Quando a freira Brunhilde se juntou aos comunitários da região de Juruti Velho contra a instalação do Projeto de Mineração de Bauxita pela mineradora Alcoa, a maioria dos empresários

consideraram que a religiosa estava atentando contra os interesses econômicos do município, contudo, na verdade, ela queria mostrar que, em longo prazo, esse projeto só iria trazer prejuízo ao município e ao país.

Segundo Lopes (2012), o ano de 2005 foi importante para a implantação do projeto de exploração de bauxita em Juruti. Foi nesse ano que houve as audiências públicas em Juruti, Santarém e Belém. Apesar de muita resistência, principalmente das comunidades que seriam atingidas, o projeto passou com relativa facilidade na Assembleia Legislativa do Estado e, em 2006, iniciaram a instalação. Nas audiências públicas, os comunitários de Juruti Velho argumentaram que a exploração do minério iria impactar suas vidas de várias formas, tanto na agricultura como na coleta de alimentos e remédios na floresta. Um dos argumentos fortes era que a empresa iria tirar todo o minério de bauxita da região e depois deixar somente as adversidades sociais e ambientais para a população diretamente impactada pela exploração. Lopes (2012) enfatiza sobre os problemas socioambientais que esse projeto de mineração poderia causar ao município.

O Projeto Mina de Bauxita de Juruti, da mineradora ALCOA, por outro lado, apesar de se preocupar em produzir uma imagem pública fundada no discurso do desenvolvimento sustentável tem provocado, em linhas gerais, problemas similares de conflitos socioambientais presentes na órbita dos grandes empreendimentos minerários implantados na Amazônia brasileira. Um dos mais sérios problemas decorre da grande atração populacional, sem que tal crescimento seja acompanhado de infraestrutura necessária que, ao lado das múltiplas formas de apropriação e uso do território, provoca conflito socioambiental de diferentes ordens, demandando uma grande engenharia social para reivindicar a minimização e/ou compensação pelas perdas às quais as populações locais são submetidas (Lopes, 2012, p. 28).

Em 2005, foram feitas inúmeras reuniões para tentar barrar a instalação do projeto de mineração e, também, foram feitas mobilizações e passeatas na sede do município com intuito de despertar na população o quanto esse empreendimento iria prejudicar, no futuro, a todos, conforme mostra a figura 63.

Figura 63 - Protesto contra a implantação da mineradora Alcoa em 2005



Fonte: Arquivo digital das Irmãs Franciscanas de Maristella.

Como a empresa Alcoa tem vasta experiência em implantação de projetos de mineração em pequenas cidades pelo mundo afora, ela contratou a empresa CNEC para tratar especificamente da exigência federal (Lei nº 6.938, de 1981, com exigência do Conama, Resolução nº 001, de 23/01/1986) que obriga os mineradores a elaborarem um estudo sobre impacto ambiental e, também, o relatório chamado EIA/RIMA para ser apreciado em audiências públicas. Como em um grande teatro, a empresa apresenta os resultados dos estudos através de especialistas, vestidos em paletós e com linguajares específicos para convencer os cidadãos de que os benefícios serão muito maiores do que os estragos que deixarão no município. Para finalizar o teatro de “ilusão”, estimaram que o projeto traria cerca de 15 mil empregos diretos e indiretos à população. Nesse momento, a plateia que era a favor do projeto se regozijou em êxtase.

Segundo Lopes (2012), a audiência pública foi estrategicamente pedida para sede do município onde havia mais apoio ao projeto, enquanto a associação exigia, sem sucesso, que a audiência ocorresse na região de Juruti Velho, onde haveria mais resistência. Mesmo sendo na sede do município, houve um forte embate das lideranças da região de Juruti Velho contra a CNEC, em que criticaram a empresa por esconder inúmeros problemas no estudo de impacto ambiental.

O EIA/RIMA tornou-se objeto de discordâncias, ampliando ainda mais as disputas no município de Juruti, envolvendo os proponentes do estudo e os diferentes grupos sociais envolvidos[...] A questão foi ganhando amplitude à medida que a empresa revelava os interesses do seu projeto: instalação da mina, construção da ferrovia e porto exportador. Essa infraestrutura, indispensável para o funcionamento do

empreendimento, territorializou a empresa, se sobrepondo aos territórios preexistentes como, incluindo os de caça[...], da coleta da castanha-do-pará (*Bertholetia excelsa*), da andiroba (*Carapa guianensis*), da copaíba (*Copaifera reticulata*), do leite-de-amapá (*Hancornia amapá*), do leite de sucuba (*Plumeria sucuuba*), do cumaru (*Coumaro unaadorata*), do tucumã (*Astrocaryum vulgare*), do patauí (*Oenocarpus pataua*), da bacaba (*Oenocarpus distichus*), do açai (*Euterpe oleracea*), do uxi (*Soccoglottis verrucosa*), de palha e de cipós, etc., gerando sérias disputas territoriais (Lopes, 2012, p. 123).

Mesmo com a evidência de que a instalação da empresa traria sérios problemas sociais e ambientais, e que as comunidades diretamente afetadas não concordavam com a exploração da mina, o projeto foi aprovado e, em 2009, foi realizado o primeiro embarque de bauxita. O peso político e econômico da empresa foi determinante para impedir qualquer tentativa de evitar a empreitada. Sem contar que havia, por parte do governo do estado, o interesse escancarado pelos dividendos que cairiam nos cofres oriundos dos “royalties”.

Passados 12 anos desde o primeiro embarque de bauxita no porto de Juruti, o que se vê já era mais do que previsível. A cidade continua muito pobre, e a maioria desses problemas de miséria econômica ocorre devido ao grande número de famílias que foram atraídas pela promessa de empregos que seriam gerados pelo empreendimento, algo que não ocorreu. Conforme Silva e Silva (2016), houve aumento da violência no município ocasionado pela explosão demográfica desde 2006; ocorreu, também, um silenciamento dos movimentos sociais em Juruti Velho depois que a empresa começou um repasse ínfimo dos “royalties” aos comunitários, uma espécie de “cala a boca”, o que prova que até a dignidade é passível de venda.

A ambição imediata gera situações desastrosas, como essa que ocorre em Juruti. Quando houve a audiência pública no município para apresentar o EIA/RIMA (estava eu lá presente na plateia), uma das lideranças da região de Juruti Velho pediu a palavra e disse algo marcante:

Se a bauxita fosse extraída com picareta e carregada em carrinho de mão talvez tivéssemos a chance de conseguir o emprego que tanto vocês prometem, mas nós só entendemos de roça. Sabemos que grande parte dos empregos serão ocupados por pessoas de fora, pois não temos estudo suficiente para trabalhar na empresa, e outra coisa: vocês tentam nos agradar com promessas de melhoria, mas o único interesse de vocês é com o dinheiro que irão ganhar.

Nesse momento, uma parte da plateia vaiou fortemente e outra parte aplaudiu. Por fim, o peso do capital prevaleceu. No ritmo frenético que Alcoa extrai a bauxita em município, em pouco tempo, estarão vazios todos os depósitos de minério de Juruti. Será repetido o mesmo enredo da extração do pau-rosa, em que somente os empresários estrangeiros tiveram vantagem

no final do processo: franceses com pau-rosa, americanos com a bauxita e os brasileiros com a vergonha de terem entregado sua riqueza primária em troca de um falso desenvolvimento para o município e para a Amazônia que jamais ocorrerá com esse modelo de exploração.

3.8.7 Casulo Menino Deus

O Casulo Menino Deus está localizado no Distrito Tabatinga, que é a localidade de Juruti com maior índice demográfico que abrange parte considerável do Lago Grande da Franca. A vila, que é o ponto central do Distrito, já possui características urbanas marcantes, como atividades comerciais, grandes escolas de ensino fundamental, posto de saúde e vias pavimentadas. No local, já funciona, desde 2006, uma subprefeitura, que foi instituída pela Lei 941/06, do Plano Diretor de Juruti. Na realidade, Tabatinga é uma comunidade rural que caminha para que, no futuro, transformar-se-á em município. A principal via de acesso é uma estrada de 62 km, composta por 18 km³⁷ de asfalto e o restante de chão batido.

Tabatinga é bem diversificado do ponto de vista cultural e religioso, podendo-se encontrar elementos de várias correntes, com predominância do protestantismo e do catolicismo. Os católicos, por exemplo, conseguiram reivindicar na Câmara dos Vereadores um feriado municipal em comemoração ao padroeiro São Sebastião na data de 20 de janeiro. Nesse dia, milhares de romeiros das comunidades circunvizinhas, da área urbana de Juruti e de outros municípios, rumam para Tabatinga, uns buscam conforto espiritual, mas a maioria vai mesmo em busca de diversão nas festas dançantes promovidas em vários locais, inclusive nas dependências pertencentes à igreja. É a mistura entre o sagrado e o profano, em que a bebida, música em volume estridente, dança e reza se misturam com naturalidade. Pode-se dizer que essa festa significa uma espécie de carnaval antecipado. Mesmo com o crescimento da religião evangélica na região (que são contrárias a manifestações com bebidas e danças), essa festa de São Sebastião ainda continua sendo um marco no calendário cultural do município. É nesse caleidoscópio social que está inserido o Casulo Menino Deus da Tabatinga.

³⁷Esse trecho de 18 km compõe o percurso da estrada que a mineradora Alcoa asfaltou até sua base a cerca de 70 km da sede do município.

Figura 64 - Professor Zelito com alunos do Casulo Menino Deus de Tabatinga



Fonte: Arquivo fotográfico da ACA.

Segundo o histórico da ACA (2022, p. 2), o Casulo Menino Deus foi fundado em 1988 nas dependências do barracão da Igreja São Sebastião (figura 64). O maior inconveniente deste local era suas múltiplas finalidades: no período da grande festa do padroeiro, era transformado, em parte, em cozinha e, em outros momentos, funcionava para as atividades da Pastoral da Criança. Essas atividades acabavam gerando conflito por conta da limpeza e organização do espaço.

Com o substancial crescimento da procura por matrículas, a freira Brunhilde foi obrigada, em 1992, a comprar um terreno onde foram construídas duas salas de aula e mais um parquinho. Dessa forma, as atividades educacionais funcionavam em três salas em um período de atividade de oito horas. Então, as atividades continuaram no barracão da comunidade, onde funcionava a Pastoral da Criança, e nas duas novas salas. Os cozinheiros tinham dupla jornada para atender dois locais diferentes.

No período de convênio com a LBA e com a SETEPS, toda área rural era atendida com educação integral. As crianças entravam às 8h e saíam às 15h30min. Com a redução dos recursos a partir dos anos 2000, a entidade elimina a sala de aula pertencente à Pastoral da Criança e concentra todas as atividades nas duas salas que foram inauguradas em 1992, subdividindo as turmas em quatro e com funcionamento por tempo corrido de 4 horas. Duas turmas entravam às 8h e saíam às 12h, e as outras duas entravam às 13h e saíam às 17h. Até o presente momento, continua funcionando dessa forma. Por mais que tenha aumentado a demanda por matrículas, a coordenação dos casulos não teve mais condições financeiras de construir mais salas. Segundo informação da secretaria de educação do município, a solução

encontrada para resolver o problema da demanda por matrículas foi a abertura de vagas de educação infantil nas escolas de ensino fundamental.

Para as crianças da zona rural, havia um grande benefício ao passar 7h30 nas dependências do casulo onde tudo era pensado para o seu pleno desenvolvimento. Além disso, havia um ganho significativo para as famílias dessas crianças. Enquanto desenvolviam suas atividades na mata, na pesca ou em seus roçados, tinham plena tranquilidade de que seus filhos estavam recebendo educação com técnicas apropriadas para a idade e proteção, o que nem sempre era possível em seus lares. Também teriam brinquedos e espaço para interação/diversão com outras crianças nesse ambiente. Além do mais, a comida era boa e farta o suficiente para crescerem saudáveis. Segundo Pompermaier (2018), a educação integral é um desafio que integra o direito da criança ao exercício da cidadania:

A ampliação da jornada escolar na educação integral da educação infantil vai muito além de aumentar o tempo de permanência na escola; apresenta-se, sobretudo, como condição de organizar um trabalho capaz de integrar os diversos campos do conhecimento e as diversas dimensões formadoras da criança. É preciso reconhecer a criança em sua integridade e integralidade nos desafiando a pensar uma educação integral que contemple a formação humana, o exercício da cidadania e o direito de aprender (Pompermaier, 2018, p. 7).

O Casulo da Tabatinga tem outro personagem que se assemelha ao professor Edmilson da comunidade Ingrácia. Zelito Borges (professor que está na figura 53), é outro educador com plena vocação para o magistério da educação infantil. Além de farta habilidade com as crianças, ainda cultiva vários dons artísticos, como de desenhista e escultor, no entanto, o que mais chama atenção é a sua arte de improvisar versos. Assim como no movimento concretista, em que o poeta expressa sua arte com fonemas únicos, o professor Zelito se exprime por versos. Ele é capaz de dialogar por um bom tempo somente com pequenos versos. As crianças o chamam de Tio Bibi e, durante as aulas, ele estimula, também, os dons artísticos nas crianças. Isso ocorre desde o início dos anos de 1990, quando começou a trabalhar no casulo. A coordenação dos casulos acredita que o rápido crescimento do número de crianças matriculadas nessa unidade está relacionado ao carisma do docente que acabou conquistando os pequenos e, principalmente, às famílias que faziam questão que seus filhos fossem alunos(as) do Tio Bibi. Para Bühler (2010), é fundamental o bom relacionamento entre professor e aluno no ambiente da sala de aula:

A categoria “Professores éticos” inclui a necessidade de paciência e respeito pelos alunos, levando-os a agirem de forma afetuosa através de um bom relacionamento. Essa categoria, além de se inserir na dimensão de bom professor relacionada ao perfil

pessoal dos resultados americanos, reforça nosso referencial de bom professor “valorização do relacionamento com os alunos”. Valorizar esse relacionamento buscando compreender suas falas, atitudes e reações na sala de aula para, a partir daí, rever as metodologias de ensino, é um exercício de paciência e respeito pelo aluno e por si próprio enquanto professor (Bühler, 2010, p. 48).

Outra característica que diferenciou o professor Zelito dos primeiros educadores da época em que o convênio era com antiga LBA foi o seu empenho em adquirir educação formal. Para isso, concluiu o ensino médio e depois ingressou no curso de Pedagogia. Dessa forma, assim que foram abertos os concursos para professores, ele já estava preparado para concorrer a uma vaga e logo conseguiu aprovação. Bühler (2010) enfatiza a importância da formação continuada na vida do professor.

A necessidade de autoformação constante na docência impede que o professor se acomode em seu projeto de formação e chama à atenção para a nossa incompletude, enquanto profissionais da educação. A formação obtida nos espaços formais representa a possibilidade de iniciarmos a caminhada pelo mundo educacional, necessitando completá-la, à medida em que os desafios escolares se inserem nas práticas diárias. Essas, relacionadas a todos os componentes curriculares, podem promover a autorreflexão docente, [...], que sempre é possível aprender algo novo à medida em que ensinamos. É o reconhecimento de uma atitude ética na medida em que se trata das relações com o outro (Bühler, 2010, p. 42-43).

Então, nesse ponto, ele foi um dos pioneiros na valorização de sua carreira e, soma-se a isso, o fato de morar na zona rural. Todavia não dá para culpabilizar os professores que entraram na mesma época e não conseguiram avançar nos estudos. Muitos já possuíam família constituída e moravam em comunidades distantes de escolas que ofereciam o ensino médio. Zelito, na época, era solteiro e morava na sede do Distrito de Tabatinga que, mesmo com precariedade, já havia a disponibilidade do ensino médio. As famílias mais abastardas do distrito mandavam seus filhos estudarem na cidade de Óbidos ou, principalmente, em Santarém.

Do ponto de vista político, Tabatinga sempre foi um caso complexo por ser uma comunidade grande, com muita influência evangélica e com muitos criadores de gado e comerciantes. Para completar a dificuldade, boa parte de seus habitantes mantinha muita relação com as cidades de Óbidos e de Santarém, onde, geralmente, possuíam residência e, também, encaminhavam para o comércio desses municípios boa parte da produção leiteira e de gado para corte. Nesse sentido, disseminar ideias de lutas de classe em que a influência das famílias tradicionais é determinante é sempre uma tarefa que exige persistência e paciência. Nas primeiras eleições com a presença dos partidos de esquerda, a votação era muito baixa. Monasta

(2010), ao refletir Gramsci, relata que, para a superação das injustiças sociais, é preciso resignação, contudo o melhor guia para a luta sempre será a razão.

É verdade que ela contém um convite implícito à resignação e à paciência, mas parece-me que o ponto mais importante é, ao contrário, o convite à reflexão, à tomada de consciência de que aquilo que acontece é, no fundo, racional e que assim deve ser enfrentado, concentrando as próprias forças racionais e não se deixando levar pelos impulsos instintivos (Monasta, 2010, p. 74).

Com o passar dos anos, essa realidade foi, aos poucos, modificando, algumas famílias começaram a compreender a importância da diversificação política e plenitude do sentido democrático. Boa parte da família, à qual pertence o professor Zelito, tem contribuído para o desenvolvimento das políticas voltadas às classes mais vulneráveis do distrito. Apesar dos partidos tradicionais ainda serem muito fortes na região de Tabatinga, já se vê crescimento de reflexões sobre as reivindicações de políticas públicas voltadas ao mais vulneráveis da região, algo que era impensável quando foram iniciados os casulos em meados dos anos de 1980.

De maneira geral, a família de Zelito contribuiu para a consolidação desse casulo. Irmãos, tias e primos já exerceram várias funções ao longo da existência dessa escola, incluindo sua genitora, cozinheira por mais de 20 anos no educandário. Foi ela, suas irmãs e a freira Brunhilde que iniciaram as atividades no casulo. Dona Floriza era uma excelente cozinheira, a horta do casulo era bem cuidada e rica em variedades, seus pratos eram caprichados. Essa dedicação a fez permanecer na cozinha até sua aposentadoria. Sobre a cozinha dos casulos, falaremos mais adiante quando tratarmos do Casulo Capelinha, onde também havia um cozinheiro excelente, chamado Manoel Matos.

3.8.8 Casulo Esperança

Apesar de Tabatinga estar no extremo leste do município, e a comunidade Muirapinima (onde está instalado o Casulo Esperança) estar no extremo oeste (mapa 3), há entre elas várias semelhanças: depois da área urbana, são as comunidades com o maior número de habitantes; assemelham-se, também, nas crenças religiosas, com destaque aos evangélicos e católicos, inclusive cultivam a mesma devoção por São Sebastião; e são influenciadas culturalmente por outros municípios. No caso de Muirapinima, há uma forte relação com Parintins, para onde boa parte das famílias mandam seus filhos para prosseguirem os estudos. Ainda que, oficialmente,

chamar-se Distrito de Muirapinima, a maioria da população do município a designa de Juruti Velho.

De acordo com a coordenação, o Casulo Esperança está situado na localidade mais significativa do ponto de vista histórico e econômico, pois foi no século XIX que iniciou a parte administrativa de Juruti, depois, a parte burocrática foi transferida para outra localidade até ser elevada à categoria de município. Já a parte econômica está ligada à exploração do minério de bauxita que, atualmente, configura como a maior fonte de riqueza na região. Dessa forma, tratar-se-á neste item dos primórdios do município de Juruti, dos interesses políticos e financeiros advindos da implantação do projeto de mineração iniciado em 2005 e dos reflexos que isso gera na educação das crianças. Também falaremos da freira Brunhilde, por ocasião de Muirapinima ser o último lugar da Amazônia onde desenvolveu suas atividades como religiosa.

Conforme Demeda (2020), Muirapinima está ligada às origens legais do município a partir de 1818. Em 1833, com a divisão da Província do Grão-Pará, a localidade eleva-se à categoria de freguesia, com o nome de Nossa Senhora da Saúde. A partir de 1859, há pressão para retirar o centro administrativo da freguesia para as margens do rio Amazonas, onde o fluxo comercial era mais intenso com os navios movidos a vapor. Apesar da beleza e tranquilidade da região praiana (figura 65 – vista aérea da Vila em tempo de cheia do rio e o local onde está instalado o Casulo Esperança), havia o inconveniente das embarcações de maior porte chegarem até o local no período da vazante.

Os canais de acesso ficavam com vasão de água muito baixa. Para resolver esse problema, foi escolhido um local de terra firme às margens do rio Amazonas e, em 1879, passou a ser um ponto de escala de grandes navios, facilitando a comunicação. Desde esse momento, Muirapinima perdeu a relevância estratégica na região e passou a vigorar somente como a comunidade central do Lago Juruti Velho. Até que, nos anos de 2000, volta com toda força ao

cenário regional em virtude da exploração de jazidas de bauxita pela empresa norte-americana Alcoa.

Figura 65 - Vila Muirapinima à esquerda e a localização do Casulo Esperança



Fonte: Portal Juruti Velho. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid>. Acesso em: 08 abr. 2023.

Desde o início da extração de bauxita pela empresa Alcoa, acirraram-se as disputas políticas e econômicas em torno dos royalties³⁸ gerados pela exploração do minério e que são distribuídos ao município e à organização não governamental criada para gerir os interesses das comunidades na região, a Associação das Comunidades Reunidas de Juruti Velho (Acorjuve).

A freira Brunhilde e outras correligionárias instalaram uma casa na localidade a partir de 1993 e, desde então, incentivaram os comunitários a não aceitarem a instalação da empresa por conta dos sérios danos ambientais que esse empreendimento iria causar, como não conseguiram evitar a instalação por conta da pressão do Estado e apoio dos empresários locais, concentraram na luta para reduzir os impactos ambientais na região e, também, conseguir que parte dos recursos financeiros gerados pelo empreendimento ficassem na própria região. A Acorjuve foi fundamental nessas negociações, contudo, à medida que começou a entrar dinheiro da empresa, os interesses individuais começaram a sobressair em relação aos interesses coletivos, causando rupturas entre as freiras e a direção da Acorjuve.

Com experiência intuitiva em gestão de pessoas, a freira Brunhilde utilizou a prática de formar lideranças para, no futuro, assumirem o destino político das comunidades de Juruti Velho. Ela também já era consciente de que muitos comunitários não se tornariam lideranças através das formações realizadas nos cursos promovidos pela Igreja, mas poderiam ajudar na

³⁸Quantia paga pela utilização de um bem, que pode ser físico ou intelectual: minério, marca, música, invenção, dentre outros.

defesa dos interesses de todos. A princípio, despontaram lideranças promissoras que se contrapuseram com consistência nas audiências que antecederam a liberação de licenças para a implantação da empresa de mineração.

O peso político da Acorjuve foi tão relevante que conseguiram emplacar algo inédito em empreendimentos de mineração pelo mundo. A empresa foi obrigada a pagar parte dos lucros aos comunitários por intermédio da associação, e foi assim que o “castelo de lutas desmoronou”. Com a entrada de dinheiro, a principal liderança da Acorjuve, junto aos advogados, arranjou uma maneira de modificar o estatuto da entidade, permitindo-lhe eterna recondução ao cargo. Segundo Demeda (2020), as práticas utilizadas por essa liderança da associação assemelham-se ao autoritarismo, e quem não compactua com seus objetivos é relegado dos benefícios da associação.

Há, contudo, outra face dessa “chefia”, aquela que não atende a interesses e expectativas de determinados indivíduos e grupos, e, ao fazê-lo, não os reconhece como pares, na medida em que lhes nega a dádiva. Para esses indivíduos e grupos, o presidente faz uso do poder decorrente da gestão do dinheiro para subjugar aqueles que discordam do modelo de gestão e distribuição dos royalties, excluindo-os dos processos de discussão e decisão. Além disso, esses opositores acusam o líder de manter sua base de apoio em função da distribuição do recurso por meio do “cartão Acorjuve”, sendo este um tipo de “cabresto” que não permite às pessoas (por medo de não mais receberem o recurso) assumirem posturas mais críticas e questionadoras perante a gestão (Demeda, 2020, p. 98).

A situação de abuso de poder por parte de lideranças da Acorjuve causou descontentamento para as freiras de Maristella, pois acreditavam que o fortalecimento da associação contribuiria para o desenvolvimento social e econômico das pessoas que compunham as comunidades afetadas pelo empreendimento minerador, e não apenas para meia dúzia de oportunistas que se aproveitaram do momento político a fim de usufruir dos benefícios econômicos. A decepção maior foi entender que, ao conceder formação às lideranças, estavam cultivando o “o ovo da serpente” que logo em seguida lhes atacariam.

Segundo as Irmãs de Maristella, a causa original do rompimento fora o mau uso dos royalties da mineração por parte da diretoria da Acorjuve. Entre os principais problemas apontados por elas está a falta de equidade e assimetria quanto à aplicação do recurso financeiro recebido e gerido pelos dirigentes da entidade. Falando em nome do grupo, a Irmã Brunilde expressou seu descontentamento nestes termos: “Esse dinheiro, eu digo, ele ajudou para muitas coisas, mas acabou outras. [...] a gente fica triste de ver que esse dinheiro mudou tão pouco a vida das pessoas, a não ser pelo consumo, pela compra de algumas coisas” (Demeda, 2020, p. 104).

Segundo Demeda (2020), o fato de a Acorjuve objetivar se afastar das diretrizes das freiras de Maristella, de todo modo, não era algo que se pudesse julgar como negativo. Todos

os organismos, para crescer, precisam caminhar com certa autonomia, e isso foi feito. O problema gerador de insatisfação foi o fato da associação se transformar em uma organização ditatorial. Desde que foi fundada, continua com o mesmo coordenador (já foram 8 eleições vencidas pela mesma pessoa), que controla os apoios através dos recursos financeiros que entram no caixa da associação mensalmente.

Nesse caldeirão político e jogos de interesses financeiros, está o Casulo Esperança, que foi fundado em 1985 e que funciona com três salas e seis turmas de três a cinco anos de idade na comunidade Muirapinima. O fato das freiras de Maristella fixarem residência em Muirapinima contribuiu muito para a manutenção dos casulos da região do Lago Juruti Velho, entre eles, o Casulo Esperança. Em várias situações, quando o básico faltava, principalmente alimentos para as refeições das crianças, as freiras sempre estavam atentas para que não parassem as atividades. Até parte de sua criação de galinhas era destinada para a alimentação das crianças dos casulos.

O Casulo Esperança sempre teve um fluxo contínuo de professores. Não há destaque para algum professor ou professora na função de educador infantil nesse casulo. Em sua maioria, cumpriram a função dentro da normalidade, seguindo as regras da entidade conforme o planejamento que era organizado para o ano letivo. A diferença para os outros casulos era a presença constante da freira Brunhilde a partir de 1993. Como a religiosa tratava a educação infantil com intensa dedicação e prazer, não era raro ela estar junto aos professores(as) dando instruções sobre a melhor forma de desenvolver as atividades com as crianças. Um professor(a) novo na função até sentia certa intimidação com a proximidade da religiosa, mas logo percebiam que suas orientações serviriam para sua vida pessoal e profissional. No sentido estrito da profissão, a freira Brunhilde fazia o papel de inspeção no Casulo Esperança e em outros da região, isso quando não estava envolvida fortemente nas questões políticas das comunidades. “Bem mais que julgar os professores, o ‘Inspetor’ deve se tornar ‘o conselheiro permanente de seus subordinados; ele deve permitir que os professores conheçam o progresso que a pedagogia pode realizar e ser capaz de lhes demonstrar suas aplicações’” (Alfandéry, 2019, p. 19).

A freira Brunhilde teve que se afastar de suas funções em 2017 devido às condições de sua saúde fragilizada. Em Muirapinima, a freira fechou o ciclo de trabalho na Amazônia. Em suas últimas palavras sobre suas atividades, expressas na plataforma de vídeo on-line Youtube por alunos da Escola Estela Maris em visita ao asilo das freiras, em Recife, ela afirma que não havia palavras para externar o quanto tinha sido feliz vivendo e convivendo com o povo da Amazônia. Sua saga em firmar residência em Juruti daria um “livro de aventuras”.

Em um de seus relatos, ela conta que por pouco não ocorreu uma tragédia em uma de suas primeiras viagens vindo de Recife de “carona” em um avião da Força Aérea Brasileira para Santarém. Esse transporte era comumente usado pelos missionários franciscanos nas missões indígenas pela Amazônia. No início de 1970, ela inicia a viagem na base aérea de Recife e, nos primeiros momentos, estava tudo normal, até que, na metade do voo, o motor da aeronave simplesmente parou de funcionar, e o avião ficou planando por uns minutos. Os passageiros e os pilotos ficaram desesperados com medo da morte iminente, contudo, antes de tocar na floresta, o motor voltou a funcionar. Ela contava rindo que o pânico das pessoas foi tão grande que o piso do avião ficou completamente sujo. Além desse susto, ainda sobreviveu a vários enfartes do miocárdio e a pelo menos três comas profundos por infecções causadas por malária. Em uma dessas internações, acabou perdendo boa parte da audição e, por fim, parte da coordenação motora das mãos, pernas e parte da visão. Além desses problemas de saúde, ainda foi muitas vezes ameaçada de violência pelos ricos da região, o que pouco afetou seu ímpeto por trabalho.

Uma das características marcantes da freira Brunhilde era seu atrevimento a favor daquilo que acreditava ser justo. Embora tomasse algumas atitudes arriscadas, ela não hesitava em enfrentar os abusos, principalmente dos políticos. A religiosa contou que certa vez o prefeito da época estava distribuindo ilegalmente “presentes” aos seus eleitores na Vila Muirapinima e, então, foi registrar esse ato infracional com uma máquina fotográfica. Quando o prefeito soube o que ela estava fazendo, partiu para cima dela, derrubando-a com violência, tomou a máquina fotográfica, tirou o rolo de filme e danificou o aparelho completamente. Apesar dos baques e escoriações pelo corpo, ela sobreviveu mais uma vez. Esse ato de fúria do prefeito foi registrado na delegacia através de um boletim de ocorrência, mas que, por fim, foi engavetado, posteriormente, pelo delegado.

Outra atividade extremamente arriscada (que poderia ser alvo de violência armada) era impedir a passagem de balsas carregadas de madeira clandestina pelo Lago Juruti Velho (figuras 66 e 67). Nessas ações, havia sempre junto a ela alguns comunitários corajosos que atravessavam com suas canoas e barcos na frente das balsas e impediam-nas de passar com o carregamento. Apesar de demonstrar um ato de coragem, essa ação não reduziu a extração ilegal de madeira, apenas forçou os madeireiros a buscarem outras rotas de escoação. Depois do advento do governo federal que apoiava os madeireiros, ficou muito difícil barrar a ação de madeireiros na região.

Figura 66 - Balsa de madeira interdita pelos comunitários de Muirapinima



Fonte: Acervo digital da Congregação Franciscana de Maristella.

Figura 67 - Freira Brunhilde (de blusa azul-claro) junto a comunitários dialogando com os condutores da balsa de madeira interdita no Lago Juruti Velho



Fonte: Acervo digital da Congregação Franciscana de Maristella.

Enfim, o que realmente “amolecia o coração germânico” de freira Brunhilde era a dedicação às crianças. E esse afeto, que começou no convento na Alemanha quando iniciou suas atividades de magistério em creches destinadas aos filhos de operários germânicos,

continuou durante toda a sua estadia em Juruti. Desde que chegou à Amazônia, nunca mediu esforços para dar dignidade às crianças através das creches e das pré-escolas. O pesquisador pôde perceber in loco que os olhos da irmã brilhavam e, muitas vezes, ficavam imóveis vendo as crianças correndo e brincando nas áreas livres dos casulos ou quando se aproximavam para abraçá-la. Parecia que a felicidade das crianças era seu revigorante. Antes de partir, pediu para que sua congregação religiosa não deixasse os casulos de Juruti acabarem. Enquanto esteve no município, exerceu múltiplas atividades ao mesmo tempo, tanto na parte religiosa quanto na parte educacional, social e política do município.

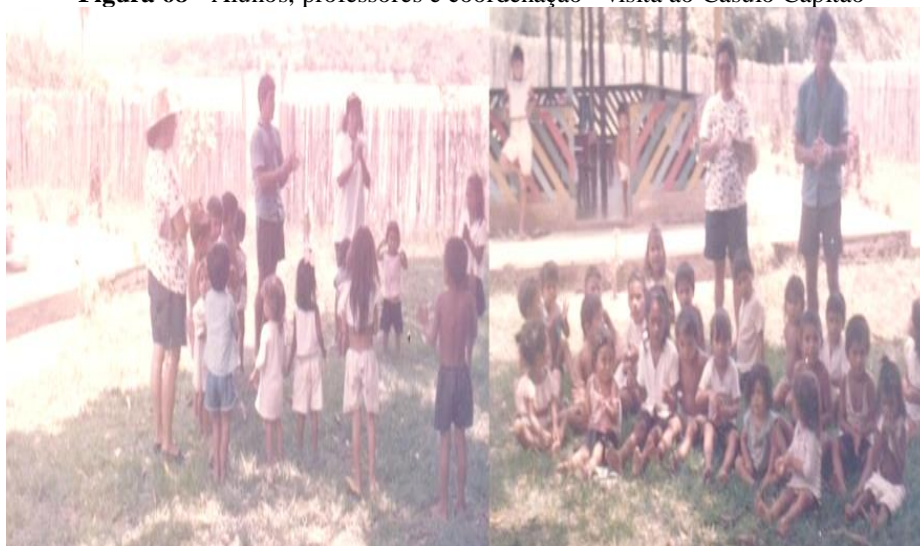
3.8.9 Casulo Capitão

Observa-se, no mapa 3, que as comunidades Ingrácia e Capitão são bem próximas. A explicação para as construções próximas está no denso povoamento nessa faixa de terra. As dezenas de enseadas que são habitadas por inúmeras famílias, a própria comunidade de Capitão é habitada por mais de 20 famílias, o que gerava uma boa quantidade de matrículas para a escola.

A origem do nome Capitão sempre foi uma incógnita. Quando os habitantes são questionados sobre o porquê dessa designação, as respostas nunca foram precisas. Segundo alguns moradores, a origem do nome está relacionada ao estabelecimento no local de um ex-policia militar que se designava capitão. Contudo, não há comprovação documental que evidencie essa informação e nem ao menos o nome desse militar.

Diferentemente do Casulo de Ingrácia, o Casulo Capitão sempre teve maior rotatividade dos professores. De acordo com a coordenação dos casulos, a comunidade até produziu boas lideranças e algumas delas foram atraídas para sala de aula, mas pouco se adaptaram à rotina do trabalho com a educação infantil. Na figura 68, aparece a coordenação dos casulos fazendo as visitas periódicas, há a presença do professor Nilso (sem o “n” mesmo), um dos professores que mais tempo permaneceu na função (5 anos).

Figura 68 - Alunos, professores e coordenação - visita ao Casulo Capitão



Fonte: Arquivo fotográfico da ACA.

As lideranças dessa comunidade sempre estiveram presentes nas reuniões promovidas pela coordenação dos casulos. Os comunitários eram pragmáticos porque havia o esforço de ajudar quem os ajudava e quem lhes dava atenção através da oferta de serviços. Nesse local, a freira Brunhilde podia contar com uma parte significativa das famílias em seus projetos políticos para o município. Além do casulo, a Igreja Católica desenvolvia outras atividades, como as CEBs.

A reflexão a ser feita a respeito desse casulo está na perseverança política da comunidade Capitão. Apesar de a comunidade Ingrácia sair à frente, conquistando o direito de usufruir o primeiro casulo da região de Juruti Velho, Capitão não ficou paralisada vendo os benefícios que as crianças da comunidade vizinha estavam recebendo sem fazer nada. Em comum acordo na comunidade e juntando algumas lideranças das cabeceiras de enseadas, em meados dos anos de 1980, foram até as freiras franciscanas e aos padres e solicitaram a instalação de um casulo na comunidade.

Em sua proposta, estava a contribuição com serviço de construção e boa parte da madeira que seria retirada da mata pelos próprios comunitários. A proposta agradou os religiosos e, em três meses, o casulo já estava funcionando. Dessa forma, o esforço coletivo da comunidade se mostrou fundamental para a aquisição de um instrumento que iria beneficiar as crianças. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever coletivo cuidar das crianças.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990).

Nesse exemplo, a comunidade Capitão mostra que o caminho para consolidar melhorias passa pelo viés da reivindicação. Hage (2011) celebrava a força reivindicativa dos movimentos sociais no estado do Pará que convergiram para o Fórum Paraense de Educação no Campo. Para Freitas *et al.* (2019), as lutas encabeçadas pelos fóruns de educação no país e toda força da sociedade civil organizada pressionou o parlamento e o executivo para que fosse criada a Lei nº 12.796/2013, que torna obrigatória a pré-escola para crianças a partir dos 4 anos. Contudo, mesmo com as garantias legais, o caminho segue tortuoso para consolidar a educação infantil no país. Nesse sentido, não há como baixar a guarda diante da ineficiência do Estado.

Muito se avançou a partir dessa iniciativa e das lutas forjadas pelos sujeitos do campo na garantia dos direitos à infância camponesa, porém ainda são grandes os desafios para que possamos vivenciar de fato uma educação vinculada às realidades e necessidades dos povos do campo, entre as quais se inclui a construção e o desenvolvimento de currículos que incorporem os saberes dos povos do campo, valorizando suas culturas, em que as práticas pedagógicas contribuam para a afirmação das identidades sociais, produtivas e culturais dos territórios do campo. O apoio e o suporte governamentais para o enfrentamento desses desafios são cruciais, especialmente a aplicação e distribuição de recursos, nos quais se incluem os materiais escolares, didático-pedagógicos, materiais de construção para melhoria da estrutura física das escolas, fornecimento de alimentação e transporte, entre outros (Freitas *et al.*, 2019, p. 10).

Segundo dados do Censo Escolar de 2022, apenas 36% das crianças do país estão nas creches, 64% fora, e pouco mais de 90% estão na pré-escola. Veja que a Lei nº 12.796 já contribuiu para a melhoria da quantidade de crianças na pré-escola, falta melhorar o atendimento a crianças de 0 a 3 anos. Contudo, apesar desses números de 90% da pré-escola parecerem animadores, há um outro índice apontado no Censo Escolar que preocupa: 37% das matrículas destinadas à educação infantil estão em escolas próprias, o restante (67%) funciona juntamente a outros anos do ensino básico.

Isso mostra claramente o caráter do improvisado ao se tratar dessa modalidade de ensino. Ao dividir espaço com as crianças maiores do ensino básico, as menores acabam se limitando à sala de aula que a escola do fundamental improvisou para atender a nova demanda. São raras as experiências de escolas que investem nos ambientes característicos para educação infantil, como parquinhos e outros brinquedos. A Escola Zelinda Guimarães, maior escola de ensino fundamental de Juruti, investiu recursos em um parquinho em madeira, que durou apenas uma pequena temporada. Segundo Elesbão *et al.* (2021), o movimento do corpo na educação infantil é uma forma de diálogo com a realidade. Nesse sentido, é necessário garantir esse direito e não o limitar.

[...] as crianças tendem, de maneira natural, a se movimentarem, expressando-se por meio do movimento, possibilitando que elas dialoguem e questionem a realidade em que vivem, de modo a estabelecer aspectos relacionados à criatividade e à autonomia. Nesse sentido, compreendemos que a presença do corpo/movimento, dentro de um currículo infantil, é inerente à própria infância, ou seja, impossível se organizar um currículo que não leve em conta o corpo e o movimento, considerando sua centralidade no trabalho junto à educação infantil e à necessidade das crianças em se movimentarem (Elesbão *et al.*, 2021, p. 8).

Seria muito importante que houvesse essa harmonia entre a educação infantil e o ensino fundamental quando as crianças necessitassem compartilhar o mesmo espaço. É uma questão de respeito aos limites do outro. Tudo seria resolvido se existisse um planejamento com intuito de adequar à realidade, principalmente dialogando com os alunos de mais idade e demonstrando o quanto é proveitoso dividir os espaços com todas as faixas etárias. É imprudente e até perigoso deixar a criança pequena à mercê de violências praticadas pelos alunos maiores.

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los (Brasil, 1990).

Os Art. 15, 18 e 18-A do Estatuto da Criança e do Adolescente resumem a necessidade da criança e do adolescente serem protegidos em todos os sentidos. Contudo, a Lei sozinha não garante proteção total à criança. É necessário que a sociedade esteja atenta. Para Nunes e Sales (2016), a criança que é acometida de quaisquer tipos de violência, corre o sério risco de, no futuro, enfrentar problemas sociais e psicológicos decorrentes dos traumas por elas vividos, nesse período da vida, que dependem de proteção.

3.8.10 Casulo Diamantino

O Casulo Diamantino está localizado às margens de um lago chamado Miri, é composto por várias comunidades (Espanha, Rio Jordão, Santa Rita de Cássia, Alemanha, Nova Vida e São Braz). Como são comunidades próximas, possibilita que os alunos se desloquem para o casulo através de pequenos barcos ou canoas. A maioria dos habitantes dessa localidade tem características físicas muito próximas aos antigos habitantes indígenas, como estatura mediana, cabelos lisos, cor parda e olhos “espichados”. As crianças da figura 69 são a prova dessas características, assim como da figura 67, do item Casulo Muirapinima, mostra os acentuados atributos físicos indígenas da parte oeste do município de Juruti. É certo que em todo município há pessoas com tais características, mas, nessa parte específica da região oeste, os traços são acentuadamente marcantes.

Figura 69 - Turma de 1999 do Casulo Diamantino



Fonte: Arquivo fotográfico da ACA.

Neste item, será brevemente abordada a riqueza histórica e antropológica dessa região onde está inserida essa pré-escola e continuaremos abordando a temática nos próximos casulos. E, como se trata de aspectos culturais, começar-se-á pelo mês de agosto, em virtude do dia 22 ser comemorado o Dia do Folclore. O mês de agosto, para todos os casulos, é repleto de atividades que refletem a temática do folclore, como danças e apresentações das mais variadas, como demonstra as figuras 70 e 71.

Figura 70 - Dança de capoeira - programação cultural dos casulos



Fonte: Acervo digital do autor.

Figura 71 - Dança do fado - programação cultural dos casulos



Fonte: Acervo digital do autor.

As salas são enfeitadas com temas alusivos à cultura popular de várias partes do país e, também, da literatura, como os personagens de Monteiro Lobato: Boneca Emília, Visconde de Sabugosa, Cuca, Saci Pererê, dentre outros. Também são utilizados os temas amazônicos, como o Boto-cor-de-rosa e os encantados de rios e das florestas. Contudo, quando a temática folclora estiver relacionada ao município, é inevitável fazer referência a um dos maiores festivais culturais da região: o Festival das Tribos Indígenas (Figura 72). As crianças ficam imersas nesse ambiente folclórico e expressam seu entendimento dentro da sala de aula. Os professores(as) aproveitam-se ao máximo dessa temática para estimular a criatividade e o sentimento de pertença à cultura indígena.

Figura 72 - Festival das Tribos em Juruti - PA



Fonte: Secretaria de Cultura de Juruti – Blogspot: G1- Tapajós.

Do ponto de vista estético e criativo, o Festival das Tribos de Juruti (Festribal), que ocorre final de julho e início de agosto, é algo muito interessante de ver e admirar. Há um esforço por parte da cidade em apresentar algo grandioso e impactante. Embora os organizadores não admitam, mas há extrema semelhança ao Festival Folclórico de Parintins. As músicas são da mesma toada, as alegorias são parecidas, os itens apreciados pelos jurados são praticamente os mesmos. A diferença básica é que em Parintins segue-se a tradição do bumba meu boi³⁹, possivelmente trazida pelos migrantes nordestinos, e em Juruti são as tribos, que remete aos antigos habitantes da localidade. De qualquer forma, essa manifestação “caiu no gosto” da região, e há quem defenda que, tirando os aspectos mercadológicos, é uma forma de resistência. Para Lima (2020), o Festribal de Juruti revela traços da riqueza cultural amazônica.

Em outra perspectiva, identifica-se um modo de resistência que se manifesta nos cantos-enredos das “tribos” evidenciando traços da cultura regional, da cultura amazônica ou cabocla, cuja fisionomia se tornou a expressão popular dessas populações interioranas da Amazônia. Desse modo, o “grito” no canto permite uma aproximação com as demais manifestações que ocorrem dentro desse território, além de compreender as relações sociais que se estabelecem na comunidade e nos espaços de produção da cultura regional. [...] Essa observação permite compreender que como espaço social a festa das tribos é uma reunião de fatos, vivências, experiências, as mais variadas, e que na preparação do Festribal esse conjunto de saberes, de modos de vida são também partilhados, além de nivelados, a fim de que haja organização nesse ajuntamento de cultura. Por meio dessa manifestação, os valores circunscritos nas experiências dos mais velhos, vivenciados em tempos idos, construídos nas relações sociais, são difundidos e perduram até hoje, apesar de reatualizados ou

³⁹É uma manifestação folclórica muito comum nas regiões Norte e Nordeste do país, que retrata a morte e ressurreição de um boi. Nessa lenda, misturam-se elementos humanos com animais fantásticos.

transmudados. Vale ressaltar que o Festribal ganhou *status* de Patrimônio Cultural do Pará desde o ano de 2008. Esse ambiente, construído historicamente, não foge às ações mercadológicas que contemplam manifestações de caráter popular, submetendo-as à dinâmica de mercado da indústria cultural; porém, antes de se tornar um produto comercial da marca “Amazônia”, o Festribal congrega a comunidade (Lima, 2020, p. 4).

Com relação ao aspecto econômico, o Festribal gera renda a uma parte da população (venda de alimentos, bebidas, hospedaria, artesanato e diversos outros), mas consome, também, boa parte das finanças da prefeitura. Inclusive, no ano de 2016, o Ministério Público do Estado do Pará recomendou o cancelamento de um show, em que a dupla sertaneja cobrava um cachê de 300 mil reais para cantar no festival, por considerar que, em uma cidade pobre como Juruti, haveria prioridades financeiras mais urgentes, como pagar salários atrasados, do que divertir a população. A recomendação não foi acatada, a dupla fez o show e outros cantores famosos continuaram levando vultuosas somas de dinheiro em outros anos. Para os políticos, é uma questão de honra sustentar a permanência desse festival, mesmo que a cidade esteja com infraestrutura toda comprometida. Além do pagamento dos cantores de outros lugares do país, ainda há o financiamento de toda a estrutura do festival, o que requer uma grande quantidade de dinheiro. É como dizia o poeta satírico Juvenal, criticando o governo de Caio Graco⁴⁰ na Roma Antiga: “sem políticas notáveis, resta ao povo dois interesses: pão e jogos circenses”. Embora a municipalidade não tenha condições de arcar com tantas despesas, há o compromisso em manter as aparências na mídia, mesmo que isso comprometa as despesas básicas. Isso é algo tão injusto e tão comum pelo país que a justiça deveria ser mais contundente na responsabilização dos agentes e não somente fazer recomendações que não serão acatadas pelas prefeituras, como esta que ocorreu no estado de Pernambuco:

CONSIDERANDO que, nos municípios com dificuldades financeiras que sofrem com a carência de recursos públicos, impõe-se ao administrador o dever de otimizar a alocação de tais recursos na satisfação das necessidades mais prementes da população, em sintonia com o postulado da eficiência previsto no “caput” do art. 37 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que, a despeito do mencionado cenário de inadimplência com as folhas de pagamento, diversos municípios pernambucanos sinalizam a iminência de realização de gastos com o São João, especialmente festas e shows;

Resolvem expedir RECOMENDAÇÃO aos Senhores Prefeitos no sentido de evitar a realização de despesas com festividades juninas, especialmente shows, quando a folha de pessoal do Município estiver em atraso, inclusive nos casos em que a inadimplência esteja atingindo apenas parcela dos servidores, mesmo que comissionados e temporários (Pernambuco, 2019).

⁴⁰Caio Semprônio Graco governou o Império Romano no período de 154 a.c. - 121 a.c. Era um exímio orador, defendia a ampliação dos poderes para a plebe e foi morto por isso. O poeta Juvenal o ironizava dizendo que sua política era de “pão e circo”.

Com o dinheiro que já foi desperdiçado no Festribal, dava para construir uma dezena de escolas de educação infantil e outras tantas do fundamental. Não há como julgar a importância das celebrações e manifestação culturais de um povo, mas, priorizar uma festa com valores incompatíveis com a realidade do município em detrimento da melhoria do atendimento educacional, é desrespeitoso e, ao mesmo tempo, aceito passivamente pela população. Adorno (2002) defende que: “A crítica é um elemento inalienável da cultura, repleta de contradições e, apesar de toda sua inverdade, ainda é tão verdadeira quanto não-verdadeira é a cultura. A crítica não é injusta quando destrói - esta ainda seria sua melhor qualidade -, mas quando, ao desobedecer, obedece” (Adorno, 2002, p. 48).

Durante o festival, é enfatizado os encantos e magias dos indígenas e seus feitos heroicos pelas duas agremiações: Mundurucu e Muirapinima. Na pesquisa em algumas produções científicas sobre os feitos heroicos, pouco se encontrou. Na realidade, há pouca referência científica da existência indígena em Juruti. O apoio que se tem são de estudos antropológicos dos fragmentos de cerâmicas por eles deixados e o mais contundente é o relato do padre Antônio Manoel Sanches de Brito, que arregimentou indígenas de Óbidos, Juruti e Faro para se juntar às forças legalistas contra a invasão dos cabanos naquilo que ficou conhecido como a Revolta dos Cabanos (1835-1840), ocorrido na região amazônica. Os Cabanos eram os caboclos resultante da mistura de negros, índios e brancos rejeitados que habitavam as beiradas do rio Amazonas e seus afluentes. Os abusos físicos e econômicos por parte do imigrante europeu eram tão grandes que os obrigou a se rebelarem contra esses malfeitos que os afligiam por séculos. Melo (2015) enfatiza o poderio político utilizado, inclusive com a ajuda dos membros da Igreja Católica, contra as forças cabanas.

Antônio Manoel Sanchez de Brito foi exímio conhecedor das cercanias de Cuipiranga, haja vista que foi vigário de Juruti, e depois juiz de Paz de Faro e posteriormente de Óbidos; Seu trabalho missionário com os índios mundurucus contribuiu para seu conhecimento sobre a densidade e caminhos da floresta, e que a cooptação de indígenas (algo feito tanto pelas tropas cabanas como as anticabanas) pelo seu irmão Raimundo Sanchez de Brito, era uma forma de somar forças contra os cabanos e ajudaria no abastecimento de farinha para as tropas famintas (Melo, 2015, p. 209).

Ao que se vê pelos fragmentos de documentos históricos, os feitos heroicos não eram tão heroicos assim. Os indígenas Mundurucus de Juruti foram cooptados pelo padre Antônio Manoel Sanches de Brito e seu irmão Raimundo Sanches de Brito para lutar em favor do governo contra os cabanos, os quais reivindicavam a dignidade que nunca tiveram depois da chegada dos portugueses à Amazônia. Isso era algo que os povos originários também não

possuíam, o que não deixa de ser contraditório, pois vinham por séculos sendo massacrados pelos mandatários, comerciantes e fazendeiros a mando da Coroa Portuguesa e depois pela monarquia brasileira. Os indígenas de Juruti foram usados pelas forças legais para que retomassem o poder na região e exterminassem os cabanos, e assim foi feito.

[...]o Padre Sanchez de Brito utiliza-se de seu discurso religioso, para organizar uma contraofensiva revolucionária aos Cabanos em Cuipiranga. Sua atuação religiosa se confunde com sua atuação política no Baixo Amazonas, passando o Padre a disputar com o Comandante do Alto Amazonas Ambrósio Pedro Ayres o comando das forças repressoras ao anárquico Cuipiranga. As ações pensadas e arquitetadas pelo Padre Sanchez de Brito por meio de seu discurso religioso, quanto ao recrutamento militar e estratégias de guerra no combate ao Cuipiranga foram tão expressivas. Quando as forças militares de D'Andréa chegam ao Baixo Amazonas para reprimirem o Cuipiranga, praticamente esta Vila já encontrava-se derrotada (Melo, 2015, p. 142).

Segundo Beozzo (1978), o excesso de perseguição ao indígena o fez rumar mata adentro. Isso fica evidente pela abundância de cerâmica encontrada na parte oeste do município de Juruti e pelas características físicas da população. Houve um processo histórico de miscigenação na região onde está inserido o Casulo Diamantino, no entanto, seguindo a trilha oeste no sentido das comunidades do Juruti Velho, vai-se chegar ao município de Aveiro, onde se encontra um ramo do povo Mundurucu que ainda preserva a língua original. E, um pouco mais adiante, no município de Parintins, chega-se aos Sateré-Mawé, do tronco Tupi-Guarani. Seguir pela mata foi a forma mais eficaz de resistência que os indígenas encontraram para a sobrevivência.

O que se percebe nessas comunidades, onde está situado o Casulo Diamantino, é que o pragmatismo é a palavra de ordem quando se trata de política. De tanto sofrimento de seus antepassados, eles não se iludem com muita facilidade. A Igreja Católica até investiu em formação de lideranças dessas comunidades e elas sempre corresponderam aos anseios religiosos da entidade com relação ao culto católico, mas essa animação nem sempre era traduzida em votos aos candidatos apoiados pelos religiosos.

Nesse caso específico do Casulo Diamantino, a freira Brunhilde optou por escolher uma professora que era dedicada ao magistério e pouco influente no aspecto político partidário. Foi uma escolha pela segurança, porque a irmã Brunhilde percebeu que não era tarefa fácil encontrar profissionais que se identificassem com a educação infantil e, ao mesmo tempo, liderassem ações voltadas à política. Como já foi mencionado anteriormente, nem sempre era possível conciliar as características de liderança política com vocação para o magistério e, para religiosa, a vocação para o magistério vinha sempre em primeiro plano. Bühler destaca o contraponto “firmeza e afeto” para a efetivação do ensino e da aprendizagem.

Como primeira consideração, em relação a esses indicativos, podemos afirmar que a questão da “firmeza” indica o posicionamento necessário para a efetivação das regras de classe; a questão do “afeto” indica a importância do olhar subjetivo e inclusivo do professor e a questão do domínio do conteúdo reporta à importância do preparo teórico do professor (Bühler, 2010, p. 78).

A professora Anita, ou simplesmente tia Anita, sempre foi uma mulher dedicada, muito atenciosa e de voz muito meiga. Essas características eram uma espécie de bálsamo para as crianças. Não havia birra de criança que ela não resolvesse com seus olhares e gestos delicados. Essa forma de tratar pequenos e os comunitários encantou as freiras e fez com que a professora Anita ficasse trabalhando até próximo de sua aposentadoria e, hoje, quem conduz a turma de crianças é Pedro, um de seus filhos.

3.8.11 Casulo São Benedito

O Casulo São Benedito fica na região planaltina, onde o acesso se dá pela estrada. Em tempos passados, o acesso também se dava pela via fluvial, mas era muito mais difícil e complicado, porque, depois que os barcos maiores encostavam nos portos do Lago Grande da Franca (mapa 3), os comunitários teriam que caminhar pelas vias da mata, em botes ou pequenas canoas pelos igarapés estreitos que desaguam no lago até sua comunidade (assim ocorria com os comunitários de São Benedito), mas, com a abertura e alargamento da estrada que dá acesso às comunidades que margeiam o Lago Grande pela parte de Juruti, os habitantes passaram a utilizar com mais frequência essa via de acesso, principalmente com motocicletas. Os igarapés ainda são muito utilizados, mas como via de acesso aos bons lugares de pesca artesanal.

As comunidades que margeiam o Lago Grande são intensamente miscigenadas. Não é raro encontrar cidadãos de estatura alta, pele, olhos e cabelos claros juntos aos cidadãos afrodescendentes e aos descendentes indígenas, que são maioria. Em São Benedito, pelas características afrodescendentes de várias famílias, dá para sugerir que no passado tenha-se configurado como um núcleo de resistência negra, mas seus habitantes atuais não consideram essa suposição. Esse assunto sobre a presença de descendentes africanos retomaremos mais adiante.

Fundado em 1985, o Casulo São Benedito sempre foi considerado pela coordenação da ACA um local onde os pais e mães das crianças eram bem atuantes nas atividades da escola e,

como consequência, as crianças eram sempre bem animadas e não se intimidavam quando havia visita da coordenação. Quando ocorriam essas visitas, elas recepcionavam com afeto e muita curiosidade. Percebia-se, nesse casulo, que o engajamento da família com a escola tornava as crianças mais ativas e interessadas em estudar, tanto que a frequência dos pequenos era sempre alta. Geralmente, quando ocorria algo relevante nesse casulo, como comemorações importantes ou algum problema que comprometesse as atividades da escola, havia sempre os representantes dos pais e das mães que se reuniam com a direção da comunidade para resolver o problema ou, então, solicitar reunião com a coordenação da ACA. Silva e Kaulfuss (2015) ressaltam que a proximidade da família com a escola facilita o desenvolvimento educacional da criança.

A boa relação entre família e escola precisa estar presente em qualquer trabalho educativo, pois é a ação conjunta, orientando e discutindo sobre variados assuntos para a definição dos meios de ação, que pode proporcionar o bom desenvolvimento e desempenho social e escolar da criança. [...] a aprendizagem da criança possui relação com a maneira como a família se relaciona com a temática e com a instituição escolar; algumas famílias entendem que a responsabilidade pela educação de seus filhos é exclusiva da escola, deixando de participar ativamente na vida escolar e social das crianças; os aspectos afetivos na relação família/escola podem favorecer a fase inicial de aclimação da criança; e a escola deve promover atividades que envolvam a família para participar da vida escolar de seus filhos e propiciem o envolvimento no processo educacional da criança (Silva; Kaulfuss, 2015, p. 4).

Logo de início, quando foi inaugurado, as salas eram sempre lotadas e, às vezes, ultrapassavam as quarenta matrículas, o que fez a freira Brunhilde construir um outro casulo nas proximidades para atender a grande demanda de crianças, mas, depois, teve que ser fechado (falar-se-á as razões do fechamento dessa unidade em outro item juntamente a outro casulo que fechou pelas mesmas razões). Dessa comunidade, onde esse casulo está inserido, a pesquisa destaca um aspecto relevante para o município. Apesar de a comunidade São Benedito ser relativamente pequena em comparação a outras em quantidade de habitantes, foi lá que se organizou um importante núcleo político que combaterá a oligarquia que por séculos dominou a arena política no município. Para Marx e Engels (2008), a tomada do poder perpassa pelo processo dialético, em que, inevitavelmente, ocorrerá o choque entre a massa e a classe dominante.

[...]a classe revolucionária surge-nos primeiramente não como classe, mas como representante da sociedade inteira, como toda a massa da sociedade em choque com a única classe dominante. Isto é possível porque, no início, o seu interesse está ainda intimamente ligado ao interesse comum de todas as outras classes não dominantes e porque, sob a pressão do estado de coisas anteriores, este interesse ainda não se pôde desenvolver como interesse particular de uma classe particular. Por este fato, a vitória dessa classe é útil a muitos indivíduos das outras classes que não conseguem chegar ao poder (Marx; Engels, 1998, p. 33).

Diferentemente dos casulos anteriores, em que as comunidades não se definiam plenamente do ponto de vista político, em São Benedito, a história será promissora para os religiosos. As lideranças dessa comunidade foram as que logo entenderam o projeto político que os religiosos estavam tentando implementar no município e, por conseguinte, deram o aval. Lukács (2010) enfatiza o princípio da responsabilidade quando se trata da regulação e da mudança social. O caminho é sempre seguir um planejamento correto, com discussões pontuais e objetivos plausíveis, com ênfase na racionalidade.

Vemos aqui, mais uma vez, como, na história das tentativas ideológicas de dominar os conflitos originados no desenvolvimento social, o embate de fato sobre legítimos problemas da generidade é socialmente muito mais eficaz quando não se tem uma crítica objetivamente fundamentada. Uma natureza como medida “eterna” do desenvolvimento social obviamente nem pode existir. Mas se em nome dele se opuserem exigências corretas e exequíveis aos princípios reguladores existentes a cada momento, os conteúdos decisivos podem adquirir uma importância social prática eficaz (Lukács, 2010, p. 118).

E, por conta desse entendimento, resolveram confiar nas ideias revolucionárias dos religiosos católicos. Esses, por sua vez, não perderam tempo. Logo em meados dos anos de 1980, designaram a comunidade como Comunidade Eclesial de Base (CEB) e intensificaram a formação de lideranças. Como os comunitários reagiram positivamente, então, seguiu um planejamento que incluía a transferência da teoria para atitudes práticas. Era preciso seguir na luta, com objetividade e com organização. Para Marx e Engels, organização e unidade são fatores importantes quando a classe trabalhadora tem objetivos claros de contraposição e tomada de poder.

O comunismo distingue-se de todos os movimentos que o precederam pelo fato de alterar a base das relações de produção e de troca anteriores e de, pela primeira vez, tratar as condições naturais prévias como criações dos homens que nos antecederam, despojando-as da sua aparência natural e submetendo-as ao poder dos indivíduos unidos. A organização que proclama é, por isso mesmo, essencialmente econômica: é a criação material das condições dessa união; transforma as condições existentes nas condições da união (Marx; Engels, 1998, p. 15-16).

Foi, então, que se deu início às discussões para se tomar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juruti das mãos das pessoas que representavam o governo (ver o item 2.4). As lideranças de São Benedito, juntamente a lideranças de outras comunidades, conseguiram conquistar o controle do sindicato e, depois dessa conquista, o próximo passo foi a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) no município, o que se deu de maneira natural. O mais difícil

foi o trabalho de consolidar os objetivos do partido ao interesse da população. Enquanto o partido era composto por sua maioria de pequenos lavradores, a sigla “capengava” quando concorria às eleições, mas, à medida que o partido foi conquistando a simpatia de parte do eleitorado de classe média baixa, que incluía professores, funcionários públicos e pequenos comerciantes, ele começou a crescer. A coordenação da ACA percebia que muitas das emoções e vivacidade das crianças de São Benedito estavam relacionadas a essa força transformadora que vinha da CEB, do sindicato e do partido. Alfandéry (2010), interpretando Wallon, ressalta que a sociedade acaba sendo refletida na expressividade da criança.

As emoções, que são a exteriorização da afetividade, ensejam assim mudanças que tendem a reduzi-las. Sobre elas repousam arrebatamentos gregários que são uma forma primitiva de comunhão e de comunidade. As relações que elas tornam possíveis aguçam seus meios de expressão, fazem deles instrumentos de sociabilidade cada vez mais especializados. Mas, à medida que sua significação fica mais precisa tornando-os mais autônomos, separam-se da própria emoção (Alfandéry, 2010, p. 73).

E, desde as primeiras eleições, em que o PT concorreu, os comunitários faziam questão de afirmar que a comunidade apoiava plenamente o partido, algo que na atualidade já não dá para constatar, até porque a comunidade cresceu em número de moradores, e as lideranças antigas perderam força e algumas já morreram. Historicamente, a comunidade teve papel crucial para a consolidação do Partido dos Trabalhadores em 1988, tanto que saiu de lá a primeira liderança chamada Fernando Esteves, que conseguiu se eleger vereador pelo partido juntamente a outro comunitário que residia na zona urbana. Fernando Esteves ainda conseguiu se reeleger em outros pleitos. A partir de 1988, o partido foi crescendo em quantidade de apoio até chegar em 2004, quando entra em nova fase com a responsabilidade de ser governo. Trotsky (1985) é radical ao expor seu entusiasmo com a revolução partindo do proletariado com apoio das massas camponesas.

Se os camaradas da minoria creem na vitória da revolução ou se reconhecem, ao menos, a possibilidade de um belo triunfo, não podem contestar o fato de que, a não ser o proletariado, não temos outro pretendente histórico ao poder revolucionário[...] assim também o proletariado, como expressão da única democracia revolucionária das nossas cidades, deve encontrar apoio nas massas camponesas e subir ao poder, se é que a revolução está em vésperas de triunfar (Trotsky, 1985, p. 84).

Apesar de a comunidade ser ativa politicamente e muito animada nas atividades da Igreja Católica, a freira Brunhilde teve certa dificuldade em encontrar professores para os casulos que permaneceram nas atividades educacionais com as crianças. Algumas professoras iniciaram na atividade, mas logo seguiram carreira sendo contratadas pelo Estado e saíram do casulo. Nesse sentido, a irmã Brunhilde teve que apelar para o improvisado, passando algumas

peças que se destacavam na cozinha para a sala de aula. Mesmo assim, as atividades com as crianças não caíam de padrão devido a intensa formação com os novos professores.

Retomando ao assunto da diversidade étnica de Juruti, observa-se dezenas de famílias de algumas comunidades próximas ao Lago Grande (parte nordeste e leste do município – mapa 15) possuem características típicas dos africanos, como cabelos crespos, pele escura e lábios grossos, assim como algumas famílias de São Benedito. Segundo Marinho (2002), o Baixo Amazonas foi um local de incidência de descendentes africanos no século XIX, que eram escravizados, livres ou compunham quilombos de resistência. O que dificulta a compreensão da movimentação dos negros no Brasil, segundo Arco (2020), após a promulgação da Lei Áurea, é a falta de registros constitucionais sobre os ex-escravos.

Interessa sim destacar como a partir da promulgação da Lei Áurea em 1888, deixaram de fazer sentido, pelo menos para as classes políticas dominantes, aqueles Quilombos ou Mocambos estabelecidos por negros escravizados que fugiam do controle do regime escravocrata. Como consequência disso, durante o período republicano se constatou “um silêncio nos textos constitucionais sobre a relação entre os ex-escravos e a terra” (Arco, 2020, p. 4).

Com pouco espaço nos centros urbanos, depois da promulgação da Lei Áurea e da Proclamação da República, essas famílias se espalharam pela região e estabeleceram-se na zona rural de Juruti. Contudo, não se percebe no município a reivindicação legal das descendências indígena ou africana, como ocorre em Oriximiná, Óbidos e Santarém, onde já foram reconhecidos legalmente os agrupamentos de descendentes de quilombos.

De acordo com Salles (1971), em praticamente todos os aspectos culturais, religiosos, arquitetônicos e culinários que se espalharam na Amazônia, existe a marca dos descendentes africanos. Igrejas antigas da região, como as catedrais de Óbidos e Santarém, e os grandes casarões dos comerciantes e senhores de engenho, que ainda estão de pé, têm o esforço e o sangue derramado dos escravos. Também os alimentos tradicionais da cultura indígena, como tacacá, maniçoba, tucupí, ganharam mais sabor com os temperos africanos, por exemplo, a pimenta. E a religião se tornou mais rica com o sincretismo religioso, não é sem razão a grande crença a São Sebastião que, para os umbandistas, representa Oxóssi, e São Benedito que, além de ser preto, ainda representa Ossaim, um defensor da natureza. Os comunitários de São Benedito não sabem dizer se há relação simbólica entre o padroeiro católico e a condição étnica da comunidade. Se há alguma, essa informação se perdeu com os antepassados que fundaram a comunidade.

3.8.12 Casulos Castanhal e São Domingos

Os Casulos Castanhal e São Domingos (mapa 3), diferentemente da comunidade de São Benedito, onde a população era ativamente da religião católica e de linha política com inclinações para a esquerda, a direção política era mais conservadora, isso porque havia influência das igrejas pentecostais que já estavam estabelecidas por lá e expandiram-se rapidamente. Do ponto de vista político, era uma tarefa delicada tratar nas reuniões com pais e com mães das crianças dos casulos sobre novas opções de condução do município. Mesmo com o esforço de manter a civilidade, ainda há severa rivalidade sobre o entendimento religioso e dogmático, o que acaba resvalando para as relações sociais e políticas. Para completar a rejeição a ideias novas no campo político, a principal liderança que comandava o executivo do município por vários pleitos pertencia à Igreja Protestante Batista e isso acabava influenciando na opção política dessas comunidades predominantemente evangélicas. Segundo a coordenação dos casulos, tanto os padres quanto a freira Brunhilde sempre trataram com muito respeito a opção política e religiosa das comunidades, mas também fizeram o que estava ao alcance para fortalecer as lideranças que se identificavam com as lutas em defesa de questões populares.

Desde 2006, a Comunidade Castanhal se tornou distrito do município, isso consta na Lei 941/06, que instituiu o Plano Diretor de Juruti. Desde então, a localidade adquiriu o direito ao estabelecimento de uma subprefeitura, o que facilitou a vida dos comunitários que necessitavam das políticas públicas, evitando, assim, deslocarem-se regularmente à sede do município.

A coordenação dos casulos conta que a relação com os comunitários sempre foi harmoniosa, mas teve um episódio delicado ocorrido em São Domingos que, por envolver questões didático-pedagógicas, considerou-se importante relatar neste estudo. Ao início dos anos 2000, alguns pais estavam proibindo seus filhos de frequentarem o casulo, de praticarem o jogo de bola ou de qualquer tipo de atividade que envolvessem força física e competição, pois a designação religiosa a que pertenciam proibia qualquer manifestação que envolvesse jogos por considerá-los pecaminosos. E, depois de um certo tempo, começaram a não mais encaminhar as crianças para a pré-escola.

Os professores logo perceberam que muitas dessas crianças estavam crescendo com os membros físicos fracos (facilmente fraturavam) e logo suspeitaram que isso poderia estar relacionado a não prática de atividades físicas e por não terem boa alimentação em casa. Para reverter essa situação, em favor das crianças, foram realizadas reuniões e conversas no casulo sobre a importância da atividade física (coordenação motora grossa) para o fortalecimento dos

ossos e músculos das crianças. Era alertado para os pais e mães da importância de estimularem as crianças a brincarem, a jogarem e a correrem para ajudar na saúde corporal e mental delas. Em virtude dessa situação específica, em todas as reuniões com os pais e mães das crianças, abordava-se a necessidade de o pequeno extravasar as energias através das brincadeiras, pedia-se também compreensão, caso ele chegasse com roupa suja em casa, para não exagerar nas repreensões, pois só estavam exercendo o seu direito de ser criança. Para Fernandes (2008), o ser humano necessita biologicamente de interação social e, para a criança, isso se dá através da brincadeira:

Quanto mais a criança for estimulada, mais respostas ela dará para estas ações, fazendo com que sua visão de mundo se amplie para receber ainda mais estímulos. O movimento físico e a cognição estão inteiramente ligados a um ciclo contínuo de estímulos, pois para absorver informações o ser humano precisa ouvir, olhar, mover-se, tocar e sentir os vários estímulos. O biológico é herança dos nossos antepassados, são características registradas nos genes de um indivíduo passadas de uma geração para outra, mas é na interação com o social que faz ocorrer a aprendizagem e o desenvolvimento. A criança precisa interagir com a outra, precisa brincar, correr, pular, explorar, pois permitindo que a criança faça isso estamos ajudando a desenvolver a consciência do corpo e do mundo a sua volta (Fernandes, 2008, p. 10).

Nem sempre é tarefa fácil mudar conceitos religiosos e culturais que prejudique o desenvolvimento humano, mas é preciso compreender que o aspecto educacional vai muito além do que os quatro cantos da sala de aula. Quando a família e a comunidade compreendem o significado prático, racional e psicológico das atividades pedagógicas, o desenvolvimento educacional acaba fluindo com naturalidade e toda a sociedade ganha com essa prática interativa. De acordo com a coordenação dos casulos, após a intervenção, através das reuniões, houve maior compreensão das famílias sobre a importância da prática de atividades físicas para as crianças, mas, pelo que foi sabido depois, nem todas apoiaram a ação e continuaram boicotando a prática de jogos para os filhos.

Seguindo a linha da diversidade, nessas comunidades, via-se a presença frequente de pessoas com características afrodescendentes, indígenas e brancas. Segundo a coordenação, não era raro detectar nas reuniões e nas salas de aula pais e crianças brancas e de olhos claros. De acordo com os antigos moradores, essas características físicas eram de famílias com descendência portuguesa e espanhola que se estabeleceram por lá no início do século XX. Isso acaba evidenciado ao analisar os sobrenomes característicos dos cidadãos das comunidades como Guarrido, Hermido, Branche, Mascarenhas, entre outros.

As comunidades São Domingos e Castanhal fazem parte dos aglomerados populacionais das margens Lago Grande (ver o mapa 16). Esse lago abarca os municípios de Óbidos, Juruti e

Santarém. No período da cheia, ele se transforma em um imenso caldeirão de água, mas, na seca, aparecem quilométricas vastidões de terra, onde crescem pastagens naturais propícias para criação de gado e, também, formam-se os pequenos lagos ricos em pescado. Essa abundância natural atraiu centenas de famílias para as margens, formando as dezenas de núcleos comunitários.

3.8.13 Casulo Capelinha

A via mais utilizada para chegar ao Lago Juruti Velho, vindo da área urbana de Juruti, é através do Igarapé do Balaio, antes de chegar ao lago, como mostra o mapa 3, há uma comunidade chamada Capelinha, onde há um casulo desde 1996. Nesse casulo, destacam-se dois fatores, o primeiro deles é sua localização elevada. O perímetro que vai da área urbana de Juruti até a região do Lago Juruti Velho é composto por uma sequência de platôs, variando de 30 a 100 metros de altura. É no alto de um desses platôs que se encontra o Casulo Capelinha. Viver nas alturas tem suas vantagens, por exemplo, ver a bela paisagem amazônica em qualquer estação do ano, contudo, subir e descer os seus muitos degraus (figura 73) não é tarefa fácil, principalmente quando se está levando peso nas costas. Além dessa dificuldade, ainda havia o desafio em conseguir água potável, hoje, essa dificuldade foi amenizada com a instalação de poços artesianos de grande profundidade e tubos resistentes à pressão.

Figura 73 - Escadaria da Comunidade Capelinha

Fonte: acervo fotográfico de Jader Batista.

Outra característica marcante do Casulo da Capelinha era a boa comida feita por um antigo cozinheiro que trabalhou na floresta para os engenheiros do Ministério de Minas e Energia quando estavam fazendo pesquisa em solo amazônico em busca de petróleo e demais fontes de riquezas minerais que pudessem ser exploradas comercialmente. Em Juruti, descobriram bauxita.

Senhor Manoel Matos, carinhosamente conhecido pelo apelido de Candó, fazia verdadeiros “milagres” com os alimentos que eram encaminhados para as crianças do casulo. Mesmo com poucos recursos, porém sua criatividade e seus dons culinários eram os responsáveis pela criação dos mais variados e deliciosos pratos de alimentos que eram servidos às crianças. Quando a coordenação dos casulos fazia visitas na região do Juruti Velho, a obrigação era parar no horário do almoço no Casulo Capelinha porque já se sabia que por ali havia comida bem elaborada e saborosa. Seu Candó nunca fez algum curso avançado de gastronomia, mas seus dotes culinários o faziam um grande chefe de comida tipicamente amazônica. Ele foi um dos funcionários do casulo que trabalhou até a sua aposentadoria.

Não era por acaso que freira Brunhilde escolhia bons funcionários para essa função. Ela sempre considerou o serviço de cozinheiro como estratégico para o desenvolvimento físico das crianças. Seu maior desejo era que o salário dos cozinheiros se equiparasse com o do professor

e, às vezes, ficava aborrecida com distinções trabalhistas. Um alimento mal preparado ou desagradável poderia comprometer a saúde das crianças, e isso era algo extremamente preocupante, porque à medida que os pais e as mães confiavam os seus pequenos aos cuidados dos profissionais dos casulos, a responsabilidade, a partir daquele momento, era da instituição. Por isso, havia alguns critérios rigorosos para admissão dos cozinheiros dos casulos. O primeiro deles era ser bem alfabetizado, ou seja, que soubessem ler e entender o que estava escrito. Isso não era preconceito aos não alfabetizados, era uma questão de segurança. Os alimentos industrializados vêm com rótulos indicando composição, validade, receitas etc. Outros produtos que não são alimentos (materiais de higiene e limpeza, por exemplo), também vêm com rótulos e precisam ser bem identificados. Uma mistura inadequada poderia ser fatal.

Outros critérios de admissão e permanência do servidor estava ligado à vontade de desenvolver um bom trabalho e aos cuidados com a horta e com as árvores frutíferas. A educação alimentar era elemento primordial e as hortaliças deveriam estar presentes nas refeições das crianças, mesmo que, a princípio, elas rejeitassem. Era obrigatório criar estratégias para que consumissem os alimentos de sua cultura, acrescidos de elementos não tão comuns em seus pratos, como saladas e frutas diversas. Segundo Seabra e Moura (2005), no ato de alimentar-se, as crianças de creches e pré-escolas reforçam seus laços culturais e interagem com novas realidades, novos sabores e vivências.

Desde os primeiros dias de vida o contexto de alimentação parece ser essencial para a socialização da criança e para sua inserção na cultura. Não é só comida que ela está recebendo, mas começa a participar em um sistema de representações e práticas de sua cultura. Durante os momentos em que a criança é alimentada, trocas interativas ocorrem e são importantes para que haja um conhecimento mútuo entre adulto e criança. Esse contexto propicia, assim, a criação de *zonas de construção*[...] (Seabra; Moura, 2005, p. 5).

Seu Candó, intuitivamente, sabia o quanto era importante seu papel no desenvolvimento das crianças. Como em vários períodos a instituição enfrentou muitas privações financeiras e muitas vezes não possuía dinheiro suficiente para comprar alimentos em quantidade para fechar o mês, a solução era improvisar com responsabilidade. Era nesse ponto que a entidade dependia da criatividade do cozinheiro. Por exemplo, se houvesse na dispensa somente arroz ou trigo, mas tivesse abobrinha, maxixe, cebolinha e couve na horta, então se podia elaborar alguns pratos emergenciais que supririam a necessidade alimentar das crianças. O último recurso era parar o funcionamento das creches, o que ocorreu algumas vezes.

Outra dificuldade que ocorria desde a fundação dos casulos era distribuição dos alimentos de forma igualitária para todas as unidades. O problema se dava pela falta de

eletricidade, principalmente na zona rural. Não havia condições de encaminhar alimentos como carne e frango para que fossem utilizados durante a semana, porque não tinha como conservá-los saudáveis. O que se poderia fazer naquele momento era encaminhar os alimentos em cubas de isopores com gelo para logo serem consumidos, mas a vigilância sanitária condenou essa prática. Dessa forma, as crianças da zona urbana acabavam sendo privilegiadas em comparação às da zona rural. Enquanto na zona urbana se consumia alimentos saudáveis, na zona rural, as crianças eram obrigadas a comer enlatados industrializados, o que era essencialmente injusto. A alimentação escolar aqui está sendo apresentada como parte da desigualdade social e que deve ser combatida. Um tipo de enfrentamento que tem força pedagógica.

Uma pedagogia revolucionária centra-se, pois, na igualdade essencial entre os homens. Entende, porém, a igualdade em termos reais e não apenas formais. Busca, pois, converter-se, articulando-se com as forças emergentes da sociedade, em instrumento a serviço da instauração de uma sociedade igualitária. Para isso a pedagogia revolucionária [...]. Ainda que secundário, nem por isso deixa de ser instrumento importante e por vezes decisivo no processo de transformação da sociedade (Saviani, 1999, p. 75).

Chegar a essa igualdade proposta por Saviani (1999) não era tarefa fácil, nem mesmo no simples ato de distribuir alimentos às escolas no interior da Amazônia. Durante os últimos 20 anos, já foram elaboradas inúmeras estratégias para oferecer alimentos saudáveis às crianças dos casulos da zona rural, o qual elencamos:

1. Criar os animais para serem consumidos durante o ano letivo. Essa prática funcionou logo no início, porém, os bichos precisavam, além de alimentos, cuidados, como higiene e alguém que os vigiassem. À medida que intensificaram os furtos das galinhas, dos patos e dos porcos, a atividade de criação teve que ser encerrada;
2. Comprar de criadores locais. Isso até funcionou em comunidades que tinham associações constituídas, pois a burocracia exigia nota fiscal do produtor. De maneira geral, a prática não deu certo pela pouca regularidade do fornecimento e do alto valor cobrado pelos produtores, que reclamavam do inflacionamento de insumos;
3. Caixas de isopores com gelo. Essa prática foi condenada pela secretaria de vigilância sanitária em virtude das higiene dos isopores e manipulação inadequada dos alimentos;
4. A solução provisória (até a chegada da energia definitivamente) foi a instalação de placa solares, conforme demonstra a figura 65, o que consegue alimentar um pequeno refrigerador e, assim, preservar os alimentos. Ressalta-se que os recursos para

instalação de placas solares e construção de cozinhas novas (figura 74) vieram de campanhas e de doações realizadas pelos sobrinhos da freira Brunhilde na Alemanha.

Figura 74 - Casulo Capelinha após reforma com instalação de placa solar



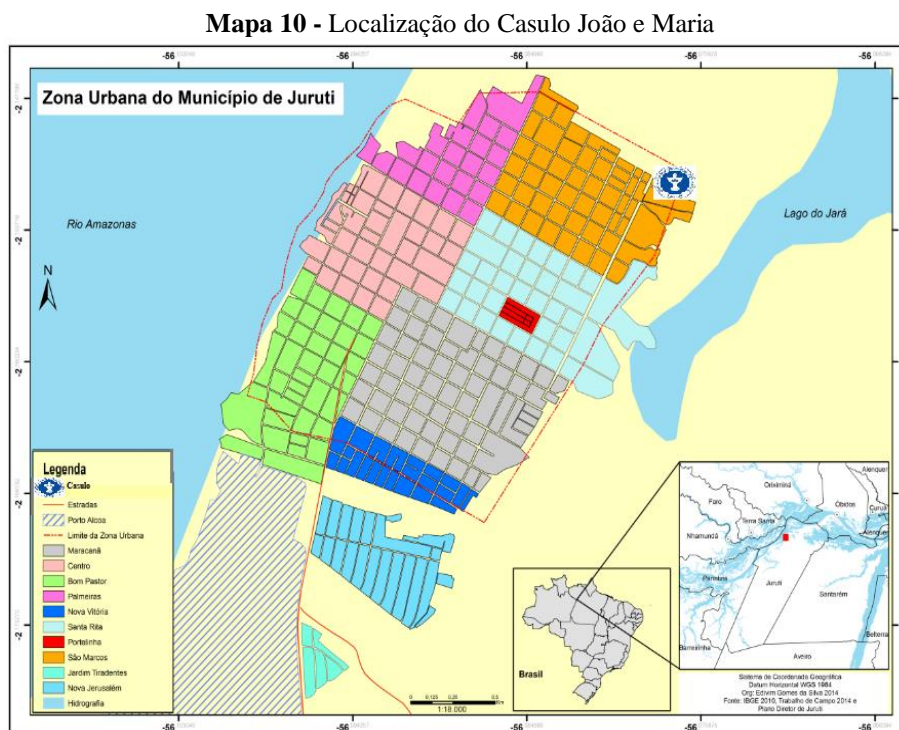
Fonte: Acervo fotográfico de Jader Batista.

Seu Candó não chegou a trabalhar com essa tecnologia de placa solares. Hoje, aposentado, reside em uma casa na base do platô da comunidade Capelinha, próxima ao rio. Da varanda, observa as crianças passarem para a escola em suas canoas, rabetas e barcos. Suas histórias se misturam entre a floresta, as crianças e os rios. Seu Candó é uma síntese do caboclo trabalhador da Amazônia.

A parte política de várias comunidades que compõem a região de Juruti Velho, dentre elas Capelinha, estão intrinsecamente ligadas aos ditames da liderança da Acorjuve. Como a maioria das famílias recebem algum dinheiro dos royalties da mineradora de bauxita via associação, o presidente acaba usando esse benefício financeiro em prol de seus interesses políticos. Nas últimas eleições para prefeito, o presidente da associação se candidatou ao executivo municipal, o qual recebeu a maioria absoluta dos votos da região, mas perdeu a eleição por não possuir a mesma influência no restante do município.

3.8.14 Casulo João e Maria

O Casulo João e Maria localiza-se na parte Nordeste do município, conforme mapa 10, com distância de 500 metros do lago Jará.



A freira Brunhilde sempre dizia que, no dia que os lavradores conseguissem administrar a prefeitura, iria pedir para trocar os barracões de madeira por prédios em alvenaria. Em sua concepção, os prédios eram provisórios porque eram construídos em madeira e o material se deteriorava rapidamente, comparado aos de concreto armado. As condições financeiras não permitiam a construção em alvenaria, por mais que se quisesse fazer algo melhor nas comunidades. Passados 47 anos desde a inauguração do primeiro casulo em 1976, a maioria dos locais de atendimento continua funcionando no mesmo ambiente precário em madeira apesar das várias gestões do Partido dos Trabalhadores.

Essa constatação nos remete a refletir sobre as dificuldades de formação de consciência, e as diferenciações entre os grupos sociais no referido processo.

A consciência da própria historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções ou com elementos de outras concepções. A própria concepção do mundo responde a determinados problemas colocados pela realidade, que são bem determinados e

“originais” em sua atualidade. Como é possível pensar o presente, e um presente bem determinado, com um pensamento elaborado em face de problemas de um passado frequentemente bastante remoto e superado? Se isto ocorre, significa que somos “anacrônicos” em face da época em que vivemos, que somos fósseis e não seres que vivem de modo moderno. Ou, pelo menos, que somos bizarramente “compósitos”. E ocorre, de fato, que grupos sociais que, em determinados aspectos, exprimem a mais desenvolvida modernidade, em outros manifestam-se atrasados com relação à sua posição social, sendo, portanto, incapazes de completa autonomia histórica (Gramsci, 1999, p. 95).

Essa mesma angústia com elementos históricos contraditórios que expressa Gramsci (1999) no texto acima, a coordenação sentiu depois de ter passado tanto sofrimento desde sua fundação para, finalmente, usufruir de uma administração com os mesmos princípios ideológicos e, ao mesmo tempo, não se sentir contemplado com as melhorias estruturais que tanto almejou no período em que a prefeitura esteve nas mãos dos políticos que não tinham compromissos com a educação de maneira geral.

Mas este processo [...] é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de debandadas e de reagrupamentos; e, neste processo, a “fidelidade” da massa (e a fidelidade e a disciplina são inicialmente a forma que assume a adesão da massa e a sua colaboração no desenvolvimento do fenômeno cultural como um todo) é submetida a duras provas (Gramsci, 1999, p. 104).

Quando a prefeitura foi conquistada pela classe trabalhadora em 2004, um dos primeiros vislumbres da coordenação foi construir um casulo de acordo com o sonho da freira Brunhilde e dentro de todos os padrões exigidos para o funcionamento de uma pré-escola. Seria uma espécie de projeto piloto, que serviria de modelo para os demais casulos. A ideia foi apresentada ao vigário padre Alfonso Blumenfield, que gostou do projeto e logo solicitou recursos para ONGs internacionais. Em poucos meses, saiu a liberação de uma quantidade de Euros que corresponderia a, mais ou menos, 100 mil reais. Com esse dinheiro, começou a construção.

O problema era que, para arcar com uma construção com todos os espaços necessários, como sala administrativa, salas pedagógicas, cozinha adequada, banheiros com acessibilidade, parque, entre outros, precisaria de muito dinheiro. Os 100 mil reais foram o suficiente apenas para limpar o terreno, fazer a cerca, levantar a sala e cobrir com telha de barro (figura 75). Com o casulo em andamento, a coordenação achou que não seria difícil conseguir patrocínio para a conclusão da obra, no entanto, não foi isso que aconteceu. A prefeitura negou apoio várias vezes porque o valor era alto e dependia de provisão e licitação orçamentária. A freira Brunhilde achou interessante a ideia, mas cara demais para suas pretensões. Se fizesse investimento nesse casulo, iria comprometer o restante das suas obras sociais. Enfim, depois de mais de 5 anos de

construção e muitos atropelos, incluindo o roubo de parte do telhado, o casulo recebeu os últimos arremates.

Figura 75 - Construção de uma sala no Casulo João e Maria



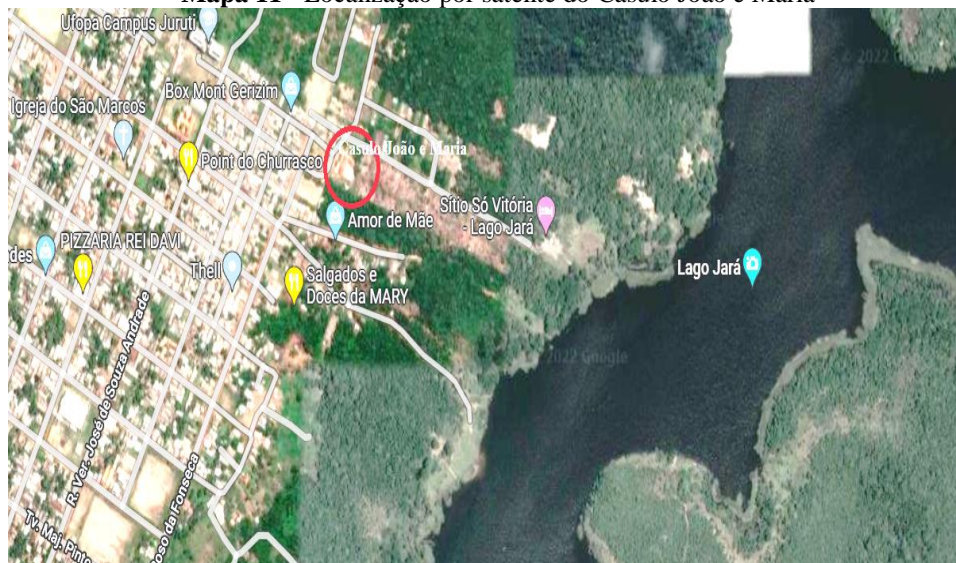
Fonte: Acervo digital da ACA.

O Casulo João e Maria foi a primeira tentativa da coordenação em construir uma escola de educação infantil dentro das mínimas condições de exigências orientadas pelo MEC, mas, houve um erro de planejamento financeiro para custear a obra, o que acabou comprometendo boa parte das finanças de todos os casulos por quase cinco anos. O valor dos materiais de construção e de mão de obra elevou-se, principalmente, porque, nesse período, havia demanda de serviços para construção do projeto de mineração de bauxita na cidade, o qual elevou o preço dos materiais e dos serviços. Somente depois de parcerias com algumas empresas locais e com a secretaria de infraestrutura, que forneceu areia e pedra, conseguiu-se, finalmente, inaugurar a escola em 2010 (figura 76).

A experiência de construção foi tão traumatizante que o Casulo João e Maria foi o último a ser construído pela ACA, e a coordenação acredita que não há mais como se aventurar em novos empreendimentos. Localizado no bairro São Marcos, o casulo foi concebido com a finalidade de atender os três bairros da zona leste da cidade. O local escolhido foi um terreno pertencente à Igreja Católica que era utilizado como área de preservação ambiental. Como ocorriam constantes invasões das terras próximas ao Lago Jará (lago que banha a cidade pela parte sul e sudeste), a escola também serviria como barreira de proteção das terras até as margens do lago, perfazendo uma área de 20.000 m². A coordenação e os responsáveis pela Igreja Católica acreditavam que os vigias da escola intimidariam os invasores das terras, mas essa crença não se confirmou. Conforme apresenta o mapa 11, não houve como segurar os

invasores que acabaram desmatando até próximo ao lago, tornando-se um perigo para a preservação da biodiversidade local.

Mapa 11 - Localização por satélite do Casulo João e Maria



Fonte: Mapa elaborado para a Tese (PGEDA), utilizando como base o mapa de Juruti do Website: Google Earth (2017). Disponível em: <http://earth.google.com/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

A Igreja Católica até entrou com uma ação na justiça para recuperar o terreno, mas existem, dentro desse contexto, várias situações para serem avaliadas, entre elas, o problema habitacional. Boa parte das famílias que invadiram essa terra são de miseráveis, que não tem recursos para comprar um lote de terra, e outra parte são de especuladores. É um trabalho espinhoso que precisará ser resolvido pela justiça, pela assistência social e pela secretaria de meio ambiente, pois, grande parte do terreno estava dentro de área de proteção de manancial. De maneira geral, a chegada dessas famílias proporcionou um aumento de demanda por matrícula, o que de certo modo favoreceu o casulo.

O Casulo João e Maria recebeu esse nome em homenagem ao padre Alfonso e à freira Brunhilde. Antes da inauguração, conversou-se com os dois homenageados sobre a possibilidade de utilização de seus nomes para batizar o casulo. A resposta foi negativa. Suas decisões respeitaram as suas convicções religiosas de não receberem quaisquer tipos de homenagem enquanto estivessem vivos. Como a coordenação dos casulos queria de alguma forma homenagear os dois benfeitores, decidiu-se escolher os personagens literários João e Maria, do conto de fadas dos irmãos Grimm, mas na verdade o termo representa uma homenagem subtendida aos religiosos.

Figura 76 - Visão panorâmica do Casulo João e Maria



Fonte: Acervo digital de Jader Batista.

A freira Brunhilde visitou as dependências do casulo João e Maria, primeira e única vez, em 2017, e suas impressões serviram de alento para a coordenação, como mostra a figuras 77 e 77. Antes de partir para casa de repouso em Recife, irmã Brunhilde visitou algumas unidades dos casulos como forma de despedida e certificação de que seu trabalho teria prosseguimento. A coordenação acredita que, apesar das preocupações financeiras para o futuro, ela ficou satisfeita com o que viu.

Figura 77 - Construção de uma sala no Casulo João e Maria



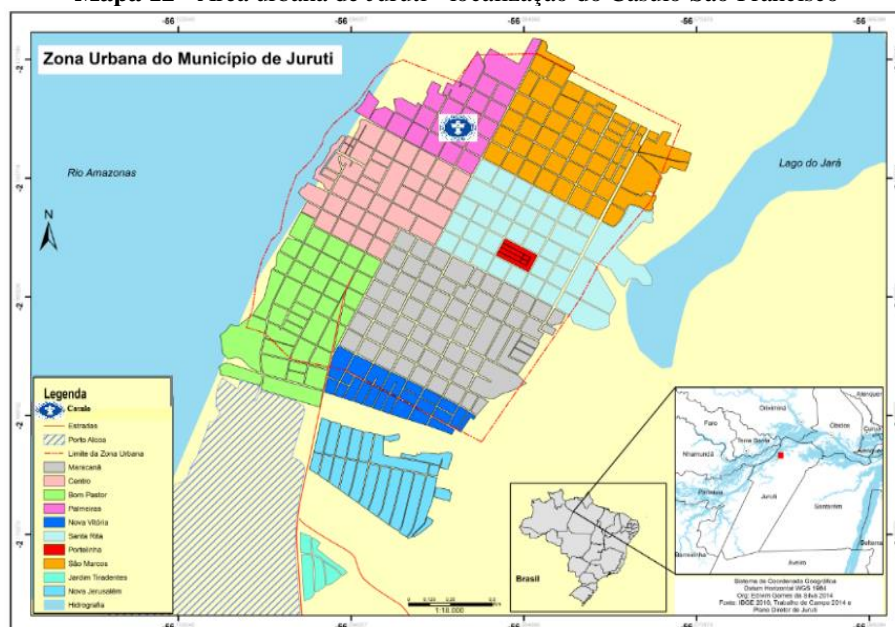
Fonte: Acervo digital da ACA.

A freira Brunhilde deixou vários ensinamentos, como nunca esmorecer diante das dificuldades. Sua dedicação era tão intensa ao serviço que, mesmo na cadeira de rodas e com

poucos movimentos motores, ela nunca deixou de trabalhar, elaborando projetos em prol dos mais necessitados de recursos da região Norte e Nordeste ou onde sua congregação possuísse uma casa de missão.

3.8.15 Casulo São Francisco

Mapa 12 - Área urbana de Juruti - localização do Casulo São Francisco



Fonte: Mapa elaborado para a Tese (PGEDA), utilizando como base o mapa de Juruti do artigo científico de Silva e Silva (2016).

O Casulo São Francisco, localizado no perímetro da cidade, no bairro do Palmeiras, (mapa 12) foi antigo local de funcionamento da Igreja Católica São Francisco. Como o espaço do terreno era insuficiente para comportar um templo com maior área construída e uma praça, os comunitários providenciaram um outro terreno com maiores proporções onde pudessem construir a igreja e demais espaços, e assim foi feito. O antigo local foi doado para as mães da Pastoral da Criança⁴¹ que, em seguida, firmaram convênio com a ACA para o funcionamento de uma pré-escola. Era maneira racional de ocupar um espaço que ficava ocioso na semana, pois as atividades da Pastoral da Criança aconteciam somente aos sábados, e outra intenção da Pastoral da Criança era conseguir uma ocupação laboral para que as mães garantissem alguma renda. A atividade principal da Pastoral da Criança era a pesagem das crianças para certificar

⁴¹A Pastoral da Criança é um organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vinculada à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz. Funciona nas mais diversas paróquias do país.

se não havia desnutrição, realização de palestras e orientações e, vez por outra, havia a distribuição de kits de enxoval e de alimentação. Era um serviço de grande relevância social.

As aulas começaram à base de improviso. A intenção da Pastoral da Criança e da ACA era amenizar a alta demanda por pré-escola que havia no bairro. Como as entidades estavam com poucos recursos para construir um novo prédio, a solução, a princípio, foi utilizar o antigo barracão da igreja e o salão social (tudo em madeira) para dar início às atividades educacionais no ano de 2005. O maior obstáculo para o funcionamento era a deterioração do prédio. Para resolver esse problema, a coordenação da Pastoral da Criança teve a ideia de procurar a empresa Alcoa para pedir ajuda para reformar o barracão onde funcionava uma das salas de aula. A empresa atendeu a equipe e solicitou que encaminhassem um projeto para o Instituto Alcoa, que era a entidade responsável pela relação comunidade e empresa. A coordenação da Pastoral da Criança elaborou o projeto para a reforma do barracão e encaminhou para o Instituto Alcoa que, imediatamente, aprovou o projeto. A reforma foi feita com base na estrutura antiga e entregue em pouco tempo com direito à cerimônia de inauguração.

Aqui vale uma outra reflexão que se assemelha àquilo que já foi tratado no extinto Casulo Terra Preta, mas que é importante reforçar para, ao menos, deixar algum registro. O Instituto Alcoa é uma empresa sem fins lucrativos que foi criada na década de 1990 pela empresa de mineração para fazer ações sociais nas cidades onde atua extraíndo minérios. O Instituto Alcoa é uma empresa do chamado terceiro setor⁴², assim, também, como a Associação Amiga da Criança de Juruti. A semelhança está na atuação social em lugares onde o Estado se faz pouco presente, e a diferença está ligada aos interesses econômicos.

Uma empresa atuante no mercado vai sempre visar o que for mais lucrativo, enquanto outras almejam o bem comum, sem necessariamente objetivar lucros financeiros. Nesse caso específico, há um paradoxo: as duas empresas poderiam estar fora do quesito terceiro setor, pois ambas estão ligadas tanto ao setor financeiro quanto à municipalidade (a ACA mantém convênio com a prefeitura). Por conta desses dilemas, foi criada, em 1999, a Lei nº 9.790/99, que regulamenta as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, e institui e disciplina o termo parceria. Portanto, no Art. 2º, há uma série de entidades que podem utilizar de seus lucros ou bonificações para fomentar atividades sociais, como sociedades comerciais, sindicais, partidárias, religiosas, dentre outras. Para Oliveira e Sousa (2015), depois da promulgação dessa Lei, houve um crescimento vertiginoso das empresas do terceiro setor no país, contudo ainda não está tão clara sua função no âmbito do desenvolvimento social.

⁴²Empresas que não fazem parte nem do mercado e nem do Estado.

Estas discussões revelam convergência de preocupações sobre alguns pontos importantes, entre eles: a natureza e as repercussões do crescimento das organizações sociais no Brasil; a necessidade de aprofundar conhecimentos sobre essas formas de organizações que vêm surgindo; e de identificar políticas e ações que possam ajudar a inserir gradualmente essas organizações pertencentes ao setor num quadro mais amplo de desenvolvimento sustentável. Desafios esses que estão longe de serem singelos, pois demandam um rompimento com o legado histórico de subordinação, assistencialismo e clientelismo (Oliveira; Sousa, 2015, p. 15).

Para o setor econômico lucrativo, essa parceria é extremamente vantajosa por ser barata e eficiente, principalmente, para empresas que agridem o meio ambiente e/ou necessitam desenvolver suas atividades econômicas em locais onde estão estabelecidos os bolsões de miséria, como no caso de Juruti. Dessa forma, qualquer ajuda é bem-vinda para os pobres e estratégica para a empresa que explora até a exaustão essa condição de vulnerabilidade das pessoas.

Figura 78 - Doação de R\$ 10.000,00 pelo Instituto Alcoa à Comunidade Jauari – Região do Juruti Velho



Fonte: <https://www.facebook.com/InstitutoAlcoa/photos/pcb>. Acesso em: 17 abr. 2023.

A empresa Alcoa, por exemplo, utiliza todas as mídias sociais (figura 78) para divulgar suas “bondades” para os comunitários com a clara intenção de vender a imagem de responsabilidade com a humanidade, o que esconde ou “maquia” os danos ambientais e sociais que esses projetos acarretam à região. Para Souza (2012), as empresas apelam para a psicologia social ao se mostrarem “solidárias”, mas o interesse é somente o financeiro.

Ao que concluir se faz de mais agressivo citado pelos autores críticos ao Terceiro Setor é a forma com que esse segmento é usado pela iniciativa privada: Marketing

Social para a empresa envolvida na ação. Uma empresa privada que se mostra “solidária” ou preocupada com os problemas sociais, na verdade pode estar vendendo uma figura imagética de solidariedade que faz dessa empresa mais visada e melhor notada, uma forma indireta de propaganda, marketing social já que sua real intenção está mais focada em explorar o potencial de consumo em todas as classes sociais, inclusive de seus “clientes” do qual transforma o capital humano empregado em uma ferramenta de exploração em nome da imagem da empresa diante da sociedade (Souza, 2012, p. 5).

Em princípio, a ideia por trás da iniciativa era importante, porque daria respostas onde o Estado se fazia ausente, contudo, essa ação perde seu valor humanitário, pois o capitalismo transforma tudo em dividendo, inclusive as ações caritativas. Assim como o ilusionista cativa sua plateia com truques, velocidade e destreza para finalizar sua mágica, o capitalismo também usa desse recurso da ilusão para humilhar e exercer seu controle sobre a vida e a morte. Boaventura de Sousa Santos (2007) reflete que, por traz dessas falsas intenções, há um fascismo descarado:

Tenho descrito esta situação como a ascensão do fascismo social, um regime social de relações de poder extremamente desiguais que concedem à parte mais forte o poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca. Noutro lugar distingui cinco formas de fascismo social. A primeira forma é o fascismo do apartheid social (Santos, 2007, p. 16).

Ao passar dois anos da entrega do barracão, a avaliação geral das coordenações foi a de que a empresa Alcoa lucrou vertiginosamente com essa parceria por várias razões:

- 1) Primeiro, porque a mineradora conseguiu associar seu nome a um movimento da Igreja Católica que cuida de crianças carentes;
- 2) Outro ponto foi a aproximação, por tabela, aos casulos, que até a presente data resistia em receber apoio de uma empresa cuja atividade agredia ao meio ambiente. Nos últimos anos, as questões ideológicas perderam relevância para ACA e as últimas coordenações têm firmado convênio com o Instituto Alcoa. A justificativa da coordenação dada ao pesquisador foi que há necessidade de se apropriar de tudo que a empresa oferece à população. Não serviu o meu contra-argumento de que aceitar “migalhas” automaticamente chancela os malefícios causados pela empresa;
- 3) O terceiro aspecto, e talvez o mais grave, foi o serviço arquitetônico mal estruturado feito no barracão (figura 79).

Figura 79 - Barracão reformado com recursos do Instituto Alcoa



Fonte: Arquivo fotográfico de Jader Batista.

Logo se percebeu que a construção era inadequada para as atividades escolares, os arquitetos estavam muito mais preocupados em economizar materiais do que fazer um prédio adequado à educação infantil. Os parapeitos eram altos demais e sem ventilação e, para completar, o material usado era de baixa qualidade, o que forçou a coordenação do casulo a reformar completamente o barracão.

Enquanto a Alcoa lucrou com a parceria exitosa e de baixo investimento, a ACA teve que arcar com o prejuízo pelo péssimo serviço que foi entregue pela empresa. Esse, naturalmente, foi o preço do relacionamento com uma empresa com vasta experiência em “encantar” pequenas comunidades. Se ela quisesse realmente ajudar, teria construído um outro prédio, e não uma reforma em um barracão que já estava desgastado pelo uso, mas isso demandaria mais recursos financeiros, o que não é de interesse da iniciativa privada. Finalmente, a ACA derrubou o prédio e construiu outro (figura 80) com ajuda das freiras franciscanas de Maristella. Por fim, a parceria entre a Pastoral da Criança e ACA acabou se dissolvendo.

Figura 80 - Casulo São Francisco recebendo acabamento de reconstrução com recursos próprios



Fonte: Arquivo digital da ACA.

O Casulo São Francisco, desde seu início, sempre teve suas turmas lotadas. Hoje funciona com cerca de 100 alunos pela manhã e pela tarde, com professores seguindo a metodologia e filosofia geral da ACA. Nessa última reforma do prédio, foram também recuperados os balanços, gangorras, casa de bonecas, escorregas e pontes do parquinho.

3.8.16 Casulo Pompom

Conforme apresenta o mapa 3, o Casulo Pompom está situado no sudoeste do município. Atende alunos das comunidades Pau D'arco, Jauari e Galileia. É o último Casulo do Lago Juruti Velho, o acesso se dá pela via fluvial ou por uma estrada de 20 km vindo da Vila Muirapinima.

Segundo os antigos moradores, o termo que dá nome à comunidade e ao casulo está relacionado à grande quantidade de pato do mato que existia na região em tempos passados. Em virtude do canto que os pássaros emitiam quando estavam em bando, os moradores decidiram batizar o nome da comunidade com os fonemas onomatopeicos emitidos pelas aves: */pom/pom/*.

Uma característica interessante do Casulo Pompom foi que, em boa parte de sua história, os monitores eram do sexo masculino, como demonstra a figura 81. Esse detalhe evidencia também uma característica da ACA. As freiras franciscanas sempre incentivaram que as turmas fossem conduzidas tanto por homens quanto por mulheres.

Figura 81 - Alunos do Casulo Pompom recepcionando a coordenação



Fonte: Arquivo fotográfico da ACA.

Na figura 82, ainda fica mais claro a presença masculina nas monitorias das turmas dos casulos. Essa fotografia foi feita durante uma formação de monitores em 1996, no anfiteatro da Igreja Católica. A imagem é composta por 33 professores, sendo que 19 são mulheres e 14 homens. Mesmo com mulheres sendo maioria, o percentual de homens chegava a 42%. Isso é representativo diante do quadro nacional em que a figura masculina sempre foi quase que inexistente no ambiente da educação infantil.

Os dados do Censo Escolar de 2021, por exemplo, evidenciam essa discrepância, dos 595 mil professores que atuam na educação infantil, apenas 3,7% são do sexo masculino. Em 47 anos de existência, as pré-escolas do grupo ACA em Juruti sempre tiveram professores homens em seu quadro funcional e o resultado sempre foi satisfatório em todas as comunidades. Contudo, nos últimos anos, tem aumentado a proporcionalidade de mulheres nas salas de aula dos casulos, o que pode evidenciar uma certa tendência em considerar a educação infantil uma

atividade para ser exercida pelo sexo feminino, o que não deixa de ser um ato de segregação no ambiente educacional.

Figura 82 - Professores dos casulos em curso de capacitação



Fonte: Arquivo fotográfico da ACA.

Segundo Silva e Medeiros (2022), essa realidade, de quase inexistência da figura masculina como professor na educação infantil, ainda é herança do patriarcado, em que era explícita a separação das atividades exclusivas de homens e de mulheres, e o trato com as crianças era de responsabilidade das mulheres. Apesar de outros regimes políticos vigorarem na atualidade, ainda ficaram os resquícios do machismo que imperava desde os tempos da Coroa Portuguesa. Esse machismo continua sendo reproduzido até mesmo nas relações educacionais estereotipadas, como: a mulher, por ser mãe, é mais carinhosa. Como se o homem “bruto” não desenvolvesse também o sentimento de carinho. Segundo Borges *et al.* (2020), essa visão distorcida da realidade somente reforça o preconceito e não contribui para humanização da sala de aula.

Ao associarem o trabalho com crianças pequenas a uma responsabilidade da mulher, essas educadoras reproduzem uma visão patriarcal sobre o trabalho, e, ao mesmo tempo, tornam-se vítimas de uma estrutura social que, por vezes, desvaloriza o seu próprio trabalho em função desse mesmo entendimento. Pesquisas[...] mostraram que até mesmo os egressos homens dos cursos de Pedagogia reproduzem o estereótipo de gênero, em relação à docência na Educação Infantil (Borges *et al.*, 2020, p. 494).

Desde a fundação dos casulos, a Congregação Franciscana deixou claro, através das reuniões com pais e mães, que a filosofia da entidade não admitia segregação por gênero entre

professores, e que as crianças seriam atendidas tanto por homens quanto por mulheres. Reforçavam, também, que os professores recebiam a mesma formação, e as crianças seriam tratadas com a mesma dedicação. A relação de proximidade das freiras com os pais e com as mães das crianças contribuiu para consolidar a confiança no trabalho desenvolvido pelos homens e facilitou o das futuras coordenações da ACA. Contudo, segundo Monteiro e Altmann (2014), a aceitação do homem como professor de educação passa, também, pela mudança na estrutura social.

A presença masculina na docência na educação infantil, que se apresenta em um primeiro momento como incompatível, como algo estranho e um problema a ser solucionado, proporcionou uma ruptura, ainda que de forma restrita, com a noção de masculinidade que se mostrou como hegemônica nessa comunidade. A análise das trajetórias desses professores mostrou que a educação infantil é um campo de atuação possível tanto para homens como para mulheres, em cujo cotidiano é possível a emergência de outras noções de masculinidades, que incluam o cuidar e o educar, assim como a escolha pela carreira docente dedicada às crianças, como possibilidades para os sujeitos do sexo masculino (Monteiro; Altmann, 2014, p. 20).

A história dos casulos em Juruti não teria sentido se não fosse a forte presença de homens e de mulheres que se desdobraram nas salas de aulas para oferecer o melhor que podiam para o desenvolvimento de tantas crianças. Diversos nomes, como Graça, Sebastião, Nelcimar, Edmilson, Rita, Zelito, Ana Lúcia, Gilfran, Olgarina, Jader e outros tantos, contribuíram para que a entidade continuasse com relevância educacional na sociedade jurutiense, mesmo depois da saída das freiras franciscanas de Maristella da coordenação.

No aspecto político, a Comunidade Pompom está sob a regência da Acorjuve e das orientações das freiras franciscanas em Muirapinima. Como a associação recebe dinheiro dos royalties da Mineradora Alcoa e distribui aos poucos para as famílias, acaba, com isso, controlando os rumos de todas as comunidades.

3.8.17 Casulos Santa Rita e Canuto

Os Casulos Santa Rita e Canuto foram fundados na década de 1980. Localizados em um arquipélago na parte norte do município, bem ao centro do rio Amazonas (mapa 3). A freira Brunhilde foi convencida a construir esses dois casulos nessas duas comunidades da várzea amazônica por haver grande quantidade de famílias com crianças pequenas. As comunidades providenciaram locais bem distantes das margens do rio para evitar o desabamento do prédio no período em que ocorre o fenômeno das terras caídas⁴³.

Durante cinco anos, os casulos funcionaram com normalidade. Havia sempre uma quantidade grande de matrículas, e os membros das comunidades eram colaborativos nas atividades da escola. Até mesmo quando faltava alimento, os pais e as mães contribuíam com farinha ou pescado. A região de várzea tem essa vantagem, boa parte do ano os habitantes usufruem da riqueza da produção da pesca artesanal em seus lagos, córregos e igapós, o que exige esforço coletivo contra invasores, principalmente grandes barcos pesqueiros. Nos últimos anos, houve melhora com a criação dos Sindicato dos Pescadores no sentido de cobrança e proteção contra invasores em áreas destinadas ao usufruto dos comunitários. De acordo com Santos e Santos (2005), as comunidades pesqueiras sofrem com os conflitos relacionados às invasões, à pesca predatória e à falta de apoio e de segurança.

Os conflitos da pesca, além de causar uma atmosfera de suspeita e insegurança generalizada, têm levado à destruição de barcos e equipamentos e mesmo à morte. Em geral, eles ocorrem entre pescadores nômades ou "de fora" e moradores locais, que consideram os lagos como propriedade sua ou da comunidade da qual faz parte [...] tais situações conflituosas e constituem-se em um alerta importante para que as autoridades e a sociedade em geral tomem medidas preventivas para que o interior não venha assimilar a violência que já aflige as cidades de forma quase insuportável. Independentemente de conflitos dessa natureza, o fato é que o manejo de recursos pesqueiros na Amazônia sempre foi e continua sendo extremamente difícil. As causas disso são variadas e inter-relacionadas, podendo-se destacar dentre elas a extensão e complexidade da bacia hidrográfica, a grande diversidade da ictiofauna e dos hábitos dos peixes, a grande variedade dos aparelhos e métodos de pesca, o enorme contingente de pescadores e seu deficiente sistema de organização profissional e de assistência por parte do poder público (Santos; Santos, 2005, p. 5).

Morar na várzea amazônica tem a vantagem da fartura de peixe e, também, da riqueza de nutrientes do solo, que é composto de sedimentos do rio, propício a diversas culturas agrícolas, principalmente hortaliças, feijões, jerimums, melancias, dentre outros. Contudo, as

⁴³Processo natural de erosão que ocorre nas barrancas do rio Amazonas e seus afluentes. Esse processo tem acelerado nos últimos anos devido ao desmatamento das margens e ao aumento do fluxo de grandes embarcações que produzem ondas que impactam com frequência e bastante força as margens sedimentadas do rio.

dificuldades são equivalentes às vantagens, sobretudo na época da cheia em que o rio cobre toda a terra e, algumas vezes, avança até as casas (figura 83). O período com terras e casas submersas pode durar até três meses, o que gera transtornos e perigos.

Figura 83 - Cheia de rio em comunidade ribeirinha na Amazônia



Fonte: www.agenciabrasildenoticiasebc.com.br

O arquipélago de Santa Rita, onde estava situado esse casulo, tem uma característica natural que é um teste de resistência aos moradores. Como as pequenas ilhas são formadas por frágeis sedimentos e sujeitos às fortes correntezas, em pouco tempo se quebram, desaparecem e surgem outras ilhas em outros lugares, que aumentam de tamanho por acúmulo de sedimentos e depois começam a desaparecer com o fenômeno das terras caídas (figura 84). É um jogo de xadrez que obriga os moradores a mudarem sua habitação de lugar pelo menos de dez em dez anos.

Figura 84 - Fenômeno amazônico das terras caídas



Fonte: www.estadonet.com.br

No final dos anos de 1990, os dois casulos tiveram que ser desativados por duas razões principais: a segurança das crianças e dos profissionais da escola (risco de desabamento em virtude do fenômeno natural das terras caídas) e a relativa diminuição de matrículas, acentuada pelo êxodo das famílias para a cidade. Como, no período, a coordenação estava sem recursos para desmontá-los, parte do local onde funcionava os casulos foi levado pelas terras caídas, sobrando apenas uma parte da madeira que foi doada aos comunitários. A figura 85 mostra uma das últimas visitas pedagógicas da coordenação ao Casulo Santa Rita.

Figura 85 - Hora do lanche no Casulo Santa Rita



Fonte: Acervo fotográfico de Jader Batista.

Apesar de haver crianças suficientes para funcionamento da pré-escola mesmo com o declínio das matrículas, ficou impraticável fazer investimento em uma edificação nesse local sabendo que de tempos em tempos teria que fazer o deslocamento. O valor para mudança de local equipara-se à construção de um novo casulo, o que torna impossível para as condições da

ACA. A prefeitura, por sua vez, mantém uma escola de ensino fundamental, mas sem preocupação em ofertar educação infantil.

Com relação ao aspecto político, a freira Brunhilde e os padres trabalharam na formação de lideranças, sobretudo na região de Santa Rita, todavia, sem a crença em homogeneidade ideológica. Como o arquipélago fica muito próximo da sede do município, e algumas famílias oriundas de lá se tornaram influentes em Juruti, a localidade acabou sendo disseminada por várias correntes políticas e ideológicas.

3.8.18 Casulos São José Curumucuri e São Benedito Salmoura

Os casulos São Benedito Salmoura e São José Curumucuri localizam-se na parte centro-leste, da região rural planaltina do município (mapa 3). A figura 86 mostra um dos últimos registros fotográficos do Casulo São José da comunidade Curumucuri em atividade. Após três anos, a unidade foi desativada por uma situação inusitada: falta de crianças. O mesmo ocorreu com o casulo da comunidade São Benedito Salmoura e, também, com o do bairro Terra Preta em Juruti, do qual já falamos anteriormente.

Figura 86 - Visita pedagógica ao Casulo São José



Fonte: Acervo fotográfico da ACA.

Pelo que a coordenação dos casulos apurou nos últimos anos, tem havido a tendência de diminuição de crianças em várias unidades, e a explicação para esse fenômeno está ligada a dois principais fatores. O primeiro deles é o êxodo rural. Muitas famílias migram da zona rural para a cidade na perspectiva de melhorar as condições de sobrevivência ou, então, tentam

conseguir atividade laboral na Zona Franca de Manaus. Migrar para Manaus é uma tarefa arriscada, principalmente para quem pouco frequentou os bancos da escola. Três caminhos são os mais prováveis para o migrante da zona rural seguir: um trabalho braçal de baixa remuneração, a sobrevivência pela caridade alheia ou, por fim, a criminalidade. Brito (2021) relata que a cidade de Manaus ficou tão povoada que até as margens dos rios viraram locais de residências para famílias sem condições de adquirir terrenos em terra firme.

A população que chegava na cidade vinha principalmente do interior, além de outros estados do Norte e Nordeste. Ocorreu, portanto, um despovoamento do interior amazônico, e a concentração do centro urbano na capital, gerando uma superpopulação em periferias pobres, sem nenhuma condição de infraestrutura urbana. O que contrastava com a infraestrutura concedida pelo Estado às indústrias instaladas no Polo. Essa superpopulação não se fixou apenas nos subúrbios de Manaus, mas também se dispersaram nas proximidades dos rios e até mesmo em embarcações no rio Amazonas, essa prática ficou conhecida como cidades flutuantes (Brito, 2021, p. 6).

O roteiro mais frequente da maioria dessas famílias migrantes é o da marginalização. Vivendo em situação sub-humana, acabam como presas fáceis do submundo das mais variadas violências, como o tráfico de drogas e a prostituição, como relatam Fraga *et al.*:

As razões para o aumento das taxas de crimes na visão da população, dos policiais e demais profissionais de segurança são diversas. Elas cobrem temas distintos como fatores estruturais relacionados à falta de saneamento básico, êxodo da população rural para as áreas urbanas, aumento da periferia das cidades e a falta de controle dos pais sobre os mais jovens, além da questão da desestruturação familiar. O tráfico de drogas é visto como o crime responsável por esta situação e a sua ocorrência deriva basicamente das situações descritas anteriormente. Esta não é uma preocupação recente, mas nos últimos anos ganhou maior relevância devido à percepção do aumento da violência (Fraga *et al.* 2017, p. 9).

O segundo aspecto que contribui para a redução das crianças nos casulos foi o estímulo ao planejamento familiar e a proliferação da cirurgia de laqueadura nas mulheres. Já nos anos de 1980, a freira Brunhilde alertava para o aumento indiscriminado das cirurgias de laqueadura. Afirmava que isso seria um dos principais fatores para a redução da quantidade de crianças no município.

De acordo com Carvalho e Brito (2005), na primeira metade do século XX, o Brasil era essencialmente rural e, logo na segunda metade, esse quadro se reveste devido ao aumento da mecanização da lavoura e ao crescimento da indústria nos grandes centros. Enquanto a população se concentrava na lavoura, a quantidade de pessoas disponíveis para trabalhar na terra era determinante para a sobrevivência de todos, contudo, quando migram para os grandes centros, encaram as dificuldades de sustentar uma família numerosa e, para a mulher, torna-se

um fardo ainda mais pesado por desempenhar o papel de mãe e ainda prover o sustento da família.

Em Juruti, antes da chegada das freiras franciscanas, havia alto índice de mortalidade infantil, que era compensado pela alta natalidade, segundo dados do IBGE de 1960. Com elas assumindo a responsabilidade pela saúde do município, houve imediata redução da mortalidade infantil e, também, começaram algumas campanhas sobre prevenção de doenças e, nas reuniões, abordava-se sobre a importância do planejamento familiar. Aos poucos, as mulheres foram se informando e descobrindo as formas de conceber menos filhos, a principal delas era a cirurgia de laqueadura. Segundo Guimarães (2007), o procedimento da laqueadura tubária não é o mais recomendado para o planejamento familiar por conta da série de distúrbios físicos e psíquicos que causam na mulher, contudo, esse é ainda o método mais procurado pelas famílias com poucos recursos e pouca informação.

Pelo ritmo de diminuição das famílias, isso acabou se tornando uma tendência. Em alguns casulos que, nos anos de 1980, funcionava com mais de 30 crianças por sala, hoje mal chegam a 15. Em algumas situações, a instituição vai atrás das famílias implorando para que matriculem seus filhos para que não encerrem as atividades na comunidade.

Do ponto de vista político, as comunidades de São Benedito Salmoura e São José Curumucuri sempre corresponderam positivamente aos anseios políticos dos religiosos. Dessas comunidades, saíram lideranças que ajudaram no fortalecimento do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Juruti e na fundação do Partido dos Trabalhadores.

3.8.19 Casulo Açaí

O Casulo Açaí está localizado na região de Juruti Velho (mapa 3), mas atende, também, as crianças das comunidades Açailândia e Juruti-Açu. O nome do lugar deve ter origem pela fatura de árvores de açaí no passado, hoje restam pouquíssimos açazeiros. Assim como o Casulo Maravilha, o Casulo Açaí é rodeado de lindas praias que surgem no verão. Nessa região, as crianças, antes mesmo de entrar nos casulos, já aprendem a nadar.

A fotografia, na figura 87, foi feita pela coordenação dos casulos em visita pedagógica à região de Juruti Velho em meados de 1998. O professor executa uma das partes de seu planejamento diário: higienizar as crianças antes de receberem o almoço. E, após o almoço, os pequenos tinham direito a uma pequena sesta para depois encerrarem suas atividades.

Figura 87 - Alunos do Casulo Açai tomando banho de rio antes do almoço



Fonte: Arquivo fotográfico da ACA.

A higienização das crianças era um dos pilares das instruções das cartilhas da LBA e que foi mantida até os dias atuais. A freira Brunhilde considerava que a educação em saúde começava desde cedo, com uma boa higiene corporal. Para isso, era imprescindível que cada criança recebesse um kit mensal, que consistia em sabonete, em creme e em escova dental, para ser utilizado após as refeições e no banho. Quando havia surtos de piolhos ou sarnas, as freiras disponibilizavam aos professores cremes e sabonetes antifúngicos e até pente fino para piolho. Hoje essa responsabilidade ficou a cargo dos agentes de saúde, eles que encaminham as crianças para atendimento hospitalar. Pedrotti *et al.* (2012) enfatizam a importância de reforçar as informações sobre saúde na educação infantil.

A educação à saúde vem sendo implantada no início da fase de aprendizagem, visando à promoção, à manutenção e à recuperação da saúde, pois é na idade pré-escolar que há maior assimilação de informações. As ações educativas e preventivas devem ser incorporadas aos hábitos das crianças de modo que elas sejam aptas para repassar o conhecimento [...] Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde - OPS, a promoção da saúde no âmbito escolar parte de uma visão integral e multidisciplinar do ser humano, que considera as pessoas em seu contexto familiar, comunitário, social e ambiental. Sendo assim, o âmbito escolar deve promover ações visando desenvolver o conhecimento de higiene e prevenção de doenças através de conhecimento prático e teórico (Pedrotti *et al.*, 2012, p. 1).

Em praticamente todas as reuniões de pais e de responsáveis, eram salientados os aspectos da higiene das crianças, e os próprios pais relatavam que os pequenos cobravam deles melhores cuidados no trato da casa e na higiene geral. A parceria com a área da saúde do município tem contribuído para a superação da visão assistencialista sobre a saúde das crianças

e tem levado as famílias a compreender que atitudes básicas de higiene no lar evita transtornos futuros com enfermidades e, de acordo Gonçalves *et al.* (2008), a parceria entre família e escola contribui para um melhor entendimento sobre saúde.

Os princípios de promoção da saúde indicados pela OMS, com os objetivos de fomentar a saúde e o aprendizado em todos os momentos; integrar profissionais de saúde, educação, pais, alunos e membros da comunidade, no esforço de transformar a escola em um ambiente saudável; implementar práticas que respeitem o bem-estar e a dignidade individuais e implementar políticas que garantam o bem-estar individual e coletivo, oferecendo oportunidades de crescimento e desenvolvimento em um ambiente saudável, com a participação dos setores da saúde e educação, família e comunidade. Assim, o desenvolvimento do trabalho com as Escolas Promotoras de Saúde, que já era um movimento internacional, começa a ter força também no Brasil (Gonçalves *et al.*, 2008, p. 4).

Em todos os casulos, foram instalados “escovódromos”, que consistem em pias e em bicas de água para escovar os dentes. Nos casulos que não têm praias ou igarapés onde as crianças possam tomar banho, foram instalados chuveiros coletivos que, além de refrescar, servem de recreação para os pequenos como mostra a figura 88.

Figura 88 - Crianças se divertem no banho coletivo



Fonte: Acervo digital da ACA.

No aspecto político, o Casulo Açai, por fazer parte da área de influência da exploração de bauxita, acaba sendo guiado pelos ditames da Acorjuve. Alguns deles até tentaram se rebelar contra a política de controle dos chefes da associação, mas a força do dinheiro dos royalties acabou enfraquecendo qualquer tentativa de ações democráticas tentadas por outras lideranças.

3.8.20 Casulos Santa Terezinha, Café Torrado, São Paulo, Santa Rosa, Paraíso, Nossa Senhora da Paz, São Raimundo e Terra Preta do Salé

Do restante dos casulos (mapa 3), destacar-se-á, nesse item, o planejamento diário com as crianças; e, como referência, utilizaremos o planejamento de Jader Batista, que iniciou suas atividades profissionais no Casulo Alegria, depois foi aprovado em concurso público no ano de 1997 para professor na zona rural e seguiu para o Casulo Santa Terezinha, na comunidade Lago das Piranhas. E, como demonstrou profundo conhecimento do funcionamento da entidade, foi trazido para compor a coordenação geral dos casulos em 1999 e, desde então, desdobra-se entre a coordenação pedagógica e a coordenação da ACA.

Era prazeroso ser recepcionado pelos alunos de Jader quando ele atuava como professor no Casulo Santa Terezinha. As crianças estavam sempre prontas para cantar uma música e ficavam animadas quando chegava alguém que não era da sua rotina. Quando o professor(a) não prepara os alunos para as visitas de pessoas externas, a tendência da criança é ficar intimidada, o que não era o caso dos alunos de Jader, pois, tanto visitas da coordenação da ACA quanto da secretaria de saúde, eram sempre bem recepcionadas pelas crianças. Dava para notar a relação de confiança estabelecida entre ele e os pequenos. Segundo Souza (2021), a relação interpessoal entre professor e aluno se dá pelo respeito e pela confiança.

As interações em sala de aula são construídas por um conjunto de variadas formas de atuação, que se estabelecem entre partes envolvidas, a mediação do professor em sala de aula, seu trabalho pedagógico, sua relação com as crianças, tudo faz parte desse papel de afeto, pois uma relação interpessoal positiva que o aluno constrói com o professor, como aceitação e apoio, possibilita o sucesso dos objetivos educativo, ou seja, para as crianças construir laços afetivos e de confiança com os professores é fundamental para seu processo, pois é uma ferramenta para a participação no sucesso e na conquista de seu educando (Souza, 2021, p. 10).

Outro aspecto interessante era a sala de aula que estava sempre bem enfeitada, com cartazes, mobiles e os mais diversos banners com datas de aniversários, ajudantes das tarefas da sala, numerais e letras (Figura 89), e todo mês eram trocados os enfeites conforme o tema gerador escolhido pela entidade. Uma vez perguntamos como administrava seu tempo para elaborar tantos materiais, fazer seu planejamento diário, ter que cuidar de uma numerosa família de filhos pequenos e depois ter que pedalar de bicicleta mais de 10 km quase que de madrugada até chegar à comunidade para ministrar aula? A resposta foi simples: organização.

Segundo ele, às 18h, quando chegava da comunidade, realizava as suas tarefas domésticas, incluindo jogar 30 min de futebol de salão com os amigos; das 22h à meia noite, fazia ou revisava seu planejamento e elaborava seus cartazes e banners. Pelo menos duas vezes

ao mês visitava, aos finais de semana, as famílias das crianças, o que não era tarefa tão simples, pois precisava utilizar a canoa para chegar às cabeceiras onde os alunos moravam. Tanto empenho motivou a coordenação da época a utilizar essa boa vontade em trabalhar para estimular os demais professores de outros casulos, levando Jader para ajudar na coordenação, o que foi aceito em comum acordo com a prefeitura. Foi ruim para a comunidade Santa Terezinha, que perdeu um excelente professor, mas, de maneira geral, beneficiou a ACA, que pôde contar com a colaboração de um profissional que entendia a linguagem pedagógica da educação infantil.

Figura 89 - Alunos e professor Jader Batista em atuação pedagógica no Casulo Santa Terezinha



Fonte: Arquivo fotográfico de Jader Batista.

Com a presença de Jader na coordenação, intensificaram-se as visitas pedagógicas aos casulos, principalmente na zona rural. Geralmente de surpresa, essas visitas consistiam em ficar o dia inteiro em cada casulo e participar das atividades elaboradas pelo professor(a) naquele dia. A partir da visão apurada do Jader ou de outro professor(a) de larga experiência que também acompanhava a visita, fazia-se a diagnose desse casulo e, após a aula, reunia-se com o professor(a) para elogiar aquilo que estava de acordo com o propósito pedagógico e propor melhorias àquilo que continha alguma falha. Nessa reunião, ensaiava-se cantos novos, dinâmicas e jogos para executar coletivamente. Silva e Tavares (2016) incentivam a prática da aprendizagem significativa para o futuro da criança.

[...] é de suma importância à análise das competências e habilidades do professor que atua nesse nível de ensino, para então esclarecer o quanto a formação docente é fundamental para que a criança se desenvolva e adquira uma aprendizagem significativa, por isso a necessidade da formação contínua, pois só assim

consequiremos alcançar as perspectivas de um ensino de qualidade fundamentada no desenvolvimento integral da criança (Silva; Tavares, 2016, p. 2).

Uma das instruções dadas nas reuniões com os professores era que as crianças explorassem o máximo possível os ambientes da própria comunidade e interligassem àquilo que estava sendo tratado como tema gerador no mês. Na figura 90, por exemplo, as crianças do Casulo Paraíso estão observando as pessoas trabalhando no igarapé da comunidade. Ao lado esquerdo, está uma senhora lavando roupa e, ao centro, um senhor está amarrando uma canoa, possivelmente, tenha chegado naquele momento da pescaria. Então, como o tema gerador desse mês era trabalho e tipos de profissões, ficou propício dialogar com as crianças sobre os tipos de trabalho que seus pais desenvolviam na comunidade.

Figura 90 - Alunos dos casulos próximos ao Igarapé Paraíso em aula sobre profissões



Fonte: Acervo digital da ACA.

Esse ambiente, que antes era um lugar de divertimento para as crianças, por ser um local de banho, passa a ter um significado ampliado, ou seja: o igarapé não é só útil para tomar banho, ele serve, também, como via de transporte para os pescadores, serve para lavar roupa, para acomodar a mandioca para depois ser torrada, para irrigar as plantações; e as crianças, desde cedo, acabam compreendendo que o igarapé precisa ser preservado para que a sua comunidade sobreviva. É preciso um olhar especial ao que está ao redor da criança, segundo Souza:

Portanto, faz-se necessário um olhar social voltado para a realidade em que se encontra a educação infantil, uma análise crítica capaz de inovar a presente situação, trazendo condições favoráveis ao atendimento dos menores e consequentemente para a manutenção das instituições, sem esquecer-se dos investimentos na formação contínua dos educadores (Souza, 2021, p. 8).

Quando se dinamiza o planejamento, extrai-se elementos que antes passavam despercebidos e que são imprescindíveis para a construção do ser humano e preservação daquilo que está em seu entorno.

No planejamento desenvolvido pelas freiras franciscanas, desde os anos de 1970, havia a preocupação na formação integral da criança, que significava desenvolvê-la tendo como referência a família, a comunidade, o espaço físico onde está inserida e suas tradições culturais. É nesse ambiente que o pequeno vai receber afeto, sentir os cheiros, efetivar laços de amizade, respeitar seu semelhante e assim por diante. As instruções expressas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) confirmam aquilo que as freiras elencavam desde as primeiras formações para os professores dos casulos.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

- **Conviver** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- **Brincar** de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), de forma a ampliar e diversificar suas possibilidades de acesso a produções culturais. A participação e as transformações introduzidas pelas crianças nas brincadeiras devem ser valorizadas, tendo em vista o estímulo ao desenvolvimento de seus conhecimentos, sua imaginação, criatividade, experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- **Participar** ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- **Explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- **Expressar**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- **Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário (Brasil, 2018, p. 38).

Além do aspecto pedagógico, as freiras, por serem franciscanas, instruíam os funcionários e as crianças a cultivar a consciência ambiental, principalmente a preservação da Amazônia, contudo, havia um aspecto contraditório que se justificava pela falta de recursos que era o combustível utilizado para fazer as refeições das crianças. Tanto na zona urbana como na rural, utilizava-se a lenha extraída da mata, como demonstra a figura 91. A justificativa para

essa prática nociva ao meio ambiente era o alto valor dos fogões industriais e a alta despesa com gás de cozinha todo mês.

Figura 91 - Cozinha do Casulo Nossa Senhora da Paz na década 1990



Fonte: Arquivo fotográfico da ACA.

A ideia para mudar essa realidade partiu das próprias comunidades. Muitas delas fizeram promoções - como quermesses e bingos - e, em pouco tempo, conseguiram comprar os fogões. A ACA, em contrapartida, arcou com o custo das botijas vazias, e a prefeitura ficou com a responsabilidade de fornecer o gás.

4 ANÁLISES E RESULTADOS

Apesar de todos os problemas estruturais e políticos que tiveram de enfrentar, as freiras acabaram desenvolvendo os serviços que se propuseram a fazer desde 1970, e contribuíram para a melhoria de vida da população. Destacam-se, nesse universo de atividades, a redução de mortes das pessoas, através da assistência à saúde, e as escolas de educação infantil, onde até a presente data, boa parte ainda se encontra em pleno funcionamento. Para a década de 1970, era novidade para as famílias contarem com uma escola com base metodológica voltada para o teatro, para a música, para as brincadeiras, enfim, para desenvolvimento integral, tendo a criança como elemento central. Isso só foi possível porque as atividades contaram, desde início, com o apoio dos pais, das mães e, principalmente, da comunidade.

Com apurado senso de justiça e de planejamento, as freiras compreenderam que se quisessem desenvolver plenamente suas atividades teriam que, por necessidade, assumir também parte das responsabilidades da prefeitura, como consertar estradas e pontes, o que demandava altos recursos que poderiam ser investidos na melhoria do atendimento de serviços, o que provocava um sentimento de indignação. Dessa forma, a única solução que encontraram foi acreditar que, formando as lideranças das comunidades, haveria condições de mudar esse quadro político degradante.

Os membros pertencentes aos casulos eram também dirigentes de comunidades e/ou pertencentes às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A característica básica desse movimento cristão católico era a ligação entre a religião e os problemas práticos do dia a dia, o que estimulava uma atuação mais engajada politicamente para resolução de problemas fundamentais, como saúde, saneamento, educação, recuperação de estradas e, fundamentalmente, regularização fundiária por parte dos pequenos lavradores, que eram mães e pais das crianças matriculadas nas escolas. Marx (2013) argumenta que a exclusão da classe trabalhadora da engrenagem econômica contribui para o aumento da miséria, mas esse mecanismo acaba gerando insatisfação, levando à unidade e à organização da massa proletária.

[...] a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho que só podem ser utilizados coletivamente, a economia de todos os meios de produção graças a seu uso como meios de produção do trabalho social e combinado, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial [...] aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista (Marx, 2013, p. 1012-1013).

Nas reuniões com os pais e com as mães, além das pautas relacionadas às atividades desenvolvidas no casulo com as crianças, era também oferecido o apoio da entidade às ações que beneficiassem as comunidades, como melhoria de estradas, pontes e regularização de terras, conforme demonstra a figura 92.

Figura 92 - Reivindicações sociais



Fonte: Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora de Juruti.

Seus representantes também participavam ativamente de campanhas políticas de candidatos saídos de discussões populares e que contemplavam as pautas reivindicatórias do Casulo; participavam de grandes passeatas e movimentos de luta dos pequenos lavradores; e, outrossim, de várias edições da grande passeata em Santarém do “Grito dos Excluídos”, envolvendo várias ONGs que lutavam em defesa dos povos da Amazônia.

Quando as irmãs franciscanas chegaram em 1970 e depararam-se com a situação de exploração e negligência do poder público no atendimento social, acreditaram que, com um planejamento de médio prazo, seria possível trabalhar nas obras sociais e educacionais e, ao mesmo tempo, formar, a partir desse trabalho, lideranças populares para assumirem os rumos políticos do município a fim de que pudessem melhorar o atendimento a todos os cidadãos. Elas acreditaram que seria possível conquistar o poder em 20 anos. Para isso, houve um investimento maciço em formação de lideranças comunitárias promovido através de cursos, congressos e demais eventos promovidos pela Igreja Católica e sindicatos.

Muitas lideranças foram formadas e não resistiram, alguns até conquistaram cargos eletivos, mas sem expressividade, outros se iludiram pelas regalias do dinheiro e mudaram para

a direita política. Mesmo diante das decepções, a maioria continuou acreditando que seria possível viver em uma sociedade com equidade. Após trinta e quatro anos de tentativas, em 2004, foi eleito, para o executivo municipal, a primeira liderança com apoio das bases populares, seguindo até 2020, quando a direita, ligada ao governo federal, reconquistou o poder.

Para se chegar a tomar a prefeitura da classe burguesa do município, foi necessário consolidar, nos anos de 1980 e de 1990, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, o Sindicato dos Pescadores, o movimento de mulheres e demais organizações não governamentais. O município foi um dos primeiros do estado do Pará a eleger 2 vereadores em 1988 que saíram dos movimentos populares.

O Casulo de Juruti, como organização não governamental, foi revolucionário na Amazônia porque respeitou a criança na sua essência e permitiu aos pequenos o direito de conjugar o aprendizado ao prazer e à alegria de ser criança. Sem fugir ao seu princípio educacional, o Casulo, esteve junto à luta política pela tomada do poder pela classe popular. Foi a junção entre educação infantil sistematizada com emancipação popular. Era um projeto de cunho educacional, focado no desenvolvimento e felicidade da criança e, ao mesmo tempo, integrado a um projeto político e de justiça social. Desde sua fundação, os representantes do Casulo estiveram nas mais diversas discussões políticas e em todas as manifestações populares ocorridas no município de Juruti desde os anos de 1970. A partir de 1990, a entidade começou a participar ativamente, com seus representantes, em vários conselhos municipais, com direito à voz e a voto, como: Conselho da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Educação e, ultimamente, no Conselho da Merenda Escolar. Em algumas oportunidades, ajudou a eleger seus representantes para Câmara de Vereadores do Município.

Nem tudo ocorreu como o planejado na história do Projeto Casulo, também houve falhas e incompreensões. Muitos pais e mães respeitavam o trabalho pedagógico desenvolvido com as crianças e não mediam esforços para ajudar, inclusive financeiramente, contudo, não concordavam com a abordagem política do projeto. Dos pais e das mães insatisfeitos, alguns raras cancelavam a matrícula dos pequenos e outros apenas toleravam.

O problema mais grave enfrentado pelo projeto sempre foi a falta de recursos financeiros. Basicamente, as escolas sobreviviam dos recursos vindos da LBA, depois, da Secretaria de Assistência Social do Estado do Pará e de doações diversas. A maior parte das doações vinham do exterior e dos pais e das mães, entretanto, esses recursos nem sempre foram suficientes para manter as atividades, principalmente para pagar os funcionários. Em 1996, por

exemplo, em boa parte do ano, as escolas precisaram fechar por falta de dinheiro. A situação financeira estabilizou a partir de 2005 quando a administração municipal firmou convênio englobando funcionários e manutenção. O Casulo de Juruti é prova viva de que há possibilidade de unir serviço educacional com movimentos políticos visando à transformação da sociedade.

Trabalhar em favor da Amazônia, de seus povos originais e de quem depende dela para tirar seu sustento é uma tarefa prazerosa e, ao mesmo tempo, desafiadora. Prazerosa porque a maioria da população é acolhedora e boa parte dela está disposta a enfrentar os desafios. Os problemas demonstrados pela história são os grandes interesses econômicos por essas terras e por esses rios. O solo amazônico nunca foi muito rico em nutrientes, mas possui ampla riqueza de diversidade biológica, também é extenso e, em boa parte, plano, o que, se for tratado com adubos artificiais e bastante agrotóxico, pode gerar riquezas imensas a uns poucos em detrimento de milhares que precisam dos rios, dos igarapés e das matas em pé. Essa linha reflexiva persiste desde a empreitada colonizadora até os dias atuais com o avanço da monocultura da soja e a primitiva prática agropecuária.

Outros destruidores da natureza são os madeireiros conjugados aos criadores de gado que derrubam extensas áreas e semeiam pastos improvisados para, em seguida, colocarem um pequeno número de cabeças de gado. O subsolo é rico em minérios, tanto ferrosos quanto não ferrosos. Essa riqueza gera a cobiça e a violência. Tanto fazendeiros como donos de garimpos se utilizam de ameaças e de violência física e psicológica para subjugar a população mais vulnerável. Os que desafiam os poderes desses senhores são constantemente eliminados e, muitas vezes, com a conivência e a ineficiência do Estado.

A Amazônia tem sido um lugar estratégico e, durante sua história de exploração, acumulou sérios conflitos em que os empobrecidos foram os que mais perderam, e os que tentaram subverter essa ordem foram perseguidos e, muitas vezes, mortos, como foi o caso da freira Dorothy Mae Stang, silenciada por fazendeiros ao defender pequenos agricultores no município de Anapu, oeste do Pará, em 2005. Há uma regra mórbida no capitalismo que se chama solércia, ou dissimulação, ao passo que Marx (2013, p. 1402) chama mesmo de usura: “um usurário hipócrita que furta, rouba, devora tudo. Finge não ter feito nada e pretende que ninguém o descubra”. No jogo do capital, as pessoas importam somente como instrumentos e quem consegue perceber a falsidade é obrigatoriamente ceifado.

Maciel (2020) identifica que a Amazônia, desde a colonização portuguesa, passou por quatro períodos distintos: o primeiro está relacionado aos contatos iniciais dos indígenas com o explorador português, que vai do século XVII a meados do século XIX; o segundo, tem-se a exploração da seringa, que ocorre na segunda metade do século XIX ao início do século XX; o

terceiro, ocorreu o processo de urbanização iniciada no início do século XX; e, por fim, o truculento processo de expansão demográfica incentivada pelo Plano Integração Nacional criado pelo governo civil-militar a partir de 1970.

Benchimol (2005), ao tratar da formação social, demonstra que esse processo de adensamento humano, ocorrido desde a colonização dos portugueses, intensificou-se com a chegada dos vários ciclos de nordestinos que fugiam da seca e da miséria, buscavam na Amazônia um meio de sobrevivência e, talvez, riqueza, mas o que a maioria encontrava era mesmo a miséria e a morte precoce. Os que conseguiram sobreviver misturaram-se culturalmente às tradições amazônicas, como relata o texto abaixo.

Centenas de milhares de imigrantes cearenses e nordestinos, ora expulsos pelo flagelo da seca do sertão, ora atraídos pelo apetite da seringa, vieram para a Amazônia na última metade do século passado e nas décadas dos anos 10 e 20. [...] Eles eram recrutados nos campos de flagelados das secas, nas vilas e povoados do sertão nordestino, embarcados nos porões dos navios do Lloyd, amontoados nas improvisadas hospedarias e imigrantes e depois mandados, com suas redes de dormir, nos porões dos vaticanos, chatas e gaiolas, rio acima, para trabalhar nos seringais dos baixos e altos rios. Começavam a trabalhar, já endividados, conforme Euclides da Cunha: O seringueiro trabalhava para escravizar-se. Começavam como brabos até que, com a ajuda dos companheiros mais velhos e experimentados – os seringueiros mansos, já domesticados, aprendiam o ofício do corte, sangria, coleta e defumação. Quando não eram vítimas da violência, das flechadas dos índios, picadas de cobras, das emboscadas e conflitos de sangue nas festas e nos negócios, morriam aos milhares de doenças como beribéri, pelagra, malária, maleita e ferida braba (Benchimol, 2005, p. 166).

Observa-se que os vários processos migratórios foram marcados por conflitos e por resistência. A Cabanagem, ocorrida no início do século XIX, foi o mais impactante. Esse conflito dizimou um terço da população e foi motivado pela insatisfação dos indígenas, negros e mestiços que não se contentavam com a exploração e subjugo dos portugueses que dominavam a economia da região amazônica. Outros graves embates vêm ocorrendo desde a intensificação da abertura da Amazônia ao capital internacional pelos militares, principalmente depois da construção da rodovia Transamazônica. Com a chegada dos grandes projetos, ocorreu o aumento do fluxo migratório e, conseqüentemente, cresceram as disputas pelos melhores espaços para fixarem residência.

Os conflitos agrários e os assassinatos de trabalhadores rurais aumentaram circunstancialmente nas últimas décadas segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, órgão ligado à Igreja Católica que analisa e denuncia os casos de abusos aos pequenos agricultores. A política de distribuição de terras iniciada pelo governo civil-militar foi extremamente desorganizada, o que gerou conflitos. Conforme Amorim *et al.* (2019), a abertura de estradas

na Amazônia atraiu centenas de migrantes da região Sul e Sudeste do país com intuito de iniciar uma nova fronteira agrícola. Como havia muita fragilidade na fiscalização das terras, muita gente mal-intencionada começou a se apossar de grandes lotes de terras através da força bruta, expulsando os pequenos agricultores de suas terras e gerando sérios conflitos, que se arrastam até os dias atuais:

O processo de ocupação da Amazônia intensificado a partir da década de 1970, sobre o comando do governo militar, atraiu um grande fluxo migratório oriundo de várias partes do país, sobretudo do Nordeste, facilitados por meio dos eixos rodoviários abertos durante o então governo, com o discurso de ocupar o “imenso vazio demográfico” que a Amazônia possuía, através da ocupação dirigida. Nesse contexto se configura na Amazônia intensas transformações, o que resultou no estado do Pará em números conflitos fundiários perpassado até os dias atuais. Entre os eixos rodoviários de maior importância, que serviriam como atrativo para os migrantes estão Belém-Brasília (BR-010), Cuiabá-Santarém (BR-163) e Transamazônica (BR-230); [...]. Ao passar dos anos, as disputas pela terra e seus recursos impulsionaram relações extremamente violentas dentro deste território, prevalecendo uma gestão territorial baseada na ilegalidade, gerando processos de intimidações e embate aos menos favorecidos. A violência passou a fazer parte do cotidiano das famílias de camponeses que ali se instalaram, muito desse movimento conflituoso foi possibilidade pelo conjunto de ações e políticas do estado brasileiro afim de apropriação dos recursos aqui dispostos (Amorim *et al.*, 2019, p. 2).

Nos últimos anos, uma parte da Igreja Católica tem-se ocupado em defender os povos vulneráveis da Amazônia, principalmente através da Comissão Pastoral da Terra, em que, por meio de denúncias e aparato jurídico, consegue dar apoio e suporte às lutas dos pequenos agricultores. Isso acaba incomodando e causando a revolta dos grandes empresários e latifundiários contra as ações perpetradas pela Igreja. Pereira (2014) relata a importância da Comissão Pastoral da Terra como sentinela e como parceira dos sindicatos dos trabalhadores e imprensa na denúncia dos abusos cometidos pelos empresários rurais aos pequenos agricultores:

[...] a Igreja Católica, por meio da CPT, em conjunto com alguns STRs não só ajudou os trabalhadores rurais em seus processos organizativos, mas passou a denunciar à imprensa e aos órgãos oficiais as violências cometidas por fazendeiros e policiais. Ao mesmo tempo em que desenvolvia trabalhos políticos pedagógicos nas comunidades rurais, pressionava os órgãos de Estado, como o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), o INCRA, o Ministério da Justiça e, até mesmo, o Presidente da República a resolver as situações de conflitos e de violência no campo. Contudo, a prática da violência, dos proprietários e empresários rurais, contra trabalhadores não cessaram, pelo contrário, parece que recrudescer (Pereira, 2014, p. 9).

A educação popular na Amazônia passa necessariamente pelos grupos de emancipação política, como os sindicatos de trabalhadores e as bases da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

É uma questão de sobrevivência diante das atrocidades dos grileiros, dos latifundiários e demais empresários. Os pequenos agricultores desavisados, que enfrentam sozinhos os latifundiários, acabam massacrados e suas histórias permanecem ocultas nas matas.

Os outros trabalhadores que se apoiam em sindicatos ou na CPT acabam ampliando sua rede de apoio através de intenso trabalho de orientação feito por técnicos e advogados. É informação necessária para sobrevivência que não está disponível nos bancos das escolas formais. Esse aprendizado técnico e, ao mesmo tempo, popular não tem garantido a proteção total do trabalhador. Nos últimos anos, principalmente depois de 2020, a ação violenta contra trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados tem aumentado em virtude do aparato de proteção das autoridades aos grandes fazendeiros e ao fácil acesso às armas.

Outra forma de agressão aos trabalhadores é a escassez de financiamento para o pequeno lavrador. Sem aporte financeiro, os lavradores acabam abandonando suas terras e vendendo a preço baixo aos grandes agricultores que, por sua vez, têm acesso facilitado a grandes volumes de dinheiro privado e público (Pereira, 2014, p. 2).

A indignação pela ingerência do poder público municipal diante das políticas educacionais e sociais transformou-se em objetivo político para as freiras de Maristella. Conjugado àquilo que vieram desenvolver em Juruti, tendo como base a educação popular em cada um deles, acabaram fomentando a emancipação política, o que gerou conflitos, mas acabou melhorando a vida dos mais vulneráveis. A didática que encontraram para fazer isso foi através do serviço. A ideia fundamental era o princípio da coletividade e da sagacidade. A sobrevivência exige esforço de aprendizagem, não há possibilidade de melhorar as condições de vida se o sujeito está à sombra de um empresário ambicioso ou de um político corrupto. Contudo, essa situação é tênue. Em alguns casos, por mais que haja esforços para o cidadão mudar sua condição de subserviência, o sujeito prefere não se indispor com quem acha superior e opta por continuar sofrendo. Essa foi uma das razões que fez com que as freiras encerrassem suas atividades em Juruti. Alguns de seus beneficiários mais próximos lhes deram as costas em momentos em que mais precisavam de apoio.

Em diálogos com Glauco, no capítulo II, da “República de Platão”, o filósofo Sócrates fala, através da narrativa de Platão, sobre o mito da caverna. Nessa alegoria, há homens aprisionados ao fundo de uma caverna e, por trás de suas costas, há fogueiras que refletem as sombras de pessoas e de objetos que passam do lado de fora, para Platão, essa é a realidade que vemos, apenas vultos. Quando um dos prisioneiros se desacorrenta, ofusca-se com a luz do sol e, aos poucos, percebe a verdadeira realidade que está a seu redor. Ao voltar para libertar os que ficaram aprisionados, acaba sendo morto pelos próprios prisioneiros (Platão, 2000, p. 297).

A interpretação desse trecho da alegoria nos diz que Sócrates era o prisioneiro que se libertou e voltou para salvar seus pares da ignorância, contudo, foi morto por manter suas convicções a respeito de seus conceitos filosóficos.

A atitude de Sócrates é constantemente replicada no decurso da história. Um exemplo marcante no Brasil, entre outros, foi a morte do jornalista Wladimir Herzog. Ele foi brutalmente assassinado nos porões da ditadura civil-militar por não renunciar aos seus princípios sobre liberdade e sobre democracia. Como Herzog, na Amazônia, centenas de ativistas são perseguidos violentamente por defenderem a preservação da natureza e a dignidade da maioria das pessoas. Foi o caso das freiras franciscanas em Juruti que foram praticamente expulsas da sede do município por defenderem a dignidade dos pequenos agricultores, mas acabaram esbarrando nos interesses financeiros dos latifundiários.

4.1 Gratidão?

A interrogação na palavra gratidão tem a função reflexiva da necessidade do reconhecimento a quem dedica a vida ao bem do outro. De origem do latim “gratia”, a palavra gratidão significa reconhecimento por algo bom que foi feito a outrem. Seria importante que no final da estadia das freiras em 1992 fosse realizado, em Juruti, uma extensa programação para agradecer por tudo que fizeram durante os 22 anos em que moraram na sede do município, afinal, os serviços que desenvolveram melhorou a perspectiva de vida das pessoas, através das escolas de educação infantil, reduziu a mortalidade de mulheres, de homens e de crianças e ampliou o senso crítico dos comunitários, todavia, ao contrário das glórias, as freiras saíram em um contexto em que a prioridade era a preservação de suas vidas e, para piorar, precisaram suportar a indiferença e a falsidade de algumas famílias que eram consideradas parceiras, no entanto, no momento em que mais precisaram de suas colaborações, foram-lhes omissas. Para não dizer que foi nula a saída das freiras, algumas lideranças da zona rural esboçaram uma tímida reação com cartazes de agradecimento.

Diante da situação, poderíamos, precipitadamente, afirmar que o povo amazônico é mal-agradecido, o que seria um erro grave. O que ocorre historicamente, desde o Período Colonial, é o forte conflito de interesses econômicos entre dominantes e dominados. A regra, que inicia com a chegada dos portugueses, é a obtenção de vantagens a todo custo e quem tentar subverter essa ordem acaba sendo agredido. Em 1759, os religiosos Jesuítas, Franciscanos, Carmelitas, entre outros, foram expulsos das missões indígenas na Amazônia pela política do Marquês de Pombal porque tentaram infringir a determinação do Regimento das Missões que obrigava a

divisão da mão de obra escravizada indígena após o adestramento catequético efetuado pelos missionários. Segundo Fragoso (1992), os missionários não queriam mais repassar os indígenas aos colonos porque observavam que eram extremamente maltratados nos engenhos e em outros trabalhos braçais, resultando em mortes prematuras, enquanto aqueles que ficavam com os padres conseguiam sobreviver por mais tempo. De maneira geral, essa situação imposta pela privação da liberdade era humilhante e cruel para o nativo de ambas as formas, mas ficar aos cuidados dos religiosos significava um pouco mais de sobrevivência. Essa atitude dos religiosos, de não repassar os escravos aos colonos, gerou a fúria dos donos de fazendas e precipitou a chegada de Francisco José de Mendonça Furtado, o irmão de Marquês de Pombal, que resolveu de imediato o problema expulsando os religiosos. Tal atitude foi determinante para o acelerado processo de extermínio da maioria das nações indígenas da região amazônica.

Em um cenário como esse, poderia ser feito um julgamento precipitado de que ajudar o povo amazônico é uma tarefa inglória para os religiosos. Essa afirmação não se justifica, porque, segundo o princípio das ordens religiosas, a verdadeira missão se guia pela retidão e não pela recompensa vil. Veja que não estamos falando de santidade religiosa, mas de princípios morais, o que nem sempre se configura como plena realidade, pois a história nos mostra que os seres humanos falham, incluindo os religiosos. Contudo, mesmo com as falhas, os religiosos(as) têm contribuído na proteção dos mais vulneráveis.

O trabalho integrado entre educação e os movimentos sociais realizado pelas freiras e pelos padres ajudaram a desenvolver a consciência crítica da população e, ao mesmo tempo, despertaram a ira dos políticos, sobretudo, dos latifundiários. Os pais e as mães dos alunos das comunidades que viviam por gerações em terras de latifúndio perceberam que poderiam adquirir a posse definitiva da terra desde que se reunissem em associações e sindicatos que lutassem contra as injustiças às quais eram submetidos. As terras pertenciam a poderosos latifundiários que conseguiram as concessões e posses através de conchavos com os governos militares, mesmo sem nunca terem pisado nesses locais. Com o fortalecimento do sindicato dos trabalhadores rurais e a significativa ajuda dos padres, das freiras e dos advogados para orientação sobre os procedimentos legais, os comunitários foram, aos poucos, tomando a posse definitiva das terras, o que causou forte reação dos fazendeiros e donos de terras da região ao ponto de ameaçarem os pequenos lavradores e membros da Igreja de morte.

Thomas More diz, em sua Utopia. E é assim que um glutão voraz e insaciável, verdadeira peste de sua terra natal, pode apossar-se e cercar com uma paliçada ou uma cerca milhares de acres de terras, ou, por meio de violência e fraude, acossar de tal modo seus proprietários que estes se veem obrigados a vender a propriedade inteira.

Por um meio ou por outro, por bem ou por mal, eles são obrigados a partir – pobres almas, simples e miseráveis! (Marx, 2013, p. 1470).

A mesma lógica violenta refletida por Marx (2013), sobre a brutal tomada das terras dos pequenos lavradores pelos grandes agricultores na Inglaterra em meados do séc. XIX, pode ser perfeitamente comparada à forma violenta com que os grandes empresários e latifundiários vêm tratando o pequeno produtor da região amazônica. Não há respeito à dignidade humana, apenas o interesse pelo lucro, seja pela pecuária e pela agricultura extensiva ou simplesmente pela valorização da terra como patrimônio improdutivo.

A organização coletiva se fez necessária porque o Estado sempre foi omissivo ou, então, faz parte do jogo de interesses do grande capital. Em Juruti, por exemplo, a prefeitura, antes de ser gerida por um governo popular, foi comandada por proprietários de grandes fazendas e de extensões de terra, o que seria improvável o apoio desses políticos para as pautas dos pequenos agricultores sobre reforma agrária. Para Trotsky (2017), as massas terão que assumir o seu protagonismo na história, não por eloquência, mas por necessidade.

As massas entram em estado de Revolução não com um plano preestabelecido de transformação social, mas com o amargo sentimento de não lhes ser mais possível tolerar o antigo regime [...] os processos que se produzem na consciência das massas não são, entretanto, nem autônomos nem independentes. Embora desagradando aos idealistas e ecléticos, a consciência das massas é, todavia, determinada pelas condições gerais de existência (Trotsky, 2017, p. 23).

De piedosos fazendeiros e de frequentadores assíduos das missas, os donos do poder em Juruti se transformaram em algozes dos pequenos lavradores e inimigos dos padres e das freiras. Quando a justiça esbarrou nos poderosos e ameaçou seus interesses financeiros, a reação foi imediata e permeada de ameaças e de violência. Não foi por acaso que inúmeros religiosos perderam a vida na Amazônia por defender a causa dos pequenos lavradores.

A partir desse momento, as freiras e os padres passaram a viver sob frequente ameaça e fortes acusações de manipulação popular. Como elencado amplamente neste estudo, os políticos da época, incluindo os diversos prefeitos, começaram a levantar falsas acusações de fraude nos projetos que eram administrados pelas freiras e que mantinham relação com o governo federal. Mesmo os religiosos possuindo provas documentais e total apoio dos técnicos governamentais, os políticos de Juruti continuaram acusando-os sem provas. Quando as religiosas precisaram de apoio popular, veio a maior decepção: uma parte da população que era beneficiada pelos projetos começaram a acreditar nas mentiras dos políticos. Era clara a intenção desses poderosos em expulsá-las do município. E, em parte, conseguiram, pois, tempos depois,

a Congregação de Maristella decidiu tirar as freiras desses conflitos e encaminhou-as para outras missões no Brasil e no continente africano. Ficou somente a irmã Brunhilde, que saiu da sede do município somente em 1992, fundando uma casa franciscana na região rural de Juruti Velho, onde iniciou uma luta junto às comunidades contra a implantação da mineradora Alcoa.

Na região de Juruti Velho, irmã Brunhilde continuou acompanhando os trabalhos educacionais e dando suporte logístico em sete casulos espalhados pelas comunidades ribeirinhas. Além desse trabalho educacional, ajudou a fortalecer o sindicato de trabalhadores dessa região, a Associação dos Comunitários da Região do Juruti Velho (Acorjuve) e travou intensa batalha contra os madeireiros do Pará.

Há que se deixar claro, nessas análises e discussões, que o objetivo principal das freiras jamais foi enveredar pelo caminho da política partidária, foram as circunstâncias que as obrigaram a tomar o partido da justiça social, enobrecendo sua história. Entre omissão e o enfrentamento, elas optaram em defender seus princípios humanitários. E há de se referendar que o trabalho desenvolvido pelas freiras foi primordial para milhares de crianças que receberam educação com técnicas específicas para sua idade, além de vivência plena da infância através de um planejamento voltado a seu desenvolvimento intelectual, físico e motor.

4.2 O legado educacional

O trabalho pioneiro das freiras na Amazônia escancara uma realidade nacional disforme, na qual a educação infantil, mesmo sendo a etapa inicial e merecedora de maior atenção, é tratada com baixa relevância. Como foi abordado no decurso da pesquisa, somente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, essa realidade, aos poucos, começou a ser mudada, principalmente com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Contudo, pela formação adquirida nos conventos e na experiência com educação infantil trazidas da Europa, as freiras já sabiam do quão importante era a educação nessa fase do desenvolvimento para a vida futura dessas crianças. No texto de Wallon, citado por Alfandery, ressalta-se o quão fundamental a organização do trabalho pedagógico para a promoção do desenvolvimento da criança e da dinâmica educacional para o futuro. Uma boa formação na educação infantil contribui para a eficiência nas demais etapas da aprendizagem.

A atividade tônica, para Wallon, congrega cérebro e músculos e entre eles mantém relação articulada, pois o movimento desencadeia e conduz o pensamento [...]. Quanto mais a criança consiga expressar-se por meio de palavras, menos serão necessárias as atividades motoras desordenadas. O esclarecimento da importância da

psicomotricidade no desenvolvimento que a teoria walloniana oferece permite uma compreensão diferenciada para a organização pedagógica. O movimento infantil tem um sentido muito distinto daquele presente no adulto e é promotor do desenvolvimento da criança. O educador que se mantiver atento a essas manifestações da criança terá elementos extras para compreender e manejar o processo de aprendizagem (Alfandéry, 2010, p. 38).

As freiras franciscanas tinham o pleno entendimento de que o desenvolvimento daquelas crianças dependia da maneira como era abordada a educação infantil no ambiente escolar. Por isso, os pais e as mães estranharam, nos primeiros anos, a quantidade de brinquedos e as brincadeiras que seus filhos participavam nas atividades programadas. De acordo com atas das reuniões, os pais chegavam a questionar o porquê de as crianças “só brincarem” e não estudarem. Os educadores percebiam que, no entendimento dos responsáveis dos alunos, o ato de estudar estava estritamente relacionado ao uso de lápis, da caneta e do caderno, tanto é que alguns encaminhavam seus filhos com esses materiais. Somente com o passar dos anos, foram entender o quanto a criança se desenvolvia através das atividades lúdicas.

Talvez a mais impactante iniciativa das freiras foi ofertar educação infantil para zona rural do município. Os desafios para proporcionar educação com técnicas adequadas para as crianças e distribuir alimentação saudável, principalmente na área rural, era tarefa complicada, devido às longas distâncias, às estradas sem pavimentação, ao transporte fluvial irregular, à falta de energia elétrica nas comunidades e diversos outros entraves. A situação era tão complicada nas estradas e vicinais do município que a paróquia teve que adquirir um caminhão Unimog (espécie de caminhão e trator) e um caminhão Mercedes que serviam para abrir estradas, levar materiais, alimentos e equipamentos para as escolas. Mas nada que se compare à distribuição dos alimentos, como já mencionado no item que trata do Casulo Capelinha.

O maior desafio sempre foi mandar alimentos saudáveis para os casulos distantes onde as comunidades não possuíam equipamentos adequados para preservar os alimentos em virtude da falta de energia elétrica. Era injusto, para freiras, que as crianças da área urbana tivessem carne, frango e frutas saudáveis, enquanto os pequenos da zona rural estivessem sujeitos a contrair a bactéria salmonela devido ao mau acondicionamento desses alimentos. A carne e o frango eram levados em caixas térmicas com gelo, mas nem sempre essas caixas chegavam intactas, assim, os alimentos deveriam ser consumidos logo. Mesmo relutando, as freiras eram obrigadas a encaminhar alimentos industrializados com conservantes para que as atividades prosseguissem. Apesar das dificuldades logísticas, para as freiras, valia o esforço em oferecer educação aos pequenos da zona rural porque era uma forma de oportunizar dignidade para essas crianças e seus familiares.

Após 46 anos da inauguração do primeiro casulo, o que se vê ainda é uma relativa negligência do poder público em relação à educação infantil. Na zona rural do município de Juruti, somente os casulos administrados pela ACA continuam funcionando no atendimento exclusivo à educação infantil. A prefeitura não ergueu um único prédio para o atendimento dessa modalidade. Na zona urbana, a prefeitura destinou dois espaços para assistir as crianças, mas com estrutura reduzida.

O grupo Casulo construiu no início dos anos 2000 a sua última pré-escola, chamada Escola João e Maria, depois disso, parou de ampliar a oferta de vagas por falta de estrutura, de mão de obra e de recursos. Vê-se que, por parte do poder público, não há interesse e vontade de ampliar o atendimento, haja vista não haver legislação que obrigue as prefeituras a oferecerem a modalidade. Talvez agora, com a aprovação do Recurso nº 1.008.166, no Supremo Tribunal Federal, de relatoria do ministro Luiz Fux, em que obriga as prefeituras assumirem a responsabilidade por essa modalidade de ensino, essa realidade possa mudar.

Enquanto isso, os pais são obrigados a entrar com ações na justiça para tentar garantir o direito dos seus filhos à educação elementar, o que acaba gerando um transtorno para os casulos porque a secretaria de educação do município não sabe o que fazer, pois não teve responsabilidade para construir mais espaços a fim de abrigar as crianças. Algumas soluções improvisadas são a abertura de algumas salas de educação infantil em escola do ensino fundamental, o que prejudica os pequenos, visto que dificilmente terão os equipamentos necessários para o seu desenvolvimento, como brinquedos e parquinhos.

Outro ponto da reflexão está relacionado à questão religiosa. De acordo com Couto (2019), os religiosos franciscanos iniciaram o processo de estruturação da educação escolar quando retornaram⁴⁴ ao Baixo Amazonas no do século XX. Sob a liderança de Dom Amando Bahlmann e Madre Imaculada Conceição, foram construídas oito grandes escolas na região, e esses educandários serão fundamentais para formação de mão de obra, principalmente na área do magistério das séries iniciais. Foram mais de sessenta anos formando professores até que o estado e os municípios assumissem a responsabilidade geral pelas escolas.

Além da dedicação na formação dos professores na região do Baixo Amazonas, essas escolas também desempenharam papel político e econômico e, com isso, consolidaram o controle católico no século XX. Essa hegemonia, segundo Aquino (2012), só se tornou possível porque o estabelecimento de bons educandários na região satisfaz aos anseios da elite da época,

⁴⁴Em 1759 os franciscanos e os jesuítas foram expulsos da Amazônia em virtude da política de Marques de Pombal que considerou perniciosa aos interesses da Coroa Portuguesa a ação dos religiosos junto aos nativos.

pois não precisavam mais mandar seus filhos para estudarem nos grandes centros ou na Europa. Com o desenvolvimento das escolas e a aproximação dos religiosos junto às pessoas influentes, ficou mais simples impedir quaisquer movimentos de insurreição que objetivassem o retorno da monarquia para o Brasil.

No aspecto econômico, essas escolas foram muito importantes para sustentação da Igreja Católica na região. As famílias ricas se tornaram financiadoras dos educandários em troca da boa educação que era dada aos seus filhos. Esse dinheiro mantinha as escolas e boa parte dos religiosos. Outras despesas religiosas eram custeadas por doações e pelas atividades desenvolvidas nas paróquias como festas de santos e coletas. Com o aumento do número de escolas públicas, as receitas diminuíram, restando apenas as escolas Santa Clara e Dom Amando na cidade de Santarém, que se autossustentam. Para sobreviver, o restante das escolas teve que entrar em regime de convênio com estado e com os municípios. Em praticamente todos os convênios, a Igreja entra somente com o prédio.

Historicamente, houve essa relação entre educação e religião que contribuiu para disseminação da cultura escolar na região, mas também serviu para doutrinar. Por mais que não se falasse abertamente sobre crenças religiosas dentro da sala de aula, principalmente depois da promulgação da LDB em que, no art. 7º, fala sobre respeito à liberdade religiosa, ainda assim, dentro de uma escola de propriedade da Igreja, haverá a alusão à prática religiosa, principalmente em datas específicas consideradas sagradas.

Segundo Moraes (2016), os partidários da Escola Nova no Brasil (entre eles, a escritora Cecília Meireles), em 1930, contrapuseram-se ao ensino religioso nas escolas por considerá-lo autoritário e contrário às liberdades humanas. Para os defensores da corrente escolanovista, os religiosos tinham claro interesses políticos que se sobrepunham aos interesses educacionais ao defenderem suas posições na arena dos debates. Contudo, o governo de Getúlio Vargas acabou ratificando a temática da religião nas escolas na Constituição de 1934.

Mesmo com doutrina e com interesses políticos para consolidação de poderes temporais, os religiosos foram muito importantes para propagação da educação escolar, como é o caso da educação infantil no município de Juruti que foi desenvolvido pelas freiras franciscanas de Maristella. De acordo com a Freira Brunhilde, elas tinham consciência que esse serviço não seria eterno para a congregação, houve sempre a árdua preocupação em preparar pessoas para levar as escolas adiante mesmo que não fossem necessariamente da congregação religiosa, e isso foi feito. Tanto que, hoje em dia, a administração das creches e das pré-escolas é separada da Igreja Católica, contudo, o que ainda falta é maior compromisso do poder público em ampliar

o serviço no município, pois a população já compreendeu o quanto é importante a educação infantil para o desenvolvimento de seus filhos.

De modo geral, o período de atividades das freiras de Maristella em Juruti foi promissor no campo social. Seguindo a filosofia de Gramsci, elas colocaram em prática um planejamento político-educacional que enfrentou desafios (não poderia ser diferente), mas mostrou resultados positivos ao longo do tempo e acabou transformando a vida dos pequenos lavradores do município. Monasta (2010) é elucidativo quando reflete Gramsci nesse aspecto:

A educação é um campo no qual a teoria e a prática, a cultura e a política, inevitavelmente, se confundem; em que a pesquisa e a descoberta teórica se misturam com a ação social e política. Frequentemente, se faz uma distinção, quando não uma oposição, entre esses dois aspectos da educação. A utilização ideológica da cultura e da ciência, muitas vezes, leva à “neutralização” dos efeitos educativos e políticos do desenvolvimento cultural e à “justificativa” do poder político por meio de teorias domesticadas que, por isso, podem ser definidas como “ideologias”. É difícil definir a totalidade dessa “educação” quando se opera a tradicional desintegração entre as disciplinas e os campos de investigação cultural, considerando que a educação segue paralelamente ao crescimento das crianças e de sua escolarização, desde o jardim de infância à universidade (Monasta, 2010, p. 12).

O esteio que segurou e transformou a história do município de Juruti foi apostar na formação dos pequenos agricultores. Saviani (1999, p. 55), seguindo os princípios de Gramsci, diz-nos: “O dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar aquilo que os dominantes dominam é condição de libertação”. Como demonstra, a pesquisa foi seguindo esse princípio que as freiras e os padres investiram maciçamente na formação daqueles que se destacavam em suas comunidades. E, como aqui se trata de humanidade e de suas fragilidades, nem todos os formados seguiram o princípio revolucionário, alguns até traíram as suas origens e viraram a “casaca”, foram engrossar os partidários dos grandes proprietários, mas a maioria se identificou com as lutas e seguiram adiante, com perdas e vitórias, a marcha para a consolidação de uma sociedade menos injusta e mais equilibrada do ponto de vista econômico.

O trabalho desenvolvido pelas freiras e padres foi importante para que a classe trabalhadora assumisse a prefeitura em 2004. O mais difícil seria consolidar e levar adiante a administração com entendimento burocrático. Isso só foi possível com a contribuição e boa formação das lideranças das comunidades. Um exemplo clássico que a história amazônica nos mostra foi a conquista do governo da Província do Grão-Pará pelos Cabanos em 1936, durando somente alguns meses (Reis, 2011). Por mais que tivessem força de vontade e capacidade de guerrear, não foi possível levar o governo adiante por inabilidade política e administrativa.

Mesmo que se tenha inúmeros fatores sociais e políticos para análise, mas torna-se quase imprescindível o conhecimento elaborado para levar um projeto de poder a ter êxito.

O legado deixado pelas freiras de Maristella no município de Juruti deveria servir de exemplo para a própria Igreja e para a sociedade, principalmente para as prefeituras que até hoje não dão a devida atenção a essa modalidade educacional tão indispensável ao desenvolvimento humano que é a educação infantil. Nesse quesito, o que se observa é que, por mais que seja relevante e até imprescindível como política pública, se não houver pressão ou ordenamento jurídico, o benefício social não avança.

4.3 O legado político

O novo conceito de serviço religioso foi um choque cultural para a população que, até então, considerava os religiosos estritamente ligados ao incentivo da fé e, até naquele momento, não havia freiras trabalhando regularmente no município. Os padres franciscanos que as antecederam exerciam seus trabalhos ligados quase que exclusivamente à função dos sacramentos, ou seja, rezar missa, casar, batizar, rezar pelos enfermos e “despachar” os defuntos. A atividade social mais relevante era a manutenção da escola de educação fundamental da paróquia, a qual era exercida por professores leigos. Por mais que houvesse interesses políticos expressos nas atividades dos padres franciscanos, como manter boa relação com o poder constituído, não havia nada que se comparasse às ações que foram desenvolvidas pelas irmãs de Maristella.

No início dos trabalhos, nos anos de 1970, a relação com os políticos era relativamente de cordialidade. Para os mandatários do município, era importante o serviço que as freiras estavam disponibilizando para a população, principalmente na área da saúde, em que a demanda era grande e havia, na região, o seríssimo problema da escassez de médicos. Além do mais, os políticos acreditavam que esses serviços acabavam contribuindo para a normalidade do município e, conseqüentemente, camuflavam suas incompetências. Nos primeiros anos, não houve nenhuma objeção aos seus trabalhos, até porque os próprios políticos e empresários usufruíam dos serviços, sobretudo na área de educação e de saúde. A princípio, os políticos não tiveram sagacidade necessária para perceber (apesar de muita reclamação das freiras pela falta de infraestrutura) que, por trás das atividades desenvolvidas, começava um intenso trabalho de formação de lideranças as quais, no futuro, iriam confrontá-los.

Com o tempo passando e paralelo às atividades de saúde, de educação escolar e de artesanato, as freiras e os padres desenvolviam atividades de educação popular que começavam

a surtir efeito na sociedade e, conseqüentemente, incomodar; e foi, então, que os mandatários perceberam que tinham caído em uma armadilha, ou aludindo à literatura grega, a qual Helena teria nascido de um ovo, “eles chocaram o ovo da serpente”. Com o amadurecimento dos grupos de base e o surgimento de lideranças, criou-se o ambiente propício para combatê-los.

Como citado ao longo desse texto, o marco simbólico dessa luta foi a vitória de dois vereadores no pleito de 1988 vindos das classes populares. Foi nesse momento que a elite do município percebeu que aquela ação era um convite para um embate e que ela precisava contra-atacar. A partir, daí os ânimos se acirraram e a arena histórica e política de Juruti começou uma luta sem precedentes. No campo de batalha, as freiras contavam com a estrutura dos movimentos organizados, sindicato dos trabalhadores rurais, grupo de artesanato e diversas pastorais da Igreja. Do outro lado, havia a estrutura burocrática da prefeitura, dinheiro e, principalmente, a estratégia maquiavélica da malandragem permeada com extrema falsidade.

A filosofia da práxis, ao contrário, não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, ou, melhor, ela é a própria teoria de tais contradições; não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas. A crítica das ideologias, na filosofia da práxis, engloba o conjunto das superestruturas e afirma a sua rápida caducidade na medida em que tendem a esconder a realidade, isto é, a luta e a contradição, mesmo quando são “formalmente” dialéticas (como o crocianismo), ou seja, quando desenvolvem uma dialética especulativa e conceitual e não veem a dialética no próprio devir histórico (Gramsci, 1999, p. 388).

Gramsci é cirurgicamente preciso na sua reflexão sobre a dialética. O aprendizado, o crescimento intelectual, a consistência do conhecimento adquirido e o amadurecimento das classes subalternas só terão sentido quando avançarem para tomada de poder no processo do devir histórico. Para autor, essa luta deveria ocorrer em uma arena onde os trabalhadores (a subalternidade) estivessem preparados com todas as armas, sendo que a principal delas era o conhecimento e o alto entendimento de seus direitos.

Foi seguindo esses preceitos que as freiras, com ajuda dos padres, investiram maciçamente em lideranças populares. No planejamento das ações, estavam a consolidação do projeto social e a educação popular objetivando a cidadania. A ideia, baseada em Gramsci, era que não havia sentido desperdiçar horas de serviços em prol da população se ela não tivesse consciência da importância disso e do quanto essa jornada poderia torná-la livre. Ninguém consegue transformar a pessoa dizendo: “olha você precisa se tornar crítico”. Isso não funciona, é preciso tempo, ações concretas e formação contínua. A educação popular objetiva chegar a

esse nível, mas demanda paciência, alegria e decepção, também. Faz parte do processo dialético. À medida que a pessoa começa a se dar conta de sua capacidade e de seus direitos, ocorre aquilo que Sócrates chama de “maiêutica”, a consciência de si e do mundo. Para Saviani (1999), baseado em Gramsci, essa consciência se dará através da objetividade educacional, seja ela formal ou popular.

Nesse sentido, a importância da transmissão de conhecimentos, de conteúdos culturais, marca distintiva da pedagogia da essência, não perde seu caráter revolucionário. A pressão em direção à igualdade real implica a igualdade de acesso ao saber, portanto, a distribuição igualitária dos conhecimentos disponíveis (Saviani, 1999, p. 03).

Para as freiras, seria impossível lutar contra os poderosos de Juruti sem conhecimento de causa, sem a igualdade cultural. É preciso informação para se construir estratégias sagazes. As religiosas planejaram, em suas estratégias, severas dificuldades, só não supuseram longa sequência de traças e deslealdades. Apesar da traição fazer parte do rol das relações sociais, isso foi grave demais para a congregação suportar.

Simone de Beauvoir (2009) faz uma reflexão muito dura quando analisa a situação da realidade de opressão e, ao mesmo tempo, contraditória em que vivem os miseráveis: “o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos”. E Hannah Arendt (1999) reflete que, em nome de interesses pessoais, muitos desistem de suas posições críticas para abraçar e sorrir com os seus algozes e de seus pares sociais.

Os ataques aos padres e às freiras começaram após a vitória dos vereadores em 1988 e uma sequência de vitórias na justiça por parte de lavradores que conseguiram regularizar as suas terras que antes pertenciam a grandes fazendeiros cujos títulos eram adquiridos através de conchavos políticos e mantinham-nas para especulação. Os mandatários perceberam que a relação política dos religiosos com a população pobre lhes causava prejuízo financeiro e começava a minar suas bases políticas. Era preciso achar algum ponto fraco nas ações das irmãs no município, o que era muito difícil, pois tudo que faziam estava dentro da legalidade. Então, não restava alternativas que não fossem utilizar dos artifícios maquiavélicos, foi nesse momento que se valeram da calúnia.

Com acusações de fraudes nos convênios federais, os políticos iniciaram uma campanha difamatória contra as irmãs através dos meios de comunicação disponíveis no município. A princípio, as freiras não se incomodaram com o movimento de contraposição, mas, à medida que perceberam que muitos comunitários, considerados parceiros por elas, começaram acreditar nas mentiras dos políticos, a decepção veio à tona. Foi a angústia do tempo perdido, da formação

dada em vão. Mesmo a chegada dos técnicos do governo para desmentir os algozes detratores, não foi suficiente para reduzir a grave decepção.

Diante do ocorrido, poderia julgar-se o trabalho das freiras como em vão. Não foi exatamente esse desfecho que a história demonstrou. Apesar de relativo êxito no episódio das calúnias contra as religiosas, a classe empresarial e política de Juruti aos poucos foi cedendo espaço à classe civil organizada. Até que, em 2004, finalmente conseguiram conquistar o poder executivo. Mas, como a história é dinâmica, essa luta entre as classes dificilmente irá terminar, em 2018, a classe empresarial retoma o poder.

Pelo menos a cidade de Juruti teve a felicidade de ser escolhida como destino de religiosas com profundo senso de humanidade, de inteligência e de capacidade de planejamento. Em vinte anos de serviço, elas estruturaram o atendimento à saúde, consolidaram o artesanato como fonte de renda, beneficiaram milhares de crianças com atendimento social e educacional e, paralelo a isso, formaram a maioria das lideranças para tomarem o destino de sua própria história. Mesmo que tenham existido falhas, é incontestável o reconhecimento da grandeza do serviço realizado pelas missionárias que dedicaram suas vidas em prol dos habitantes pobres dessa pequena cidade do interior da Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa e na banca de qualificação, deparei-me com um dilema importante: “o serviço educacional das freiras foi utilizado em benefício da população ou instrumentalizado para atingir um benefício político: a emancipação dos pequenos lavradores?”. Para responder a essa pergunta, recorri a Gramsci e a Saviani quando refletem a respeito de educação, de política e de estado.

Primeiramente, o professor Saviani (1999, p. 66) faz uma ponderação a respeito de política e de educação, diz ele: “entendo que educação e política, embora inseparáveis, não são idênticas. Trata-se de práticas distintas, dotadas cada uma de especificidade própria”. A diferença básica, segundo suas reflexões, está na própria relação social, a política envolve disputa por espaço de poder, sendo que na arena alguém ganha em detrimento dos demais e na educação, quando tratada com responsabilidade, o objetivo sempre será a aquisição e partilha de conhecimento. Contudo, Saviani reitera em seguida que, apesar da distinção, há uma intrínseca relação de uma com outra: primeiramente é preciso considerar a existência de uma relação interna, isto é, toda prática educativa, enquanto tal, possui uma dimensão política assim como toda prática política possui, em si mesma, uma dimensão educativa. (Saviani, 1999, p. 94).

Outro ponto importante para elucidar esse dilema se refere à noção de Estado em Gramsci. Em *Cadernos do Cárcere*, Gramsci (1999), nos fragmentos sobre o Estado, reflete sobre a situação específica da Itália no início do séc. XX, mas que pode servir de exemplo para o resto do mundo. Gramsci amplia significativamente o sentido da dialética, como costumeiramente citava seu mestre Benedetto Croce, acreditava que certos modelos políticos não poderiam ser implantados a rigor em todas as partes. Croce *apud* Gramsci (1999) dizia que o modelo francês de liberdade não caberia naquele momento na Itália, era preciso ter bom senso. A dinâmica do operariado italiano era diferente do francês e, por isso, era necessário constantemente reformular as estratégias, o que não torna as lideranças menos revolucionárias, e sim muito mais ardilosas, porque aprenderam a se adaptar à diversidade da realidade.

Gramsci (1999) era também um ferrenho defensor da Revolução Russa de 1917, porque naquele tempo era o que havia de mais acertado por parte do operariado naquele país, mas a realidade não era a mesma em outras localidades. Mesmo sendo vítima da crítica de seus pares intelectuais, insistia que o processo revolucionário é processual e essa convicção tinha como base o próprio Marx: ao que parece, Marx acreditou, como Hegel, que os diversos momentos da evolução se processam em países diversos, cada um dos quais está especialmente adaptado

a cada um dos momentos [...]. Ele jamais fez uma exposição explícita da sua doutrina; assim, muitos marxistas estão persuadidos de que todas as fases da evolução capitalista devem se produzir da mesma forma, em todos os povos modernos. (Gramsci, 1999, p. 211).

Com base em Saviani e Gramsci, pode-se inferir que as freiras desenvolveram serviços educacionais, principalmente em educação infantil, com tudo aquilo que de melhor adquiriram de formação, tanto na Alemanha quanto no Brasil, através da UFPE. Trouxeram para Juruti o que de mais avançado se tinha na época sobre metodologia de educação infantil. Foram revolucionárias ao valorizarem e dignificarem a infância em Juruti em vários aspectos:

1. Instalaram as escolas em terrenos amplos, pois acreditavam que a infância deveria ser desenvolvida em contato com a natureza, junto às árvores, às plantas, às hortaliças e aos animais. Segundo suas convicções, a criança precisava de espaço para correr, brincar e se relacionar com seus colegas. Os espaços eram gramados, com parquinhos em madeira. Tudo era pensado na felicidade e, ao mesmo tempo, na integridade física da criança. Desde a década de 1970, tem-se em Juruti, com os casulos, uma educação exclusivamente voltada para a criança.
2. Utilizavam métodos sofisticados de aprendizagem com instrutores vindos de várias partes do país e da Alemanha, em que intensificavam a formação dos professores(as) tendo como base o teatro de marionetes, as brincadeiras lúdicas, a pintura, o canto e o aproveitamento dos elementos da natureza para educar.
3. Fundaram uma marcenaria, onde ajudavam na formação de jovens aprendizes e que, ao longo do tempo, fabricaram milhares de brinquedos os quais eram distribuídos para os casulos. Também adquiriam do artesanato outros milhares de brinquedos como bonecas e animais confeccionados com pano e algodão. Para elas, os brinquedos eram fundamentais para as brincadeiras do faz de conta, sobretudo pela diversão e significação da vida presente e futura.
4. Inauguraram escolas de educação infantil na zona rural. Esse aspecto torna-se o mais relevante, pois, do início do projeto aos dias atuais, ainda é muito tímida a proliferação de educação infantil por parte do poder público por toda a região do Baixo Amazonas.

Por ter ficado mais tempo na Amazônia a freira Brunhilde Henneberger acabou tendo mais relevância no desenrolar desta pesquisa. A freira saiu de seu país com intuito de dar dignidade aos pobres através do que aprendeu na Alemanha e no curso de Assistência Social que cursou na Universidade de Pernambuco. Ela era tão entusiasmada pela educação infantil que acabou influenciando suas sobrinhas a seguirem na profissão do magistério na Alemanha.

Inclusive sua sobrinha Anete Henneberger veio algumas vezes, como voluntária, ministrar cursos para os professores dos casulos.

Como profissão, a freira Brunhilde escolheu o magistério da educação infantil para sua vida, além, claro, da opção religiosa e, pelos seus gestos e pelas inúmeras manifestações públicas, pode-se concluir que foi plenamente realizada nos 40 anos em que ficou ligada aos casulos. O que não se pode alegar foi que esse amor aos casulos tenha a impedido de exercer outras atividades no município, seja por obrigação, por pertencer a uma entidade religiosa, ou por necessidade em dar respostas aos apelos da sociedade. Além das atividades de catequese católica, atuou na formação política das pessoas. Juntamente com padre Alfonso, irmã Gertrude foi importante na fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município e do Partido dos Trabalhadores. E, nesse ponto, entra uma reflexão importante de Gramsci (1999). O Estado revolucionário se constrói através do fortalecimento das pessoas para a transformação do mundo. Aquilo que se convencionou chamar de revolução passiva, em que a força popular era desencadeada no interior da sociedade: transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo. “É uma ilusão e um erro supor que o “melhoramento” ético seja puramente individual: a síntese dos elementos constitutivos da individualidade é “individual”, mas ela não se realiza e desenvolve sem uma atividade para fora, transformadora das relações externas”. (Gramsci, 1999, p. 412).

Essa organização formada em Juruti, que se contrapõe ao poder vigente, soma-se a outras forças que eclodem no país na década de 1970, 1980 e 1990, as quais, por sua vez, lutam em favor da redemocratização, trabalham por leis mais justas aos trabalhadores, trabalham nos bastidores da república por um ensino mais igualitário e buscam inserir quem historicamente foi calado na arena pública, como mulheres, negros e demais minorias.

Gramsci, Saviani e a freira Brunhilde entre tantas outras pessoas que se dedicam à luta contra as desigualdades e as injustiças sociais compreenderam a importância da dialética na sociedade através da formação, combates, avanços e retrocessos. Saviani é convencido de que não basta oferecer educação para todos, porque sem critérios os pobres acabam sendo prejudicados com um ensino com poucos recursos didáticos e técnicos. É preciso engajamento para que possa realmente haver equilíbrio entre aquilo que é oferecido aos detentores do poder e à população de maneira geral. “Do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade através da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade nas condições históricas atuais”. (Saviani, 1999, p. 42).

Praticamente tudo o que ofereceram para a população, principalmente para as crianças, era o que de melhor havia na época, tanto material como intelectual. Desde o início das atividades, os professores recebiam intensa formação para exercer com competência o serviço educacional e, por mais que os brinquedos e materiais didáticos não fossem de “luxo”, eram suficientes para o entretenimento e a educação das crianças. O mesmo pode-se dizer da formação das lideranças das comunidades. Boa parte dos cursos ocorriam em Juruti, principalmente quando os temas eram relacionados à religião, mas, quando os temas envolviam entendimento do direito brasileiro, política e sociedade, eram trazidos especialistas de outros lugares para ministrar os cursos que ocorriam geralmente no centro de formação da Diocese de Óbidos e, muitas vezes, eram realizados em outros estados. Inclusive, o jornal Diário do Pará relata que, no dia cinco de agosto de 1986, ocorreu um grave acidente de ônibus nas estradas de Minas Gerais. Esse ônibus trazia sindicalistas do Baixo Amazonas, que foram participar de um congresso na cidade do Rio de Janeiro. Nesse acidente, morreram 11 pessoas, sendo quatro de Juruti. Somados a outra fatalidade de 1996, narrada anteriormente, foram nove mártires que tiveram suas vidas ceifadas precocemente a serviço do Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou do Partido dos Trabalhadores. Isso comprova que, literalmente, a história da revolução proletária é marcada por muita luta, sangue, suor e lágrimas. Estas representam a tristeza pelas perdas e duras derrotas, mas também a força necessária para se chegar às vitórias, que não foram poucas e que se tornaram o combustível para buscar uma sociedade mais justa para quem sempre foi renegado pela história brasileira. Significa dizer que o sangue não foi derramado em vão.

Antes de falecer, a freira Brunhilde ainda se empenhou até as suas últimas forças tentando mostrar o quanto uma multinacional como a Alcoa pode ser nociva para a Amazônia, principalmente às comunidades que eram diretamente afetadas pelo projeto de mineração de bauxita. E, nesse aspecto, não cansava de reclamar sobre a facilidade com que “as pessoas de fora” levavam as riquezas da Amazônia sem deixar nada em troca. Também não escondeu sua decepção com algumas lideranças que ajudou a formar e que depois não resistiram aos benefícios do dinheiro da empresa. A freira Brunhilde é um daqueles seres humanos que deixaram sua marca em vida por aquilo que há de mais nobre: o compromisso com a verdade, liberdade, moralidade, humanidade, honestidade e, sobretudo, com a humildade. Conhecendo, como a conheci, jamais admitiria que escrevessem elogios sobre ela. Sua humanidade balanceada com a rudeza alemã diria que não fez nada além da sua obrigação como freira franciscana. Talvez a melhor forma de agradecer por seu trabalho seria mantendo e prosseguindo seu legado com as crianças.

Agora me volto ao objetivo geral desta pesquisa que era “analisar os serviços sociais, de saúde e educacionais desenvolvidos pelas freiras franciscanas em Juruti (1970-1992) em consonância com a organização política dos pequenos lavradores”. Em parte, esse objetivo foi atingido. Em parte, porque ele não está fechado no tempo e no espaço, está sujeito a todo tipo de concordância ou de discordância. Este é um dos primeiros estudos sobre os serviços das freiras franciscanas em Juruti e, como experiência inicial, terão aspectos e lacunas que poderão ser preenchidas por outros pesquisadores que se debruçarão no legado deixado por elas, principalmente nesses 22 anos em que estiveram exercendo suas funções no município. De todo modo, os serviços desenvolvidos por elas, indiretamente contribuiu para a formação e desenvolvimento político dos pequenos lavradores. Como amplamente retratado neste estudo, o propósito elementar (ao analisar o estado da população assim que chegaram) não era ficar alheia à situação de miséria da população, sabendo que havia recursos públicos mal administrados. Era angustiante para as freiras consertarem ou fazerem uma ponte em estrada com recursos próprios sabendo que aquilo era “função da prefeitura” e que o dinheiro usado para isso poderia servir para comprar mais remédios ou melhorar a alimentação das crianças na pré-escola. Mas, se não fizesse a ponte, não chegariam os alimentos para as crianças e o atendimento aos doentes seria prejudicado. Esperar pela boa vontade dos prefeitos para fazer essas obras era perda total de tempo. Então, na medida que esses problemas de infraestrutura se avolumavam e prejudicavam as atividades educacionais e de saúde, mais aumentava a ânsia no fomento em alternativas de poder para mudar aquela deplorável realidade.

Assim, com enorme contribuição dos padres, começou um longo processo de formação de lideranças com intuito e esperança de que esses cidadãos pudessem fomentar políticas públicas que contribuíssem com todos e não somente com os ricos e, nesse processo, as CEBs (com reflexão bíblico-política) foram fundamentais para formar agentes políticos que trilharam a carreira político-partidária. Nesse sentido, foi a necessidade em melhorar as condições sociais e estruturais do município que praticamente as obrigou a percorrerem o caminho da formação político-partidária aos comunitários da região.

Com relação aos objetivos específicos, pode-se resumir da seguinte forma:

- 1) Identificar os serviços desenvolvidos pelas freiras franciscanas e sua relevância para sociedade jurutiense.

Resultado:

Mesmo com as dificuldades estruturais do município, as freiras executaram as atividades a que se propuseram e cumpriram o acordo feito entre a Prelazia de Óbidos com a Congregação Franciscana Maristella em melhorar as condições de saúde e de

educação da população jurutiense. Segundo dados do IBGE, as condições de saúde melhoraram radicalmente a partir de 1970, depois da chegada das freiras; o município se tornou um polo de artesanato na região, melhorando as condições de renda de dezenas de famílias; e, na área educacional, fizeram um importante serviço de creche e pré-escola, principalmente para área rural, transformando Juruti em referência em educação infantil;

- 2) Relatar a história da educação infantil em Juruti a partir de 1976 e o que isso significou para o desenvolvimento da criança jurutiense.

Resultado:

A preocupação do pesquisador nesse item foi relatar os detalhes históricos dos principais casulos e o que significou a efetivação dessas unidades para as comunidades. Não foi possível relatar todos, mas os aqui foram mencionados dão ideia da dimensão dos desafios encontrados em ofertar educação com boa técnica e recursos didáticos em lugares de difícil acesso. Havia uma preocupação das freiras em equilibrar o aspecto educacional do município, não era correto, dentro de suas convicções morais e religiosas, de ofertar educação para zona urbana negligenciando a rural. Apesar de sair por um elevado custo financeiro, devido à falta de infraestrutura adequada de transporte no município, não foi suficiente para desmotivá-las em concretizar essa ação importante para a dignidade das crianças das comunidades distantes. Esse talvez seja o maior ensinamento que as freiras deixaram e que está expresso no Art. 53 da Lei 8.060: “toda criança tem o direito ao acesso e permanência na escola”.

- 3) Comparar o serviço de saúde e de infraestrutura (construção de poços artesianos e casas populares) antes e depois da chegada das freiras e o que isso representou em melhorias das condições de vida das pessoas.

Resultado:

As freiras encontraram soluções simples e criativas que melhoraram a vida das pessoas. O exemplo principal foi a construção de poços artesianos e casas populares em regime de mutirão, reduzindo drasticamente a incidência de diarreia e, conseqüentemente, diminuiu a morte de crianças. Aqui vale destacar um relato (cômico e, ao mesmo tempo, desastroso do ponto de vista social) feito a mim pela freira Brunhilde ao participar de uma grande reunião em Juruti com políticos de Belém, na década de 1980. A reunião era para consultar junto à população o destino de recursos públicos aprovados para o município pela Assembleia Legislativa do

Estado, ao apresentar as propostas, as freiras reivindicaram sanitários para serem instalados nas casas das famílias. Apesar de justificarem que isso reduziria as doenças, a proposta foi considerada chacota pelos próprios comunitários que preferiram a construção de um estádio de futebol. Mesmo desapontadas, nunca desistiram de exemplificar o quanto a higiene influía no bem-estar das famílias.

- 4) Entender como se deu a organização do artesanato como um importante instrumento de geração de renda para as famílias pobres.

Resultado:

Até os dias atuais, Juruti ainda se destaca como um importante polo de artesanato para a região com ênfase nos segmentos de: confecção de redes, bordados, toalhas, itens em alusão à cultura indígena, cerâmica etc. Essa atividade acaba contribuindo como complemento de renda para as famílias. Muitos desses artesãos são oriundos dos cursos de artesanato promovidos pelas freiras. Importante enfatizar que, no tempo em que estavam na sede do município, a atividade era bem mais dinâmica e rentável, mas, mesmo assim, já se vão mais de 50 anos e o “selo Artesanato Juruti” continua sendo um importante instrumento de identidade e renda para as famílias.

- 5) Compreender a relação do movimento religioso chamado Comunidades Eclesiais de Base e a Educação (CEBs) Popular para fins de emancipação política.

Resultado:

As reuniões nas CEBs foram fundamentais para o desenvolvimento político das comunidades rurais e urbanas de Juruti. A CEB representou a ponte entre o trabalho que estava sendo desenvolvido pelos padres e pelas freiras e a ação político-social. Foi uma mudança radical na perspectiva religiosa católica. A filosofia partia de profundos questionamentos fincados na própria realidade: de que adiantava suplicar ao sagrado pelo fim das desgraças do mundo se o principal responsável em minimizar o problema estava de braços cruzados rezando? Foi esse choque que promoveu mudanças drásticas quanto ao enfrentamento político. O legado da CEB foi a motivação da compreensão que sozinhos não se conseguiria quase nada, mas juntos, unindo forças, o “grito” se tornaria mais forte e ecoaria bem longe. Isso incomodaria, traria reações (as vezes violentas), mas não restava dúvidas que seria a principal via para conquista de benefícios coletivos.

- 6) Compreender as razões do combate e da violência exercidas pelos mandatários e empresários do município ao trabalho desenvolvido pelas freiras.

Resultado:

Era de se esperar que os empresários reagissem às ações reivindicatórias dos comunitários, principalmente pela terra. Na Amazônia, essa prática é comum devido à baixa fiscalização e investigação dos órgãos de segurança e da conivência dos mandatários. No Pará, nos últimos anos, foram 26 massacres, com 125 mortes, segundo a Comissão Pastoral da Terra. Em Juruti, houve o intenso enfrentamento dos grandes latifundiários aos pequenos lavradores com os padres e as freiras tomando o partido dos pequenos. Ao se voltarem contra as freiras, a Congregação Franciscana achou melhor evitar uma tragédia.

- 7) Entender as contradições expressas nas relações das freiras com os comunitários que culminaram na saída da congregação da sede do município em 1992.

Resultado:

Além das ameaças de violência dos mandatários, as freiras enfrentaram o golpe que possivelmente tenha sido crucial para a saída definitiva da sede do município: a traição de quem estava próximo. Durante os vinte e dois anos em que estiveram no trabalhando na sede do município, as freiras criaram uma rede de relações em que acreditavam que poderiam plenamente confiar. Essa rede era formada por funcionários e voluntários, principalmente os catequistas. A realidade mostrou que nem todos eram confiáveis.

Segundo Lima *et al.* (2002), a confiança é algo imprescindível para a nossa sobrevivência e, ao mesmo tempo, ambíguo, porque subjaz o controle e as limitações morais. Foi justamente nos momentos de ataques violentos dos latifundiários que as freiras perceberam que não poderiam contar com o apoio de alguns de seus correligionários. E o “golpe fatal” foi notar que boa parte preferiu se apoiar nos políticos que estavam no poder. Como em um teatro de “tragédia grega”, as máscaras começaram a cair e a covardia, a desfaçatez, o cinismo vieram à tona. Apesar da frieza cultural alemã, essa indiferença por todo o sacrifício que fizeram durante os 32 anos foi devastador para elas. Segundo o próprio Karl Marx (2013, p. 999), as traições, subornos, massacres e infâmia são elementos a serem enfrentados no decurso histórico das lutas. Contudo, para as freiras, essas traições foram pesadas demais para suportar.

- 8) Perceber minimamente as relações antropológicas do município a partir das pré-escolas.

Resultado:

Ao analisar as várias partes do município onde os casulos foram instalados, foi perceptível algumas diferenças físicas e culturais das populações apenas pontuadas no texto, sem nenhuma análise antropológica específica, apenas me nutri da esperança de que algum pesquisador no futuro possa aprofundar essas características e investigue essas diferenças. Portanto, esse objetivo se desenrolou paralelamente à temática central do texto. Importante observar, por exemplo, que algumas comunidades do entorno do Igarapé do Salé são compostas por famílias com características de descendência africana, enquanto outras são marcadamente de descendência europeia, e a região do Juruti Velho é de característica predominantemente indígena. Isso evidencia que, por detrás desses traços, há muita história a ser desvendada.

Enfim, em uma sociedade patriarcal e machista como a nossa luso-brasileira, em que a mulher é pouco valorizada no decurso da história, é relevante pontuar a importância do trabalho de mulheres corajosas que enfrentaram o poder vigente e tudo quanto é tipo de ameaças, inclusive ameaça de morte, com o único intuito de dar dignidade a quem historicamente foi silenciado. Aludindo ao apóstolo bíblico Paulo, “combateram o bom combate”, seu legado perpassará gerações e paulatinamente será compreendido. Acredita-se que, com esta pesquisa, tenha-se contribuído para valorizar esse legado tão importante para a história de vida dos povos habitantes da região do Baixo Amazonas.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Indústria Cultural e Sociedade**. 5ª.ed. Trad. Maria Helena Ruschel. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus** (Contra os Pagãos). Trad. Oscar Paes Leme. 2 v. (Coleção Pensamento Humano). Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003.
- ALBUQUERQUE, César Augusto Rodrigues de. A crise da crise. **Revista Retrato do Brasil**. Editora Manifesto. São Paulo, v. 96, 2015. Disponível em: <http://editoramanifesto.com.br/site/wp-content/uploads/2019/08/crise-dos-misseis.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.
- ALFANDÉRY, Hélène Gratiot. **Henri Wallon**. Tradução e organização: Patrícia Junqueira. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- ALVARES, Sonia Carbonell. A pedagogia artesã como práxis educativa em culturas populares tradicionais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, e186330, 2019.
- AMORIM, Edilane Bezerra *et al.* Território e conflitos agrários na Amazônia paraense, um estudo a partir dos conflitos pela terra em Anapu - PA. **VIII ENANPEGE**. A Geografia Brasileira na Ciência-Mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento. São Paulo: de 2 a 7 de setembro de 2019.
- ANDRADE, Lucimary Barnabé Pedrosa. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- APOLINÁRIO, Maurício. Professora “tia”: um ato falho na escola. **Brasil Escola – Meu Artigo**. São Paulo, 15 de julho de 2022. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/professora-tia-um-ato-falho-na-escola.htm>. Acesso: 15 jul. 2022.
- AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e a diocesenização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v. 32, p. 143-170, 2012.
- AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. 4.ed. Trad. Alexandre Correria. Campinas: Ecclesiae, 2016.
- ARAÚJO, Cecília. Os alemães sabiam – e aplaudiam – as atrocidades do nazismo. **Revista Veja Online**. São Paulo, 16 de ago. de 2011. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/os-alemaes-sabiam-e-aplaudiam-atrocidades-do-nazismo/>. Acesso: 25 fev. 2022.
- ARAÚJO, Walisson Maurício de Pinho. **Sistema Nacional de Educação e projeto de educação para o país**: concepções, proposições e disputas. 2019. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.
- ARCO, Diego Pérez Ojeda del. Mais além das diferenças étnicas: particularidades na luta por direitos das comunidades quilombolas e ribeirinhas no contexto regional do Baixo Amazonas, Santarém, Pará. **Revista Mutirão** (Folhetim de Geografias Agrárias do Sul) V. 01, No . I, 2020.

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ASSIS, Simone Gonçalves *et al.* **Impactos da violência na escola**: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Ministério da Educação / Editora FIOCRUZ, 2010.

ASSOCIAÇÃO AMIGA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE JURUTI (ACA). **Histórico dos Casulos de Juruti**. Secretaria da Associação: Juruti, 2022.

BARATTO, Romullo. 10 Razões por que uma cidade precisa de planejamento urbano. **ArchDaily Brasil**. 15 mar. 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-174761/10-razoes-pelas-quais-uma-cidade-precisa-de-planejamento-urbano>> ISSN 0719-8906. Acesso em: 23 jan. 2021.

BARBOSA, Adoniran. **Saudosa Maloca**. Intérprete Demônios da Garoa. 1º lançamento 1955. Rio de Janeiro: Gravadora EMI - digital, 2010.

BARBOSA, José Dílson de Almeida. **As comunidades eclesiais de base – CEBs**: nas décadas de oitenta e noventa em Cuiabá – Mato Grosso. Espaço popular de construção de Cidadania? 124 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá (MT): O Autor, 2008.

BARROS, Marilene Maria Aquino Castro de. **O Farol que guia**: a educação de mulheres no Colégio São José / Óbidos - PA (1950 a 1962). Belém: Universidade do Estado do Pará, 2010.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: formação social e cultural. Manaus: Universidade do Amazonas, 2005.

BEOZZO, José Oscar. **História da Igreja na Amazônia**. Manaus: Conselho Indigenista Missionário - CIMI, 1978.

BERTAGNOLLI, Ana Cristina *et al.* Dependência de álcool e recaída: considerações sobre a tomada de decisão. **Aletheia**, vol. 43-44, enero-agosto, 2014, p. 188-202. Canoas: ULBRA, 2014.

BETO, Frei. Dorothy Stang, missionária americana, naturalizada brasileira. Rio de Janeiro: **Jornal O Globo**. Edição de 12 de fev. de 2015.

BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. **Imigração, Educação e Religião**: um estudo histórico-sociológico do Bairro dos Pires de Limeira, uma comunidade rural de maioria teuto-brasileira. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: UNICAMP, 2001.

BOFF, Leonardo. **Igreja**: Carisma e Poder. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1982. [1 edição 1981].

BORGES, Lucivanda Cavalcante *et al.* O professor homem na educação infantil. **Zero-a-seis**, Florianópolis, UFCS, v.22, n.42. p.480-506, jul./dez. 2020.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Congresso Nacional. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – Suplemento – 16/7/1934, página 1 (Publicação Original). Rio de Janeiro, 1934.

BRASIL. **Portaria nº 6.013/42**, de 1º de outubro de 1942. Do Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Autoriza a organização e funcionamento da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Rio de Janeiro, 1942.

BRASIL. Decreto-Lei nº 593, de 27 de maio de 1969. Autoriza o Poder Executivo a instituir uma fundação destinada a prestar assistência à maternidade, à infância e à adolescência. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 28/5/1969, página 4521 (Publicação Original). Brasília, 1969.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 2/9/1981, página 16529 (Publicação Original). Brasília, 1981.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 5/10/1988, p. 1. Brasília, DF: 1988.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 6/1/1989, p. 369. Brasília, 1989.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 16/7/1990, p. 13563. Brasília, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 24 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 8/12/1993, p. 18769. Brasília, 1993.

BRASIL. Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 1/1/1995, p. 1. Brasília, 1995.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 23/12/1996, p. 27833. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 24/3/1999, Página 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com

matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 7/2/2006, p. 3. Brasília, 2006.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 21/6/2007, p. 7. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para educação infantil/** Secretaria de Educação Básica. MEC, SEB, 2009.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 5/4/2013, p. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12796>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - Edição Extra - 26/6/2014, p. 1. Brasília, 2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 1.008.166**. Proced. Santa Catarina. Tema 548 (Repercussão Geral) – Dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade. Entrada ao STF: 03 de novembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica**, Brasília, 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica**, Brasília, 2022.

BRITO, Carlos Emílio Bessa de. Territorialidade: a Zona Franca de Manaus e seu impacto socioeconômico no estado do Amazonas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.7.n.2, fev. 2021.

BRITO, Rosaly de Seixas. Juventudes à Margem: trabalho doméstico, corpos racializados e violências imemoriais. In: **Comunicação, Gênero e Trabalho Doméstico: das reiterações coloniais à invenção de outros possíveis** / Danila Gentil Rodriguez Cal, Rosaly de Seixas Brito (organizadoras) – Curitiba: CRV, 2020.

BÜHLER, Caren. **Bons professores que fazem a diferença na vida do aluno: saberes e práticas que caracterizam sua liderança**. Tese (Doutorado em Educação). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

CALDARELLI, Solange B. Apresentação Contexto Arqueológico Regional - Juruti (PA) – Scientia. **Academia**. 2002.pdf. Disponível em: https://www.academia.edu/35233229/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_Contexto_Arqueol%C3%B3gico_Regional_-_Juruti_PA_-_2002.pdf. Acesso: 24 de jul. 2021.

CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. A Teologia da Libertação no Brasil: das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade. **II Conferência de Estudos Sociais**. Goiás, UFG, 2011.

CARTAXO, Simone Regina Manosso; SCOS, Josemary. Prática pedagógica de professoras alfabetizadoras iniciantes: processos de produção e contribuições para a formação. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 6, n. 2, e3434, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/3434>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CARVALHO, Ana Maria Orlandina Tancredi. O direito à educação infantil na Amazônia brasileira: desafios e disputas. **Revista Terceira Margem Amazônia**. n.º1.v1. Manaus, AM, 2012.

CARVALHO, Fabrício Aarão Freire. **Financiamento da educação: do FUNDEF ao FUNDEB – repercussões da política de fundos na valorização docente da Rede Estadual de Ensino do Pará – 1996 a 2009**. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação). São Paulo: USP, 2012.

CARVALHO, José Alberto Magno de; BRITO, Fausto. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 351-369, jul./dez. 2005.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães; ESTÊVÃO, Carlos Alberto Vilar. Pedagogia crítica e Direitos Humanos: fundamentos para uma proposta pedagógico-crítica em Direitos Humanos. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 405-432, jul./set. 2013.

CATUNDA, Fátima. Sistema único de assistência social como indutor de novos tempos para o serviço social. **Socializando**. ISSN 2358-5161, ano 1. nº 2. Dez., p. 102-118, Aracati, CE, 2014.

CERUTTI-RIZATTI, Mary Elizabeth. A língua no desenvolvimento humano: a escola e a criança. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 10, p. 01-10, e020093, 2020. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1470>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CHADDAD, Flávio Roberto. Análise Crítica da Elaboração, da Pedagogia e da Orientação dos PCNS. **Mimesis**, Bauru, v. 36, n. 1, p. 5-24, 2015.

CHAGAS, Eduardo F. O Método Dialético de Marx: Investigação e Exposição Crítica do Objeto. **Síntese: Revista de Filosofia**. Fortaleza, CE. Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC): 2011.

COLARES, Anselmo. História da educação na Amazônia: Questões de Natureza Teórico-metodológicas: Críticas e Proposições. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 187-202, out. 2011.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução Conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Define as situações e estabelece os requisitos e condições para desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 17/2/1986, p. 2548-2549. Brasília, 1986.

CONDINI, Martinho. A Pedagogia da Esperança em Dom Helder Câmara. **REPAE**, São Paulo, v. 2, n. 1, jan./jun. 2016.

COSTA, Eremilda Vieira da. **De Augsburg para Pernambuco** – Irmãs Franciscanas Maristella formando professoras – Timbaúba/PE – 1938 – 1950. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife/PE: O Autor, 2003.

COSTA, Sinara Almeida da; CRUZ, Rosimeire Costa de Andrade. O balanço de uma década da promulgação das diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil na produção acadêmica brasileira. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 11, p. 01 - 25, e020178, 2021.

COUTO, Raimundo Jorge da Cruz. **Os Franciscanos Alemães no Baixo Amazonas (1907 - 1962):** o protagonismo político educacional de Dom Amando Bahlmann. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém/PA: O autor, 2019.

COUTO, Raimundo Jorge da Cruz; COLARES, Anselmo Alencar. Dom Amando Bahlmann: o missionário da educação no Baixo Amazonas no início do século XX. In.: COLARES, Anselmo Alencar; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa (orgs.). **Educação e Realidade Amazônica**, v. 4. p. 7-29. Santarém/PA, 2019.

COUTO, Raimundo Jorge da Cruz; COLARES, Anselmo Alencar. O casulo: o pioneirismo em educação infantil no interior da Amazônia nas décadas de 1970 e 1980. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**. Mossoró, v. 7, n. 23, 2021a.

COUTO, Raimundo Jorge da Cruz; COLARES, Anselmo Alencar. História de saberes amazônicos e emancipação política: o artesanato em Juruti-PA. **Revista Cocar**. Belém, V.15 N.33/2021 p.1-21, 2021b.

DELGADO, Adelice Sueli Braga. **O curso de especialização em docência na Educação Infantil:** um estudo sobre formação de professores em Belém. Dissertação (Mestrado em Educação). Belém: UEPA, 2019.

DEMEDA, Kátia Solange do Nascimento. **Dádiva e relações de poder na gestão dos royalties de mineração em Juruti Velho, Juruti - PA.** Tese (Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento). Santarém: UFOPA, 2020.

DUARTE, Helena Ferreira; BARBOSA, Lia Pinheiro. A construção das concepções de gênero na educação infantil: um estudo a partir do comportamento de crianças em fase pré-escolar. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**. Mossoró, v. 5, n. 15, 2019.

Disponível em: <http://natal.uern.br/periodicos/index.php/RECEI/article/view/1690>. Acesso em: 25 jun. 2021.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. **Novos estud.** CEBRAP (77), São Paulo, mar. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000100005>. Acesso em: 20 jul. 2021.

ELESBÃO, Heloisa *et al.* Educação infantil em escolas de ensino fundamental: há espaço para brincar e “se-movimentar”? **Revista Didática Sistemica**, v. 23, n. 1, p. 216-227, Rio Grande, RS, 2021.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FERNANDES, Poliana Aguiar. **A importância do movimento na aprendizagem e no desenvolvimento da criança**. (Conclusão da especialização em Educação Infantil). São Paulo: PUC, 2008.

FERRAZ, João B. S. *et al.* Perfumes da floresta amazônica. **Cienc. Cult.** vol.61 no.3 São Paulo, 2009.

FERRONATO, Beatriz Ana Zambon. Ideais dos pioneiros da educação nova: atualidade na educação contemporânea? Umuarama-PR. **Educere - Revista da Educação**, v. 15, n. 2, p. 295-317, jul./dez. 2015.

FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo**. Trad. José da Silva Brandão. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de. Maria Neli Sobreira: história e memória da educação em Juazeiro do Norte. Dossiê - Educação feminina: história e memória. **Educ. rev.** 34 (70), Jul-Ag. Curitiba, 2018.

FIALHO, Roberto Paulo Bibas. Senso matemático universal: percepção etnomatemática sobre as peças cerâmicas feitas pelos artesãos de Icoaraci – Belém/PA. **Revista COCAR**, Belém, Edição Especial N.3, p. 225 a 245 – Jan./Jul. 2017.

FRAGA, Paulo *et al.* A violência no Amazonas: análise crítica segundo percepção da população e dos profissionais de segurança pública. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**. Aracaju, v. 5, nº 3, p. 99 - 111. Fev. 2017.

FRAGOSO, Hugo (OFM). A Era Missionária (1686-1759). In: História da Igreja na Amazônia. Eduardo Hoornaert (Org.). **Comissão de Estudos da Igreja na América Latina, CEHILA**. Petrópolis: Vozes, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não** – cartas a quem ousa ensinar. Ed. Olho d'Água. São Paulo, SP, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**. Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREITAS, Maria Natalina Mendes et al. Realidade e desafios da educação infantil do campo na Amazônia paraense. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 37, n. 4 p. 768-789, out./dez. 2019.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, p. 03-11, 2000.

GALLO, Silvio. O fundamentalismo religioso ameaça a democracia brasileira, alerta do filósofo Silvio Gallo. Entrevista concedida a Marcelo Gonzatto. **Rádio Gaúcha Zero Hora**, Porto Alegre, RS. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2020/12/o-fundamentalismo-religioso-ameaca-a-democracia-brasileira-alerta-filosofo-silvio-gallo-ckj8mqtfx0022019w2cwbvl5t.html>. Acesso em: 02 nov. 2021.

GASPARETTO JR., Antonio. Religião na Alemanha Nazista. **Revista Info Escola: aprendendo e navegando**, 2013. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/religiao-na-alemanha-nazista/>. Acesso: 22 fev. 2022.

GOMES, Edlaine de Campos; MARTINS, Andrea Damacena. Estratégias de preservação do patrimônio religioso cristão edificado em dois contextos europeus. **Relig. soc.** vol.37 no.3 Rio de Janeiro set./dez. 2017.

GONÇALVES, Fernanda Denardin *et al.* A promoção da saúde na educação infantil. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu, v. 12, n. 24, p. 181/191. Jan./mar. 2008.

GONÇALVES, Marcos. Caridade, abre as asas sobre nós política de subvenções do governo Vargas entre 1931 e 1937. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45: p.317-336, jan/jun 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho. Coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUIMARÃES, Cláudia de Paula. **Laqueadura tubária: uma opção nem sempre consciente**. Dissertação (Mestrado em Cuidados em Enfermagem). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

HAGE, Salomão Mufarrej. Por uma escola do campo de qualidade social: transgredindo o paradigma (multi)seriado de ensino. **Em aberto**. Brasília, v. 24, n. 85, p. 97-113, abr/ 2011.

HEMBERGUER, Gertrud Maria. Gertrud Maria Hemberguer (Irmã Brunhildes): Contruir a fé. Entrevista. 100 minutos. **Museu da Pessoa**. Juruti – PA: 2013. Disponível em: <https://museudapessoa.org/historia-detalle/?id=31373>. Acesso em: 14 jun. 2021.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional!** Marilda Villela Iamamoto. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem Populacional**. 1960. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t2_p1_ac_am_pa.pdf. Acesso: 20 mar. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem Populacional**. 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/bibliotecacatalogo.html?id=769&view=detalhes>. Acesso em: 18 jan. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem Populacional**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/juruti/panorama>. Acesso em: 26 dez. 2021.

JURUTI. **Lei nº 941/06**, de 31 de outubro de 2006. Plano Diretor do Município de Juruti. 2006.

KENDZIERSKI, Mariana. **Friederich Froebel e os jardins-de-infância**. Guarapuava, PR: UNICENTRO, 2012.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. São Paulo: Cortez. 1995.

KRAMER, Sônia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006.

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasileira de Educação** v. nº15, Set/Out/Nov/Dez, 2000.

KREUTZ, Lúcio. Escolas étnicas no Brasil e a formação do estado nacional: a nacionalização compulsória das escolas dos imigrantes (1937-1945). **UNISUL**, Tubarão, v. 3, n. 5, p. 71 – 84, Jan./Jun. 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 153-176. Editora da UFPR, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. – 2ª ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA, Deniltom Átila de. **Um professor que pode ser chamado de tio**: a importância do homem na educação infantil. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Pedagogia. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2015.

LIMA, Géssica de Aguiar; COSTA, Sinara Almeida da. A brincadeira de faz-de-conta de papéis sociais: impactos pedagógicos a partir de uma formação continuada. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, Ano 23, Edição Especial, dez. 2018.

LIMA, Nair Santos. A Festa das Tribos: perspectivas folkcomunicativas em um cenário de resistência. **Revista Internacional de Folkcomunicação (RIF)**, Ponta Grossa/ PR Volume 18, Número 41, p.110-134, Julho/Dezembro 2020.

LIMA, Suzana Maria Valle; MACHADO, Magali dos Santos; CASTRO, Antônio Maria Gomes de. Confiança: modos de produção e principais determinantes no relacionamento entre equipes de pesquisa parceiras. **Rev. Psicol., Organ. Trab.** v.2 n.1 Florianópolis, jun. 2002.

LOMBARDI, José Claudinei. **Textos sobre Educação e Ensino** / Karl Marx e Friedrich Engels. Campinas, SP: Navegando, 2011.

LOPES, Luís Otávio do Canto. **Conflito socioambiental e (re)organização territorial:** mineradora Alcoa e comunidade ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti – Amazônia – Brasil. Tese (doutorado em Ciências Econômicas). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social:** questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento. Supervisão editorial de Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2010.

MACIEL, Antônio C. Formação social da Amazônia: o último round da cultura cabocla em Rondônia. In: VIANA, João P.; FONSECA, Dante R. **Formação social e política de Rondônia**. Porto Velho: DACS/UNIR, 2020.

MARTINS, Ângela; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Materialismo histórico, cultura e educação: Gramsci, Thompson e Williams. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 51, p. 341-359, jun2013 – ISSN: 1676-258, 2013.

MARTINS, Sandra Mara Cardoso. A trajetória da Educação Infantil no Brasil. **Pedagogia ao Pé da Letra**, 2013. Disponível em: <https://pedagogiaaopedaletra.com/a-trajetoria-da-educacao-infantil-no-brasil>. Acesso em: 3 fev. 2022.

MARX, Karl. **O Capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. Tradução Luís Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

McCOWAN, Tristan. O direito humano à aprendizagem e a aprendizagem dos direitos humanos. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 25-46, jan./mar. 2015. Editora UFPR, 2015.

MELO, Wilverson Rodrigo Silva de. **Tempos de revoltas no Brasil Oitocentista:** Ressignificação da cabanagem no baixo Tapajós (1831-1840). Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2015.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Tradução: Paolo Nosella. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MONTEIRO, Mariana Kubilius; ALTMANN, Helena. Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação. **Cadernos de Pesquisa** v.44 n.153 p.720-741 jul./set. 2014.

MONZONI, Mário et al. **Indicadores de Juruti:** monitoramento 2011. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

MORAES, José Damiro de. Cecília Meireles e o ensino religioso nos anos 1930: embates em defesa da Escola Nova. **Educação e Pesquisa**. 42 (3), Jul-Sep 2016. São Paulo, 2016.

MOREIRA, Marco Antônio. **Teorias de aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1999.

NASCIMENTO, Denise Morado; BRAGA, Raquel Carvalho de Queiroz. Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida? São Paulo: **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo** - EESC-USP, 2009.

NATIVIDADE, Edmilson Cunha. **Tecendo a História: Juruti Velho em Versos**. Distrito de Juruti Velho: Paróquia Missionária do Sagrado Coração de Jesus, 2017.

NUNES, Antonio Jakeulmo; SALES, Magda Coeli Vitorino. Violência contra a criança no cenário brasileiro. *Ciênc. Revista Saúde Colet.*, v 21, n° 3, Mar, 2016. Terezina - PI, 2016.

OLIVEIRA, Eider Arantes; SOUSA, Edileusa Godói de. O Terceiro Setor no Brasil: Avanços, Retrocessos e Desafios para as Organizações Sociais. **RIGS revista interdisciplinar de gestão social** v.4 n.3 set. / dez. 2015.

O'MEARA, Thomas. Qual é a mensagem do desfile de moda barroca na Igreja? **Revista Eletrônica Domtotal**, jan. 2013. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://domtotal.com/noticias/detalhes.php?notId=562766>. Acesso: 3 jan. 2013.

PEDROTTI, Sabrina Paranhos et al. Abordagem e aplicação de hábitos de higiene na educação infantil. **8ª Mostra de Iniciação Científica**. UNICRUZ-RS, 2012.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Ocupações e conflitos de terra no Sul e no Sudeste do Pará**. Marabá: UEPA, 2014.

PEREIRA, Airton dos Reis; LIMA, Alex Costa. **Estado, Igreja e Possesores: as histórias não contadas da atuação da igreja católica na resistência camponesa nos conflitos pela posse da terra em São Geraldo do Araguaia – Pará**. Marabá: UEPA, 2018.

PEREIRA, Rita Betânia da Silva Pereira; BAHIA, Celi da Costa Silva. Organização do espaço externo a partir das vozes das crianças: experiência de uma gestora. In: **Educação infantil na Amazônia: Entrelaços entre saberes e práticas docentes**. BAHIA, Celi da Costa Silva (org.). Belém, PA: UFPA/ICED, 2018.

PEREIRA, Tulio Augusto de Paiva. A Igreja Católica e a Escravidão Negra no Brasil A Partir Do Século XVI. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 03, Ed. 05, Vol. 05, pp. 14-31, Maio de 2018.

PERNAMBUCO. **Recomendação Conjunta TCE/MPCO/MPPE nº 01/2019**. Recomendação: evitar a realização de despesas com festividades juninas, especialmente shows, quando a folha de pessoal do Município estiver em atraso. 2019.

PIO XI, Papa. **Carta Encíclica Divinis Redemptoris**. Vaticano: Editora Vaticana, 1937.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a educação. **Interface — Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu/SP**, v.1, n.1, Ago 1997.

PLATÃO. **A República**. Tradução Carlos Alberto Nunes. 3. ed. Belém: EDUFPA, 2000.

POMPERMAIER, Fernanda Hanauer. A educação integral na educação infantil e a cidadania. **PERSPECTIVA**, Erechim. v. 42, n.160, p. 53-62, dezembro/2018.

REIS, Marcos. **Cabanos: a História**. Belém: Maguen, 2011.

RODRIGUES, Daniele Silva. Corrupção e má gestão nos gastos com educação: fatores socioeconômicos e políticos. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 54(2): 301-320, mar. – abr. FGV/EBAPTE, 2020.

RODRIGUES, Elisa. “**A mão de Deus está aqui!**” Estudo Etnográfico da Igreja Mundial do Poder de Deus. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2014.

RODRIGUES, Paulo Jorge *et al.* O trabalho feminino durante a revolução industrial. **XII Semana da Mulher**. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher>. Acesso em: 09 jul. 2022.

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o Projeto Casulo e a doutrina de segurança nacional. 9ª ed. In: FREITAS, Marcos César (Org.). **História social da infância no Brasil**. Ed. Cortez: São Paulo, 2016.

SACROSSANTUM CONCILIUM. **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. Paulus: São Paulo, 1997.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará: sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Belém: UFPA, 1971. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo).

SANGENIS, Luís Fernando Conde. **Gênese do pensamento único em educação: Franciscanismo e Jesuitismo na Educação Brasileira**. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Revista Crítica de Ciências Sociais *on-line*. n. 78, p. 3-46. Editora Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2007.

SANTOS, Emina Marcia Nery dos. Espaços públicos como matriz de gestão educacional em Gurupá: resistência política por uma escola popular para o povo. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 9, N° 4, p. 464 - 492, Out/Dez 2019.

SANTOS, Geraldo Mendes dos; SANTOS, Ana Carolina Mendes dos. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. Dossiê Amazônia Brasileira II. **Estud. av.** 19 (54), Ago, 2005.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações**, 5ª ed. São Paulo: Autores Associados, 1995.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Demerval. A pedagogia histórico-crítica, as lutas de classe e a educação escolar. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 25-46, dez. 2013.

SCHRAMM, Sandra Maria Oliveira *et al.* **Fundamentos da Educação Infantil**. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará – EDUECE, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Brasil pratica uma política de eufemismos**. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2015/06/lilia-moritz-schwarcz-o-brasil-pratica-uma-politica-de-eufemismos-4785729.html>. Acesso: 03 ago. 2023.

SEABRA, Karla da Costa; MOURA, Maria Lucia Seidl de. Alimentação no ambiente de creche como contexto de interação nos primeiros anos de um bebê. **Psicol. Estud.** 10 (1), abr., 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722005000100010>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SILVA, Cátia Regina; KAULFUSS, Marco Aurélio. A importância da família na educação infantil. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicada da FAIT**. Ano 3- v.6, 2015.

SILVA, Dulcilene Rodrigues da; TAVARES, Daniel Moreira. Educação Infantil: avanços e desafios, onde o discurso e a prática se encontram. **Estação Científica - Juiz de Fora**, nº 15, janeiro – junho / 2016.

SILVA, Janailsom Nunes da; MEDEIROS, Giseliene. Homens atuam na educação infantil? Um estudo de caso a partir do acesso, permanência, evasão e atuação do docente masculino. **Revista RIOS - Revista Científica do Centro Universitário do Rio São Francisco**. v. 17 n. 33 (2022).

SILVA, João Marcio Palheta da; SILVA, Christian Nunes da. Juruti: uma comunidade amazônica atingida pela mineração. **GEographia**, Niterói/RJ - Ano. 18 - nº 36 – 2016.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da. Laicidade do Estado: dimensões analítico-conceituais e suas estruturas normativas de funcionamento. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 21, n. 51, maio-ago 2019.

SOUTELLO, Gabriela. Como os alemães aprendem sobre o nazismo. **Revista Eletrônica Deutsch Welle – Made for minds**. Set. 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/como-os-alem%C3%A3es-aprendem-sobre-o-nazismo/a-18713915>. Acesso: 25 fev. 2022.

SOUZA, Luciana Virgília Amorim de. Terceiro setor: vilão ou aliado? **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 18 out 2012, 11:23. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/31998/terceiro-setor-vilao-ou-aliado>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SOUZA, Sonia Regina Carvalho de. **A relação professor-criança na Educação Infantil**. Gama, DF. Uniceplac, 2021.

TROTSKY, Leon. **A revolução permanente**. São Paulo: Kairós Livraria, 1985.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa**. Tradução de E. Huggins. – Ed. do centenário -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

UNICEF Brasil. **Principais iniciativas da UNICEF no Brasil**. São Paulo. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/educacao>. Acesso: 01 mar. 2023.

VIEIRA, Carlos Augusto Sarrazin. Vida e obras, legado de Dom Floriano Loewenau, 1º bispo prelado de Óbidos. Óbidos: **Site Obidense**, 2018. Disponível em: <https://obidense.com.br/noticias/3637/vida-e-obras-legado-de-dom-floriano-loewenau>. Acesso: 20 mar. 2022.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. Uma história da política de creches no Brasil: o Projeto Casulo da LBA (1977 - 1985). **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 24, n. 45, p. 34-66, jan./jun., 2022.

VICENTE, Zé. In: VICENTE, Zé. **O canto dos mártires da terra**. Ribeirão Bonito (MT): Verbo Filmes, 1986. Faixa 11.2. Disco de vinil.

VIOLENTO acidente mata 11 membros da CUT do Pará. **Diário do Pará**. Belém, 05 de agosto de 1986. Seção Política. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=644781&Pesq=Naufr%c3%a1gio&pagfis=17351>. Acesso: 17 ago. 2023.

VYGOTSKI, Lev. **Psicologia e Pedagogia: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4 ed. Tradução: José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1991.

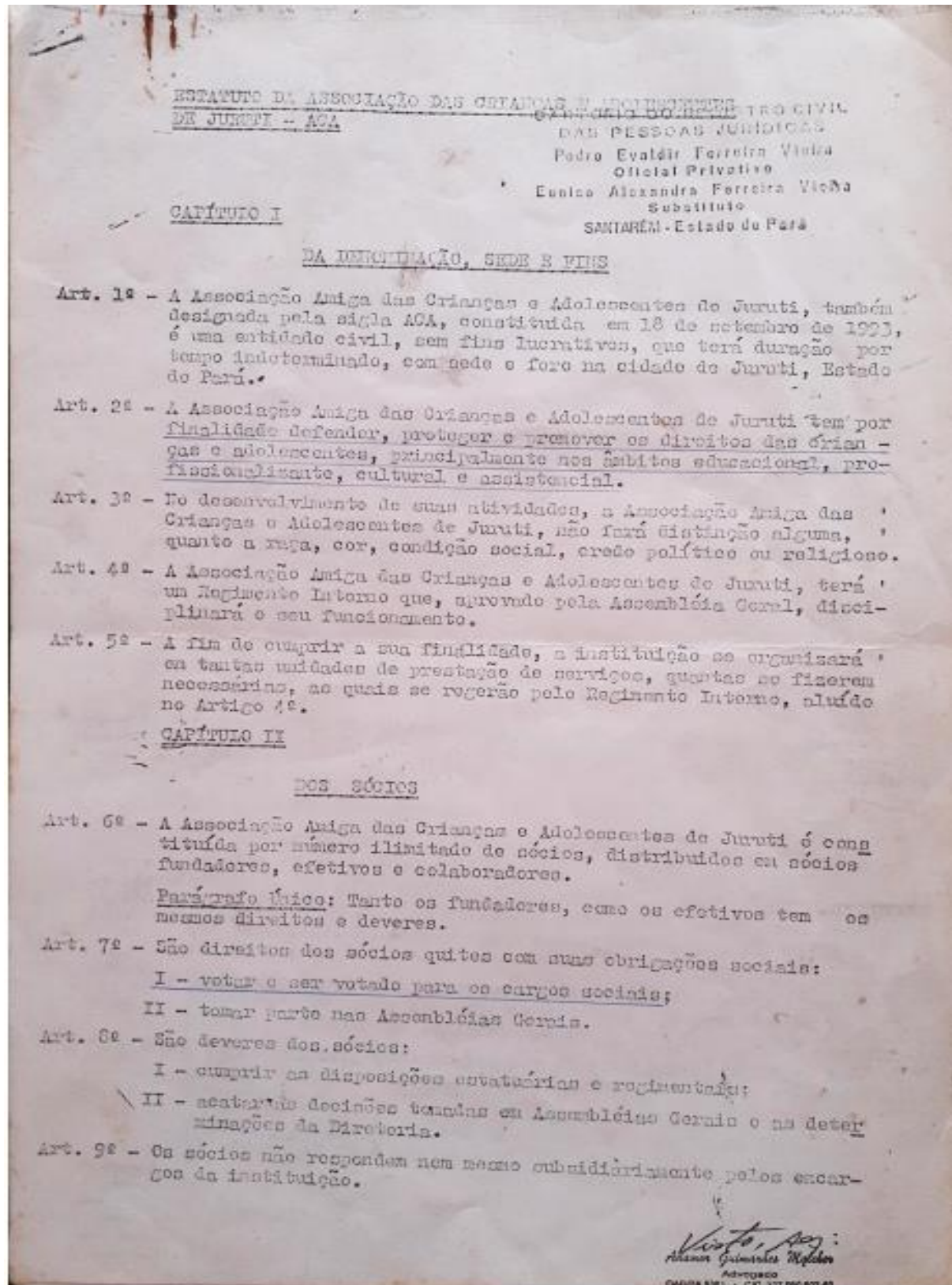
WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ZDRADEK, Ana Carolina Sampaio; OLIVEIRA, Aléxsandre. A demonização dos pajés guarani nas reduções jesuíticas – ensino de história, decolonialidade e educação. **Revista COCAR**, Belém. V.15 N.32/2021.

ANEXOS

Anexo A

Estatuto da Associação Amiga das Crianças e Adolescentes



CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
DAS PESSOAS JURÍDICAS

Paulo Ewaldir Fontana Vieira
Oficial Privativo

Emílio Alexandre Ferrares Viçosa
Substituto

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

- Art. 10º - A Associação Amiga das Crianças e Adolescentes-Estado de Santa Catarina será administrada por:
- I - Assembleia Geral
 - II - Diretoria
 - III - Conselho Fiscal
- Art. 11º - A Assembleia Geral, órgão soberano e deliberativo da Associação, será composta por todos os sócios no uso dos seus direitos políticos e estatutários.
- Art. 12º - Compete à Assembleia:
- I - eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
 - II - decidir sobre reformas do Estatuto;
 - III - aprovar o Regimento Interno;
 - IV - decidir sobre a extinção da entidade nos termos do Art. 308;
 - V - decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais.
- Art. 13º - A Assembleia Geral realizar-se-á ordinariamente uma vez por ano para:
- I - apresentar o relatório anual da Diretoria;
 - II - discutir e homologar as contas e o balanço aprovados pelo Conselho Fiscal.
- Art. 14º - A Assembleia Geral realizar-se-á extraordinariamente, quando convocada:
- I - pela Diretoria;
 - II - pelo Conselho Fiscal;
 - III - por requerimento da maioria absoluta dos sócios quitados com as obrigações sociais.
- Art. 15º - A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na Sede da entidade, publicação na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 10 dias.
- Parágrafo Único: Qualquer assembleia não poderá instalar-se em primeira convocação com maioria absoluta dos sócios e em segunda convocação com qualquer número.
- Art. 16º - A Diretoria será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, primeiro e segundo Secretários, primeiro e segundo Tesoureiros.
- Parágrafo Único: O mandato da Diretoria será de 03 (três) anos, com direito à reeleição.

Emílio Alexandre Ferrares Viçosa
Substituto

Art. 17º - Compete à Diretoria

- I - elaborar o programa anual de atividades, apresentá-lo à Assembleia Geral e executá-lo;
- II - elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório anual;
- III - entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesses comuns;
- IV - contratar e demitir funcionários.

Art. 18º - A Diretoria reunir-se-á no mínimo uma vez por mes.

Art. 19º - Compete ao Presidente:

- I - representar a Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti, ativa, passiva, judicial e extra-judicialmente;
- II - cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- III - presidir à Assembleia Geral;
- IV - convocar e presidir as reuniões da Diretoria.

Art. 20º - Compete ao Vice-Presidente:

- I - substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos;
- II - assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III - prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

Art. 21º - Compete ao primeiro Secretário:

- I - secretariar as reuniões da Diretoria e das Assembleias Gerais e redigir as competentes atas;
- II - publicar todas as notícias das atividades da entidade;
- III - organizar o fichário dos associados.

Art. 22º - Compete ao segundo Secretário:

- I - substituir o primeiro Secretário em suas faltas e impedimentos;
- II - assumir o mandato em caso de vacância até o seu término;
- III - prestar, de modo geral, a sua colaboração ao primeiro Secretário.

Art. 23º - Compete ao primeiro Tesoureiro:

- I - arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, renda, auxílios, donativos em dinheiro ou em espécie, mantendo em dia a escrituração, toda comprovada;
- II - pagar as contas das despesas, autorizadas pelo Presidente;
- III - apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitadas;
- IV - apresentar o relatório financeiro para ser submetido à

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
 DAS PESSOAS JURÍDICAS
 Pedro Evaldir Ferreira Vianna
 Oficial Privativo
 Eunice Alexandra Ferreira Vieira
 Substituto I
 SANTIAGEM - Estado do Para

Vio G. N. S.
 Oficial Privativo
 SANTIAGEM - Estado do Para

Assembleia Geral;

V - apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal;

VI - ter sob sua guarda e responsabilidade, o numerário e documentos relativos à tesouraria, inclusive contas bancárias.

Art. 24º - Compete ao segundo Tesoureiro, auxiliar o primeiro Tesoureiro no desempenho de suas funções, substituindo-o nas faltas e impedimentos e, em caso de vacância, assumir o mandato até o término.

Art. 25º - O Conselho Fiscal compor-se-á de 03 membros e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

§ 1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§ 2º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o término.

Art. 26º - Compete ao Conselho Fiscal:

I - examinar os livros de escrituração da entidade;

II - examinar o balancete semestral, apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;

III - apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria;

IV - opinar sobre a aquisição e alienação de bens, por parte da instituição;

V - opinar a respeito dos orçamentos dos programas de atividades da entidade.

Parágrafo único: O Conselho reunir-se-á ordinariamente cada 02 meses extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 27º - As atividades dos diretores e conselheiros, bem como os serviços serão inteiramente gratuitos sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação bonificação ou vantagem.

CAPÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO

Art. 28º - O Patrimônio da Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti, será constituído de bens, móveis, imóveis veículos e móveis, ações, apólices de dívida pública, contribuições dos associados, auxílios e doativos em dinheiro e espécie.

Art. 29º - No caso de dissolução social da instituição, os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênera, com personalidade jurídica, que esteja registrada no Conselho Nacional de Serviço Social/ NIS.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30º - A Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti,

REGISTRO DO REGISTRO CIVIL
DAS PESSOAS JURÍDICAS
Pedro Evaldi Ferreira Vieira
Oficial Privilégio
Evilze Alexandra Ferreira Vieira
Substituto
SANTARÉM - Estado do Pará

10/10/2010
10/10/2010
10/10/2010

será dissolvida por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Art. 31º - O presente Estatuto poderá ser reformado, no todo, ou em parte, em qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Art. 32º - Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria e deliberados pela Assembleia Geral.

Juruti, 18 de setembro de 1993

Rec. 

Maria Lúcia Nascimento da Silva

MARIA LÚCIA NASCIMENTO DA SILVA
PRESIDENTE

Nelcimar Pereira dos Santos

NELCIMAR PEREIRA DOS SANTOS
SECRETÁRIA

Rec. 

Maria das Graças Pereira Lima

MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA LIMA
TESOUREIRA

CARTÓRIO BENTES VIEIRA DO 2.º OFÍCIO

Av. 15 de Novembro, 237
Santarém - Pará
Tabelião
Pedro Evaldir F. Vieira
Substituto
Eucley Alexandre F. Vieira
Escritor
Marcus Aurélio C. Vieira
Inscrito de O. Público

Reconheço por ter conferido
com outro(s) existente(s) (assinatura)
assinatura(s) (assinatura)
assinada(s) com Rec. (assinatura)
Em test. (assinatura) da verdade
Santarém, 14 JAN 1994
(assinatura)
Pedro Evaldir Ferreira Vieira
Tabelião
CPF 001.492.922/87

(assinatura)
Advogado
OABPA 2301 - OC 127.990.442-41

**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
DAS PESSOAS JURÍDICAS**
Pedro Evaldir Ferreira Vieira
Oficial Privativo
Eucley Alexandre Ferreira Vieira
Substituto
SANTARÉM - Estado do Pará

Registro Especial de Pessoas Jurídicas e Testes e Documentos
Apresentado hoje para registro
Protocolo n.º 2-3 de 152 de n.º 11.380
Registro de Pessoas Jurídicas
Registrado sob n.º 403 Livro n.º 2-3 de 84
Santarém, 01 de março de 1994
(assinatura)

Pedro Evaldir Ferreira Vieira
CPF 001.492.922-87

Anexo B

Convênio entre a Prefeitura Municipal de Juruti e a Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti englobando pagamento de funcionários e despesas gerais

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUTI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**TERMO
DE
CONVÊNIO**

003/2008

JURUTI - PARÁ

2008



ESTADO DO PARÁ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUTI
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 CNPJ Nº 05.257.555/0001-37

TERMO DE CONVÊNIO Nº 003/2008

Termo de Convênio que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Juruti e a Associação Amiga das Crianças e Adolescentes de Juruti.

O **MUNICÍPIO DE JURUTI**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.257.555/0001-37, com sede a Av. Marechal Rondon, 18, Bairro Centro, nesta cidade, neste ato representado pelo Sr. **Manoel Henrique Gomes Costa**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, portador do C.I.C. Nº 380.834.502-00, R.G. Nº 681210 SSP/DF, residente e domiciliado em Juruti/PA e a **ASSOCIAÇÃO AMIGA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE JURUTI**, inscrita no CNPJ Nº 84.545.151/0001-15, com sede a Rua Belém, s/nº, Bom Pastor, nesta cidade, neste ato representado pelo Sr. **Jader Batista da Silva**, brasileiro, paraense, solteiro, portador do C.I.C. nº 439.514.572-87, RG Nº 6322478 SSP/PA, residente e domiciliado em Juruti/PA, resolveram celebrar o presente instrumento mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – o objeto do presente instrumento é o repasse de recursos a título de subvenção social a crianças carentes para manutenção e funcionamento de creches.

§ 1º - Os recursos oriundos para execução do objeto do presente instrumento, serão aplicados, exclusivamente, para a consecução do objeto e das metas propostas, vedada outra destinação que não seja prevista neste instrumento.

§ 2º - Tanto os repasses dos recursos quanto o acompanhamento da execução das metas é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – o valor do presente Convênio é de R\$ 496.150,00 (QUATROCENTOS E NOVENTA E SEIS MIL E CENTO E CINQUENTA REAIS), a ser repassado em dez parcelas, de Março a Dezembro de 2008, no valor de R\$ 49.615,00 (QUARENTA E NOVE MIL E SEISCENTOS E QUINZE REAIS).

Parágrafo Único – Além dos recursos financeiros, o Município disponibilizará, para prestação de serviços, 69 funcionários, sendo 47 (quarenta e sete) Professores, 2 (dois) Assistentes Administrativo, 2 (dois) Auxiliares de Secretaria, 1 (um) Motorista, 7 (sete) Vigias e 10 (dez) Serventes.

CLÁUSULA TERCEIRA – os recursos de que trata o presente Convênio correrão por conta da seguinte classificação funcional constante do orçamento de 2008.

Funcional	Econômico
-----------	-----------

nhg
 Manoel Henrique Gomes Costa
 PREFEITO MUNICIPAL
 CPF 380 834 502-00

Jader
 Jader Batista da Silva
 CPF 439.514.572-87

12 361 0009 2.043

3.3.90.39

CLÁUSULA QUARTA – A Entidade compromete-se a prestar contas dos recursos repassados pela Secretaria de Educação em original e cópia.

Parágrafo Único – fará parte da prestação de contas (original e cópia), enviada a Secretaria Municipal de Educação – SEMED, o relatório das atividades, bem como os comprovantes de despesas, tendo como data limite para apresentação da prestação de contas, o período fixado na Cláusula de vigência deste documento.

CLÁUSULA QUINTA – o presente Convênio tem vigência a partir da data de sua assinatura até 30 de Dezembro de 2008.

§ 1º - Os repasses serão feitos mensalmente até o 10º (décimo) dia útil de cada mês.

§ 2º - O prazo para apresentação da prestação de Contas à Secretaria Municipal de Educação se esgotará 30 (trinta) dias após o repasse dos recursos.

CLÁUSULA SEXTA – o presente Convênio pode ser rescindido por inadimplência de qualquer cláusula aqui estabelecida, independente da interpelação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – fica eleito o Foro de Óbidos, para dirimir as dúvidas que venham a ocorrer, oriundas da execução do presente instrumento.

Juruti-PA, 29 de Fevereiro de 2008.


 MANOEL HENRIQUE GOMES COSTA
 Prefeito Municipal
 Manoel Henrique Gomes Costa
 PREFEITO MUNICIPAL
 CPF 380.834.502-00


 JADER BATISTA DA SILVA
 Presidente da ACA
 Jader Batista da Silva
 CPF 439.514.572-87

TESTEMUNHAS:

1 – Nome: _____

RG nº _____ e CPF nº. _____

2 – Nome: _____

RG nº _____ e CPF nº. _____

Anexo C

Capa do livreto de poesias do professor Edmilson Natividade e algumas páginas

